

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA**  
**DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINHA DE PESQUISA 2 -**  
**ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS**  
**URBANO E RURAL/ENSINO DE GEOGRAFIA**

**RESILIÊNCIA CAMPONESA E ATOS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS  
REOCUPADOS PELOS INTERESSES DO SETOR SUCROALCOOLEIRO:  
TUPACIGUARA-MG**

**RICARDO DA SILVA COSTA**

**UBERLÂNDIA - MG**

**2019**

**RICARDO DA SILVA COSTA**

**RESILIÊNCIA CAMPONESA E ATOS TERRITORIAIS EM  
ESPAÇOS REOCUPADOS PELOS INTERESSES DO SETOR  
SUCRALCOOLEIRO: TUPACIGUARA-MG**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

**Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.  
Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.**

Uberlândia – MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de  
Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

C837r  
2019

Costa, Ricardo da Silva, 1985-  
Resiliência camponesa e atos territoriais em espaços reocupados  
pelos interesses do setor sucroalcooleiro [recurso eletrônico] :  
Tupaciguara-MG / Ricardo da Silva Costa. - 2019.

Orientador: Rosselvelt José Santos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.618>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Cana-de açúcar - Cultivo - Triângulo Mineiro (MG).
3. Camponeses - Tupaciguara (MG) - Condições sociais. 4. Camponeses - Tupaciguara (MG) - Usos e costumes. I. Santos, Rosselvelt José, 1964- (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**RICARDO DA SILVA COSTA**

**"RESILIÊNCIA CAMPONESA E ATOS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS  
REOCUPADOS PELOS INTERESSES DO SETOR  
SUCROALCOOLEITO: TUPACIGUARA-MG"**

Professor Doutor Rosselvett José Santos (Orientador) - UFU

Professor Doutor Anderson Pereira Portuguez – ICHPO/UFU - MG

Prof<sup>a</sup>. Doutora Adriany de Ávila Melo Sampaio – UFU

Professor Doutor Arcênio Menses da Silva – IFTM - MG

Professor Doutor Edevaldo Aparecido Souza – UEG - GO

Data: 07 / 03 de 2019

Resultado: Aprovado

## **DEDICATÓRIA**

À minha linda esposa, Nayara Gonçalves da Silva Costa onde em meados de agosto de 2016 firmamos os votos matrimoniais, a qual sempre me acompanha e me incentiva.

Meu filhinho Leonardo Gonçalves da Silva Costa fruto do verdadeiro amor. Chegou no final do mês de setembro de 2018 para alegrar as nossas vidas.

À minha formidável família, Aladir Maria da Silva Costa (mãe); Renato Caetano da Silva (irmão e melhor amigo); Vilson Caetano da Costa (pai) os quais sempre estão do meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, irmão e esposa, sem a ajuda e o apoio não teria possibilidade de vencer mais esta etapa.

Ao mentor, amigo, companheiro de campo e orientador, Dr. Rosselvelt José Santos, homem de extrema sabedoria (cotidiana e intelectual). Agradeço pelo apoio, paciência e orientação dos trabalhos de IC, monografia, mestrado e doutorado.

À Prof.(a) Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio pelas contribuições e dicas desde a banca de defesa do bacharelado.

Aos meus amigos que sempre serão do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo Arlete, Jean, Jaqueline, Mônica, Marli, Paulo Irineu, Rosselvelt, Edevaldo, Pedro, a todos que fizeram parte do laboratório e aos novos amigos que estão chegando ao laboratório.

Aos membros da banca de defesa de projeto de doutorado, Prof. Dr. João Cleps e Prof.(a) Dra. Adriany, foram muito importante para a maturação das ideias da tese.

Aos membros da banca doutorado, Prof. Dr. Arcênio, Prof.(a) Dra. Adriany, Prof. Dr. Edevaldo e o Prof. Dr. Anderson Portuguez, por terem aceitado o convite de compor a banca.

Aos amigos Prof. Dr. Jean, Prof(a). Dra. Beatriz, Prof. Dr. João Cleps e ao Prof. Dr. Jorge pela ajuda e atenção.

Aos sujeitos da pesquisa, pela ajuda e receptividade os quais proporcionaram novos conhecimentos, abriram novos horizontes para a realização da pesquisa. Sempre nos recebendo bem e auxiliando nas informações.

Aos companheiros do Instituto de Geografia, Henrique, Thiago, Josimar, João Fernandes e Izabel, estavam sempre disponíveis para prestar esclarecimentos ou ajuda de qualquer natureza.

Aos meus avós Vitorino Caetano, Severino e Arestina *in memoriam* e minha avó Maria de Lourdes, os quais sempre se orgulharam das minhas conquistas.

Agradeço ao amigo da Comunidade do Bálamo Carlos Henrique Andrade Custodio pelo apoio e auxílio na pesquisa.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante os três últimos anos de realização do doutorado.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia por me acolher como aluno da graduação até a pós-graduação.

A todos que contribuíram para a realização da pesquisa e que não foram aqui mencionados, devido a esquecimento de momento, deixo registrado meu sincero agradecimento.

Obrigado!

## RESUMO

A proposição dessa pesquisa decorre de observações realizadas por mais de uma década, sobre o avanço das lavouras de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro e a condição territorial das comunidades camponesas tradicionais. Delimitamos a nossa área de estudo considerando as comunidades tradicionais do Bálamo, do Brilhante e da Confusão, todas elas estão localizadas no município de Tupaciguara - MG. Consideramos a condição socioterritorial do camponês em relação ao espaço reocupado pelo interesse do setor sucroalcooleiro no município de Tupaciguara - MG e estudamos as práticas socioculturais e as formas de inserção da sua produção no mercado. Também objetivamos compreender como os camponeses vivem/existem nos lugares e em comunidades, lidando com tensões impostas pelo agronegócio, tendo como recorte temporal a década de 2000. A empiria foi alcançada nos trabalhos de campo. No convívio direto com as famílias observamos, descrevemos, compararmos e analisamos as paisagens da cana, sua dinamicidade e implicações nos modos de vida e nos vínculos territoriais dos camponeses. As falas dos sujeitos seguidas de análise derivam de vários períodos de vivências que estabelecemos com os camponeses cercados pela cana. Na relação pesquisado/pesquisador, analisamos a memória camponesa, a importância da religiosidade, da paisagem, das territorialidades, do território, da resiliência, dos saberes e dos vínculos territoriais e suas implicações em ações que se estabelecem no lugar, bem como as perspectivas de conquistas, perdas, frustrações e elaboração de novas estratégias de existência. Para a confecção do material cartográfico utilizamos tecnologias de SIG, para apresentar os usos do solo no município de Tupaciguara MG. Constatamos a utilização da ajuda mútua na construção de silos para alimentar o rebanho e na limpeza dos pastos. Práticas antigas que propiciam reciprocidade e confiança às atividades camponesas. Com relação ao religioso dedicamos atenção as relações comunitárias e suas repercussões na elaboração de estratégias socioprodutivas. Consideramos que as paisagens agrárias de Tupaciguara decorrem também de intervenções do estado, a partir de políticas públicas votadas para o setor sucroalcooleiro, as quais exercem forte pressão sobre o espaço, contribuindo para alterações dos territórios camponeses. Com isso, compreendemos que a resiliência encontra-se implicada nos processos de (re)existência camponesa e nas possibilidades das famílias e comunidades tradicionais se reorganizarem em seus territórios.

**Palavras Chave:** Camponeses. Modo de vida. Resiliência. Paisagem. Territorialidade. Vínculos territoriais.

## RESUMEN

La proposición de esta investigación se deriva de observaciones realizadas por más de una década, sobre el avance de los cultivos de caña de azúcar en la región del Triángulo Minero y la condición territorial de las comunidades campesinas tradicionales. Delimitamos nuestra área de estudio considerando las comunidades tradicionales del Bálamo, del Brillante y de la Confusión, todas ellas están ubicadas en el municipio de Tupaciguara - MG. Consideramos la condición socioterritorial del campesino en relación al espacio reocupado por el interés del sector sucroalcoholero en el municipio de Tupaciguara - MG y estudiamos las prácticas socioculturales y las formas de inserción de su producción en el mercado. También objetivamos comprender cómo los campesinos viven / existen en los lugares y en comunidades, lidiando con tensiones impuestas por el agronegocio, teniendo como recorte temporal la década de 2000. La empiria fue alcanzada en los trabajos de campo. En la convivencia directa con las familias observamos, describimos, comparamos y analizamos los paisajes de la caña, su dinamicidad e implicaciones en los modos de vida y en los vínculos territoriales de los campesinos. Las palabras de los sujetos seguidas de análisis derivan de varios períodos de vivencias que establecemos con los campesinos rodeados por la caña. En la relación investigado / investigador, analizamos la memoria campesina, la importancia de la religiosidad, del paisaje, de las territorialidades, del territorio, de la resiliencia, de los saberes y de los vínculos territoriales y sus implicaciones en acciones que se establecen en el lugar, así como las perspectivas de conquistas, pérdidas, frustraciones y elaboración de nuevas estrategias de existencia. Para la confección del material cartográfico utilizamos tecnologías de SIG, para presentar los usos del suelo en el municipio de Tupaciguara MG. Constatamos la utilización de la ayuda mutua en la construcción de silos para alimentar el rebaño y la limpieza de los pastos. Prácticas antiguas que propician reciprocidad y confianza a las actividades campesinas. Con respecto al religioso dedicamos atención a las relaciones comunitarias y sus repercusiones en la elaboración de estrategias socioproyectivas. Consideramos que los paisajes agrarios de Tupaciguara provienen también de intervenciones del estado, a partir de políticas públicas votadas para el sector sucroalcoholero, las cuales ejercen fuerte presión sobre el espacio, contribuyendo a alteraciones de los territorios campesinos. Con eso, comprendemos que la resiliencia se encuentra implicada en los procesos de (re) existencia campesina y en las posibilidades de las familias y comunidades tradicionales se reorganizan en sus territorios.

**Palabras Clave:** Campesinos. Modo de vida. La resiliencia. Paisaje. Territorialidad. Vínculos territoriales.

## ABSTRACT

The proposal of this research stems from observations made for more than a decade, on the advancement of sugarcane plantations in the Triângulo Mineiro region and the territorial condition of traditional peasant communities. We delimit our study area considering the traditional communities of Bálamo, Brilhante and Confusão, all of them are located in the municipality of Tupaciguara - MG. We consider the socio - territorial condition of the peasant in relation to the space reoccupied by the interest of the sugar - alcohol sector in the city of Tupaciguara - MG and we study the socio - cultural practices and the ways of inserting their production in the market. We also aimed to understand how peasants live / exist in places and in communities, dealing with tensions imposed by agribusiness, having as a temporal cut in the decade of 2000. The empiria was achieved in fieldwork. In direct contact with the families, we observe, describe, compare and analyze the landscapes of sugarcane, its dynamicity and implications in the ways of life and territorial ties of peasants. The speeches of the subjects followed by analysis derive from various periods of experience that we established with peasants surrounded by cane. In the researcher / researcher relationship, we analyze peasant memory, the importance of religiosity, landscape, territoriality, territory, resilience, knowledge and territorial links and their implications for actions that are established in the place, as well as the perspectives of conquests, losses, frustrations and elaboration of new strategies of existence. For the preparation of the cartographic material we use GIS technologies to present the land uses in the municipality of Tupaciguara MG. We found the use of mutual aid in the construction of silos to feed the herd and to clean the pastures. Old practices that provide reciprocity and confidence to peasant activities. With regard to the religious we devote attention to community relations and their repercussions in the elaboration of socio-productive strategies. We consider that the agricultural landscapes of Tupaciguara also derive from state interventions, based on public policies voted for the sugar and alcohol sector, which exert strong pressure on space, contributing to changes in the peasant territories. With this, we understand that resilience is implied in the processes of peasant (re) existence and in the possibilities for traditional families and communities to reorganize in their territories.

**Keywords:** Peasants. Way of life. Resilience. Landscape. Territoriality. Territorial links.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagen 01 - Relação dos vínculos territoriais e das territorialidades .....	59
Imagen 02 – Embalagem da manteiga Cabeça de Touro criada no final da década de 1920. ....	116
Imagen 03 – Imagem banda 4 satélite Landsat 5, 2005. ....	169
Imagen 04 – Imagem satélite do Landsat 5 do ano de 2005: Após “montagem” das imagens.....	172
Mosaico 01– Etapas da produção da rapadura. Fazenda localizada no município de Tupaciguara, 2017. ....	139
Mosaico 02 – Tanque de resfriamento de leite e ordenha manual, Comunidade Confusão. ....	158
Mosaico 03 – Propriedade localizada no município de Tupaciguara MG, 2015, 2016 e 2017.....	254

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Usina Aroeira instalada no município de Tupaciguara, 2008..	47
Fotografia 02 – Destilaria Cachoeira instalada no município de Tupaciguara, em 1984.....	47
Fotografia 03 – Usina Araporã instalada no município de Araporã em 1966... ..	48
Fotografia 04 – Capela localizada na Comunidade do Brilhante. ....	50
Fotografia 05 – Capela localizada na Comunidade do Bálsmo. ....	51
Fotografia 06 – Capela localizada na Comunidade da Confusão. ....	51
Fotografia 07 – Templo da Assembleia de Deus localizado na Comunidade do Brilhante.....	52
Fotografia 08 – Centro Espírita localizado na Comunidade do Bálsmo. ....	52
Fotografia 09 – Templo Evangélico localizado na Comunidade do Bálsmo... ..	53
Fotografia 10 – Cruzeiro – Fazenda localizada na comunidade do Brilhante, 2016.....	64
Fotografia 11 – Residência camponesa cercada por lavouras de cana – Comunidade do Bálsmo, 2016. ....	67
Fotografia 12 – Caminhão da usina molhando a estrada na Comunidade do Bálsmo.....	69
Fotografia 13 - Colhedora de cana, município de Tupaciguara – MG.....	70
Fotografia 14 - Trator na propriedade camponesa, município de Tupaciguara – MG.....	71
Fotografia 15 – Banha de porco na gôndola ao lado dos óleos de soja industrial – Comunidade do Bálsmo. ....	77
Fotografia 16 – Silo de milho de superfície, Comunidade do Brilhante. 2015..	80

Fotografia 17 – Rebanho bovino na área onde antes era lavoura de milho.....	90
Fotografia 18 - Residência camponesa - Ao fundo uma vereda.....	91
Fotografia 19 - Plantação de cana-de-açúcar nas proximidades da rodovia BR-452. Tupaciguara, 2016.....	95
Fotografia 20 - Tráfego de caminhão bitrem na área rural do município de Tupaciguara.....	109
Fotografia 21 – Silo de milho localizado em propriedade camponesa na Comunidade do Brilhante, 2016.....	120
Fotografia 22 – Pastagem cultivada e piquetada, separada por cerca elétrificada.....	125
Fotografia 23 – Paisagem Rural do município de Tupaciguara em 2017.....	127
Fotografia 24 – Galinhas, mangueira e tamarindeiro – Comunidade Brilhante, Tupaciguara MG. ....	130
Fotografia 25 – Chiqueiro de porcos – Comunidade Brilhante, Tupaciguara MG. ....	131
Fotografia 26 – Queijo: Elemento simbólico da recepção camponês do município de Tupaciguara em 2015. ....	132
Fotografia 27 – Alambique de cobre. Comunidade do Bálsmo, 2016.....	141
Fotografia 28 - Tonéis de carvalho para armazenamento da cachaça. Comunidade do Bálsmo. ....	142
Fotografia 29 – Plantação de mandioca e de banana. Comunidade do Bálsmo. ....	146
Fotografia 30 – Polvilho envasado em embalagem plástica de18 quilos, Comunidade Brilhante.....	147
Fotografia 31 – Casa da farinha, Comunidade do Brilhante. ....	148

Fotografia 32 – Ordenha manual, Comunidade Confusão.	158
Fotografia 33 – Elemento simbólico – Mourão de cerca de uma antiga propriedade em meio ao canavial..	160
Fotografia 34 – Trânsito de caminhões canavieiros, em estrada de terra, em período de seca, município de Tupaciguara – MG.	162
Fotografia 35 – Fogo no canavial próximo à comunidade do Bálsmo – período diurno.....	163
Fotografia 36 – Fogo no canavial próximo à comunidade do Bálsmo – período noturno.....	163
Fotografia 37 – Lugares tencionados pelo avanço do setor sucroalcooleiro. Tupaciguara.....	164
Fotografia 38 – Trator pulverizador: Pulverizando o canavial. 2017.	200
Fotografia 39 – Aeroporto agrícola localizado na chapada – Tupaciguara – MG, 2018.....	202
Fotografia 40 – Capela da Comunidade da Confusão – localizada no alto de um afloramento de rochas tapiocangas. ....	212
Fotografia 41 – Propriedade rural no município de Tupaciguara 2017.	220
Fotografia 42 - Propriedade rural no município de Tupaciguara 2016 .....	221
Fotografia 43 - Margens do afluente do Rio Paranaíba – Comunidade Confusão 2017.....	251

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Os vinte municípios da região do Triângulo Mineiro com maior área .....	30
Quadro 02 – Identificação dos entrevistados localizados no município de Tupaciguara.....	36
Quadro 03 – Levantamento do valor da terra em Tupaciguara. ....	129
Quadro 04 – Chave interpretação da imagem de satélite de 2005. ....	171
Quadro 05 – Área ocupada de acordo a análise das imagens de satélite e dos mapas de uso do solo no período de 2000 até 2018. Tupaciguara MG. ....	192
Quadro 06 – Utilização da área rural do município de Tupaciguara MG.....	203
Quadro 07 - Área plantada (Hectares) período de 1990 até 2015 no município de Tupaciguara - MG .....	227
Quadro 08 - Área Colhida de cana-de-açúcar de 1974 até 1993 .....	230
Quadro 09 – Usinas cadastradas e funcionando na região do Triângulo Mineiro 2017.....	236

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Produção Leiteira do Estado de Minas Gerais <i>versus</i> da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de 2000 - 2016.....	112
Gráfico 02 - Produção Leiteira da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba <i>versus</i> do município de Tupaciguara no ano de 2016.....	115
Gráfico 03 - Produção leiteira no município de Tupaciguara de 2000 – 2016 (em litros).....	118
Gráfico 04 – Rebanho bovino: 2000 - 2016 no município de Tupaciguara (cabeças).....	119
Gráfico 05 – Uso e ocupação do solo do município de Tupaciguara – MG do ano de 2000 á 2018: Pastagem .....	193
Gráfico 06 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Vegetação de médio e grande porte. ....	194
Gráfico 07 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Solo encharcado .....	195
Gráfico 08 – Precipitação do município de Tupaciguara no período de 19 anos. ....	196
Gráfico 09 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Lavouras colhidas/Solo Exposto. ....	197
Gráfico 10 Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Lavouras de cana-de-açúcar.....	198
Gráfico 11 – Ocupação do solo no ano de 2000 no município de Tupaciguara – MG.....	204
Gráfico 12 – Ocupação do solo no ano de 2018 no município de Tupaciguara – MG.....	204

Gráfico 13 - Cana-de-açúcar: Área colhida (Hectares) - Ano de 1993 nos municípios de Araporã e Tupaciguara.....	231
Gráfico 14 - Cultivos tradicionais dos camponeses, período 1990-2015. ....	244
Gráfico 15 – Precipitação mensal Total do município de Tupaciguara no ano de 2017.....	247

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da área de estudo – Município de Tupaciguara - MG.	29
Mapa 02 – Principais rios localizados no município de Tupaciguara – MG.	44
Mapa 03 – Localização das Comunidades Tradicionais e das usinas instaladas no município de Tupaciguara em 2017.	46
Mapa 04 – Era geológica do município de Tupaciguara – MG.	103
Mapa 05 – Biomas localizados no município de Tupaciguara.	105
Mapa 06 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2000.....	173
Mapa 07 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2001.....	174
Mapa 08 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2002.....	175
Mapa 09 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2003.....	176
Mapa 10 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2004.....	177
Mapa 11 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2005.....	178
Mapa 12 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2006.....	179
Mapa 13 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2007.....	180

Mapa 14 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2008.....	181
Mapa 15 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2009.....	182
Mapa 16 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2010.....	183
Mapa 17 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2011.....	184
Mapa 18 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2012.....	185
Mapa 19 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2013.....	186
Mapa 20 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2014.....	187
Mapa 21 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2015.....	188
Mapa 22 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2016.....	189
Mapa 23 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2017.....	190
Mapa 24 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2018.....	191
Mapa 25 – Localização dos pivôs centrais no ano de 2017 no município de Tupaciguara – MG .....	206
Mapa 26 – Localização das comunidades pesquisadas .....	209

Mapa 27 – Localização da área proposta por deputados Mineiros para Distrito Federal no Triângulo Mineiro. ....211

Mapa 28 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras e dos projetos de usinas na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.....238

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Preservação permanente.

CEPAC - Centro de Excelência em Pesquisa sobre Armazenamento de Carbono.

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

DOE – Departamento de Energia.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IAA – Instituto do Açúcar e Álcool.

IG – Instituto de Geografia.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MMA - Ministério do Meio Ambiente.

MME – Ministério de Minas e Energia.

PET – Poli tereftalato de etileno.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

SIG – Sistemas de Informações Geográficas.

SRTM – Shuttle Radar Topography Mission (Missão Topográfica Radar Shuttle).

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	V
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	VI
<b>RESUMO .....</b>	VII
<b>RESUMEN .....</b>	VIII
<b>ABSTRACT .....</b>	IX
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	X
<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS .....</b>	XI
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	XIV
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	XV
<b>LISTA DE MAPAS .....</b>	XVII
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	XX
<b>SUMÁRIO .....</b>	XXI
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	23
<b>1 - A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG .....</b>	41
<b>1.1. A RELIGIOSIDADE COMO FUNDAMENTO CULTURAL DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS .....</b>	49
<b>1.2. OS VINCULOS RELIGIOSOS COMO FUNDENTE DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESESAS .....</b>	66
<b>1.3. A RESIDUALIDADE DAS PRÁTICAS CAMPONESAS E SUAS PERSEVERANÇAS RELIGIOSAS .....</b>	85

<b>2 - AS (IM)POSSIBILIDADES TERRITORIAIS DE PLANTAR, COLHER E OBTER RENDA E TRABALHO DA PECUÁRIA LEITEIRA .....</b>	<b>102</b>
<b>2.1. A PECUÁRIA LEITEIRA NO CERRADO DE TUPACIGUARA .....</b>	<b>110</b>
<b>2.2. A RESILIÊNCIA CAMPONESA: TRABALHO E RENDA.....</b>	<b>128</b>
<b>2.3. AMPLIAÇÃO DAS FARTURAS CAMPONESAS: MANDIOCA, RAPADURA E CACHAÇA.....</b>	<b>134</b>
<b>3 - REOCUPAÇÃO DO ESPAÇO E REDEFINIÇÃO DAS PAISAGENS AGRÁRIAS DE TUPACIGUARA - MG .....</b>	<b>156</b>
<b>3.1. PAISAGEM FÍSICA DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA: DO ANO DE 2000 ATÉ O ANO DE 2018.....</b>	<b>166</b>
<b>3.2. OS CONTEÚDOS AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG .....</b>	<b>199</b>
<b>4 - RESILIÊNCIA NAS PRÁTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS DE TUPACIGUARA – MG .....</b>	<b>208</b>
<b>4.1. HABILIDADES CAMPONESAS NO PROCESSO DE PERMANECER NOS LUGARES TENCIONADOS PELO SETOR SUCROALCOOLEIRO .</b>	<b>219</b>
<b>4.2. NAVEGANDO NOS MARES DE CANA.....</b>	<b>229</b>
<b>4.3. MODO DE VIDA E REAÇÕES DOS CAMPONESES DE TUPACIGUARA - MG .....</b>	<b>242</b>
<b>4.4. MEMÓRIAS E PAISAGENS CAMPONESAS NO LUGAR TUPACIGUARA – MG .....</b>	<b>250</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>258</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>279</b>

## INTRODUÇÃO

A proposição desta pesquisa decorre de estudos, sobre o avanço das lavouras de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, considerando a condição territorial das comunidades tradicionais camponesas naquela parte do cerrado mineiro.

Os interesses do setor sucroalcooleiro, a viabilidade econômica e o potencial da produção agrícola do Brasil colocaram a cana-de-açúcar em plena expansão no território nacional a partir da década de 2000. A exequibilidade ambiental alegada sobre o setor sucroalcooleiro o colocou no cenário internacional como uma das possíveis fontes de energia renovável (etanol), levando o Estado brasileiro a investir nesta fonte de energia. Apesar do alto investimento no setor, a cana não é um cultivo novo no solo brasileiro.

Esse cultivo se inseriu no litoral brasileiro logo na colonização, sofrendo oscilações de acordo com a produção mundial de açúcar. Até o ano de 1610 os engenhos se multiplicaram rapidamente pela costa brasileira, chegando a 400 unidades. Essa expansão ocorreu devido, sobretudo, ao acordo firmado pelo governo português junto às burguesias holandesas, o qual Portugal fornecia terras (Brasil) para o plantio da cana-de-açúcar e a Holanda investia nas plantações, engenhos e no transporte da mercadoria para a Europa. Neste período, Portugal teve um papel importante no cenário mundial, sendo o principal fornecedor de açúcar e uma das principais economias no cenário mundial.

Contudo, no decorrer do tempo os holandeses entenderam que não precisavam de Portugal e entraram em conflito pela capitania de Pernambuco (não vamos nos ater ao conflito). Após serem expulsos do Brasil, os holandeses foram para as Antilhas, onde prosseguiram com a cultura do açúcar, sendo que durante os séculos XVII e XVIII passaram a ser concorrentes do Brasil Colônia no abastecimento do mercado europeu.

No século XVIII, a Holanda superou a produção açucareira brasileira, devido a construção de uma indústria açucareira. Além da produção, a Holanda dominava o abastecimento do mercado europeu, fazendo com que o Brasil Colônia (Portugal) perdesse o monopólio do açúcar, desmontando o quadro político-econômico vigente à época.

A perda de monopólio açucareiro ocorreu devido a implantação dos engenhos nas Antilhas, pois, o açúcar holandês oferecia melhores condições para a Europa do que o produto brasileiro, causando a queda do preço do mesmo. À queda foi tão acentuada que entre os anos de 1650 e 1688, o produto brasileiro já estava a um terço de seu valor (referente ao valor anterior à crise).

No entanto mesmo com as “dificuldades” a cana-de-açúcar não deixou de fazer parte das paisagens brasileiras, sobretudo das áreas litorâneas do Nordeste e Sudeste. Podemos dizer que ela “hibernou” em algumas capitâncias e só voltou a expandir no século XX. No início da década de 1930 o governo brasileiro criou o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA), a fim de regular a produção de álcool e açúcar no território brasileiro. Este foi extinto em 1990.

Após a Segunda Guerra Mundial o Brasil investiu maciçamente na produção de cana-de-açúcar. Uma das motivações ocorreu devido à destruição dos canaviais patrocinado com recursos europeus, havendo assim uma possibilidade de inserção do produto no mercado mundial. Nesse período o investimento era voltado para o açúcar, tornando o principal gênero produzido pelas usinas.

Outro investimento, importante para o setor sucroalcooleiro ocorreu no ano de 1975, quando foi criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Programa governamental que incentivava a produção nacional de cana-de-açúcar visando a produção de álcool combustível. O investimento ocorreu devido à crise do petróleo de 1972, mas foi necessária uma segunda crise do petróleo, a de 1979, para que o Brasil investisse na produção de açúcar e álcool.

Segundo Gazzoni, (2008)

[...] os financiamentos chegavam a cobrir até 80% do investimento fixo para destilarias à base de cana-de-açúcar, [...] quanto à parte agrícola, os financiamentos chegavam até 100% do valor do orçamento". Com isso, no final da década de 1970 "80% da frota de veículos produzida no país eram com motores a álcool (GAZZONI, 2008, s/p).

Contudo, em 1986 houve uma forte queda nos preços do petróleo o que resultou em um descaso governamental para com a produção de álcool, e o Proálcool segundo Gazzoni, (2008) "foi ficando de lado nas políticas governamentais e por pressões internacionais, o programa foi paralisado".

Durante a década de 1990 a guerra do golfo liderada pelos Estados Unidos e patrocinada pela Organização das Nações Unidas teve como objetivo a invasão ao Iraque, propiciaram novamente oscilações no preço do petróleo que perdurou até o "fim" das invasões. Essa dinâmica durante a década de 1990 fez com que o governo se preocupasse e programasse políticas voltadas para produção e para a autonomia em relação aos combustíveis.

No início da década de 2000, começaram a ser testados motores movidos a álcool e gasolina ao mesmo tempo (tecnologia flex ou bicompostível), assim o Brasil começou a investir nos biocombustíveis, no caso nacional, para a produção, novamente, de cana-de-açúcar. É neste contexto que as indústrias de processamento de cana-de-açúcar se instalaram em quase todo o território nacional, com destaque para o estado de Minas Gerais.

Para atrair usinas sucroalcooleiras, o estado de Minas Gerais implementou políticas de favorecimento para o setor sucroenergético, como a isenção de alguns impostos, financiamentos subsidiados, dentre outros subsídios.

Nesta conjunção, em 2007, o Estado mineiro investiu R\$ 2,66 bilhões<sup>1</sup> no setor sucroalcooleiro conforme informações da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais.

Esses investimentos fizeram com que as lavouras de cana se expandissem, sendo um dos principais alvos dessa ampliação, a região do

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: <http://www.sede.mg.gov.br/pt/component/gmg/story/313-investimentos-em-minas-ultrapassam-r-150-bilhoes>.

Triângulo Mineiro. Esse crescimento da área plantada na região propõe uma série de problemáticas, como por exemplo, a perda de área de cultivos de produtos alimentícios para a cana-de-açúcar, uma vez que ela interfere diretamente nas dinâmicas socioespaciais que estão envolvidas nesse processo.

Esse avanço/expansão da cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro nos envolveu em vários estudos, como monografia<sup>2</sup>, dissertação<sup>3</sup> e tese de doutorado. Contudo, com problemáticas específicas relacionadas ao lugar que se pesquisa. Assim, esse estudo de doutorado tem por objetivo analisar as “persistências camponesas”. Nesse trabalho dedicamos atenção ao lugar que os camponeses ocupam no espaço social, analisando as tensões decorrentes da produção de cana-de-açúcar no município de Tupaciguara.

Apesar dos grandes investimentos realizados (como vimos no início do texto), a partir do ano de 2010 o setor sucroalcooleiro “passou” por mais uma grave crise. Nesse período, algumas usinas localizadas na região do Triângulo Mineiro tiveram suas operações reduzidas e mesmo suspensas, como a Usina Triálcool, em Canápolis, a qual interrompeu as suas atividades.

Com isso o cenário do etanol no Brasil sofreu mudanças de várias ordens. Em 2018, a expansão do mercado internacional de açúcar e álcool, fez

<sup>2</sup> Na monografia trabalhamos com o objetivo primordial de compreender as transformações provocadas pela expansão da cana-de-açúcar, mostrando um breve histórico desde sua inserção no território brasileiro. A produção das lavouras de cana-de-açúcar para suprir as demandas das usinas de álcool e açúcar e produção de energia elétrica. Por fim, concluímos que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar faz com que os pequenos produtores sofram uma mudança tanto territorial quanto social, logo que a cana adentra em suas vidas vai ocorrendo a perda de símbolos e de meios de aumentar a produtividade.

<sup>3</sup> Na dissertação trabalhamos com o município de Canápolis, localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. Nossa estudo atentou desde a compressão do surgimento do município, analisando a sua formação territorial, onde o focamos diretamente na análise das estórias e nos documentos históricos. Enfatizamos as políticas públicas que concretizaram as plantações de cana no município de Canápolis, acarretando na instalação das duas usinas sucroalcooleiras. A partir dessa instalação analisamos as intempéries causadas pela inserção das lavouras de cana-de-açúcar em dois momentos, na década de 1980 (primeira expansão das lavouras) e década de 2000 (segunda expansão das lavouras). Estudamos os vínculos territoriais dos produtores de abacaxi, no município de Canápolis - MG mostrando as (re)invenções dos pequenos produtores de abacaxi para manter-se cultivando o fruto mesmo com as dificuldades oferecidas pelo arrendamento de terras. Por fim, analisamos a festa do abacaxi realizada na cidade como possibilidade de compreender a condição dos produtores de abacaxi em Canápolis, pois, se tratava de um evento onde os produtores se encontram e dialogam sobre a vida e as tensões decorrentes do processo de reocupação da cana, mostrando implícita e explicitamente suas territorialidades.

com que o Brasil perdesse a liderança quantitativa da produção do Etanol. Os Estados Unidos da América é atualmente, o maior produtor de etanol<sup>4</sup> do mundo.

Com a crescente produção do etanol Estadunidense os custos diminuíram e assim, as importações de etanol dos Estados Unidos para o Brasil tiveram mudanças importantes. De novembro de 2017 até janeiro de 2018 a importação aumentou significativamente rompendo a cota<sup>5</sup>. De acordo com Hirtzer; Teixeira (2018)

Corretores brasileiros têm cotado o etanol dos EUA entregue em portos locais a cerca de 1,95 reais por litro com custos de transporte e taxas, incluindo a tarifa de importação de 20 por cento. O valor é menor que o do produto brasileiro, estimado em 2,15 reais por litro (HIRTZER; TEIXEIRA, 2018, s/p).

Com essa pressão competitiva do etanol dos EUA, sobre o território nacional observamos uma corrida dos usineiros em melhorar/aumentar a produção. Basicamente, os capitais que atuam no território nacional estão buscando competitividade em duas frentes: a expansão da área plantada; e o desenvolvimento de novas tecnologias, como o caso da hidrólise (etanol de segunda geração).

Para os usineiros o controle de novas tecnologias é considerado chave para que a produção de etanol possa atingir os volumes mais elevados. A hidrólise utiliza inclusive o bagaço da cana para a produção do etanol.

As perspectivas de aumento da participação do Brasil no mercado internacional podem ser consideradas como fatores motivadores da expansão da cultura da cana-de-açúcar. No entanto, na região do Triângulo Mineiro, tal crescimento necessita ultrapassar os investimentos no aumento da área

<sup>4</sup> Nos Estados Unidos da América o etanol tem como matéria prima o milho. As usinas Estadunidenses de produção de etanol têm dois processos: seco ou úmido. O primeiro é utilizado em 90% dos casos e consiste em moer os grãos e transformá-los em farinha. No segundo, eles são imersos em uma solução ácida, para que o amido seja liberado. Após qualquer uma dessas etapas, água e enzimas são adicionadas e uma pasta é obtida, logo após é fervida e ocorre uma redução de bactérias. Nessa etapa o álcool é obtido e separado de outras substâncias, devido a sua consequente destilação.

<sup>5</sup> Segundo HIRTZER; TEIXEIRA (2018, s/p): a cota de importação é de 150 milhões de litros de etanol por trimestre.

plantada, perseguindo e ampliando também a incorporação de novas tecnologias.

Assim, mesmo considerando a amplitude no setor sucroalcooleiro na região, nosso estudo abrange o município de Tupaciguara – MG (mapa 01) e apresenta as mudanças ocorridas nesse processo de reprodução do setor sucroalcooleiro. O motivo da escolha do município de Tupaciguara se deu devido a dinâmica socioterritorial que o município vem passando ao longo de décadas, o qual foi acentuado a partir da expansão canavieira.

Outro fator relevante foi à proximidade<sup>6</sup> a área de estudo estudada na dissertação (município de Canápolis), a qual os camponeses produtores de abacaxi conseguiam se manter em meio aos canaviais, assim partimos para estudar como os camponeses de outra área. E também devido às incursões empíricas que tenho realizado como membro do grupo de pesquisadores vinculado ao Laboratório de Geografia Cultural do IG/UFU. A partir de incursões ao campo passamos a observar diversas formas dos camponeses permanecerem com sua pecuária leiteira perante a expansão canavieira. Como exemplo, citamos a prática da pecuária em menor área.

O município de Tupaciguara tem sua história socioeconômica pautada no sistema agropecuário<sup>7</sup>. Dentre os produtos em destaque, tem-se a pecuária leiteira, de gado de corte e de lavouras de milho, soja e recentemente a cana-de-açúcar.

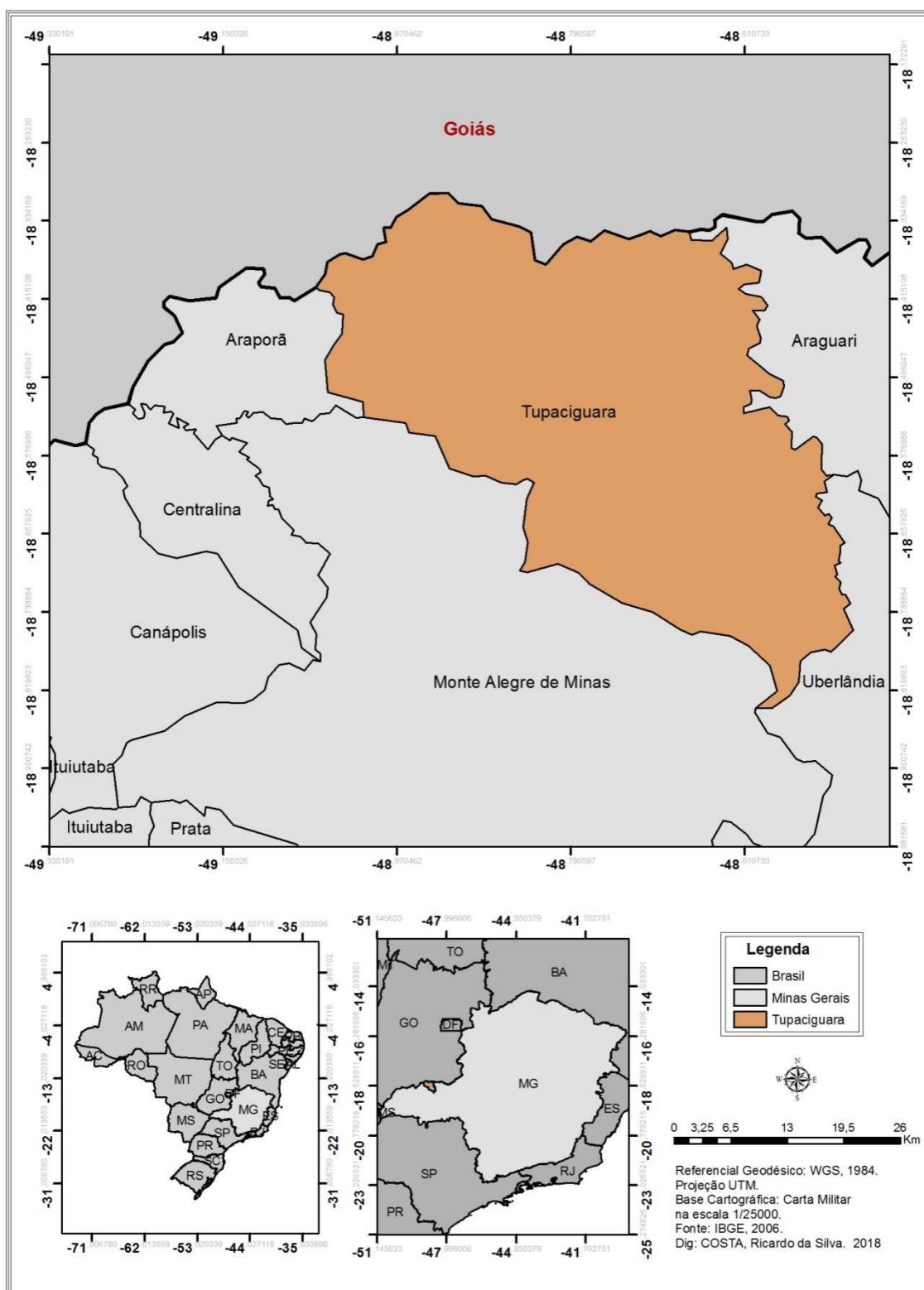
Ao observar as informações do mapa 01 constatamos que Tupaciguara, possui grande área territorial e sua localização é privilegiada, próximo a rios e rodovias importantes. Como podemos observar no quadro 01, trata-se de um município que ocupa o 12º lugar na região do Triângulo Mineiro.

---

<sup>6</sup> A cidade de Canápolis e Tupaciguara distam 108 quilômetros uma da outra.

<sup>7</sup> Ver capítulo 2.

Mapa 01 – Localização da área de estudo – Município de Tupaciguara - MG.



Quadro 01 – Os vinte municípios da região do Triângulo Mineiro com maior área.

Posição	Município	Área Km <sup>2</sup>
1º	PRATA	4.847,54
2º	UBERABA	4.523,96
3º	UBERLÂNDIA	4.115,21
4º	CAMPINA VERDE	3.650,75
5º	SANTA VITÓRIA	3.001,36
6º	ARAGUARI	2.729,51
7º	ITUIUTABA	2.598,05
8º	MONTE ALEGRE DE MINAS	2.595,96
9º	FRUTAL	2.426,97
10º	CARNEIRINHO	2.063,32
11º	GURINHATÃ	1.849,14
12º	TUPACIGUARA	1.823,96
13º	ITAPAGIPE	1.802,44
14º	ITURAMA	1.404,66
15º	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	1.340,25
16º	LIMEIRA DO OESTE	1.319,04
17º	CAMPO FLORIDO	1.264,25
18º	UNIÃO DE MINAS	1.147,41
19º	SÃO FRANCISCO DE SALES	1.128,86
20º	NOVA PONTE	1.111,01

Fonte: IBGE, 2017. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2017.

Observando os dados do quadro 01 identifica-se que o município tem área de 1.823,960 quilômetros quadrados, o que equivale a 182.396,00 hectares, sendo que aproximadamente 12%, ou seja, 21.829<sup>8</sup> ha estão ocupados pelas lavouras de cana-de-açúcar. Diante dessa situação de transição, implicadas na redução das áreas antes utilizadas por outros usos e agora transformadas em grandes lavouras de cana-de-açúcar, os camponeses, vivem nos territórios em disputas. Assim, essa pesquisa se justifica como estudo voltado para as questões relacionadas à condição de existência do camponês; sua capacidade de produção, principalmente de incorporação de novas tecnologias, combinadas, adaptadas em distintas proporções a saberes e fazeres ancestrais; redefinição de suas práticas sociais; revalorização da religiosidade; suas resiliências e capacidade de convivência com o setor sucroalcooleiro. Diante de metamorfoses tão importantes tornou-se necessário

---

<sup>8</sup> Fonte: IBGE/SIDRA 2017.

analisar a forma com que este camponês estabelece as suas territorialidades em um espaço reocupado pelo grande capital monopolista.

Na área de estudo, consideramos as terras camponesas que apresentam alguma melhoria tecnológica<sup>9</sup> e procuramos, a partir de fontes como jornais, internet, IMA, EMATER, os dados sobre a produção, por exemplo, de leite e de gêneros alimentícios. Essas informações nos possibilitaram compreender as transformações socioespaciais tendo como recorte temporal o ano de 2000 até 2018. A coleta de dados foi obtida sem um roteiro fixo de entrevistas foi pautada em narrativas obtidas a partir de entrevistas<sup>10</sup> semiestruturadas e reuniões coletivas com os camponeses.

Tivemos o cuidado de ir várias vezes ao campo, chegando a estabelecer um calendário de visitas que implicava em ir ao mesmo lugar uma vez no período seco e outro no período chuvoso. Nessas incursões, fomos observando as paisagens, e a partir da identificação de áreas cercadas por lavouras de cana-de-açúcar e que ainda residia pessoas, dedicamos atenção às suas práticas socioprodutivas, passando a desenvolver observações sobre as suas relações com os ciclos da natureza. A incorporação de técnicas de trabalho de campo foi fundamental.

Nesse trabalho, por vários momentos conversamos com os moradores das comunidades rurais (Bálsamo, Brilhante e Confusão) do município de Tupaciguara e, assim, foi possível conhecer os lugares em que as lavouras de cana se instalaram, mas não desinstalaram os camponeses. Escolhemos as comunidades, pois, as mesmas vivem em momentos diferentes da expansão canavieira.

No campo praticamos a circularidade dialética entre narrador e investigador, pois, procuramos identificar e compreender a partir das falas dos entrevistados como ocorreu a formação dos territórios dos camponeses.

<sup>9</sup> Ver capítulo 2.

<sup>10</sup> As falas utilizadas nesta pesquisa são fragmentos de depoimentos recolhidos, utilizando-se a técnica de história de vida e de conversas, estes foram transcritos tais quais foram falados e ouvidos, mantivemos os erros gramaticais, pois estes se constituem marcas de fala dos camponeses.

Também procuramos analisar o contexto em que estão (sobre)vivendo em meio aos canaviais e como se dá a perspectiva de continuar no campo.

Na perspectiva de compreender os usos das tecnologias nas unidades de produção camponesa analisamos o ritmo do trabalho familiar e como geram adaptações para manterem-se frente às imposições do mercado. Nesse aspecto foi fundamental estudar a aquisição de novas<sup>11</sup> tecnologias sem se endividarem nos bancos.

Especificamente em relação aos saberes e fazeres, procuramos observar as formas das famílias produzirem diminuindo custos. A sistematização das informações (primárias<sup>12</sup> e secundárias<sup>13</sup>) constituiu na base para elaboração dos materiais gráficos (fotos, quadros, tabelas) e cartográficos que enriqueceram o texto.

As informações cartográficas foram tratadas a partir de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) que possibilitaram o cruzamento das informações, mapeamento e a interpretação das áreas de ocorrências da cana-de-açúcar e de pastagem, podendo assim comparar com as imagens obtidas nos trabalhos de campo.

O trabalho de campo foi de fundamental importância durante a execução dos estudos (2015-2019), pois, ele propiciou conhecer em profundidade a realidade, possibilitando compreender como é a vida do camponês, sujeito da pesquisa. Além disso, as atividades de campo foram experiências ricas e densas, viabilizando a percepção e compreensão de como o agronegócio ocorre no lugar vivido, e como as políticas estatais chegam até o território, promovendo desencontros e contradições. Para Santos (1999):

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical

---

<sup>11</sup> Novas para os camponeses e não para o mercado.

<sup>12</sup> São informações obtidas em incursões empíricas com os próprios pesquisados.

<sup>13</sup> Informações obtidas em repartições públicas, bancos, etc.

pelos modos de sentir, pensar, agir e reagir do outro (SANTOS, 1999, p.117).

O trabalho de campo nos permitiu compreender a partir das falas dos entrevistados, os processos de formação dos territórios e das territorialidades camponesas. Nesses momentos de diálogos com os camponeses verificamos como a expansão das grandes lavouras, mexeu/alterou o cotidiano da população local. Na pesquisa de campo, tivemos uma visão integrada do território, bem como da diversidade dos usos e apropriações do espaço existentes no município. Foi possível conhecer e analisar os processos produtivos, das tradições, ou seja, as condições históricas, culturais, econômicas e sociais dos territórios camponeses<sup>14</sup>.

Além das incursões empíricas serem importantes para compreender as relações do vivido do pesquisado foi de extrema importância para estudar as paisagens. Na perspectiva do estudo das paisagens, identificamos as “rugosidades” expressas nas comunidades rurais do município de Tupaciguara. Consideramos também a singularidade das ações humanas e condições naturais, bem como a complexidade topográfica ou o grau de irregularidade do terreno, e as atuações humanas, no processo de modificações da paisagem natural e seus recursos, para a implementação das lavouras de cana-de-açúcar.

Os grupos sociais e as comunidades das áreas de entorno das usinas foram registrados em fotografias, mapeados e analisados, na perspectiva de avaliar a diversidade produtiva e potencial para a manutenção das suas famílias e a sua existência no local<sup>15</sup>. O Mapeamento consistiu na captura das coordenadas geográficas para poder gerar os mapas, além da possibilidade de usar imagens de satélite para ver a localização cana/comunidade.

As pesquisas de campo foram constituídas de visitas e vivências com as comunidades camponesas, o que propiciou: observar, registrar, e analisar as práticas sociais, existentes nas propriedades rurais. Tendo como objetivo identificar as transformações socioculturais e econômicas a partir da década de

---

<sup>14</sup> Ver capítulo 2.

<sup>15</sup> Ver capítulo 3.

2000 e as influências de atividades sucroalcooleiras, nas comunidades rurais. O trabalho de campo contemplou também estudo quantitativo da produção. Qualitativamente estudamos as técnicas, os costumes, as tradições, os modos de vida, as resiliências, os resíduos e as datas comemorativas e festividades rurais existentes nas áreas de influência das usinas sucroalcooleiras, dentre outros aspectos<sup>16</sup>.

A pesquisa bibliográfica e de entrevistas teve por objetivo, o levantamento de informações sobre as práticas sociais, conhecimentos e representações dos camponeses, bem como os seus desdobramentos para a vida em comunidade. Analisando as comunidades rurais do Bálamo, do Brilhante e da Confusão, município de Tupaciguara consideramos o lugar e as consequências que a cana-de-açúcar provocou/provocarão, nas famílias que vivem no entorno das usinas, onde grandes lavouras de cana já se consolidaram.

A literatura consultada, por exemplo, Santos, R.J (1999; 2008; 2008b; 2017); Almeida, M.G (2005; 2008; 2010); Cosgrove, D (1999); entre outras não menos importantes, contribuiu para as incursões ao campo, destacando-se que, a partir da memória e do modo de vida das comunidades pesquisadas, pode-se extrair e lapidar os elementos que nos permitiram compreender com profundidade os sentimentos e as experiências que tornaram possível a vida das pessoas no lugar.

O campo e a literatura foram de extrema importância para a confecção da tese, pois é com a junção e articulação dialética dos procedimentos que foi possível a “movimentação” dos conceitos e das teorias. Utilizamos “as sabedorias” encontradas nos trabalhos empíricos para movimentar teorias encontradas nos textos.

A partir desses procedimentos procuramos acompanhar os processos e as contradições implicadas na (re)organização socioespacial e acarretados na instalação das usinas e no cultivo das lavouras de cana-de-açúcar. Nas comunidades rurais, além das visitas periódicas fizemos monitoramento, via

---

<sup>16</sup> Ver capítulo 4.

noticiários locais e regionais sobre o cultivo e transformação da cana-de-açúcar.

Também utilizamos a história oral, para compreender as alterações da área de atuação das usinas, identificando quais cultivos tradicionais foram desarticulados e/ou cederam áreas e lugares para a expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Com a história oral foi possível compreender como ocorreu a “permanência” do camponês muita das vezes com pouca área disponível, para a manutenção da família.

Trabalhamos na pesquisa<sup>17</sup> com 30 entrevistados. A partir da definição do número trinta entrevistados, o qual foi avaliado como necessário, pois era representativo de um grupo social que apresentava um contingente de mais de 100 famílias em um espaço em redefinição. Os sujeitos da pesquisa são formados por agricultores que estabelece parcerias com dono de terras, produtor de leite, produtor de hortifrútis, produtores de cachaça, na área de cultivo de alimentos, entre outros. Todos os entrevistados são camponeses. Para elucidar a inserção das entrevistas no texto e forma de proteger a identidade das pessoas, construímos o quadro 02.

---

<sup>17</sup> Utilizamos como referência para confecção do trabalho a norma da ABNT NBR 14724:2011, a qual apresenta as regras a serem seguidas na elaboração da tese, como por exemplo: o uso de imagens, fotografias e gráficos, elas devem ser inseridas em local próximo ao trecho onde são mencionadas. Sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma sintética e clara. Na referida referência, a fonte consta na parte inferior.

Quadro 02 – Identificação dos entrevistados localizados no município de Tupaciguara<sup>18</sup>.

Entrevistados	Principal atividade	Localização	Idade
1	Leite	Comunidade da Confusão	67 anos
2	Leite	Comunidade da Confusão	46 anos
3	Gado de corte	Comunidade do Brilhante	47 anos
4	Porcos e Leite	Comunidade do Básamo	38 anos
5	Gado de corte	Comunidade da Confusão	49 anos
6	Hortifrútis	Comunidade do Brilhante	50 anos
7	Leite	Comunidade do Brilhante	51 anos
8	Leite	Comunidade do Brilhante	45 anos
9	Leite	Comunidade da Confusão	53 anos
10	Leite - planta milho	Comunidade do Básamo	54 anos
11	Cachaça	Comunidade do Básamo	45 anos
12	Hortifrútis	Comunidade do Brilhante	26 anos
13	Mandioca e leite	Comunidade do Básamo	55 anos
14	Gado	Comunidade da Confusão	58 anos
15	Leite	Comunidade do Brilhante	59 anos
16	Leite	Comunidade do Brilhante	60 anos
17	EMATER	Cidade	51 anos
18	Leite	Comunidade do Básamo	32 anos
19	Gado de corte	Comunidade do Básamo	53 anos
20	Leite	Comunidade da Confusão	43 anos
21	Ajudante - Hortifrútis	Comunidade do Brilhante	45 anos
22	Leite	Comunidade do Básamo	66 anos
23	Leite	Comunidade do Básamo	40 anos
24	Leite	Comunidade da Confusão	35 anos
25	Leite - Mercearia	Comunidade do Básamo	69 anos
26	Leite	Comunidade do Brilhante	45 anos
27	Hortifrútis	Comunidade do Brilhante	71 anos
28	Leite	Comunidade do Brilhante	55 anos
29	Leite - Trator	Comunidade do Brilhante	73 anos
30	Leite	Comunidade do Brilhante	70 anos

Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Delimitamos os sujeitos pesquisados considerando-se o tipo de produção (hortifrúti e pecuária) e o tamanho da área (quatro<sup>19</sup> módulos fiscais<sup>20</sup>). A pesquisa não teve como intenção ouvir os grandes proprietários e os usineiros. Nossa objetivo é estudar como se dá o processo de

<sup>18</sup> Nem todas as entrevistas obtidas foram utilizadas no texto, não separamos os entrevistados por gêneros.

<sup>19</sup> É a área máxima para ser considerado pequeno produtor e de acordo com o INCRA, (sistema nacional de cadastro rural índices básicos de 2013) o tamanho de cada modulo fiscal no município de Tupaciguara equivale a 20 hectares.

<sup>20</sup> Segundo o site da EMBRAPA o "Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares."

reocupação/alteração das paisagens e suas implicações socioterritoriais na ótica dos camponeses.

A tese foi confeccionada em 4 capítulos. Os capítulos foram pensados a partir dos objetivos específicos: Compreender a partir das práticas sociais e vínculos territoriais as diferentes temporalidades e lógicas sociais presentes nas relações entre a condição territorial local das comunidades rurais tradicionais de Tupaciguara; Identificar e analisar as condições pelas quais os produtores locais (re) existem no espaço rural de Tupaciguara; Discutir as representações do território pelas comunidades locais, analisando a memória, perspectivas de conquista, perdas, frustrações e elaboração de novos vínculos territoriais a partir da expansão da cana-de açúcar na década de 2000; Compreender as contradições, tensões, ações e reações vivenciadas pelos camponeses do Cerrado de Tupaciguara, com a inserção das grandes lavouras de cana-de-açúcar e analisar os modos de vida a partir das paisagens físicas e culturais, das relações sociais e de produção dos camponeses, bem como as tensões com fornecedores de cana-de-açúcar para o setor sucroalcooleiro.

No processo de compreensão dos conceitos para definir o setor produtivo vinculado a produção de cana, estabelecemos um estudo sobre os principais produtos que as usinas elaboram. Além da produção de álcool e açúcar, algumas usinas passaram a produzir bioeletricidade, colocando assim o setor também no campo da geração de energia elétrica. Essas usinas que produzem energia são chamadas de usinas sucroenergéticas. Já o termo sucroalcooleiro abrange as usinas que produzem, álcool e açúcar.

Na nossa área de estudo existem duas usinas. Cada usina se enquadra em uma terminologia, sendo a empresa sucroenergética Bioenergética Aroeira. Ela produz álcool, açúcar e energia elétrica. A segunda empresa é a Destilaria Cachoeira. Sua planta industrial foi projetada para produzir álcool, sendo assim adequado conceituá-la como usina sucroalcooleira. Devido os dois tipos de usinas atuarem na área de estudo, elencamos o uso do termo “sucroalcooleiro”, pois esse conceito abrange as duas usinas, e cujo estudo é a produção de álcool e açúcar.

No capítulo 1 (um), trabalhamos com os aspectos da história da formação do município; a condição territorial local das comunidades rurais tradicionais de Tupaciguara, tendo como categoria chave a territorialidade. Nesse propósito de compreender as territorialidades, exploramos a religiosidade e residualidade das pessoas. Tomamos como referência a visão de autores como Almeida, M.G (2005; 2008; 2010); Santos, R. J (1999; 2008; 2008b; 2017); Haesbaert, R (1994; 1997); Santos, M (1986; 1988; 1997; 2006; 2009); Saquet, M. A. (2006; 2006b; 2007; 2009); Kinn (2010), entre outros. Estudando a formação do município, pesquisamos o papel social dos órgãos públicos. Nesse trabalho analisamos o material disponibilizado no arquivo público municipal de Tupaciguara, tendo como objetivo conhecer a dinamicidade socioterritorial do município de Tupaciguara. O título do capítulo é “A formação dos territórios e das territorialidades camponesas no município de Tupaciguara - MG” tendo como essência a religiosidade camponesa.

No capítulo 2 (dois) analisamos as formas de produção dos camponeses. Abordamos a expansão das lavouras de cana-de-açúcar a partir da década de 2000, período de dezoito anos em que ocorreram importantes modificações socioterritoriais no município. Nessas quase duas décadas de cultivo de cana, os usineiros e fornecedores estenderam os seus cultivos, ampliando consideravelmente, na região, a pressão sobre os preços do arrendamento, tendo como consequência a monocultura nos moldes do agronegócio e suas alterações na paisagem. O título do capítulo é “As (im)possibilidades territoriais de plantar, colher e obter renda e trabalho da pecuária leiteira”.

Ao final deste segundo capítulo reunimos subsídios para problematizar a condição socioterritorial do camponês, iniciando uma discussão sobre a resiliência daqueles camponeses, analisando a memória, perspectivas de conquista, perdas, frustrações e elaboração de novas estratégias de existência territorial a partir da expansão da cana-de-açúcar na década de 2000. Nos trabalhos de campo observamos e analisamos as estratégias de vida que os camponeses estão realizando para viverem no lugar.

No capítulo 3 (três) trabalhamos com as paisagens e com os lugares vividos, onde analisamos as resiliências, manifestadas nas famílias camponesas. A partir das paisagens físicas e culturais, das relações sociais comunitárias entre camponeses, analisamos as tensões decorrentes das imposições advindas do avanço do setor sucroalcooleiro. O foco é a discussão dos seus envolvimentos com o processo de redefinição das paisagens e suas formas de persistências. Neste capítulo analisamos via imagens de satélites as variações do uso do solo, como por exemplo, área de pastagem. Geramos mapas temáticos para confrontar com as paisagens físicas, sobrepondo, com as culturais, explorando as memórias dos sujeitos sobre a natureza, suas práticas sociais imbricadas aos ciclos do Cerrado. O estudo foi desenvolvido analisando as territorialidades a partir, das paisagens dos modos de vida, das novas estratégias de existência territorial dos camponeses a partir dos interesses reprodutivos do setor sucroalcooleiro. No capítulo, exploramos as narrativas de vida dos camponeses. Nesta perspectiva discutimos as metamorfoses da paisagem e as possibilidades da resiliência camponesa comparecer no lugar como atos territoriais. O título do capítulo é “Reocupação do espaço e redefinição das paisagens agrárias de Tupaciguara - MG”.

No capítulo 4 (quatro), o enfoque foi sobre as resiliências, as representações do território e seus modos de vida nas comunidades tradicionais. O trabalho de campo permitiu analisar as estratégias produtivas que eles estão realizando para manter a produção mesmo em área reduzida. O capítulo corresponde aos estudos das práticas sociais dos camponeses, tendo como recorte temporal a década de 2000. Assim, tornou-se importante a análise da paisagem mental. Para analisar a paisagem mental dos camponeses, utilizamos os relatos. O título do capítulo é “Resiliência nas práticas sociais nas comunidades rurais de Tupaciguara – MG”.

A tese trata das formas de resiliência camponesa, considerando a capacidade dos camponeses estabelecerem seus arranjos e estratégias socioprodutivas fazendo voltar na família, e a partir delas se reerguerem das imposições do setor sucroalcooleiro, acionando saberes que estão relacionados aos seus modos de vida. Nos quintais comparecem as criações

de animais, as engenhocas onde ainda se produzem rapadura e destilam cachaça, terreiros onde se produzem polvilho e farinha de mandioca.

Um conjunto de práticas socioprodutivas baseadas na fartura de comida, de relações sociais recíprocas, onde é possível se tornarem “doadores e recebedores de diversos tipos de ajuda mútua e de alimentos, inclusive carnes<sup>21</sup>”. Assim as suas capacidades em perseverar ocorrem dentro de um processo que se dinamiza na retomada de antigos saberes e relações sociais, ampliando as formas de sustento das famílias e mesmo dos vizinhos. Neste sentido, as inclusões de vizinhança são fundamentais no processo de estabelecimento e fortalecimento dos seus modos de viver no Cerrado.

---

<sup>21</sup> Diálogos teóricos do autor com o orientador. Orgs.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. 2016.

## 1 - A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG

Tupaciguara situa-se na região do Triângulo Mineiro. Limita-se, ao norte, com o Estado de Goiás, a leste, com os Municípios de Araguari e Uberlândia, ao sul com Monte Alegre de Minas, e a oeste com o município de Araporã.

Elencamos como um ponto importante a localização do município, pois o mesmo está bem próximo de algumas capitais brasileiras. A sede municipal está situada a 830 metros de altitude e dista 619 km da capital estadual mineira (Belo Horizonte), 270 km da capital goiana (Goiânia), 669 da capital paulista (São Paulo) e 470 da capital nacional (Brasília).

Em sua origem, a região onde se encontra o atual município de Tupaciguara foi habitada inicialmente pelos índios Caiapó<sup>22</sup> e foi atravessada, em 1722, pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhanguera<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> De acordo com Naghettini (2009, s/p) Caiapó é uma etimologia que data do início do século XIX e tem origem em outros grupos indígenas circunvizinhos desta etnia. Kayapó significa homens semelhantes aos macacos, em grande medida devido a certos rituais que este grupo realiza, os quais são utilizadas máscaras de macaco pelos homens. A autonominação dos chamados Kayapó é mebêngôkre que significa literalmente "homens do poço d'água", ou seja, na língua própria deles, eles se autonominam mebêngôkre; porém são chamados de caiapós, pelas outras tribos indígenas. Entretanto, em tupi-guarani: caia = incendio, labareda; pó = mão, portanto: caiapó, etimologicamente, significa também: aquele que conduz fogo na mão, condutor de fogo na mão, incendiário. Caiapós - nome dado pelos índios tupi-guarani, para os Bandeirantes - nessa região do Triângulo Mineiro - foram os habitantes do Cerrado.

<sup>23</sup> Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740) nasce em Parnaíba. Herda do pai o nome e o apelido Anhanguera (Diabo Velho), dado pelos indígenas. Segundo alguns historiadores, seu pai teria enganado os índios ateando fogo em certa quantidade de álcool e ameaçando incendiar os rios. Com apenas 12 anos, Bartolomeu acompanha o pai em uma expedição ao território goiano. Na ocasião espalha-se a lenda sobre a suposta existência de minas de ouro e pedras preciosas na Serra dos Martírios. Em 1701 fixa-se em Sabará, Minas Gerais, indo mais tarde para São José do Pará e Pintangui, atraído pela descoberta de ouro na região. É nomeado fiscal do distrito, mas a Guerra dos Emboabas o força a retornar a Parnaíba. Em 1722 parte de São Paulo em mais uma expedição e, durante três anos, explora os sertões de Goiás. É acompanhado de dois religiosos beneditinos e um franciscano, 20 índios, 39 cavalos e 152 armas, além de levar munição e alimentos. Encontra algumas jazidas de ouro no rio dos Pilões e pequenas amostras no rio Claro. Nas situações de busca em que nada encontravam, Bartolomeu dizia "ou descobrir o que buscava ou morrer na empresa". Finalmente encontra ouro em abundância no rio Vermelho e volta à região em 1726, já como capitão-mor das minas. Ganha sesmarias do rei português dom João V, bem como o direito de cobrar passagem nos

Para proteger-se dos ataques dos nativos, Anhanguera edificou dezoito aldeias em sua rota, alojando nelas índios de várias tribos, principalmente Bororó<sup>24</sup>, oriundos de Mato Grosso. Desbravada assim a região, teve início a colonização, com a divisão das terras.

Com a formação das aldeias, as pessoas “começaram” a se organizar politicamente para melhorar o lugar onde residiam. De 1841 a 1842, devido aos esforços de Dona Maria Teixeira, devota de Nossa Senhora da Abadia, foi construída uma pequena capela no local, então pertencente à paróquia de Monte Alegre. No ano seguinte verificou-se um acidente, sem consequências, com o carro que conduzia para o lugar um padre, para celebrar missa. Por esses motivos, a povoação que se formava em torno da capela passou a ser chamada de "Abadia do Monte Alegre" ou "Abadia do Bom Sucesso".

Segundo documentos da prefeitura Municipal de Tupaciguara, com a Lei provincial nº 900, de 8 de junho de 1858, (segundo outros relatos, lei provincial nº 533, de 10 de outubro de 1851), confirmada pela lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, criou o distrito de Abadia do Bom Sucesso. Ainda com este nome foi criado o Município, pela lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911. A sede foi então elevada á categoria de vila, cuja instalação se verificou a 1º de junho de 1912.

Somente em 7 de setembro de 1923 foi adotado o nome de Tupaciguara<sup>25</sup> (lei estadual nº 843). Dois anos depois, em 10 de setembro de 1925 (lei nº 893), a vila de Tupaciguara ganhou foros de cidade. O termo judiciário foi criado pela lei estadual nº 879, de 24 de janeiro de 1925, e instalado em 27 de outubro de 1927.

O decreto-lei nº 541, de 16 de março de 1936, criou a Comarca de Tupaciguara, verificando-se a instalação em 18 de abril seguinte. O Município

rios que levam às minas de Goiás. Perde o poder à medida que a administração colonial se organiza na região. Morre pobre na vila de Goiás.

<sup>24</sup> O termo Bororo significa, na língua nativa, "pátio da aldeia". Não por acaso, a tradicional disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo, caracterizado por uma complexa organização social e pela riqueza de sua vida cerimonial.

<sup>25</sup> Tupaciguara é de origem indígena. Significa "Terra da Mãe de Deus" (Tupa-ciguara).

tinha 2 distritos: Tupaciguara (sede) e Araporã<sup>26</sup> (ex-Mato Grosso). Devido às lutas políticas o distrito de Araporã foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992, desmembrando de Tupaciguara. Tupaciguara deixa de ser o município sede de Araporã. Araporã passou a ser distrito emancipado a partir de 01-01-1993.

O município de Tupaciguara é constituído de uma vasta rede hidrográfica. O Rio Paranaíba e o Rio Araguari são os principais corpos d'água. Merece referência também, a cachoeira Rebojo do Tacho e as quedas d'água do córrego da Descarga e dos rios Bonito e Piedade, as serras da Cachoeira, da Descarga, Confusão e Caridade (mapa 02).

A partir da localização geográfica do município e principalmente da disponibilidade hídrica e de terras em Tupaciguara questionamos como são/estão os territórios dos camponeses. Esse questionamento está relacionado aos usos dos principais recursos almejados pelo setor agropecuário. Para compreender o território dos camponeses, elencamos/selecionamos três comunidades tradicionais<sup>27</sup>.

As três comunidades<sup>28</sup> foram selecionadas para o desenvolvimento da tese, pois, apesar de terem pontos em comuns (exemplo o camponês), elas vivem etapas diferentes em relação à inserção da cana-de-açúcar. Fazendo analogia do cultivo da cana em grandes áreas com os três turnos do dia,

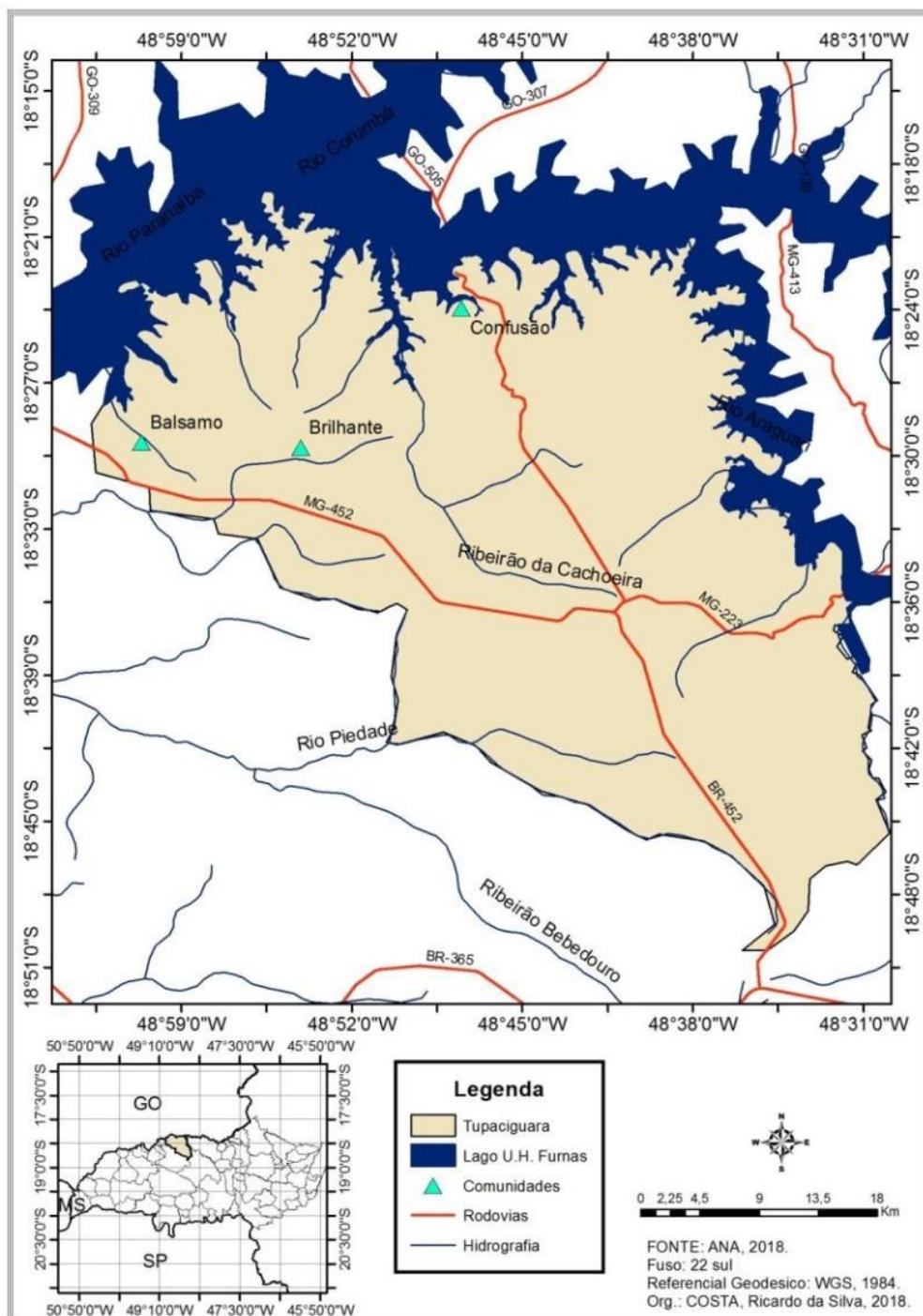
<sup>26</sup> Segundo IBGE Cidades Pelo decreto lei estadual nº 148, de 17-03-1938, o distrito de Mato Grosso passou a denominar-se Araporã. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Araporã figura no município de Tupaciguara.

<sup>27</sup> Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1996, p. 142).

<sup>28</sup> Bálamo, Brilhante e Confusão.

apresentamos as seguintes situações. No caso de uma comunidade que se encontra no turno matutino, ela corresponde a áreas onde começaram a plantar a cana no município. Aquela comunidade que está no turno vespertino, o usineiro está instalando lavouras e arrendando terras. No último caso, a comunidade está no turno da noite, sendo que a cana e a usina estão bem próximas, mas ainda não tem lavouras sendo cultivadas na comunidade.

Mapa 02 – Principais rios localizados no município de Tupaciguara – MG.



Os topônimos das comunidades seguindo a ordem da analogia utilizada no parágrafo anterior são: Bálamo<sup>29</sup>; Brilhante<sup>30</sup> e Confusão<sup>31</sup> (mapa 03). As duas primeiras possuem comércios, casas, capelas Católicas, templos Evangélicos e centro Espírita, bares e várias residências. Já a comunidade da Confusão tem apenas uma capela, sendo que não há um aglomerado de casas, elas são dispersas, pois, a comunidade é formada por fazendas que lidam com a criação de gado bovino leiteiro e de corte.

A formação das comunidades estudadas têm como origem a lógica das incursões das bandeiras nos sertões do Brasil. Os bandeirantes foram montando “pontos de apoio” (como vimos no início do capítulo) a partir desses pontos de apoio as pessoas começaram a “buscar” áreas para criar gado, lavouras, comércios dentre outras atividades. Assim, as pessoas que vinham com as bandeiras foram se fixando e delimitando o território, tendo sua posse sobre uma determinada área.

A partir dessa fixação foram chegando mais pessoas, as quais, em grande parte despossuídas de bens, se tornaram meeiros e parceiros. Assim, o controle sobre o território foi se afirmado a partir do poder vinculado à propriedade e a capacidade dos seus donos se apropriarem da força de trabalho daquelas pessoas. A sociabilidade, entre vizinhos e a religiosidade também foram promovendo, a partir de seus rituais e símbolos, outras delimitações territoriais e territorialidades. Assim sendo, se formaram basicamente as três comunidades.

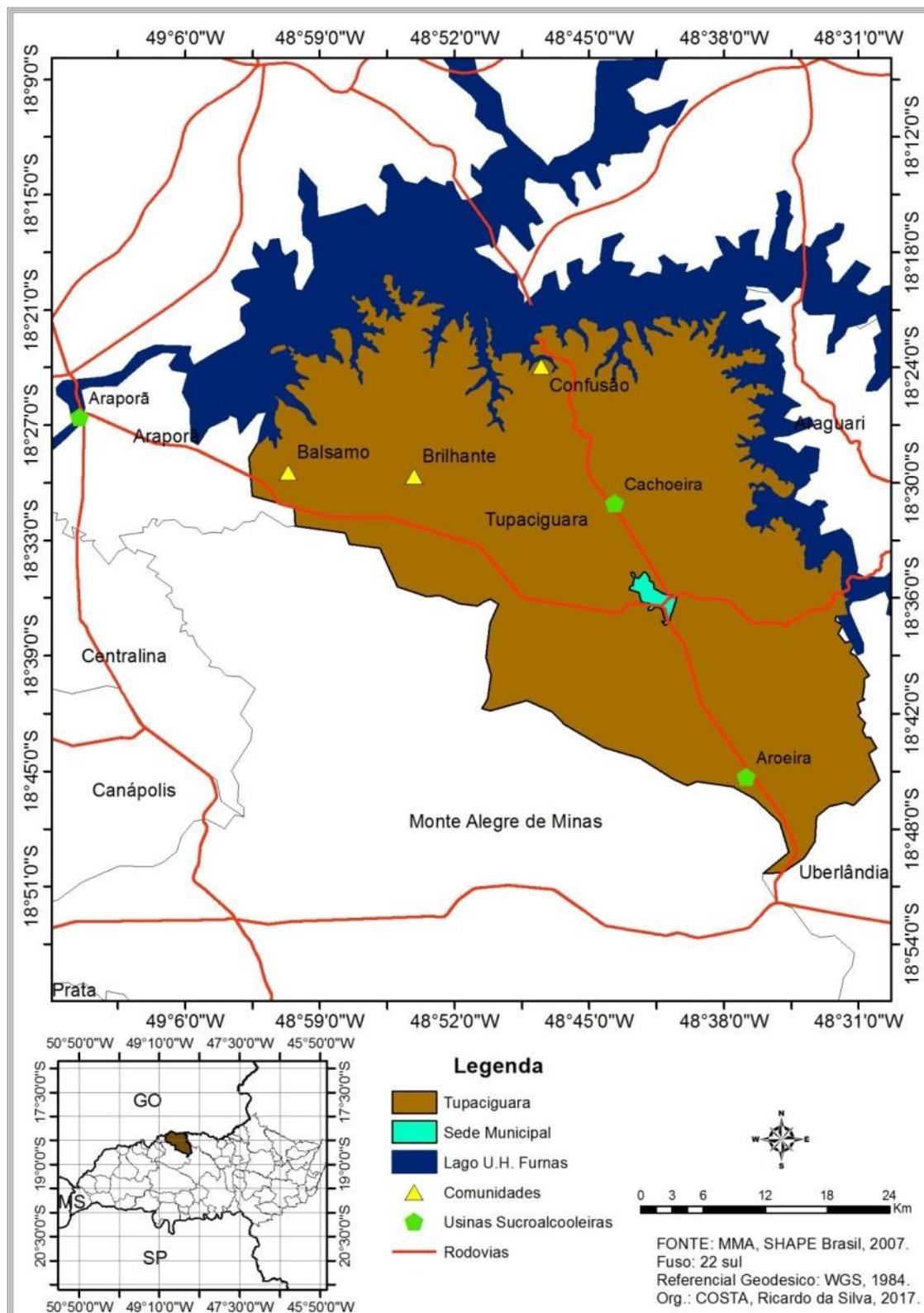
---

<sup>29</sup> Segundo documentos disponíveis na biblioteca da prefeitura de Tupaciguara, o toponímico deriva do fato de existir na área da comunidade muitas árvores denominadas “Bálamos” à beira de um córrego. Ao contrário dos outros povoados que circundam o município, O Bálamo, ergueu-se em torno da fé Espírita, doutrina codificada pelo francês Allan Kardec.

<sup>30</sup> Segundo documentos disponíveis na biblioteca da prefeitura de Tupaciguara, o povoado surgiu às margens do Córrego Grande, a comunidade recebeu o nome devido a um boi carreiro, tido em alta estima por seu dono, morto naquela localidade, enquanto transportava carga.

<sup>31</sup> De acordo com relatos dos moradores a origem do toponímico se deu devido a existência de três bares. Quando chegava no final de semana os bares ficam cheios, e havia muito consumo de bebida alcoólica e sempre “dava confusão”.

Mapa 03 – Localização das Comunidades Tradicionais e das usinas instaladas no município de Tupaciguara em 2017.



Observando o mapa 02, percebe-se que as comunidades estão localizadas próximas ao Rio Paranaíba (lago da Hidrelétrica de Furnas) e que

existem três usinas sucroalcooleiras instaladas nas proximidades (fotografias 01, 02 e 03). Sendo as Usinas Aroeira<sup>32</sup> e a Destilaria Cachoeira<sup>33</sup> ambas localizadas no município de Tupaciguara e a Usina Araporã<sup>34</sup> localizada no município de Araporã.

Fotografia 01 – Usina Aroeira instalada no município de Tupaciguara, 2008.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Fotografia 02 – Destilaria Cachoeira instalada no município de Tupaciguara, em 1984.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

---

<sup>32</sup> Formada pela fusão de três grupos: Grupo Maubisa (Holding com experiência em gerenciamento de investimentos e participações societárias em Usinas de álcool, açúcar e energia); Perplan (Fundada em 2000, pela união de duas empresas com mais de 25 anos de a Construtora Perdiza Villas Boas e a CP Construplan. realiza obras dentro do setor sucroalcooleiro para diversos grupos); Grupo Saci (atua na atividade agrícola desde a década de 1960, possui áreas em cana-de-açúcar, milho, soja e gado no estado de São Paulo e Triângulo Mineiro).

<sup>33</sup> Usina em funcionamento desde 1984, formada pelo grupo local “Agropecuária Vazante”.

<sup>34</sup> Antiga Usina Alvorada, atualmente a Usina Araporã pertence ao Grupo Irmãos Franceschi.

Fotografia 03 – Usina Araporã instalada no município de Araporã em 1966.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Estabelecemos como recorte temporal da pesquisa a década 2000. Foi a partir de meados daquela década, que começaram, ao mesmo tempo, a serem testados motores movidos a álcool e gasolina (tecnologia flex ou bicompostível). Neste contexto de invenções tecnológicas que o Brasil começou a investir (ou retornar os investimentos) nos setores de biocombustíveis, para a produção, novamente, de cana-de-açúcar.

É também nesta conjuntura que as indústrias de processamento de cana-de-açúcar se instalaram em quase todo o território nacional. Na região do Triângulo Mineiro, as usinas sucroalcooleira/sucroenergéticas, culminaram, em 2018, com a inclusão na paisagem da monocultura da cana-de-açúcar, a qual tem avançado sobre o espaço rural, afetando, inclusive camponeses que vivem nas veredas do Cerrado.

Com os investimentos realizados pelo setor sucroalcooleiro, os camponeses do município de Tupaciguara sofreram vários estranhamentos. O principal estranhamento ocorreu devido ao processo acelerado e inflacionado do arrendamento. As propostas de arrendamento eram estabelecidas por novos sujeitos com interesses e recursos nunca vistos antes no Município. Isso tudo tenciona o uso do espaço e retira as terras que estavam sob o uso dos camponeses.

Para compreender esses estranhamentos, partimos da formação das territorialidades para assimilar como ocorreu a formação dos territórios das comunidades estudadas. Como prática social centralizadora desse processo, nas entrevistas comparece a religiosidade dos camponeses. Trata-se fundamentalmente de um catolicismo rústico<sup>35</sup> que vai unindo os camponeses, fazendo surgir nos espaços comunitários suas territorialidades.

### **1.1. A RELIGIOSIDADE COMO FUNDAMENTO CULTURAL DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS**

Em relação às comunidades tradicionais, é necessário levar em consideração os legados sociais, seguramente residuais que potencializam a vida dos camponeses, como por exemplo, a ética e a moral, derivadas dos ensinamentos religiosos. Esse legado é fundamental entre os camponeses do cerrado tupaciguarense. Basicamente “tudo” que acontece ou deixa de acontecer às pessoas das comunidades em estudo se relacionam com o religioso.

Para os camponeses, a religião é interpretada como preceitos ligados aos ciclos naturais e as atividades sociais, que se manifestam nas festas religiosas celebrando/agradecendo/pedindo, ao mesmo tempo, boas colheitas junto aos padroeiros. A festa da Nossa Senhora da Aparecida<sup>36</sup>, por exemplo, acontece em outubro, quando as roças estavam começando a brotar, e era o momento

---

<sup>35</sup> Segundo Queiroz (1976, p.95-96) o catolicismo rústico tem um papel relevante nas relações sociais. “Assim, na religião rústica brasileira, moralidade e espiritualidade não são buscadas em si mesmas, mas pela utilidade que têm em assegurar uma existência mais tranquila e mais agradável ao grupo todo da vizinhança [...] Grupos de vizinhança e catolicismo rústico são então com o que imagem um do outro: rudimentares, fluídos, mal definidos. Correspondem ambos às necessidades de uma população cabocla pouco numerosa, se a compararmos com os largos espaços geográficos em que se move.

<sup>36</sup> Padroeira da Comunidade da Confusão.

de pedir chuvas continuadas e, consequentemente, nutrir a expectativa de boas safras.

Constatamos também que não foi só o catolicismo que ocasionou a formação das comunidades visitadas, identificamos que a comunidade do Bálamo tem sua origem pautada no espiritismo<sup>37</sup>. No entanto, em 2018 constatamos que a religião predominante é a religião católica.

Reforçando o que foi discutido no início do texto, ambas as comunidades possuem capelas instaladas. Para ilustrarmos tal situação, montamos uma sequência de fotografias, nas quais registramos as capelas de cada comunidade.

Fotografia 04 – Capela localizada na Comunidade do Brilhante.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

---

<sup>37</sup> No capítulo 3 veremos com mais detalhes.

Fotografia 05 – Capela localizada na Comunidade do Bálsmo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2018.

Fotografia 06 – Capela localizada na Comunidade da Confusão.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Além da capela católica, encontramos ainda na comunidade do Brilhante um Templo Evangélico, (Fotografia 07). No entanto, o templo reúne apenas alguns fiéis. Segundo relatos, em média 5 pessoas frequentam o culto durante

a semana. No final de semana aumenta o número de fiéis, pois, muitas pessoas se deslocam da cidade de Tupaciguara para a comunidade do Brilhante para visitar parentes ou mesmo somente para assistir o culto.

Fotografia 07 – Templo da Assembleia de Deus localizado na Comunidade do Brilhante.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Na comunidade do Bálsmo existe um centro espirita (fotografia 08). É a partir da sua instalação que se dá a origem da comunidade. Após a edificação do centro, a comunidade de devotos se organizou para edificarem a sua capela católica. No Balsamo existe ainda um Templo evangélico (fotografia 09)

Fotografia 08 – Centro Espírita localizado na Comunidade do Bálsmo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Fotografia 09 – Templo Evangélico localizado na Comunidade do Bálamo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Nesses lugares religiosos os camponeses encontram-se organizados em grupos sociais, destacando as características de um modo de vida<sup>38</sup> específico e vinculado às suas práticas sociais e religiosas. Seguramente, as comunidades são resultado de articulações políticas, representadas e ressignificadas nos lugares, como criações de sujeitos que moldaram os seus territórios em função de necessidades e interesses pontuais.

Os interesses são moldados a partir da “busca” por melhorias, seja individualmente ou comunitária, por exemplo, a comunidade do Brilhante reivindicou melhorias na escola, e que ela não fechasse. O movimento surgiu no espaço da capela e organizadamente conseguiram manter a escola funcionando na comunidade. A partir das relações sociais os camponeses conseguiram obter êxito em suas demandas. Segundo Martins (1996)

O homem [...] constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que

---

<sup>38</sup> No capítulo 3 veremos com mais detalhes.

carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza (MARTINS, 1996, p. 19).

Relacionando a citação de Martins (1996) com o que vimos na comunidade Brilhante, percebemos que os camponeses conseguiram, a partir das suas formas de organização, estabelecer reivindicação, mudando os jeitos de contornarem as imposições referentes a formação educacional das suas crianças. A escola é mantida pelo município, atende crianças até o sexto ano do Ensino Fundamental. Se a escola fechasse as crianças, seriam transportadas para a sede municipal (28 quilômetros) ou para a comunidade do Bálamo (29 quilômetros), o que daria em média 4 horas de viagem, pois muitos dos alunos moram nas fazendas afastadas da sede da comunidade do Brilhante.

Segundo Heidrich (2006)

[...] A condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação e ter a consciência disto. Assim, se levarmos em consideração as mais amplas referências das integrações sociais, tais vínculos podem ser apreendidos, fundamentalmente, por meio de três expressões: apropriação, valorização e consciência. A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e de adequação. A valorização do espaço (MORAES e COSTA, 1984), na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A consciência do espaço refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH, 2006, p.24).

O sentimento de pertencimento aflora na comunidade quando os camponeses se unem para reivindicar direitos que podem repercutir em melhorias ou mesmo se “impõr” perante a expansão canavieira. A cana-de-açúcar está cada vez mais cerceando as comunidades do município de Tupaciguara o que vai acarretando mudanças e transformações do espaço, ocasionado principalmente pelas políticas públicas voltadas para o setor. Um exemplo dessas políticas públicas são:

[...] as discussões relativas às políticas públicas de estímulo ao consumo de álcool, que passam pela equalização dos preços desse combustível com a gasolina, respeitada a relação quilômetro por litro de cada um, se concentram na determinação de alíquotas de ICMS, a cargo dos Estados da União. Nesse quesito São Paulo, que responde por mais de 50% do consumo de álcool do país, mantém desde 2004 alíquota de ICMS de 12%. Minas Gerais, após intenso debate sobre a manutenção ou revisão da alíquota, que era mantida igual para álcool e gasolina, em 24%, promoveu importante alteração primeiramente diferenciando a incidência do imposto estadual, passando a alíquota do álcool para 22% e da gasolina, de forma compensatória, para 22%. Mais recentemente, a partir de janeiro de 2012, nova redução levou a alíquota do ICMS sobre o álcool para 19% no Estado.

Vale comentar que, como estratégia suplementar para estimular a produção, Minas reduziu a alíquota de ICMS nas operações de distribuição de etanol para 12% (ALMG, 2012, s/p).

Enquanto as políticas públicas desse momento favorecem apenas os investimentos para o setor sucroalcooleiro, os subsídios do Estado estarão sendo direcionados a nutrir os interesses dos canavieiros e ameaçar a permanência camponesa. Nesse contexto, ampliam-se as possibilidades de expansão dessas grandes lavouras e de obtenção de mais lucro. Ao camponês resta um conjunto de tensões que geram enormes dificuldades para estabelecer a consolidação do seu território. De acordo com Harvey (1982)

[...] a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física – uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem,propriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo. [...] esse processo de criação do espaço é cheio de contradições e tensões e que as relações de classes nas sociedades capitalistas geram, inevitavelmente, fortes conflitos [...] (HARVEY, 1982, p.6).

Do ponto de vista da produção de etanol, observamos uma forte entrada de capital estrangeiro assumindo controle de usinas existentes (Usina Santa Juliana do grupo Bunge) e também investindo em novos empreendimentos (Companhia energética Vale do São Simão). À medida que a indústria canavieira muda de mãos é de se esperar que o anterior controle absoluto das usinas pelo capital privado nacional dê lugar a um novo modelo de gestão. Assim, também se pode antever que a produção futura estará parte nas mãos

dos atuais usineiros, parte nas mãos do capital estrangeiro, e parte nas mãos de grupos nacionais não convencionais do setor.

Apesar das tensões entre capital canavieiro *versus* camponeses, principalmente por áreas, parece não ter impedido também a recriação de territórios e redes familiares naquelas comunidades tradicionais. O não desaparecimento das redes familiares ocorreu basicamente interligando, a partir das relações e práticas sociais, uma nova vida cotidiana. Pois, segundo Seabra (2004):

[...] há um processo de valorização do espaço, implícito nas relações sociais o qual, necessariamente, tem que se territorializar para permitir alguma apropriação. Assim sendo, a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação sócio espacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (territórios do uso), sejam quais forem as separações ou, o grau de exclusão que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade. (SEABRA, 2004, p.183)

Podemos identificar, na reflexão de Seabra (2004), aspectos importantes a respeito do processo de valorização do espaço quando observamos a produção e uso dos ambientes construídos e pertencentes às comunidades em estudo (por exemplo, a escola). A vida do camponês nas comunidades e as suas decorrentes práticas cotidianas, podem ser analisadas a partir da solidariedade existente em função da convivência dos grupos de camponeses no território.

Pensar a redefinição de territórios e as transformações do espaço demonstra uma conceituação que possui um caráter extremamente abrangente, pois consegue englobar amplas formas e conteúdos aos modos de vida tradicionais, por meio das diferentes temporalidades e lógicas sociais que se manifestam nas comunidades camponesas do Cerrado transmutando o espaço vivido em territorialidade. Seabra (1996, p.46) ressalta que “[...] há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, sem o que não há vida; trata-se de uma escala demarcável do espaço”.

Em se tratando de territorialidade, pensa-se no uso e na apropriação. Nos termos do vivido e das estratégias que nele se fundamenta, Seabra (1996) considera que:

É preciso circunscrever, prescrevendo as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não propriedade; O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito [...]. Nisso está o conflito, a insurgência do uso (SEABRA, 1996, p.86).

É neste sentido que as identidades dos camponeses, renovam/surgem no espaço, construindo seus territórios na perspectiva do uso. Assim, entendemos que para os camponeses continuem dinamizando os seus modos de vida, é necessário que fortaleçam suas territorialidades.

O fortalecimento das territorialidades, não surge apenas do ponto de vista de sua produção ou mesmo do modo de vida, mas também sob o ponto de vista de sua cultura, de suas religiosidades. Segundo o Entrevistado 12:

Aqui na comunidade do Brilhante a maioria é católico [...] só que até 2016 nós não tinha padre, aí nós reunia e rezava, tinha gente que até ia na igreja dos crentes (Assembleia de Deus) só que não deixaram de ser católico [...] só que o povo foi desanimando da igreja dos crente e no ano passado (2017) chegou um Padre e o povo tá bem animado [...] o Padre quer fazê até festa (Informação Verbal)<sup>39</sup>.

Há nesse processo de fortalecimento das territorialidades o papel do líder religioso e a sua capacidade de organizar as pessoas. A cultura camponesa nas comunidades tupaciguarenses podem ser definidas como cultivos sociais dos modos de viver, sentir, pensar e expressar a vida com uma lógica própria, ela, é dinâmica, tem movimento, transforma-se ou se adequa de acordo com as mudanças ocorridas na organização da propriedade ou em seu modo de reproduzir-se socialmente.

Pensando na organização da propriedade entende-se que a lógica camponesa articulada e territorializada no espaço (re)ocupado pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar ganha equivalência na paisagem, já que a paisagem ainda não se homogeneizou, pois ainda existe nelas, vida e cultivos

---

<sup>39</sup> Entrevistado 12.

camponeses. Nas propriedades rurais, os camponeses descrevem os seus processos produtivos, propiciando a partir da leitura das paisagens<sup>40</sup> elementos para compreendermos como esses agricultores foram produzindo a vida no lugar e continuam existindo mesmo sob as seduções das propostas capitalistas de arrendamento.

O que significa compreender que no processo de (re)ocupação do Cerrado tupaciguarense emerge a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial. Conforme Raffestin (1993),

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Diante dessas argumentações compreendemos que a relação de poder é uma relação de um grupo com o outro, no nosso caso em questão, o capital sucroalcooleiro/usineiros *versus* camponeses. Pensando na citação do Raffestin, o que realmente ocorre nos lugares pesquisados é a modificação dos camponeses, pois eles têm que modificar suas relações e vinculações com redes sociais para continuar no campo, na comunidade.

Mesmo com as modificações impostas/sofridas/respondidas, para os camponeses, a territorialidade tem dimensões mais definidas, as quais são reforçadas pelas práticas sociais. Pensando nas práticas sociais e territorialidades, remetemos ao autor Souza (2013) o qual estudou a Comunidade Pedra Lisa no município de Quirinópolis GO, onde, segundo ele:

As práticas sociais presentes na comunidade estabelecem territorialidades que se manifestam nas paisagens camponesas reveladas em Pedra Lisa, apresentando modos de vida, heterogeneidades, conflitos entre o lugar e o global, assim

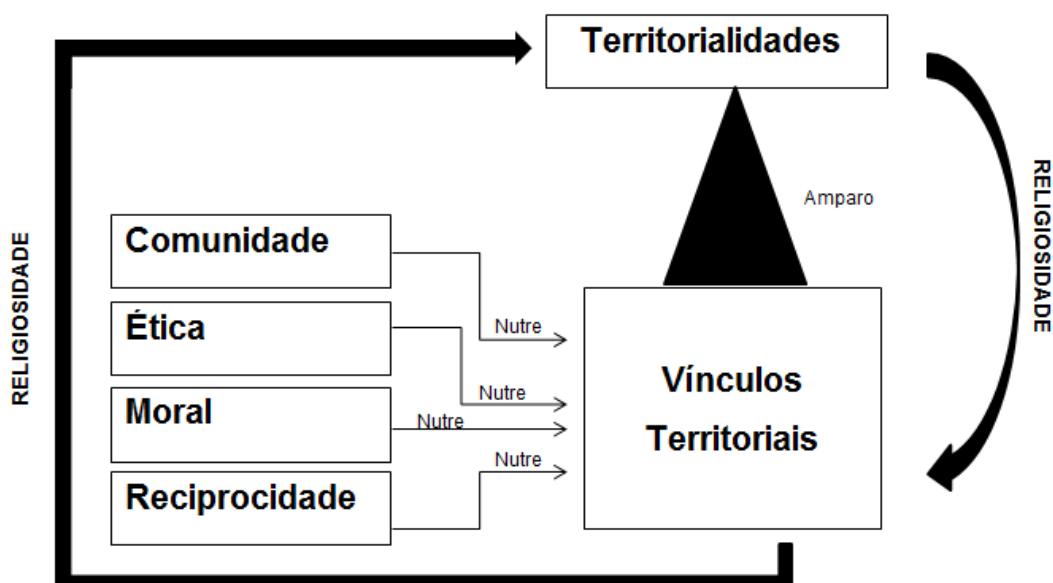
---

<sup>40</sup> Veremos com mais detalhe no capítulo 4.

como nas ações e atividades entre os próprios camponeses. Isso é importante porque implicam temporalidades sociais diferentes, que promovem tensões aos vínculos territoriais (SOUZA, 2013, p. 33).

Deslocando o que Souza (2013) estudou na comunidade Pedra Lisa para o que observamos no município de Tupaciguara podemos constatar que “conflitos entre o lugar e o global” no caso o camponês (lugar) e o setor sucroalcooleiro (global), geram tensões principalmente na questão da “perda” nos cultivos e das áreas de pastagem<sup>41</sup>. Com relação à compreensão dos vínculos territoriais, entendemos que temos que partir do cotidiano e suas influências religiosas, já que é no cotidiano, que são construídas e reforçadas as territorialidades, onde se (re)elaboram esses vínculos (imagem 01).

Imagen 01 - Relação dos vínculos territoriais e das territorialidades.



Fonte: Diálogos teóricos do autor com o orientador. Orgs.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. 2018.

Nos lugares estudados as práticas religiosas assumem um lugar central nos seus modos de vida. Assim, a comunidade, a ética, a moral e a reciprocidade<sup>42</sup> dos camponeses nutrem os seus vínculos territoriais, de forma

<sup>41</sup> Ver capítulo 2.

<sup>42</sup> De acordo com Polanyi (2000, p.124): [...] reciprocidade: os atos de troca encontram-se habitualmente incrustados em relações duradouras que supõem segurança e confiança, e tais condições tendem a toldar o caráter bilateral da transação. Os fatores restritivos ligam-se a

relativa e relacional as demandas da vida, propiciando dinamicidade as suas territorialidades.

No campo identificamos como ponto de ligação das relações sociais as práticas religiosas. Não falamos diretamente das religiões católicas, espíritas e protestantes e sim da questão da religiosidade camponesa<sup>43</sup>, onde estão seus preceitos em manter sua moral.

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio. E com base também nessas representações e no conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo [...] (DIEGUES, 2001, p.85).

Esse sistema de representações analisados por Diegues (2001), se materializa na nossa área de estudo em forma de encontros sagrados e profanos, tendo como centralidade as capelas e templos de cada comunidade, suas festas de padroeiro, cultos, procissões, dentre outros eventos. São instituições que possuem existência material e simbólica que motiva vários usos, inclusive com movimentos cíclicos com características culturais singulares que se revelam aos homens e mulheres na medida em que fundamenta uma existência particularizada daqueles camponeses.

#### Segundo Entrevistado 22:

[...] nós fazia muita festa aqui na comunidade. Vinha gente de todo lugar aqui ficava lotado [...] era novena e toda noite tinha leilão [...] hoje a festa tem só três dia e tem leilão só no sábado [...] [Como funciona o leilão?] Antes da festa nós vai ganhando prendas, ai aquilo que vai sobrá ou não vamo usa no almoço do último dia ai vai para o leilão, igual frango, vinho e o dinheiro vai para a igreja, porque assim ela tem condição de ficar bem cuidada e mantêm a comunidade reunida (Informação Verbal)<sup>44</sup>.

toda a espécie de aspectos de ordem sociológica: as leis e os costumes, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado [...].

<sup>43</sup> A religiosidade camponesa é observada de forma que os camponeses não tem o dogma religioso fixo, por exemplo, a Comunidade do Brilhante estava sem Padre, assim os camponeses utilizam o templo evangélico, com a chegada do Padre os camponeses retornaram para a igreja católica.

<sup>44</sup> Entrevistado 22. A memória camponesa permite conhecer as formas de arrecadar fundos para a festa. O leilão de prendas doadas para os santos era uma das estratégias comunitárias.

A festa torna-se ponto de encontro da comunidade, propícia para a manutenção da Capela, pois o dinheiro arrecadado vai para o caixa da capela e é usado para solucionar as demandas, por exemplo, instalar ventiladores. No último dia da festa é realizado um almoço sem custo, seja para pessoas da comunidade ou visitantes, esse ato serve para reforçar os laços de amizade, de reciprocidade de ajuda, já que toda a comunidade se envolve de alguma maneira na elaboração da festa. Além desses fatores a festa serve para restabelecer e reforçar as territorialidades dos camponeses.

Segundo Costa (2014):

[...] a territorialidade como concretização das relações sociais em dado espaço, envolvendo os seus sujeitos, instituições, materiais e simbólicas. Desse modo, compreendemos que a territorialidade é reconhecida na área de estudo, principalmente a partir das propriedades que se estabelecem na incorporação das relações econômicas e culturais que na articulação com o mercado, os pequenos produtores se especificam no lugar (COSTA, 2014, p.48).

Costa (2014) em sua dissertação de mestrado analisa a questão dos pequenos produtores de abacaxi no município de Canápolis - MG, apresentando como se dá a questão do avanço canavieiro *versus* os pequenos produtores de abacaxi. Relacionando o que Costa analisou com o esse estudo identificamos que os camponeses de Tupaciguara estão amplamente envolvidos com as práticas religiosas. No entanto, os cultivos para o mercado não deixam de fazer parte do cotidiano daqueles camponeses o que vai reforçando/construindo as suas territorialidades.

[...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

A territorialidade envolve relações distinguidas nas práticas sociais, este é um princípio primordial da ação humana para a formação da territorialidade. Assim, o camponês tem que continuar ocupando e mantendo suas relações com o território, seja manifestando as suas resiliências ou recriando seus vínculos territoriais continuamente.

A resiliência não é um conceito novo para as ciências, tem uma abordagem teórica-empírica, com interpretação em diversas ciências, como Pedagogia, Física, Engenharias, Matemática, Medicina, Psicologia, Sociologia, Geografia, Biologia, entre outras. No entanto, nosso enfoque científico ocorre pensando nas questões geográficas onde esse conceito comparece como:

A capacidade de responder de forma mais consistente aos desafios e dificuldades, de reagir com flexibilidade e capacidade de recuperação diante desses desafios e circunstâncias desfavoráveis, tendo uma atitude otimista, positiva e perseverante e mantendo um equilíbrio dinâmico durante e após os embates (PLACCO, 2002, p. 7-8).

O dinamismo da resiliência indica suas relações com as territorialidades na medida em que a cultura camponesa aparece como constituída por um conjunto de relações vividas cotidianamente pelos camponeses. Desse modo, a despeito das múltiplas conceituações que o território possa assumir, neste estudo, ele será considerado como forma de organização de um grupo social a partir do lugar vivido, das suas relações e instituições. Portanto, a nossa compreensão do território será também uma compreensão atrelada à vida e ao vivido dos camponeses tendo como ponto essencial às práticas religiosas.

#### Segundo Entrevistado 27:

Nóis acredita muito em Deus, sem ele nós não estaria aqui mais não [...] tem hora que dá uma dor no coração de vê tanta cana e vê as dificuldade de trabaíá na roça, mais ai nós para no fim do dia, põe uma vela queimar a noite e no outro dia a gente tá renovado [...] a gente levanta mais disposto (Informação Verbal)<sup>45</sup>.

As manifestações simbólicas dos camponeses ao colocarem “uma vela queimar a noite” nos remetem a diversos significados, como por exemplo, a vela surge para os camponeses como forma de agradecer/pedir a Deus que ilumine suas vidas, para que assim superem as dificuldades impostas, as incertezas relacionadas a expansão canavieira, estabelecendo confianças para seguirem se (re) organizando em seu território.

---

<sup>45</sup> Entrevistado 27. Percebemos que a relação com o religioso é reconfortante, ela estabelece reafirmações sobre o trabalho na terra.

A organização territorial camponesa estabelece estreita relação com a sociabilidade e a religiosidade. A religiosidade desempenha um importante papel na constituição da ética, da moral que por sua vez é apreendida no cotidiano.

De acordo com Tonaco (2010)

O sentimento religioso imputado à natureza humana tem sido à base da vida social e das representações coletivas. Uma forma de representação básica é a divindade protetora que exprime “fé em Deus e no Santo protetor” (TONACO, 2010, p.57).

Nesse sentido constatamos que em todas as comunidades estudadas têm seu padroeiro, um “Santo protetor” e que a partir dessa imagem são realizadas festas em seu louvor. O santo padroeiro é tratado como uma entidade sagrada, que por vezes medeia as relações entre os camponeses e Deus.

O Entrevistado 28, ao falar do santo padroeiro da comunidade:

Aqui na Confusão nosso santo padroeiro ou mió é Santa, ela é a Nossa Senhora da Aparecida, todo mês nós reúne pra rezá, agradece e pedi pra ajuda nós, não dexando fartá chuva, protegê os bichos e proteje a família e os amigo [...] mais dia 12 de outubro ai nois traiz um padre e comemora o dia dela [...] parece que o coração da gente enche, fica mais forte [...]<sup>46</sup>.

Para os camponeses, o poder do sagrado serve como forma de proteção e de renovação das suas esperanças de continuarem criando seus rebanhos. No sentido de proteção, os camponeses também se utilizam de símbolos como, cruzeiro, imagens de santos, principalmente na entrada das suas propriedades, fotografia 10. O símbolo religioso demarca o território, representa práticas antigas, bem como nomeia a fazenda com o nome do santo de sua devocão. Além desses fatores tem-se a festa. Ela é realizada a partir de doações que decorrem de formas de ajuda mútua e da reciprocidade

---

<sup>46</sup> Entrevistado 28. Para ele, o compromisso com a santidade é mensal. Aqui se trata de uma comunidade de criadores de gado que concebe a relação com a santa como fundamental para proteger o rebanho.

camponesa. Em geral trata-se de práticas sociais seculares que fortalecem a comunidade.

Fotografia 10 – Cruzeiro – Fazenda localizada na comunidade do Brilhante, 2016.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

O Cruzeiro localizado na entrada da fazenda – “traz proteção e chuva”. Os Camponeses sentem-se seguros e o utilizam em épocas em que o período de seca se estende, eles realizam procissões e no final molham o pé do cruzeiro.

A reciprocidade dos camponeses é uma prática social que envolve um trunfo que é usado para nutrir as famílias em contar com os membros das comunidades para realização de trabalhos em conjunto e nas reuniões divulgarem notícias, trocarem impressões. Geralmente servem para manter as festas, encontros comunitários e por vezes avaliações daquilo que está acontecendo no lugar. Esses enlaces nem sempre são percebidos pelos “de fora<sup>47</sup>”.

Segundo o Entrevistado 19:

[...] o povo vêm aqui para arrendá nossa terras e acha que nós é bobo e vai caindo na conversa deles [...] nós é tudo reunido [os camponeses] enquanto eles [os usineiros] tão achando que

---

<sup>47</sup> Termo utilizado pelos camponeses ao se referirem aos usineiros.

nóis num sabe de nada [...] nós sabe onde eles já foram e quanto ofereceram pela terra [...]<sup>48</sup>.

Essa rede de informações criadas pelos camponeses é anunciada como um recurso que permite “não fazerem papel de bobo<sup>49</sup>”, pois a partir do momento que o camponês sabe da pretensão dos usineiros, ele consegue ter tempo para refletir sobre o interesse do outro. Informado, consegue pensar e elaborar a sua resposta, quando possível, pode se opor às propostas de arrendamento.

Segundo a autora Tonaco (2010)

A organização do território religioso, portanto, nos mostra as dimensões políticas e religiosas do espaço. Desse modo, reconhecemos que o território religioso se desenvolve a partir de experiências expressivas, pois a experiência territorial das religiosidades é uma projeção de vivências, isto é, é uma expressão da condição humana ou das relações humanas no cotidiano (TONACO, 2010, p.73).

Constata-se que a religião constitui nas comunidades estudadas uma forma de (re) elaboração do território, pois é a partir da fé/religiosidade dos camponeses mantém a comunidade com certa coesão de interesses. A religiosidade como patrimônio dos camponeses, tem, então, fundamento no local vivido, naquele espaço em que proporcionou a formação de territórios e territorialidades.

Reforçando a ideia que Almeida (2010) nos apresenta

[...] o território, como forma e referência identitária de um grupo social, se aproxima do patrimônio e adquire um valor patrimonial. Assim, a interpretação do sentido de patrimônio leva em conta a base espacial conquistada, territorializada. Além disso, atribui-se a um bem o valor patrimonial ao se procurar compreender o território em sua dimensão fenomenológica e simbólica (ALMEIDA, 2010, p.123).

A referência identitária tornou-se um nível específico da prática social, manifestada e percebida como paisagens, rituais, estéticas e formas de sociabilidade. A ocorrência acontece nas casas das famílias, tornando o

<sup>48</sup> Entrevistado 19. Considerando que o arrendamento é uma ameaça para os projetos das famílias camponesas, a falas informa sobre as suas avaliações, indicando formas de resistir e divulgar as intenções dos outros sobre a terra.

<sup>49</sup> Entrevistado 19.

espaço comunitário um mosaico de formas e conteúdos sobrepostos, que expressam tempos e modos diferenciados de viver o rural e de fortalecer os territórios camponeses a partir do fundamento religioso/católico.

## **1.2. OS VINCULOS RELIGIOSOS COMO FUNDENTE DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESESAS**

Para dar início ao estudo das vinculações religiosas camponesas ao território, iniciamos uma abordagem geográfica do território, o qual tem como princípio a análise das manifestações socioculturais. Essa posição reside no fato de que a formação de território na área de estudo, está além de suas implicações espaciais imediatas, pois a cultura religiosa é um aspecto importante na formação do município de Tupaciguara.

A partir das identidades religiosas dos camponeses, relacionadas ao catolicismo, pensamos nas elaborações sociais que eles criam para viverem nos lugares cercados pela monocultura da cana. A questão da ocupação de espaços envolvendo camponeses e usineiros revela dissonâncias de valores religiosos, de uso e de troca, pois é preciso considerar também, os interesses envolvidos na linearização do tempo produtivo. Em ritmos cada vez mais acelerados os usineiros impõem ao espaço a otimização do tempo, gerando estranhamentos aos camponeses.

Segundo Kinn (2010)

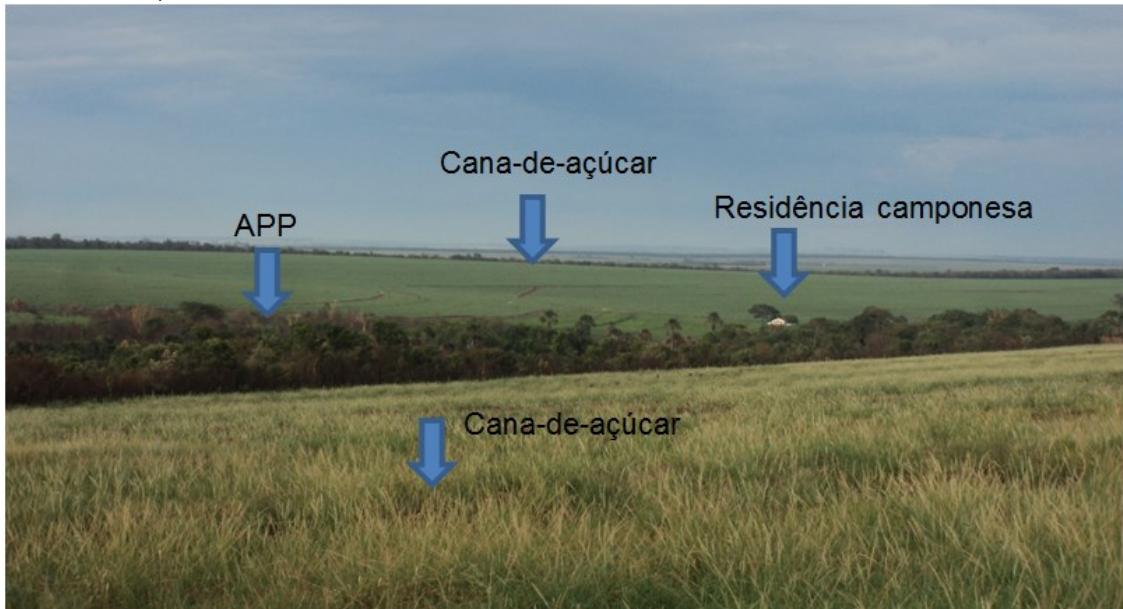
O camponês, no uso do espaço que se faz território, considera a sua existência, para além da sua simples subsistência e da sua família, a um modo de produção familiar recheado de heterogêneas possibilidades de existência (KINN, 2010, p.148).

Para conhecer/entender as suas heterogêneas possibilidades de existência, não obstante as imposições do mercado, e de como se organiza no

espaço, consideramos as suas metamorfoses em um contexto de transformação.

A metamorfose na sua constituição social pode ser observada a partir do momento que os vizinhos vão saindo e a rede de vizinhança vai perdendo seus nós (fotografia 11). A metamorfose política ocorre a partir da busca pelo reconhecimento de direitos de se viver no lugar. Assim, suportar as contradições ambientais trazidas com as lavouras de cana-de-açúcar tem lá seus limites. Geralmente estão relacionados a perda da sua diversidade produtiva. Trata-se de uma tomada de consciência que se traduz em reivindicações implicadas no reconhecimento das suas demandas perante os usineiros. Na pauta de reivindicações comparece a questão da velocidade dos caminhões. A partir de seus representantes vão até aos responsáveis pela usina e lá pedem para que os caminhões transitem em menor velocidade nas estradas da comunidade.

Fotografia 11 – Residência camponesa cercada por lavouras de cana – Comunidade do Bálsmo, 2016.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Observando o conteúdo da fotografia identifica-se que não há mais vizinhos. O que restou foi a casa e a APP. A cana difere de outros cultivos. Ela não demanda “moradores”, pois, seu ciclo reprodutivo dispensa manejos habituais, diferentes, por exemplo, das lavouras de milho e soja as quais necessitam que sejam observadas diariamente.

Conforme Santos (2008b)

[...] Sob qualquer dessas formas de aplicação tecnológica aos processos produtivos dos diferentes grupos sociais, é preciso considerar que os novos produtores, que também se tornaram habitantes do cerrado, materializados nas grandes lavouras de exportação, mesmo sendo elas cultivadas com certo distanciamento dos mineiros, foram penetrando nos territórios já existentes. A constatação de relações sociais que legitimam a existência de grupos tradicionais em Irai de Minas, levou-nos a pensar nos embates e naquilo que vem mediando os contatos entre mineiros e gaúchos (SANTOS, 2008b, p.104-105).

Trazendo o que foi descrito em Santos (2008b) para o que observamos na área de estudo, identificamos uma enorme diferença do que foi visto no município de Irai de Minas (a chegada dos gaúchos no Cerrado mineiro para o cultivo de soja e milho) onde o grupo investidor (família de gaúchos) foi para o cerrado do município, plantar e “construir” sua vida. Já no nosso caso, o que observamos foi que os investidores do setor sucroalcooleiro, os quais muitos nem conhecem o município, vieram apenas para obter lucro.

Esse fato ocorre principalmente com as lavouras da Usina Aroeira a qual é formada por aglomerados de empresas, as quais possuem vários sócios, sendo que muito desses sócios não tem nem rosto (são grupos que possuem fundos para investir no setor sucroalcooleiro), assim tecnicam o campo para obterem mais lucros no cerrado de Tupaciguara, acarretando várias tensões.

Exemplificando, as tensões que ocorrem na comunidade do Bálamo, a Comunidade, prejudicada pelo tráfego de grandes caminhões e máquinas agrícolas, reclamou da poeira. A usina ouviu os representantes comunitários e se colocou atenciosa e “com toda a bondade<sup>50</sup>” começou a molhar as estradas da comunidade (fotografia 12).

---

<sup>50</sup> Em nossas pesquisas descobrimos que o excesso de poeira na cana cortada prejudica a qualidade do etanol e do açúcar produzido, segundo Mezaroba, et al (2010, p.9) “A qualidade do produto final está diretamente ligada à qualidade da matéria-prima que deve ser avaliada através da amostragem na recepção. Portanto nesse aspecto destaca-se a importância do pagamento diferenciado aos produtores da cana-de-açúcar de modo a incentivar a produção limpa e o fornecimento de uma boa matéria-prima”.

Fotografia 12 – Caminhão da usina molhando a estrada na Comunidade do Bálamo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Com a disponibilidade da usina em molhar as estradas as pessoas da comunidade pararam de reclamar do trânsito e da poeira, nesse sentido percebem que organizadamente podem agir em defesa do seu território. Esses atos territoriais geram também sentimentos pelo/no lugar.

[...] lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo *o lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 1996, p14).

Assim, a dedicação ao estudo dos lugares decorre das possibilidades de conhecer as articulações dos camponeses, para se manterem no campo perante as imposições advindas da expansão canavieira ocorrida a partir da década de 2000. No entanto, o lugar não é uma questão de referência ou de escala. Ele como espaço vivido é o local que materializa a organização dos camponeses que, de acordo com Carlos (1994):

O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação

mas isso só ocorre se transcende a ideia dele enquanto fato isolado. Nesse sentido o lugar não seria definido pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual. (CARLOS, 1994, p. 42).

O lugar é parte adicional do espaço social, e a desigualdade está pautada no modo de produção capitalista, como observamos em campo, onde o setor sucroalcooleiro detém e aplica alta tecnologia, por exemplo, as colhedoras; sendo que os camponeses têm no máximo pequenos tratores, os quais apresentam mais de trinta anos de uso (Fotografias 13 e 14), não podemos deixar de falar que nem todos os camponeses possuem tratores.

Fotografia 13 - Colhedora de cana, município de Tupaciguara – MG.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Fotografia 14 - Trator na propriedade camponesa, município de Tupaciguara – MG.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Observando as fotografias 13 e 14 constatamos que no campo tupaciguarense o camponês organiza/apresenta diferentes formas de produção, suas colaborações envolvem parcerias instituídas nos eventos promovidos em seus lugares de encontro, sobretudo nas capelas. Os maquinários de última geração e aqueles envelhecidos pelo tecnicismo continuam fazendo parte da mesma paisagem. Contudo, as relações constituídas secularmente, com chegada da cana acabou acarretando mudanças nas práticas sociais dos camponeses.

Segundo o Entrevistado 8:

Com a chegada da cana saiu muito companheiro daqui [...] mais mesmo com os companheiros não morando aqui na comunidade nós, ainda se reúne e faz nossas rezas [...] uma vez a cada dois meses o padre celebra a missa ai, vem e os companheiros pra participa (Informação Verbal)<sup>51</sup>.

Apesar da saída de várias famílias, os camponeses voltam para a comunidade para participar das orações e dos compromissos religiosos, eles

<sup>51</sup> Entrevistado 8. A fala do camponês expõe sentimentos relacionados ao processo de êxodo provocado pela monocultura da cana.

se reúnem quando o Padre está presente na comunidade. Nestas participações eles recriam suas formas de sociabilidades.

Contudo, em Tupaciguara, a continuação das comunidades tradicionais, como espaço e território social dos camponeses, atingem outros contornos e sentidos. Neste processo surgem misturas de elementos modernos e de relações humanas, baseadas e sustentadas em sociabilidades antigas acarretando outras metamorfoses nos camponeses.

Conforme Santos (2008):

Esses homens são metamorfoseados pelas imposições sociais advindas do processo de produção e reprodução capitalista, mas essas imposições têm seus limites, seus contornos, não são totais, no sentido de que não chegam a perpassar todos os momentos da vida, embora exista tal tendência (SANTOS, 2008, p. 58).

A interpretação da condição social e territorial dos camponeses como forma não especificamente capitalista de produção<sup>52</sup>, portanto, como possuidora de uma dinâmica própria, apesar desta já ter sido absorvida/subordinada pelo capitalismo, possibilita entender os camponeses, os quais não são somente força produtiva. Eles com suas famílias não são somente funcionais a produção e reprodução do capital. Os camponeses desenvolvem um modo de vida em que os seus processos produtivos são dinamizados por caminhos distintos, criando eixos de relações que modificam o espaço vivido e, vão dando dinamismo a sua existência.

De acordo com Diegues (2001):

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos

---

<sup>52</sup> Ao analisar os camponeses identificamos que eles não buscam primeiramente o lucro com os seus cultivos e sim sua economia de fartura, após prover os alimentos para a família ai sim o restante dos cultivos vão para o mercado. Por isso falamos que não são especificamente capitalistas.

hábitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico (DIEGUES, 2001, p.85).

#### Segundo o mesmo autor

O território depende não somente do tipo de meio-físico explotado, mas também das *relações sociais* existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas *marcas* de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, como as "caiçaras" instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (Alagoas). Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes de fundo (DIEGUES, 2001, p.83).

Diegues em seu estudo analisa as comunidades dos caiçaras que habitam o litoral, principalmente o litoral do estado de São Paulo, no entanto é possível relacionar o que ele estudou "litoral" com a nossa sapiência no "sertão". O ponto em comum entre o que Diegues estuda, com aquilo que observamos em nosso estudo é que ocorre a busca pelo controle do meio físico a partir de relações que as pessoas estabelecem uma com as outras, tendo como lastro o modo de vida e suas práticas socioreligiosas. Em Diegues as relações sociais estão pautadas principalmente na pesca, no uso do mar, no nosso caso ao uso do Cerrado, essa relação encontra-se articulada à pecuária, na religião e na ajuda mútua.

Os camponeses estão recorrendo à ajuda mútua<sup>53</sup> para poder continuar produzindo renda. No cotidiano a reciprocidade acontece de várias maneiras. Quando um camponês vai abater uma vaca, ele chama os vizinhos para ajudá-lo, no final do dia quando o serviço termina o dono da carne distribui as partes menos nobres para os vizinhos. Corrobora o Entrevistado 26:

Quando nós vai mata vaca, ou porco nós reúne a famíia e os vizinhos, faz aquela festança nós fica o dia intero [...] quando é porco nós vai fritando o figo pra turma comê e vai comendo a pele (crua apenas sapecada) com limão [...] e no final cada um leva um pedacinho de carne pra casa [...] foi isso que Deus ensinou, temo que dividi pra pode ter [...] (Informação Verbal)<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> No capítulo 2, analisamos a ajuda mútua na fabricação dos silos, para alimentação do gado.

<sup>54</sup> Entrevistado 26. Há uma preocupação em produzir fartura e distribuir parte dela entre os vizinhos. Nessas práticas, sempre se espera a reciprocidade.

Esse fato parece ser simples, no entanto é complexo, pois a partir do momento em que doa a carne, a pessoa que recebe “torna-se obrigada” a repetir a ação, com isso acabam tendo uma garantia de terem carne na sua dieta alimentar. Agindo dessa forma fortalecem as práticas sociais e as suas territorialidades. Como são camponeses que resistem às investidas do agronegócio, percebemos que as suas práticas sociais se constituem em estratégias importantes para existirem em um lugar onde se estabelece conexões com o mundo.

Kinn (2010) afirma que:

O território se encontra compartimentado por meio de características naturais e de conteúdos sociais, históricos e culturais. Pode-se considerar que territórios são espaços apropriados por determinados segmentos sociais (KINN, 2010, p.78).

No cotidiano dos camponeses o território é efetivado nas relações no âmbito do trabalho, da família, da religião dentre outras tramas sociais as quais vão estabelecendo e fortalecendo suas territorialidades.

É importante considerar as práticas religiosas, pois elas estão diretamente ligadas aos sistemas de representação de valores humanos, que permitem aos camponeses se afirmarem, se reconhecerem e constituírem suas coletividades usando o espaço a seu favor

Relata o Entrevistado 29:

Todo o domingo nós vai a igreja rezá lá nós encontrá um conforto e depois da missa nós vai conversá com os amigos, pra sabê das novidade [...] e se alguém precisa de uma di mão (ajuda) já fala, igual outro dia eu precisava arrumá minha estrada, mais não tenho trator ai combinei com o Zé<sup>55</sup> de arrumá lá pra mim ele só pediu o combustível se tivesse que pagá, eu não dava conta [...]<sup>56</sup>

O espaço da capela torna-se lugar de encontro dos camponeses. Nele cumpre-se com os compromissos religiosos e também se usa o espaço para

<sup>55</sup> Não é o nome verdadeiro, alterado devido às normas do comitê de ética.

<sup>56</sup> Entrevistado 29. O espaço percebido e vivido inclui a capela, os eventos e os amigos que ela abriga. É nesse espaço que eles acertam com os outros, identificados com suas demandas, algumas saídas para continuarem vivendo no lugar.

resolverem as demandas individuais e coletivas. A partir da “di mão” para arrumar a estrada os camponeses fortalecem seus vínculos com o território, se eles fossem depender do poder público ou dos recursos financeiros individuais, a estrada não ficaria pronta tão rápido como foi consertada, utilizando-se da ajuda mútua e das relações entre vizinhos.

O entrevistado 7 pondera:

Eu tenho um trator, com a lâmina e com a carreta, ele não é novo mais dá prá arrumá muita coisa [...] aqui na comunidade se um companheiro precisa nós atende, troca os serviço. — Como assim? — Igual fui arrumá a estrada para um companheiro ai ele deu o óleo diesel e já ficou combinado dele ir na minha casa ajudá arrumá uma cerca, assim nós evita gastá aquilo que não tem [...] e também nós segue o que Deus manda ajudá o próximo [...] assim vai levando a vida aqui na roça [...] (Informação Verbal)<sup>57</sup>

As relações sociais são carregadas de simbolismos<sup>58</sup>, repletas de sentimentos os quais acarretam no constructo das identidades camponesas, e a partir dai é possível usar o espaço a favor das suas demandas. Assim, não estabelecem uma relação de poder em relação ao espaço, não são/estão no lugar vivido, restringidos, exclusivamente às relações de produção e de poder.

Para Lefebvre (1986, p.191), “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, esvaziado. Seu conceito não adquire seu sentido a não ser por oposição ao conceito inseparável de apropriação”, e, por consequência da refutação entre apropriação e propriedade.

Diante dessas questões temos como ponto central, para analisá-las as suas práticas sociais referenciadas nas suas apreciações sobre o religioso. Nessa perspectiva observamos que os camponeses interpretam o sagrado, estabelecendo (re) afirmações territoriais a partir do uso do espaço sagrado.

Para o Entrevistado 16:

[...] Agora que esse Padre chegou na comunidade já tá diferente, já conseguimos unir para reformar a capela, o padre

<sup>57</sup> Entrevistado 7. A sociabilidade mediada pela necessidade e reciprocidade. Os valores religiosos comparecem como afirmação identitária dos camponeses.

<sup>58</sup> Na comunidade do Brilhante o simbolismo surge nas relações entre os camponeses e a religião, seguindo “os ensinamentos de Deus”, sendo aparente também nos nomes das propriedades camponesas.

já deu ideia de fazer uma festa para poder arrumar a casa da festa (salão) ou ele até falou em construir outro pra dexá a igreja livre pra ela fica mais bonita [...] estamos cheio de alegria com esse Padre [...](Informação Verbal)<sup>59</sup>

Analizando a fala do entrevistado percebemos que a comunidade começava a se (re)afirmar a partir das sugestões do líder religioso. O patrimônio festa é acionado para promover a reunião das famílias. Fazer renascer a festa acarretou na retomada da vida comunitária. Nesse sentido o Entrevistado 21 afirmou:

Eu morava de aluguel na cidade e tava muito difícil, tenho um filho e minha muié tá grávida e eu não tinha serviço [...] ai minha vó conversou com o Padre e ele deixô nós morá na casa da igreja [...] agora eu tenho onde mora e o povo da comunidade arrumô um serviço pra mim [...] eu nasci aqui e agora não quero sai daqui mais [...] graças a Deus tô de volta e tenho trabalho e onde morá [...]<sup>60</sup>

A fala indica que o retorno do entrevistado para a comunidade, propiciou algo que não foi possível no espaço da cidade. Nela, ele e a sua família não tinham emprego e casa para morar, estavam para serem despejados. A comunidade voltando a existir, revaloriza relações sociais familiares e acolhe os seus migrantes.

Estas dificuldades são transpostas, principalmente, quando a comunidade revigora as suas práticas religiosas. Elas são fundamentais para que os camponeses sintam-se pertencentes ao lugar. Além disso, eles se envolvem com os seus patrimônios religiosos e culturais, fortalecendo as territorialidades e, consequentemente, consolidando o território camponês.

De acordo com Santos, (1999),

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas

---

<sup>59</sup> Entrevistado 16. A liderança religiosa propõe à comunidade interações com o espaço. Nessa perspectiva a comunidade aceitando as sugestões, renasce e revaloriza os seus patrimônios.

<sup>60</sup> Entrevistado 21. A retomada da festa, da vida comunitária também implica em retorno dos membros da comunidade.

materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

A percepção da cultura e da natureza permeia e faz parte da vida de homens e mulheres acostumados a viverem tendo a comunidade como o seu lugar de reprodução econômica, existência simbólica e social.

Na mercearia localizada na comunidade do Bálsmo encontramos banha de porco envazada em garrafas Pet (Fotografia 15), isso nos indica que os camponeses também foram capazes de açãoar seus resíduos. No caso da banha de porco, era comum cozinharem e conservarem alimentos usando a gordura animal. Agora usam esse conhecimento para gerar renda para a família.

Fotografia 15 – Banha de porco na gôndola ao lado dos óleos de soja industrial – Comunidade do Bálsmo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Observando a quantidade de produtos presentes na fotografia 15 constatamos que a banha continua/faz parte dos hábitos alimentares dos camponeses da comunidade. Destaca-se que há mais garrafas de banha do que embalagens com óleo de soja.

De acordo com o Entrevistado 25:

[...] antigamente a banha tinha muito valor, na época do meu pai tinha gente que trabalhava o dia em troca de uma lata de banha (18 litros), ai depois saiu falando que a banha fazia mal [...] ai chegou o óleo de soja, esse sim faz mal, o povo parô de usá banha, na minha casa nunca deixei de usar [...] agora o povo fala que banha faz bem, quem entende [...] eu vendo de parceria cada 20 litro 2 litro é meu [...] vende muito rápido [...] (Informação Verbal)<sup>61</sup>.

Identificamos na fala do entrevistado que a parceria entre os camponeses e o comerciante, o camponês produz a banha e o comerciante coloca na mercearia para comercializar. Apesar de o camponês “perder” 10 % da banha para o comerciante, ainda assim é mais vantajoso do que se ele vendesse direto. Na mercearia também comparece relações de confiança, pois o produto banha, somente vai remunerar o camponês quando ele for comercializado,

Assim, conhecendo o cotidiano dos camponeses do município de Tupaciguara, identificamos que para eles o território possui diferentes combinações, por exemplo, funcional e simbólico. Almeida (2008, p. 58) escreve que “o território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”.

A identidade cultural é reconhecida na nossa área de estudo a partir das representações construídas, tendo as práticas sociais vinculadas ao religioso, às características mais expressivas das comunidades estudadas. As tensões entre os camponeses e os grupos econômicos, como usineiros, laticínios, dentre outros, afetam as suas identidades e têm suas pertenças ameaçadas, o que ajuda a explicar a necessidade dos camponeses em reforçarem as suas territorialidades e continuarem vivendo no lugar.

Conforme o Entrevistado 16:

Aqui nós deu um jeito com o laticínio, porque na seca nós produz um tanto bom porque, nós trata com silo aí o preço do

---

<sup>61</sup> Entrevistado 25. A memória camponesa indica que conhecimentos e habilidades relacionados a produção dos meios de vida ainda não desapareceram do modo de vida deles.

litro do leite é mió só que quando chega os tempos das águas a quantidade de leite aumenta, só que o preço cai [...] ai nós juntô a família e pensô em uma maneira de aproveitá mais o leite é ganhá mais [...] nós concluiu que deveria fazé queijão [...] ai deu certo hoje nós manda o leite pro laticínio e ainda nós faz queijão e vende na comunidade (Informação Verbal)<sup>62</sup>.

Percebemos na fala do entrevistado formas de organização do trabalho familiar e as estratégias na propriedade para continuar mantendo a família e propiciar algum conforto para seus membros. No período da seca os camponeses alimentam o rebanho bovino com silo de milho (fotografia 16), com isso as vacas continuam produzindo leite, estabelecendo a manutenção da renda.

No período de chuva em que não há necessidade de tratar do rebanho bovino com silo, o preço do litro de leite diminui o que atrapalha os planos dos camponeses. A partir dessa diminuição do preço do litro do leite os camponeses acionaram alguns de seus resíduos, que naquele caso era para a fabricação do queijão. No período das chuvas, os camponeses ampliam a produção. Assim, o leite que excede a cota do laticínio permanece na propriedade para eles fazerem o queijão. No ciclo da natureza do Cerrado é nas águas que os camponeses reúnem recursos para sobreviver na seca.

---

<sup>62</sup> Entrevistado 16. A fala indica que o camponês resiste estabelecendo estratégias para de viver sob as imposições do mercado.

Fotografia 16 – Silo de milho de superfície, Comunidade do Brilhante. 2015.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Observando o conteúdo da fotografia 16, percebemos que a quantidade de alimento depositada no silo era de várias toneladas. No entanto, quando realizamos a visita<sup>63</sup> o silo estava quase no final. O silo é o lugar onde se armazena o alimento para nutrir o rebanho. Trata-se de alimento muito rico em proteínas, além de ser mais vantajoso para o camponês, pois são eles que cultivam o milho, depois reúnem os vizinhos para fazer o silo, com isso o custo é bem reduzido.

Segundo o entrevistado 16:

[...] nós já fica combinado com os outros de fazê o silo todo ano, cada semana é na casa de um, aqui funciona nós reune quem tem trator, nós precisa de no mínimo dois, só que aqui na comunidade nós tem quatro companheiro que tem trator, ai fica bem mais fácil, porque um fica responsável em transportar o milho e os outros fica responsável em compactar o milho, quanto mais compactado melhor é, mais vai durá o silo, não pode dexá oxigênio se não mofá o silo [...] nós faiz silo prós

<sup>63</sup> Meados de outubro do ano de 2015.

companheiros que não tem trator também, aqui é um ajudano o outro (Informação Verbal)<sup>64</sup>.

Na fala constatamos que há uma integração dos camponeses para fazer o silo, mesmo quem não tem equipamentos (trator, carretas ou siladeiras) participam do mutirão<sup>65</sup>. Cada camponês têm sua responsabilidade e cada semana o silo é feito em uma propriedade diferente, mas sempre no último dia é realizado um almoço onde se reúne a família de todos os camponeses envolvidos na elaboração do silo. Nessas reuniões comemora-se a ajuda recebida e ritualiza-se agradecimentos à Deus.

A relação, camponês/território acarreta na criação de laços identitários com a comunidade. Nesse processo, mantêm-se vivas várias práticas culturais, responsáveis por nutrir os seus vínculos com o lugar.

De acordo com Kinn (2010)

O território camponês não é somente uma forma espacial de projeção de identidades. Nele estão também as substâncias camponesas (culturais, por exemplo) que tornam o camponês capaz de agir enquanto tal e enquanto sujeito social, opondo-se à subordinação a quem impõe poder no espaço. Importa aos camponeses não apenas os usos de elementos do espaço, mas, a partir deles, obter afirmação e reconhecimento dos seus vínculos com o território, tanto individual quanto coletivamente (KINN, 2010, p.152).

Os camponeses se “opõem” ao avanço canavieiro, recriando relação de ajuda mútua implicadas na reciprocidade e no restabelecimento de seus vínculos com o território. Desse modo, ao continuarem gerando renda e trabalho também recriam relações sociais para continuarem cultivando seus roçados em áreas menores. Afirma o entrevistado 13:

Nóis tá mais tranquilo porque o João<sup>66</sup> disse que não arrenda a terra pro povo da cana, porque diz ele que eles não respeitam ninguém, e que ele também nem vê a cara de ninguém [...]

<sup>64</sup> Entrevistado 16. Fazer o Silo implica em ajuda mútua, reciprocidade, sociabilidade e confiança.

<sup>65</sup> Segundo Candido (2010) O mutirão pode ter como objeto qualquer das atividades descritas, caracterizando-se, todavia, por não possuir o aspecto virtualmente contratual do trabalho coletivo ou da troca individual de serviço. Além disso, liga-se frequentemente a atividades festivas promovidas pelo beneficiário ou, pelo menos, a distribuição de alimento – embora decaia dia a dia a ocorrência daquelas, e mesmo desta, sendo comum o “mutirão seco”, em que cada um leva a sua comida (CANDIDO, 2010, p.145)

<sup>66</sup> Não é o nome verdadeiro, alterado devido a normas do comitê de ética.

enquanto nós é dá comunidade e sempre nós encontra na capela [...] além disso, ele conhece todo mundo da minha família [...] sabe que nós é honesto (Informação Verbal)<sup>67</sup>.

A partir do conteúdo da fala compreendemos que para os camponeses dessa parte do cerrado mineiro, o importante não é apenas a renda obtida com o uso da terra, seja para o arrendamento para os usineiros ou para outros cultivos, o importante é que a pessoa tenha “cara”. No sentido em que o camponês conheça a outra pessoa, aquela que esteja usando suas terras. Nesse caso, o arrendamento para o cultivo de mandioca, é estabelecido entre pessoas que vivem na comunidade<sup>68</sup>.

Além do fato de terem áreas para cultivarem, identificamos que existem outras demandas que decorrem de diferentes condições, apontadas por diversos interesses sociais, políticos, econômicos, produtivos e reprodutivos dos camponeses. Para que os camponeses sejam mantidos no lugar é necessário também resolver outros problemas, por exemplo, o uso dos agroquímicos que acabam afetando a produção dos meios de vida.

Compreendemos que a continuação dos cultivos e a permanência dos camponeses, estão interligadas. Entendemos que persistência camponesa apresente aspectos de resiliência, a qual é manifestada no exercício da fé, das suas pertenças e identidade com o lugar. A religiosidade engloba ao mesmo tempo, as relações que o grupo mantém com a comunidade e as formas de promoverem ajuda mútua e continuarem vivendo no lugar. A partir dessa relação entre continuidade dos cultivos e as adversidades impostas pela cana, o entrevistado 18 relata:

[...] a gente desanima, antes da cana aqui tinha muito mamão agora não sobra nada [...] eu acho que é por causa do veneno, porque é no período que, o pé de mamão começa a dar fruto é a época do avião passá e jogá veneno, passa uns dias cai tudo não sobra nada [...] mais o que segura nós aqui é a alegria de ver um bezerro nascer, conhecemos os vizinhos, não tem violência é nós tem saúde pra trabalhar [...] assim, se é vontade de Deus de dá saúde pra nós trabalhar nós não

---

<sup>67</sup> Entrevistado 13. A necessidade de áreas para cultivos é constante, sendo também constantes, os empenhos em manter boas relações com os donos de terras.

<sup>68</sup> Ver capítulo 4.

desiste [...] só vou sair daqui quando morrer [...] (Informação Verbal)<sup>69</sup>.

Identificamos na fala do camponês, que o sentimento pelo lugar é de pertencer e se identificar com ele. Essa consideração envolvendo pertencimento faz com que o camponês crie e também recrie estratégias sociais para permanecer no campo. Entendemos que a “a fé em Deus” é muito importante para o camponês, pois, para ele tendo saúde (a qual foi Deus que deu) as outras intempéries ele consegue superar. Assim, essa é a forma do camponês manifestar e representar os seus conteúdos resilientes.

Assim, compreendemos que o modo de vida camponês é complexo, rico e denso. Nos lugares estudados observamos que o território camponês está em processo de territorialização<sup>70</sup>.

A territorialização não é algo que acontece apenas na nossa área de estudo, ela ocorre frequentemente no espaço rural brasileiro e em várias outras partes do mundo. Na área de estudo, os camponeses tiveram seus territórios transformados quando foram cercados pelas grandes lavouras de cana. Como não desistiram, buscam outras formas de continuar com seu modo de vida.

Para o camponês de Tupaciguara a relação com o sagrado tem lhes proporcionado a revitalização da ajuda mútua e de certo modo a transpor dificuldades do cotidiano.

#### Segundo o Entrevistado 6

[...] Quando a gente vai na igreja e ouve o Padre falá de coisa boa, dá uma leveza na gente [...] aqui na comunidade nós trata todo mundo igual, há muito respeito pelo outro e isso é muito importante, por exemplo, tudo que nós vende é coisa boa, sé eu vejo que minha família não comeria eu não vendo, a gente tem que se colocá na pele do outro, cumé que ocê quer que o

---

<sup>69</sup> Entrevistado 18. Há uma memória sobre as perdas, principalmente de fartura. Contudo, são resilientes.

<sup>70</sup> A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das intensidades (SAQUET, 2009, p.83).

outro come uma coisa queocê não comeria? (Informação Verbal)<sup>71</sup>.

A relação com o sagrado cria e também ajuda a fixar sentimentos e referências para a vida em comunidade. O respeito ao outro podemos constatar na fala do entrevistado 6, “cê eu vejo que minha família não comeria eu não vendo, a gente tem que se colocá na pele do outro”. Esse fato nos indica que a preocupação não está em apenas em vender seus cultivos, pois o importante é fornecer alimentos de boa qualidade.

De acordo com Tonaco (2010)

Os rituais, as imagens, as emoções, os símbolos, as práticas religiosas constituem representações sociais, as quais são transmitidas de geração a geração. Esse fato faz com que o grupo se reconheça e coexista enquanto uma realidade social (TONACO, 2010, p.24).

Pensando nas (re)adaptações dos camponeses percebemos mudanças na relação do camponês com os seus cultivos. Isso porque, para eles a natureza não é idealizada como mera mercadoria e sim como meio de alcançar sucesso/independência, já que é a partir do conhecimento sobre ela que a vida do camponês é regida. Identificamos nas comunidades visitadas conhecimentos vinculados aos ciclos da natureza.

Comprova o Entrevistado 10:

[...] nós planta confiando na chuva, mais se ela não vem nós reúne a família e faiz uma reza pedindo chuva [...] no tempo do meu pai eles faziam procissão iam rezando até o cruzeiro ai molhavam o pé dele, logo chovia [...] nós parou com a procissão, porque o cruzeiro ficava na terra do vizinho e lá agora só tem cana (Informação Verbal)<sup>72</sup>.

Percebemos na fala que o camponês busca na fé, meios de atenuar/saciar seus medos, no caso em questão o medo da falta de chuva. Os camponeses criam/adaptam/mantêm rituais e prática religiosa, para suportar as pressões, estresses e angústias da vida para que assim possam continuar os

<sup>71</sup> Entrevistado 6. As práticas religiosas lhes permitem tolerâncias com os outros e a cultivarem sentimentos de respeito aos estranhos, inclusive aqueles que ele nem conhece.

<sup>72</sup> Entrevistado 10. A relação dos cultivos com as práticas religiosas contribui para compreender as suas persistências, apropriação de território, em possibilidades das práticas religiosas.

seus cultivos e também em casos de frustrações de safras, recuperar-se posteriormente.

Superar adversidades é uma constante no modo de vida camponês. Neste momento, o aumento das lavouras de cana-de-açúcar, traz insegurança, pois cercados pela monocultura, são constantemente colocados na iminência da “expulsão” de suas terras o que pode impedi-los de manterem seu modo de vida, suas práticas religiosas (nas palavras do entrevistado 10 “o cruzeiro ficava na terra do vizinho e lá agora só tem cana”) levando-os ao desaparecimento cultural em ritmos cada vez mais acelerados.

### **1.3. A RESIDUALIDADE DAS PRÁTICAS CAMPONESAS E SUAS PERSEVERANÇAS RELIGIOSAS**

No viés das mutações do território elencamos as manifestações das residualidades do camponês as quais se associam com suas práticas religiosas. A partir das práticas religiosas e dos vínculos territoriais podemos compreender o espaço no qual o processo de territorialização do agronegócio<sup>73</sup> sucroalcooleiro cerca e captura enormes áreas agricultáveis de Tupaciguara. A despeito de tudo isso os camponeses continuam religiosos, não perderam a fé. Nela depositam esperanças.

Segundo Entrevistado 1:

Nóis acredita muito em Deus [...] se nós não apega nele, nós não consegue nada [...] é muita dificuldade na lida na roça, imagina a dificuldade de viver na roça, sem Deus pra ajudá a gente [...] e com a ajuda de Deus que hoje nós consegue

---

<sup>73</sup> Ver capítulo 4.

mandá o leite pra cidade e ainda fazê queijão [...] (Informação Verbal)<sup>74</sup>.

Percebemos na fala a intensidade da fé e também a espeçara que ela proporciona ao camponês. Deus, todo poderoso, sempre está presente. Outro aspecto importante que marca as relações sociais e as práticas religiosas no lugar é a informação.

Nos lugares comunitários os camponeses vivem em um mundo de fluidez e agilidades. As informações estão cada vez mais rápidas e chegam às suas casas devido ao avanço das transmissões de rádio, telefone e atualmente a internet. Antes da década de 1900, até final da década de 1920<sup>75</sup>, o camponês que tirava o leite e fazia queijos, doces, dentre outros, ficava apenas no campo sem informações ou conhecimento do que se passava no município e região. No final da década de 1920, início da década de 1930 foi inaugurada a rádio Tupaciguara AM - ZY H4.

Segundo Moura (2009)

O rádio criou uma linguagem particular e repassou-a aos ouvintes, fazendo com que, em pouco tempo, a radiodifusão fosse o meio de comunicação mais utilizado por toda a população tupaciguarense em um período que se compreende entre a década de 1930 e 1940 (MOURA, 2009, p.34).

Naquele período, de posse de um aparelho de radiodifusão, as pessoas ficavam informadas, as notícias, as músicas, as novidades e também os eventos religiosos eram acessados a partir das suas casas. No entanto, em casas onde não se tinha o aparelho de rádio, as pessoas iam para as casas de parentes e vizinhos onde se podiam ouvir as transmissões de rádio. Isso acontecia principalmente no espaço rural, onde não se encontrava com facilidade aparelhos que captavam a frequência da Rádio Tupaciguara.

Segundo o Entrevistado 22

Antigamente (década de 1960) aqui na região meu pai, era um que tinha rádio, aí chegava no domingo juntava os vizinhos pra ouvi as apresentações de música, quem quisesse cantar era só

<sup>74</sup> Entrevistado 1. A relação com a divindade é fundante e nela se estabelece confiança, neles mesmos.

<sup>75</sup> Início das transmissões de rádio.

ir na cidade e ficá na porta da rádio que eles deixavam [...] ai o povo queria saber quem ia cantá e se era bão [...] outra coisa que me marco foi o pai e a mãe sentado pra ouvi o padre falá a palavra de Deus, nem chegava a ser missa era bem rapidinho a palavra do Padre, mais minha mãe parava tudo para ouvi [...] era muita alegria (Informação Verbal)<sup>76</sup>.

No período da pesquisa, o camponês possuía uma gama de recursos para obter informação (internet, celular, televisão, dentre outros). No entanto o rádio ainda faz parte da vida desses sujeitos. Nas comunidades é a partir do rádio que o camponês, conhece o preço das rações, as promoções das lojas agropecuárias, o preço do leite e da soja. Sabe da cotação do gado, dos produtos que compõem a ração, pois esses produtos estão cotados na bolsa de valores.

Além dessas notícias, o rádio é utilizado pelos campões católicos para ouvirem a missa e os cultos para os evangélicos. Assim, mesmo sem a presença de um líder religioso eles usam o rádio para receberem as bênçãos e as palavras que remetem à ética e a moral religiosa.

#### De acordo com o Entrevistado 22

Nóis ouve a missa todo dia no final da tarde, eu e a muié senta pra tomá café e ouvimos a missa, dá um alívio na gente, parece que ocê fica mais leve [...] hoje passa até na televisão mais nós já acostumô a sentá e ouvi no rádio, parece que agente fica mais atento na palavra de Deus [...] (Informação Verbal)<sup>77</sup>.

As informações chegam aos lugares cada vez mais rápidas, fazendo/tornando-se parte essencial do modo de vida e da agricultura dos campões. Segundo Santos (2009)

Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno. No começo da história tais relações eram, a bem dizer, entre grupos humanos e a natureza. O avanço da civilização atribui ao homem, por meio do aprofundamento das técnicas e de sua difusão, uma capacidade cada vez mais crescente de alterar os dados naturais quando possível, reduzir a importância do seu impacto

---

<sup>76</sup> Entrevistado 22. O rádio fazia parte de um modo de vida onde era importante ouvir a transmissão da palavra de Deus.

<sup>77</sup> Entrevistado 22. A prática religiosa é parte do cotidiano. Os meios de comunicação de massa possibilitam nutrir as suas relações com o sagrado.

e, também, por meio da organização social, de modificar a importância dos seus resultados. Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mais também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2009, p.88).

A partir desse avanço os camponeses passaram/começaram a utilizar produtos industrializados, como, sementes, inseticidas, herbicidas, fertilizantes. Além dos produtos citados anteriormente os camponeses estão buscando o melhoramento genético das plantas e dos animais. Preocupados em ampliar os seus resultados produtivos procuram pela assistência técnica. Contudo, os camponeses de Tupaciguara não abandonaram o religioso, fonte de segurança de suas atividades.

Em relação à busca pelo melhoramento genético, no nosso estudo foi observado que o aprimoramento ocorre em maior intensidade com as plantas. Nos seus roçados já comparece o milho transgênico, o feijão mais resistente. De acordo com o Entrevistado 1:

[...] eu mesmo não gosto que meu filho e meu marido mecha com inseminação, com embrião [...] acho que tem que ser natural, tem que ter o boi e a vaca [...] Deus não gosta que a gente fica criando os animais assim não (via inseminação artificial) [...] então pra nós Deus sempre está em primeiro lugar, se a gente acha que ele não vai se agradar nós não faz [...](Informação Verbal)<sup>78</sup>.

Percebemos na fala do Entrevistado 1, que para ele questões como inseminação “não é coisa de Deus”. O melhoramento genético no gado ainda é visto com reservas por muitos camponeses.

Esclarece o entrevistado 16 que além da doutrina religiosa, as questões econômicas também precisam ser bem pensadas:

---

<sup>78</sup> Entrevistado 1. A resistência a certos avanços tecnológicos encontra-se associado a uma ordem natural estabelecida pelo sagrado. Ultrapassar essa lei lhes parece ofensivo.

Aqui nós num coloca vaca P.O [pura de origem] não, se colocá um bicho desse aqui têm que comprá uma farmácia, toda hora o bicho adoece ai vai aquela dinheirama para cuidá [...] o que nós faiz é cruzar um touro melhor com as nossas vacas da roça [...] as filhas deles vem melhor de leite mais com a resistência dos nossos bichos (Informação Verbal)<sup>79</sup>.

Percebe-se na fala do entrevistado preocupações em aderir a aquisições tecnológicas que possam comprometer a renda e a existência da família. Para o camponês o melhoramento genético é contraditório, pois as vacas com melhor genética são animais que tem uma melhor produção leiteira, mas na sua contabilidade, esses animais exigem mais cuidados. Nessa perspectiva a preocupação é com os gastos adicionais que estão ocultos em um processo envolvendo mudanças produtivas, abrangendo o melhoramento genético. No modo de vida camponês residem particularidades interpretativas que estão presentes no campo religioso, cultural e econômico.

Portanto, a racionalidade camponesa decorre do projeto familiar de manter-se a partir de um rebanho rústico, menos produtivo, cerca de 20 litros de leite em média por animal dia, contra 50 litros de leite das vacas holandesas puras. Apesar de o gado ser menos produtivo, o camponês toma as suas decisões considerando a sua experiência e suas sabedorias. Pondera que os gastos com remédios, por exemplo, contra parasitas é bem menor no gado “rústico” do que no gado com alta genética. Além do fato dos camponeses entenderem que o uso de técnicas de melhoramento genético (destacando a inseminação artificial) encaminha-se em desencontro com suas práticas religiosas, as quais estão relacionadas diretamente com os ciclos da natureza.

Assim, a grande maioria, dos camponeses ligados à pecuária leiteira estudados nesta pesquisa optam em estabelecer melhorias contundentes na alimentação<sup>80</sup> do rebanho leiteiro (silos, rações) do que adquirir animais com alto valor genético. Outro procedimento observado entre alguns camponeses foi separar parte da área para cultivos de grãos (milho e sorgo) e com isso, após a colheita utilizam essas áreas de lavouras para pastagem (fotografia 17).

---

<sup>79</sup> Entrevistado 16. Observa-se que para além das suas crenças existe também uma preocupação em gerar dependências em relação ao avanço tecnológico.

<sup>80</sup> Mesmo que seu ganho diminua, como vimos no texto.

Fotografia 17 – Rebanho bovino na área onde antes era lavoura de milho.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

O uso de áreas onde foram colhidas lavouras é um modo que os camponeses encontraram para perseverar com o rebanho bovino, mantendo a produtividade e evitando a perda de peso/enfraquecimento, principalmente no período seco. Essas áreas são muito ricas em alimentos já que com as colhedeiras há uma grande sobra de alimentos na lavoura. No entanto, não são todas as lavouras que são propícias para a alimentação do gado, as mais procuradas são as lavouras de milho (fotografia 17) e de sorgo. Tais cereais são alimentos muito ricos em energia para sustentar o rebanho bovino leiteiro.

O “consórcio” entre as lavouras de grãos e o gado, fez com que camponeses escolhessem arrendar parte da terra para esses cultivos, fazendo com que obtivessem meios de alimentar o gado de forma menos dispendiosa. Esses arranjos produtivos derivam de alguns entendimentos sobre o mercado e representam redução de custos. Nessa perspectiva os camponeses do município de Tupaciguara, também estão se tornando agricultores dos seus rebanhos. Suas inovações estão implicadas em novas rationalidades e também no costume de sempre agirem agradecendo a Deus.

Seus roçados e rebanhos são produzidos na perspectiva de que Deus estará sempre olhando por eles, assim entendemos que eles estabelecem os seus territórios, sempre buscando meios para persistir, tendo como referência as suas religiosidades.

Outro fator identificado na área de estudo é o uso das áreas úmidas (Fotografia 18) como “reserva” de alimentos para atender as demandas emergenciais dos seus rebanhos. Durante as pesquisas de campo observamos os camponeses utilizando essas áreas para colocar o rebanho bovino, sobretudo no período seco. Contudo, antes das leis ambientais, essas áreas serviam para cultivo do arroz, além de ser o local preferido para a construção das suas residências.

Fotografia 18 - Residência camponesa - Ao fundo uma vereda.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

As áreas úmidas do Cerrado são conhecidas como veredas<sup>81</sup>. Os camponeses, existem combinando algumas técnicas modernas de produção com conhecimentos seculares, indicando que persiste no Cerrado uma heterogeneidade de relações e de lógicas sociais que se apresentam seguidas de diferentes estratégias e arranjos socioprodutivos. Assim, pode-se por meio das relações de vizinhança nutrir antigas práticas produtivas referenciadas nos seus preceitos religiosos. Essa possibilidade vai se concretizando na medida em que os camponeses recriam os seus vínculos sociais com o lugar. Desse

---

<sup>81</sup> É um tipo de formação vegetal do Cerrado que ocorre nas matas-galeria. Caracterizada pelos solos hidromórficos, podem apresentar buritis (*Mauritia flexuosa*), palmeira, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas e são seguidas pelos campestres, no cerrado brasileiro são denominados campo limpo. São caracterizadas por uma topografia amena e úmida, mantendo parte da umidade em estratos de solo superficial e garantindo a umidade mesmo em períodos de seca, tornando-se um refúgio da fauna e flora, assim como local de abastecimento hídrico para os animais.

modo, raramente as famílias ficam ausentes/fora da vida comunitária e também não deixam o outro<sup>82</sup> desamparado.

Nas comunidades estudadas percebemos que as territorialidades fortalecem o território. É a partir das relações sociais e das práticas religiosas, que a vida acontece, pois quando chegam as datas de agradecer/pedir/homenagear os santos padroeiros, toda a comunidade se une para atender as demandas comuns do grupo e assim realizarem as suas festas.

Os camponeses, ao praticarem uma economia de fartura e doarem-se a realização dos seus festejos, estabelecem um ritmo de trabalho intenso. Eles trabalham duramente todos os dias da semana, chegando a trabalhar por 12 horas no dia. Mesmo assim eles reservam tempo e energia para rezarem antes de dormirem, nesse momento a reza serve como forma de agradecimento pelo dia e também como forma de pedir proteção para o dia seguinte.

Para Oliveira (1996):

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados (OLIVEIRA, 1996, p. 64).

Entretanto, no domingo o ritmo de trabalho é menor, pois é neste dia que eles tiram a tarde para cumprir compromissos sociais e religiosos na comunidade.

Segundo Santos (2008b)

O religioso fez emergir, entre os grupos sociais, uma clara demonstração de identidade territorial, constituído-se em uma forma de neutralizar o sentimento de inferioridade, incerteza e estranhamento perante a redefinição dos valores e práticas sociais que se instalaram em nome do desenvolvimento tecnológico e econômico no cerrado (SANTOS, 2008b, p.121).

---

<sup>82</sup> Pode ser morador da comunidade, trabalhador rural ou vizinho.

As relações sociais e as práticas sociais camponesas encontram-se associadas ao religioso. Nos lugares, os camponeses estabelecem uma trama social que inclui, na formação de territórios, diferentes temporalidades e lógicas sociais, tudo representando o resultado das forças ativas de seus membros. Assim, a participação das famílias auxilia no desenvolvimento de qualquer prática social. Essa disposição cria interações entre sujeitos constituídos historicamente e conscientes dos patrimônios culturais que eles detêm.

Conta o Entrevistado 12:

Aqui na comunidade do Brilhante nós é muito unido eu tinha mudado pra cidade e não consegui viver lá não [...] eu sentia sufocado parecia um passarim preso na gaiola [...] morei lá por 6 meses ai não aguentei e voltei pra cá [...] se Deus me abençoar não saio daqui mais [...] (Informação Verbal)<sup>83</sup>.

Na fala do camponês comparece um sentimento de que o lugar é parte da sua existência, é aquilo que permaneceu como resíduo, nesse caso a relação de amizade e de sentimento pela comunidade. Nessa maneira, o camponês se relaciona com o lugar a partir de seus conteúdos materiais e culturais. Corrobora o Entrevistado 30:

Eu prefiro lidar com pessoas aqui da comunidade do Brilhante, a gente conhece todo mundo, pode deixar a casa aberta que não tem perigo [...] eu não tenho coragem de arrendá ou colocá gente que eu não conheço na minha terra [...] sendo da comunidade eu encontro a qualquer hora ou na hora da missa do domingo é muito mais fácil (Informação Verbal)<sup>84</sup>.

O entrevistado permanece vinculado à comunidade, o fato é comprovado a partir do momento em que ele deixa de arrendar ou ter parcerias com pessoas “de fora” da comunidade para dar preferência para gente do lugar. As relações sociais comunitárias reforçam acordos tácitos principalmente em relação ao uso da terra. A prática do arrendamento pelos camponeses reúne diferentes temporalidades, mesmo no contexto do avanço das lavouras de cana-de-açúcar.

Destaca Seabra (2004):

---

<sup>83</sup> Entrevistado 12. O lugar não sai do camponês. Retornar significa reconquistar aquilo que sempre foi das suas pertenças e identidades

<sup>84</sup> Entrevistado 30. Ser do lugar inspira confiança, segurança, domínio do lugar.

As diferentes temporalidades históricas ficam inscritas nos lugares. A explicação teórica incide sobre os mecanismos próprios da reprodução capitalista, essencialmente porque as relações ou os nexos do capital enquanto forma da riqueza estabelecem-se em extensão e em profundidade. Em extensão, a reprodução capitalista sempre integrou de modo sistêmico novas áreas e definiu novos espaços de atuação. Todas as formas de colonialismo acabavam por realizar esse processo. Em profundidade, essas mesmas relações sempre tiveram a potência de redefinir a história, aquela vivida como banalidade, a do homem comum e cotidiano. Tanto que, num certo momento, o trabalho assalariado pode revolver os modos de vida (SEABRA, 2004, p.186).

Observadores da lógica que movimenta os processos associados ao avanço do setor sucroalcooleiro, os camponeses percebem que as terras próximas às rodovias, planas e de maior fertilidade são as que despertam os maiores interesses das usinas. Desse modo, organizam-se para continuarem arrendando as terras mais distantes das estradas pavimentadas.

Organizados criam nas comunidades um jeito de negociar o acesso a terra. Fundamentado na ética e na moral religiosa<sup>85</sup>, o camponês vai celebrando com os donos de terra formas de arrendamento, abduzindo o setor sucroalcooleiro dos entornos comunitários. Assim, as relações sociais entre vizinhos, devotos de santidades são acionadas, possibilitando aos camponeses ajustarem com suas vizinhanças formas de arrendamento que favoreça a sua permanência nos lugares.

---

<sup>85</sup>A identidade religiosa é formada pela junção de sentimentos, fé, enraizamentos, valores humanos, práticas sociais e religiosas. Fonte: Diálogos teóricos do autor com o orientador. Orgs.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. 2016.

Fotografia 19 - Plantação de cana-de-açúcar nas proximidades da rodovia BR-452. Tupaciguara, 2016.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Trata-se de uma permanência tensa, complexa e repleta de elementos residuais<sup>86</sup>. Nas comunidades, os camponeses acionam seus resíduos estabelecendo continuidades e descontinuidades de relações, inclusive comunitárias. Nelas, de alguma forma permanecem retidas em suas práticas vividas, várias experiências socioprodutivas, com seus impasses e contradições, pois suas cargas residuais indicam a acumulação de saberes e fazeres culturais e sociais.

Santos (2017) aborda os resíduos camponeses como:

[...] aquilo que não se foi e que continua perceptível no âmbito da vida prática. Penso o resíduo como transcendental e antológico e que permanece, que contrasta, afronta e aparece na vida e no vívido daqueles camponeses. Compreendo que se trata de uma potência que nutre a vida para além de sua organicidade (SANTOS, 2017, p. 20).

Contudo, isso implica a compreensão dos processos que se manifestam estabelecendo, na comunidade, mobilizações e compromissos das pessoas em continuarem ocupando o espaço e definindo os seus territórios a partir de compromissos sociais, acordos tácitos, envolvendo o religioso. O patrimônio

---

<sup>86</sup> Observando a fotografia 19, o residual aparece como a pastagem.

religioso não aparece apenas nas edificações ou nas imagens, ele também se apresenta a partir das práticas religiosas, dos compromissos sociais e também do fortalecimento do território fundamentado na ética e na moral dos camponeses.

De acordo com o Entrevistado 9:

Aqui na comunidade apesar de ter pouca gente morando, nós é muito unido e ficamo atento em tudo, se aparece alguém diferente, nós fica de olho e vai logo saber do que se trata [...] acho que a comunidade é isso um cuida do outro [...] se a gente precisar de alguma coisa, por exemplo, fazê cerca, certeza que o vizinho dá uma ajuda (Informação Verbal)<sup>87</sup>.

Desse modo, entendemos que outra característica do resíduo, advém do envolvimento dos grupos em tramas sociais que indicam seus compromissos na manutenção dos valores<sup>88</sup> socioculturais e religiosos. Neles, estão presentes o “regate das memórias” do grupo relacionada às suas práticas sociais e religiosas.

Esclarece o Entrevistado 9:

Nós acha que organizá a reza e fazê a comida nem é trabalho é uma honra [...] parece que a gente nem cansa [...] eu e minha família fica com vontade de ser nós de novo pra organizá [...] aqui na Confusão funciona assim cada mês uma família é responsável pela reza e pela comida [...] nós reza pra Deus e para nossa Senhora da Aparecida, ela é nossa protetora (Informação Verbal)<sup>89</sup>.

Para o camponês atender as demandas comunitárias no âmbito do evento religioso, nesse caso a organização da festa a elaboração da alimentação das demais famílias, não é considerada um trabalho ou mesmo dispêndio. No espaço festivo a comunidade atende às suas demandas, estabelecendo doações. Naquela comunidade, a festa é a forma de agradecer/servir a Deus e a Nossa Senhora da Aparecida. Esses eventos,

<sup>87</sup> Entrevistado 9. Os acordos tácitos quando cumpridos tendem a fortalecer a vida comunitária.

<sup>88</sup> De acordo com Thompson (1981, p. 194) Os valores não são “pensados”, nem “chamados” são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e aprendidas no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas em primeiro lugar em família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida [...]

<sup>89</sup> Entrevistado 9. O encontro comunitário é relaxante na medida em que ele possibilita a renovação de acordos, de eventos vinculados ao seu modo de viver.

além de resgatarem memórias do vivido comunitário, fortalecem/criam/resgatam práticas camponesas, revigorando as suas relações sociais.

Para Costa (2015):

Criar uma memória em torno de suas experiências vividas efetiva um modo de lembrança não para a academia, mas para a sociedade que tem incorporado e acumulado referenciais sobre os movimentos de luta pela terra e, consequentemente, sobre os sujeitos assentados, a partir de uma memória hegemônica que se desenvolve pela produção (COSTA, 2015, p.8051-8052).

No espaço comunitário, o grupo de camponeses costuma colocar como possibilidade para desenvolver seus cultivos a importância da família. É a partir delas que conseguem estabelecer suas trocas, inclusive nos encontros religiosos. Nos encontros troca-se queijos e requeijões e também vive-se a ativação dos resíduos.

Relata o entrevistado 18

A minha mãe teve a ideia de começar a fazer requeijão, só que ela não sabia direito como fazia [...] ai ela chamô a minha avó e ela começou a ajudá nós na fabricação de requeijão [...] foi assim que nós começo a fazê requeijão [...] (Informação Verbal)<sup>90</sup>.

O fabrico do requeijão surge como ideia, faltando-lhes conhecimento sobre o processo de fazer. No entanto, como o conhecimento estava na avó a família consegue acionar o resíduo e com isso iniciaram a diversificação da produção, incorporando saberes antigos.

Segundo Santos (2017)

[...] o resíduo significa um conjunto de saberes guardados na memória das pessoas como uma tulha de saberes. De certa forma ou mesmo em grande parte ela abarca várias referências que servem como um conhecimento mutável de um grupo familiar, que usa a experiência de seus membros, geralmente o mais prático para realizar as ideias sobre como fazer determinados artigos agropecuários e estabelecer certos procedimentos (SANTOS, 2017, p. 28).

---

<sup>90</sup> Entrevistado 18. O requeijão reúne técnicas antigas, saberes e fazer desativados, guardados que passam a ser usados para resolverem problemas da vida em contextos de transformações.

As práticas de cada grupo, a partir de trocas que incluem encontros comunitários, em alguns casos motivados pelo religioso, parecem incluir e promover formas para a sua permanência no lugar. De acordo com o Entrevistado 27:

Eu fui batizado na igreja do Brilhante, desde que eu nasci que eu moro aqui eu não pretendo sair daqui vivo [...] meu pai que plantô esses pé de manga [5] olha o tamanho deles agora [...] gosto muito daqui e das pessoas, sempre um ajuda o outro conheço até os cachorros [...](Informação Verbal)<sup>91</sup>.

Ao falar “não pretendo sair daqui vivo” o entrevistado, quer dizer que quando ele morrer “ele deixa” a comunidade, pois não há cemitério. No lugar, quem morre tem que ser sepultado na sede municipal. A frase também nos indica a sua ligação decorrente da identidade dele com o lugar.

Segundo Kinn (2010)

A identidade com o lugar, com aquilo que permite o reconhecimento, tanto do sujeito quanto do lugar, é uma forma de o camponês existir territorialmente. Os usos do espaço podem ajudar a compreender a identidade também como aquilo que o sujeito captura do espaço e nele procura o reconhecimento (KINN, 2010, p. 152).

As práticas sociais fundamentadas no religioso perfazem os desafios dos camponeses de se manterem no território, por exemplo, a questão do arrendamento apenas para pessoas da comunidade<sup>92</sup>. No lugar Confusão, as lavouras estão bastante próximas dos camponeses, fazendo com que eles se preocupem com a eminent chega da cana. Devido à “repartição” dos espaços gerados com o avanço canavieiro os diferentes grupos (camponeses e usineiros) reivindicam áreas para ocupar e usar, fazendo com que os camponeses se adaptem.

Conforme Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades

---

<sup>91</sup> Entrevistado 27. O enraizamento no lugar decorre de atos simples, daquilo que as pessoas praticam no seu cotidiano.

<sup>92</sup> Essa prática social foi percebida e registrada a partir de entrevistas que inserimos no decorrer dos textos que compõem este capítulo.

camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Seguramente, resultante de articulações comunitárias, representadas e ressignificadas nos lugares, como criações de sujeitos que moldaram os seus territórios em função de necessidades e interesses pontuais, fazem com que superem/sobrevivam às crises. Em relação às comunidades tradicionais, é necessário levar em consideração os legados sociais, seus ritos religiosos os quais potencializam a vida dos camponeses no lugar.

#### De acordo com Santos (2009)

[...] o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2009, p. 114).

Compreendemos que a vida desses camponeses vai-se expressando, nos modos de usos e apropriações dos espaços, cujo religioso se vincula aos acordos, revelando algo legitimador e que vem reforçar a resiliência do camponês o qual acredita que pode defender seu território dos avanços das lavouras de cana-de-açúcar. Nesta perspectiva, consideramos que as relações sociais foram sendo incorporados ao território e definidos nos costumes.

#### Para o Entrevistado 27:

Deus têm nos protegido e nos guiado se é a vontade dele nós aceita [...] agora se ele dá força pra nós lutá é porque ele não quer que nossa comunidade acabe, e assim nós vai continuando a tomar conta uns dos outros, tentando melhorar a comunidade e dar mais conforto pra família (Informação Verbal)<sup>93</sup>.

Nas comunidades, o sentimento de pertencimento ao lugar é reforçado na prática religiosa. Nos encontros com o sagrado revelam-se sentimentos

---

<sup>93</sup> Entrevistado 27. O território precisa ser defendido. Como devotos concebem essa proteção também e principalmente a Deus.

para com as santidades e nas relações sociais o compromisso das famílias em renovar os seus votos para com as homenagens ao sagrado.

Reforçando essa ideia Raffestin (1993) afirma:

[...] verifica-se a permanência das tessituras antigas que sobrevivem, pois elas são sustentadas pelas relações vividas pelas populações, pelas relações econômicas, pelos laços de solidariedade e pelas conformidades entre linguagem e costumes. Destruir ou apagar os limites antigos é desorganizar a territorialidade e, em consequência, questionar a existência cotidiana das populações (RAFFESTIN, 1993, p. 173).

Os laços de solidariedade fundamentados na comunidade e nas suas práticas religiosas fazem parte do caráter daqueles camponeses, sendo fundamental para a manutenção de um modo de vida camponês. Organizados em grupos sociais destacam-se as características de perseveranças, já que sua paisagem foi alterada e no conjunto modificaram seus conteúdos, suas cores, seus cheiros, símbolos e significados.

Com as transformações do espaço, as práticas religiosas também são alteradas. Na comunidade Confusão, até a década de 1970, durante o mês de outubro<sup>94</sup> eram realizadas novenas, rezavam durante nove dias, sendo que em cada dia era em uma casa diferente. Em 2018, as rezas passaram a ser praticadas em apenas uma casa. Apesar dessa profunda transformação, o que aconteceu foi que os camponeses reorganizaram suas práticas em função das mutações do espaço.

Ao continuarem com as rezas, facilitaram os encontros e assim em vez de rezar em casas diferentes, uma vez por mês, o que os camponeses combinaram entre si foi de rezar em apenas uma casa. As rezas acontecem, a cada mês, sob a responsabilidade de uma família.

A partir das comunidades rurais das suas práticas religiosas os usos e apropriações do espaço se expressam e se traduzem como fundamento dos seus modos de vida. Nesse sentido, os territórios também são versados como processos. Seguramente eles estão ocorrendo em face da dinamicidade das famílias camponesas

---

<sup>94</sup> Mês da padroeira da comunidade “Nossa Senhora da Aparecida”.

Assim, neste capítulo, compreendemos que as comunidades rurais e suas orientações religiosas continuam nutrindo os vínculos camponeses com o território. Elas assumem centralidade na vida das pessoas.

No segundo capítulo analisaremos as formas de articulação socioprodutiva e suas implicações na vida dos camponeses. Abordaremos a expansão das lavouras de cana-de-açúcar a partir da década de 2000. Década importante, pois no período de dezoito anos ocorreram as maiores modificações socioterritoriais no município. Nessas quase duas décadas os usineiros e fornecedores de cana ampliaram os seus cultivos, aumentando consideravelmente na região a pressão sobre o arrendamento.

## **2 - AS (IM)POSSIBILIDADES TERRITORIAIS DE PLANTAR, COLHER E OBTER RENDA E TRABALHO DA PECUÁRIA LEITEIRA**

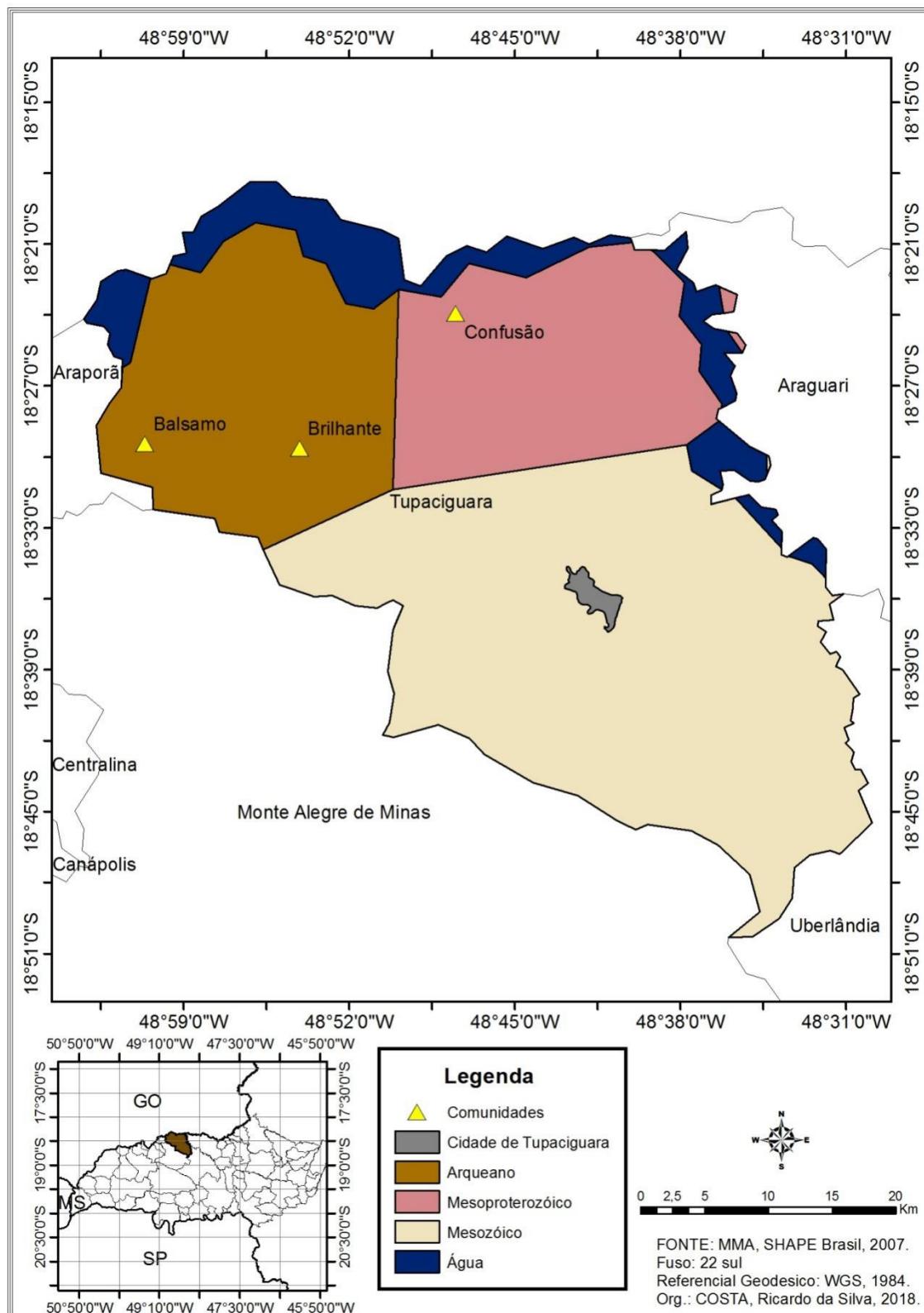
Segundo documentos sobre a disponibilidade agrícola, fornecidos pela prefeitura, o município de Tupaciguara possui 60% do seu relevo sendo classificado como plano. Essa topografia permite importante mecanização das lavouras. A geologia do município de Tupaciguara é formada por solos antigos, segundo o Ministério do Meio Ambiente, as eras geológicas são Arqueano, Mesoproterozóico e Mesozóico como pode-se observar no mapa 04.

De modo geral o mapa geológico, nos mostra que o solo do município de Tupaciguara é muito antigo e que através das Eras geológicas foi possível associar o solo aos tipos de rocha. No entendimento de Silva (2015) associações de rochas de origem vulcânica e plutônica

[...] e composição félscia até máfica (posicionadas no final ou após o tectonismo) / Rochas gnáissicas de origem magmática e ou sedimentar de médio grau metamórfico e rochas graníticas desenvolvidas durante o tectonismo / Rochas magmáticas / Rochas magmáticas de composição félscia e máfica / Rochas plutônicas, principalmente diques de composição cálcio-alcalinas e corpos circulares de composição alcalina e kimberlítica / Sedimentos arenosos e argilo-carbonáticos de grau metamórfico fraco a médio / Sedimentos arenosos e argilo-carbonáticos desde muito pouco até fraco grau metamórfico / Sedimentos arenosos e argilosos, podendo incluir níveis carbonosos do Terciário / Sedimentos argilosos, arenosos e cascalhos / Sedimentos relativos a aluvões atuais e terraços mais antigos do Holoceno / Sequência de rochas verdes / Sequências metamórficas de origem sedimentar de médio a baixo grau metamórfico / 30 Sequências sedimentares, principalmente psamíticas, podendo incluir piroclásticas / Terrenos contendo granitos e sequências de rochas verdes / Vulcânicas de composição básica (SILVA, 2015, p. 30).

Estes tipos de rocha proporcionam solo rico e fértil. Além desses fatores como se trata de solo antigo existe um relevo predominantemente de área plana, pois o solo vem sofrendo com intemperismos há milênios. O que torna o município muito propício para o cultivo de lavouras.

Mapa 04 – Era geológica do município de Tupaciguara – MG.



Quanto ao bioma, identificamos dois no município, sendo o bioma do Cerrado e o bioma Mata Atlântica. No entanto, o bioma predominante é o Cerrado. O primeiro está localizado nas áreas mais planas, enquanto que o

segundo, encontra-se localizado as margens dos Rios Araguari e Paranaíba (mapa 05).

De acordo com Freitas (2016)

O Cerrado é um tipo de vegetação que compõe a fitogeografia brasileira, já ocupou 25% do território brasileiro, fato que lhe dá a condição de segunda maior cobertura vegetal do país, superada somente pela floresta Amazônica. No entanto, com o passar dos anos, o Cerrado diminuiu significativamente.

A vegetação do Cerrado encontra-se em uma região onde o clima que predomina é o tropical, apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, entre outubro e abril, e outra seca, entre maio e setembro (FREITAS, 2016, s/p).

A maior parte da produção agrícola<sup>95</sup> é constituída por lavouras temporárias: 57.774 ha<sup>96</sup>, enquanto as lavouras permanentes ocupam apenas 252 ha<sup>97</sup>. O índice pluviométrico médio é de 1.409 mm/ano que segundo a EMBRAPA é considerado satisfatório para a maioria das culturas, principalmente para a soja e o milho.

O município possui vasta rede hidrográfica (mapa 03, p. 45), que, aliada à condição climática, permite a implantação de cultivos de hortifrutigranjeiros.

A Pecuária do município tem como principal rebanho, o bovino, com 129.231 mil cabeças<sup>98</sup>, segundo IBGE Sidra, com destaque para produção de leite, que atingiu, no ano de 2016, 372.435.000 milhões de litros/ano. Esta produtividade vem sendo obtida a partir do uso de tecnologias, como, por exemplo, ordenhas mecânicas e melhoramento genético do rebanho.

---

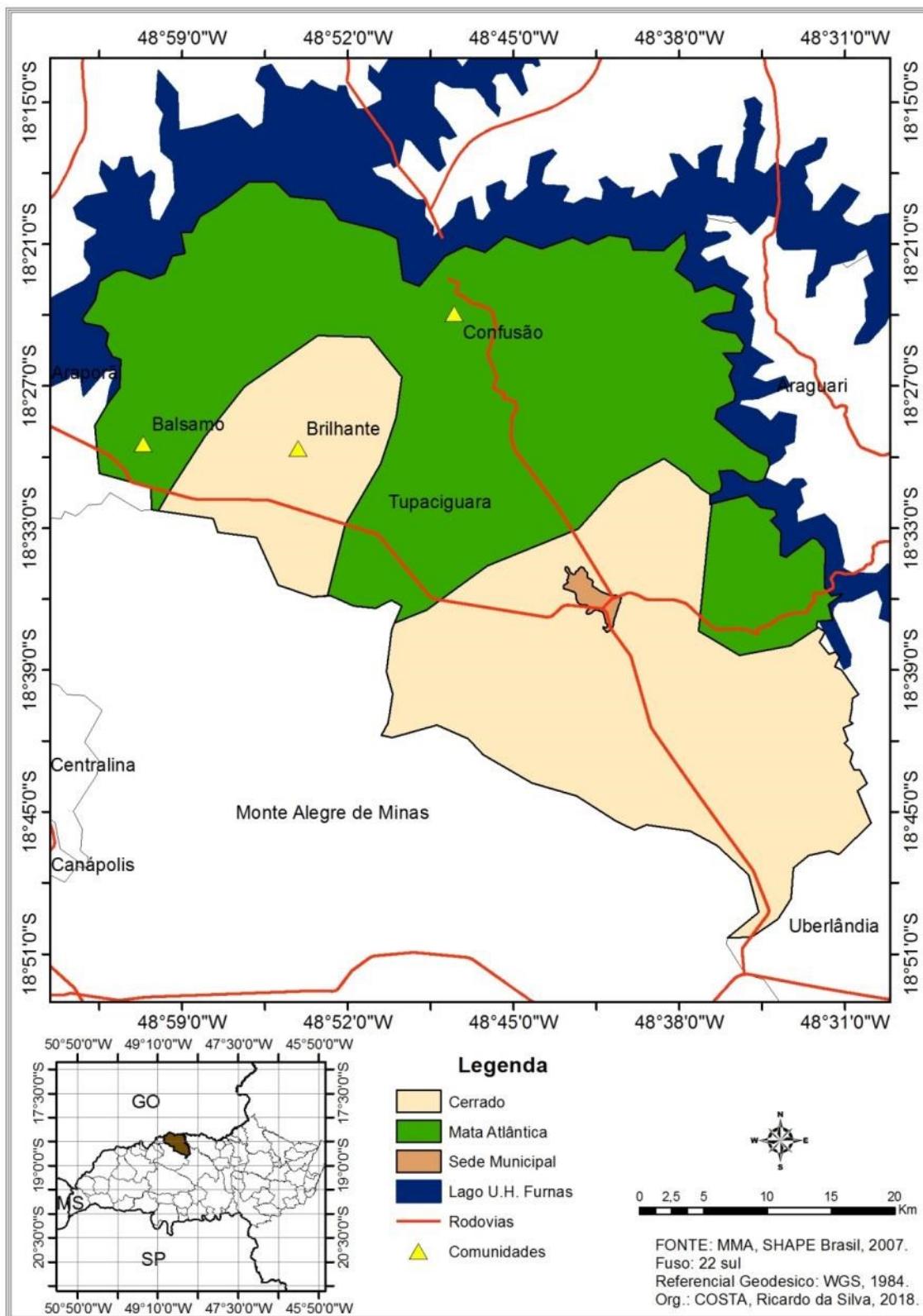
<sup>95</sup> Ver Capítulo 4.

<sup>96</sup> Dados do ano de 2016 obtidos no IBGE Sidra 2017.

<sup>97</sup> Dados do ano de 2016 obtidos no IBGE Sidra 2017.

<sup>98</sup> IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. 2017.

Mapa 05 – Biomas localizados no município de Tupaciguara.



Observando as informações do mapa 05, podemos constatar que o Bioma Mata Atlântica abrange pouco mais da metade do município. No

entanto, a maior quantidade de área plana está localizada no bioma Cerrado. Comparando os solos, segundo a EMATER, os solos da Mata Atlântica possuem um teor de Potássio e Fósforo, que caucionam um menor custo ao investir recursos financeiros direcionados a fertilidade e correção do solo, o que fez com que Tupaciguara se tornasse “alvo” do *agribusiness* (agronegócio).

Segundo Graziano da Silva (1991)

A idéia de ‘*agribusiness*’, não apenas ressalta os vínculos intersetoriais existentes, como coloca a produção agrícola, como parte de um sistema de ‘commodities’ (‘commodities system’) muito mais amplo, enfatizando as suas relações com o mundo dos grandes negócios (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.7).

No Brasil, o termo “*agribusiness*” passou a ser denominado de “agronegócios” e, mais tarde, passou a ser chamado de “complexos agroindustriais”. Os subsídios originais do termo e as suas adaptações posteriores incorporaram uma visão sistêmica ao “*agribusiness*”. No entanto o nosso foco não é debater os conceitos e sim pensar o que tem acarretado nos lugares de vida camponesa, a expansão do agronegócio sucroalcooleiro, no município de Tupaciguara.

O espaço reocupado pelo agronegócio foi sofrendo imposições e redefinições a partir do estreitamento das relações capitalistas de produção. Em 2018 as várias demandas do agronegócio e as necessidades das pessoas, passam a ser atendidas a partir de políticas públicas, sobretudo relacionadas a urbanização do espaço. As ligações com os lugares são estreitadas, principalmente com os bancos, fornecedores de insumos, máquinas agrícolas, empresas de assistência técnica, dentre outras instituições.

Consideramos importante analisar os vários aspectos da realidade do camponês que está em transformação e as suas relações sociais comunitárias. Como já apresentado no capítulo 1, trata-se de comunidades tradicionais que passam por transformações, afetando, principalmente as suas condições socioespaciais e socioprodutivas dos camponeses. Por isso valorizamos, nesta análise, aspectos históricos, econômicos, étnicos, religiosos<sup>99</sup>, morais, os

---

<sup>99</sup> Ver capítulo 1.

modos de vida<sup>100</sup> e principalmente as relações sociais, de várias temporalidades e lógicas sociais presentes nas comunidades tradicionais.

Neste propósito, procuramos identificar e analisar aonde reside, na relação com o setor sucroalcooleiro, o núcleo dessas mutações. Estão nas formas com que os camponeses vivem nas suas propriedades e se organizam para resistir às imposições dos capitais investidos naquele espaço?

O processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar envolve um movimento de reocupação, redefinição e revalorização dos espaços já ocupados pelos camponeses, bem como desarticulações de modos de vida fortemente vinculados aos seus respectivos territórios. Desse modo, interpretamos o que já ocorreu e ainda ocorre no Cerrado reocupado e explorado pelo setor sucroalcooleiro. Nele estão envolvidos impactos importantes relacionados aos valores humanos criados historicamente nos lugares.

Os valores não são “pensados”, nem “chamados” são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e aprendidas no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas em primeiro lugar em família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida [...] (THOMPSON, 1981, p. 194).

Como os camponeses não desapareceram, como defendem alguns autores do espaço agrário (Abramovay, entre outros), na pesquisa, procuramos analisar as investidas desses sujeitos naquilo que poderiam ser consideradas novas possibilidades de criarem seus rebanhos, realizarem a vida, diante de grandes investimentos iniciados e sustentados pelo grande capital, representado aqui pelo setor sucroalcooleiro. Trata-se de investimentos que os preocupam e que lhes trazem desassossego, por exemplo, os camponeses ficam apreensivos com o aumento no tráfego de maquinários nas estradas e nas comunidades.

Nas incursões ao campo percebemos que existem áreas que ainda proporcionam certas estratégias e arranjos socioprodutivos, para os

---

<sup>100</sup>Ver capítulo 4.

camponeses, como é o caso da comunidade “Confusão”. Segundo o entrevistado 24:

Ainda não tem cana por essas banda de cá, ainda nós pode saí di cavalo e ir no vizinho, só que a gente fica meio preocupado nós num sabe até quando que ela [a cana] vai dexá nós assim [...] já que lá no arto tem a usina e já tudo cheio de cana [...] nós fica preocupado mais temo que continuar levando a vida [...](Informação Verbal)<sup>101</sup>.

Percebe-se na fala do entrevistado 24 que as lavouras de cana ao aparecerem na paisagem causam angústia, pois, ele considera possível o cultivo dela no lugar que, neste momento é ocupado com pastagem. Contudo, não sabe até quando os donos das terras (vizinhos) vão preferir continuar com a pecuária e não arrendar aquelas terras para o usineiro.

Seguramente pela experiência do Camponês 24, no lugar já se saiba que o cultivo de cana lhe impedirá de ir visitar a cavalo os seus vizinhos, ou mesmo de ter vizinhos para visitar e estabelecer algum tipo de relação, principalmente a ajuda mútua, na preparação de silos, dentre outros. Essa situação vivenciada em outros lugares do município, principalmente na Comunidade do Bálamo, onde estão localizadas as lavouras mais antigas do município, causa preocupação, pois observa-se os valores humanos, supostamente, ameaçados a partir da preocupação da “chegada” da cana-de-açúcar.

Para o Entrevistado 19:

Antigamente aqui na comunidade não tinha tanta cana, a cana era mais concentrada lá pras banda de Araporã [...] agora ela veio pra cá aí dá um aperto, passa no meio do canavial pensa, se pegá fogo [...] eu até evito de sai daqui e vortá muito tarde pra não passá na cana [...] fora o tanto de caminhão que passa nas estradas e correndo [...](Informação Verbal)<sup>102</sup>.

Apesar de não haver mais queima da cana para colheita, reside no imaginário do camponês a possibilidade de estar transitando em meio aos canaviais e a cana entrar em combustão. Em muitas estradas a cana ocupa as

<sup>101</sup> Entrevistado 24. A ausência de canaviais lhes permitem usar o espaço a partir de técnicas antigas. Contudo, compreendem que ela encontra-se em expansão e como tal, ameaçadora.

<sup>102</sup> Entrevistado 19. Avalia-se a partir de um recorte histórico, evocando o antigamente para manifestar as suas preocupações em relação a chegada das lavouras de cana.

duas margens por vários quilômetros, o que causa estranhamento para quem vive no lugar, pois se trata de paisagens homogêneas de difícil identificação das marcas do passado. Além disso, o trânsito dos maquinários do setor sucroalcooleiro causa-lhes apreensão. (Fotografia 20).

Fotografia 20 - Tráfego de caminhão bitrem na área rural do município de Tupaciguara.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Observando o conteúdo da fotografia 20, constatamos que a cana, cultivada, domina o espaço rural de Tupaciguara. Não podemos deixar de considerar as estradas, as quais se diferenciam das estradas que trafegam veículos canavieiros. Na fotografia 20, percebemos que a estrada é compactada, plana e larga. Em comparação com as antigas estradas, elas não apresentam tráfego de veículos canavieiros, são estreitas e mal conservadas. O cultivo da cana é uma parte das várias etapas implicadas nos processos reprodutivos dos capitais investidos no município. Ao fundo estão localizados os talhões onde a cana está sendo colhida, do lado esquerdo (próximo ao carro) a cana foi plantada recentemente. A partir desse avanço é que surgem as inquietações dos camponeses sobre os canaviais.

Alguns conteúdos culturais parecem ser importantes para pensarmos a heterogeneidade das paisagens, pois, usar o cavalo para arrebanhar o gado ou

mesmo passear é parte de uma existência humana onde os tempos da vida ainda não foram totalmente linearizados. Em decorrência do processo de reocupação do Cerrado, diferentemente da paisagem registrada na fotografia 20, onde esse simples ato de usar o cavalo não é mais possível. Fragmentos de Tempos lentos ainda podem ser percebidos, em lugares onde a cana ainda não “domina” as paisagens, por exemplo, da comunidade Confusão.

Dessa forma, é de fundamental importância explicar/compreender a (r)existência e as (im)possibilidades das comunidades tradicionais e dos territórios dos camponeses perante os mares de cana-de-açúcar. Assim, procuramos seguir o caminho da transformação das formas de produzir, dos sentimentos, das carências vivenciadas entre os grupos sociais no processo de reprodução de capitais investidos no município. Destarte, iniciamos a análise das questões relacionadas diretamente à pecuária leiteira.

## **2.1. A PECUÁRIA LEITEIRA NO CERRADO DE TUPACIGUARA**

O leite é um produto fornecido diariamente aos laticínios<sup>103</sup> é uma fonte de renda constante/mensal e de derradeira importância na vida dos camponeses. Com o propósito de analisar a relação da expansão canavieira com a possível redução na produção do leite, estabelecemos o mesmo recorte temporal (ano 2000) quando a produção de cana aumentou consideravelmente a área e o leite ampliou<sup>104</sup> a sua importância no projeto de permanência das famílias.

---

<sup>103</sup> Identificamos laticínios que recolhem o leite para a fabricação de doces e outros derivados e indústrias que levam o leite para processar em outros municípios.

<sup>104</sup> O Leite sempre foi/é importante para os camponeses de Tupaciguara, no entanto a partir desse período o camponês busca “novas” tecnologias e novas formas de aumentar a produção, mesmo em menores áreas, veremos com mais detalhe no decorrer do capítulo.

Para compreendermos o desenvolvimento da pecuária leiteira no município de Tupaciguara, fizemos um levantamento de dados e considerações a respeito do processo histórico da pecuária leiteira no estado de Minas Gerais e na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a principal bacia leiteira do estado de Minas Gerais. Vários são os motivos que propiciaram tal situação. Ocorreu devido ao alto investimento em genética, iniciado a partir da década de 1980, principalmente no Triângulo Mineiro, como exemplo, tem-se a inserção do gado Gir. Essa raça de gado contribuiu para que os pecuaristas da mesorregião obtivessem maior qualidade/produtividade e conquistassem mercados pelo mundo. Essas iniciativas motivaram os produtores de leite a também inserirem novas raças. Assim, a importância da pecuária leiteira da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pode ser constatada a partir dos dados do gráfico 01.

Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba a pecuária leiteira desenvolvida por camponeses, abordam relações híbridas em que os saberes e, por conseguinte, a cultura dinamiza os resultados socioeconômicos no campo. O camponês mesmo com a tecnologia fica sempre numa incessante retomada de elementos de outros tempos e espaços (os resíduos<sup>105</sup>).

Ao se utilizarem, dos seus saberes, por vezes compostos por cargas residuais culturais, os camponeses “permanecem vivos”, pois sempre que necessário, conhecimentos antigos são acionados e aparecem nos seus processos produtivos ou mesmo nos projetos de vida. Acionar saberes antigos faz com que muitas vezes o camponês estabeleça adaptações nos seus processos produtivos, reduzindo custos a sua produção. De acordo com o Entrevistado 15

[...] Aqui nósis começô a fazê silo [...] nósis faiz dois tipo de silo, um usando capim Mombaça<sup>106</sup> e de milho [...], pra melhorá a

---

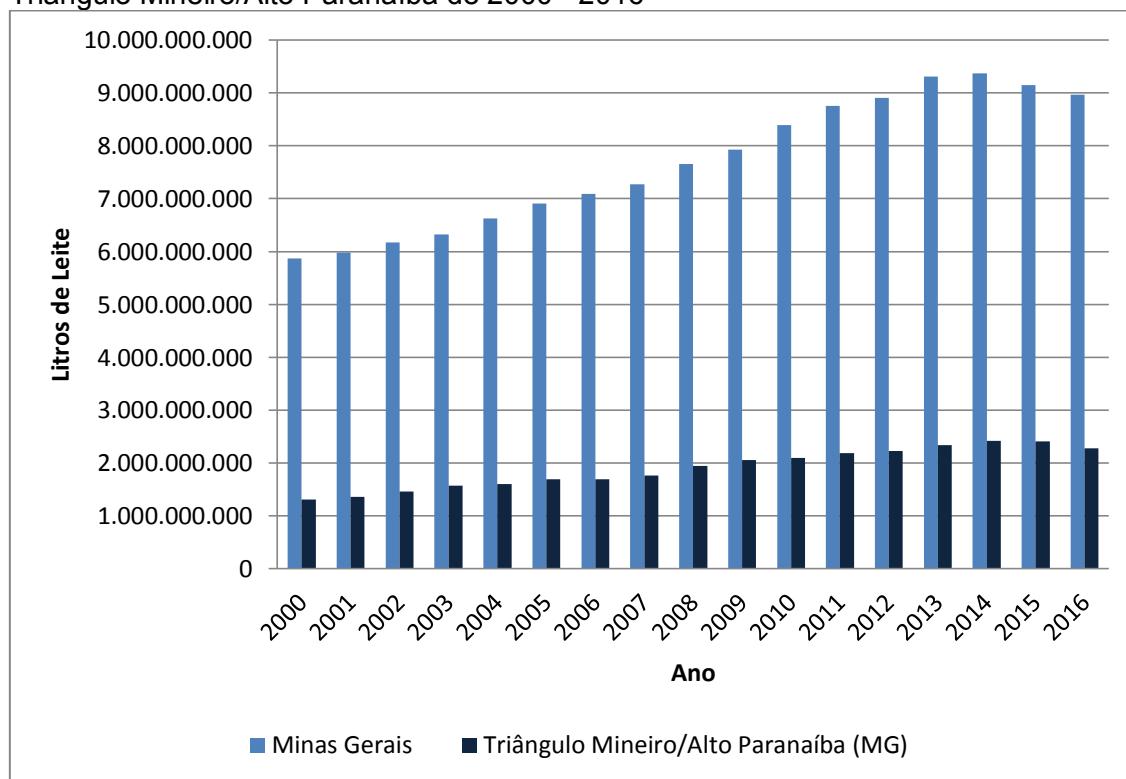
<sup>105</sup> De acordo com Santos (2017, p.20) “os resíduos camponeses como aquilo que não se foi e que continua perceptível no âmbito da vida prática. Penso o resíduo como transcendental e antológico e que permanece, que contrasta, afronta e aparece na vida e no vivido daqueles camponeses. Compreendo que se trata de uma potência que nutre a vida para além de sua organicidade”.

<sup>106</sup> De acordo com Euclides (2014, s/p) O capim-mombaça é conhecido mundialmente por sua alta produtividade, qualidade e adaptação a diferentes condições de clima e solo.

fermentação do silo nós usa leite. – Como e por quê? – serve pra fermentá e protegê o silo [...] na cidade cê pode comprá o produto e joga, por mais barato que seja é mió nós não gastá nada e assim nós pega o leite sujo, e faiz as mistura e jogá [...] isso veio dos antigo eu mesmo aprendi com o meu sogro [...] (Informação Verbal)<sup>107</sup>.

Percebemos na fala do entrevistado 15 uma busca por meios de “baratear” o silo, assim ele esquadrinha nos saberes culturais, um conhecimento para substituir o produto industrializado pelo caseiro. Quando o camponês fala em usar o “leite sujo” ele está referindo ao colostro, o primeiro leite, pós-parto, produzido pela vaca, é o mesmo leite que é tomado/mamado pelo bezerro durante a primeira semana, pois, o leite traz para o bezerro todos os nutrientes e vacinas naturais. Não podemos deixar de comentar que os camponeses se preocupam com a alimentação dos bezerros, assim, a quantidade retirada para usar no silo não atrapalha a alimentação dos bezerros.

Gráfico 01 - Produção Leiteira do Estado de Minas Gerais *versus* da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de 2000 - 2016<sup>108</sup>



Fonte: IBGE – Pecuária municipal, 2000-2017. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselveld José, 2017.

<sup>107</sup> Entrevistado 15. Os saberes familiares são acionados para obterem soluções técnicas para aquilo que muitas vezes só é possível adquirindo mercadorias nos comércios locais.

<sup>108</sup> Dado mais atual divulgado pelo IBGE.

Analizando os dados do gráfico 01, identificamos que a produção leiteira da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, equivale em média 21 % da produção estadual. Percebe-se também que a variação na produtividade do estado de Minas Gerais é seguida pela mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por exemplo, no ano de 2014 ambos tiveram um aumento na produção, já no ano de 2016 houve uma queda. Estes fatos servem para reforçar a importância da bacia leiteira da mesorregião para o Estado. De maneira geral podemos afirmar que a mesorregião torna-se a régua leiteira<sup>109</sup> do Estado de Minas Gerais.

Transformando em números esse percentual produtivo alcançado no ano de 2016, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba correspondeu ao quantitativo de 2.278.951.000 litros de leite. Sem dúvida os números impressionam e para o camponês significa que o leite tem mercado garantido.

O leite, produzido pelos camponeses possibilitam às famílias, trabalho para seus membros e renda mensal. Transformada em crédito nos laticínios e cooperativas ou mesmo em dinheiro “vivo”, funciona como uma forma de se estabelecer nexos com o mundo. Assim, é da atividade de lactação das vacas que os camponeses do Cerrado cumprem com os seus compromissos e com suas despesas mensais. Segundo o entrevistado 16:

A carne e o leite é muito importante aqui pra nós, hoje a gente não dá conta de ir na cidade e comprá a carne, no açougue tá muito caro, como aqui sempre nós dexa uma novilha separada pra cumê ai câ economiza muito e tem fartura [...] Ainda tem o leite, o leite num deixa rico, é impossível ficá rico com leite, mais ele ajuda a pagá as despesa da roça como a luz, remédio, combustível, ração [...] o leite ainda serve prá gente bebê e fazê queijo, doce [...] (Informação Verbal)<sup>110</sup>.

O conteúdo da fala do Camponês 16 indica que a pecuária leiteira é uma atividade complexa. Ela promove liquidez às famílias camponesas e vários subsídios para promover a manutenção da propriedade, além da prática de uma economia de fartura. A pecuária leiteira é sinônimo de renda constante, é

---

<sup>109</sup> A régua é utilizada nas propriedades para medir a quantidade de leite fornecida ao laticínio, ao final do mês e comparado à medição do laticínio com a medição realizada através da régua.

<sup>110</sup> Entrevistado 16. A pecuária leiteira além de gerar trabalho e renda é também parte de uma economia de fartura, amplamente praticada pelos camponeses.

dinheiro em conta corrente. Sendo assim, vai garantindo condição de consumo aos camponeses durante o mês.

O dinheiro obtido com o leite serve para o pagamento, por exemplo, da conta de energia elétrica, combustível, rações para o gado, medicamentos, dentre outros. Além disso, as vacas geram os bezerros, os quais na época de desmama, o camponês vende para subsidiar aquisições de tecnologias que contribuem para sua permanência na atividade. Tecnologias que são incorporadas ao espaço da propriedade, como o melhoramento da pastagem, aprimoramento Genético do rebanho, inclusive com a compra de reprodutores.

Além disso, observamos, a partir das incursões ao campo, que alguns camponeses passaram a cultivar a pastagem. Em suas propriedades utilizam adubos químicos e orgânicos e fazem rotação de pastagem. A rotação de pastagem se baseia no ciclo do capim, o qual na área de estudo é de 28 dias.

O gado é colocado em um piquete por 24 horas, depois ele é conduzido para outro pasto. O gado só retornará ao primeiro piquete após 28 dias, com esse prazo o capim consegue se regenerar e mantém a alimentação do gado sem que haja degradação da pastagem e do solo.

Conta o entrevistado 24 que:

[...] aqui nós tinha receio de cultivá pasto, nós e principalmente o pai achava que pasto era coisa que não demandava cuidado era por fogo e depois chuvê que ficava bão [...] mais nós [eu e meu irmão] e o povo (técnicos da Emater) foi falando que tinha que cuidá do pasto e piquetá que ia melhorá a produção só que de cara nós não quis mexê não [...] mais com o passar do tempo nós foi no vizinho e viu como o pasto e as vaca tava forte [...] foi aí que agente cumeçô a cultivá o capim. \_ Você se considera um agricultor? Agora sim, nós planta e cuida do capim! (Informação Verbal)<sup>111</sup>

Percebe-se na fala do Camponês 24 que é do feitio do mineiro a desconfiança do novo, nesse caso o cultivo do pasto. O camponês só passou a cultivar a pastagem quando pode observar que dava certo, nesse momento utilizamos a velha e conhecida frase popularmente atribuída ao santo católico

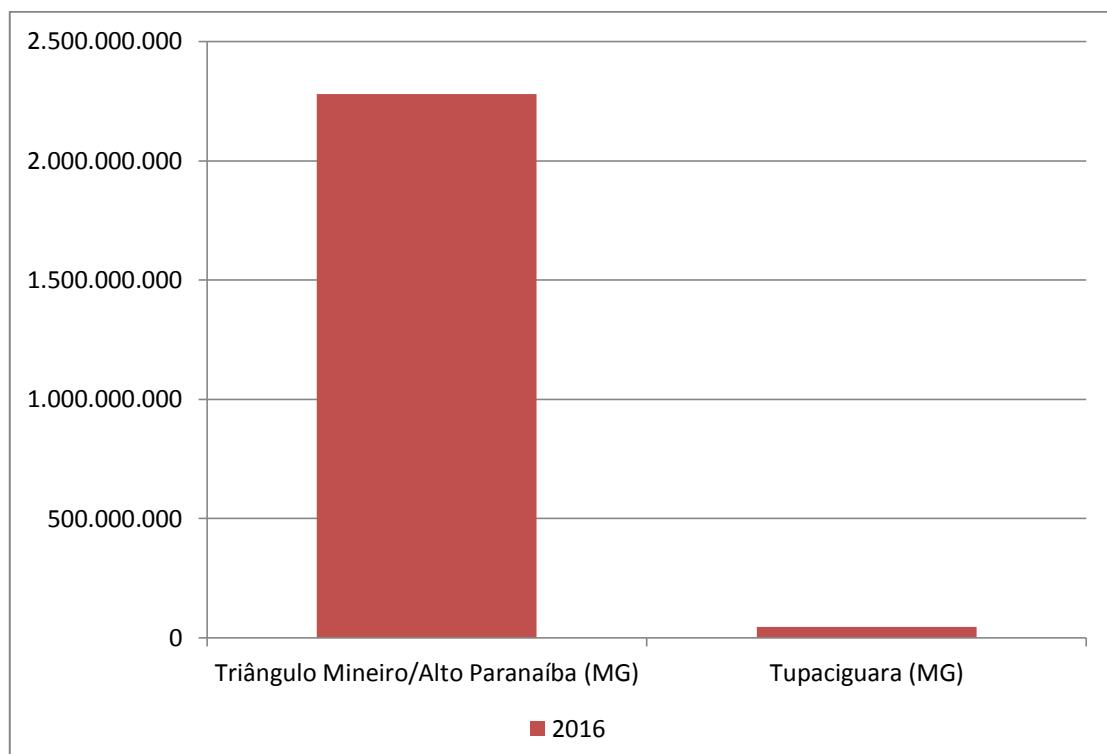
---

<sup>111</sup> Entrevistado 24. O receio de fazer algo novo está implicado na prudência camponesa.

São Tomé<sup>112</sup> “só acredo vendo<sup>113</sup>”, essa frase que define o camponês dos Cerrados de Tupaciguara, desconfiado e receoso aos novos projetos.

A partir dos melhoramentos realizados na pastagem o camponês conseguiu resultados positivos na produção do leite. O leite produzido entre os camponeses de Tupaciguara fortalece a participação do município no cenário da mesorregião como importante bacia leiteira. Considerando que a mesorregião é composta por 66 municípios e com população aproximada de 2.400.000 pessoas, podemos observar a partir dos dados do gráfico 02 que a participação de 2% na produção de leite equivale a 46.881.000 litros anuais (dados de 2016).

Gráfico 02 - Produção Leiteira da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba versus do município de Tupaciguara no ano de 2016<sup>114</sup>.



Fonte: IBGE – Pecuária municipal, 2016. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselveld José, 2017.

O município de Tupaciguara possui 6 laticínios<sup>115</sup> que atualmente estão voltados para a produção de doces e queijos. Os laticínios que estão instalados

<sup>112</sup> No catolicismo, São Tomé foi um dos doze apóstolos originalmente escolhidos por Jesus.

<sup>113</sup> Entrevistado 5.

<sup>114</sup> Dado mais atual divulgado pelo IBGE.

<sup>115</sup> Os laticínios localizados no município de Tupaciguara não envasam o leite nas embalagens tetra Pak, utilizam sacos plásticos, já que a produção é voltada para leite e doce.

no município são: Origem; Indústria Angorá; Doces Marques e Laticínios Ltda – Me; Cia. Mineira de Laticínios Ltda.; Laticínios Vitória e Família Ltda e o laticínio mais antigo instalado no município é o “Cabeça de Touro”. Antes era chamado de “A Manteiga Cabeça de Touro” (imagem 02), instalado em 1928, no Bairro Bom Sucesso.

Imagen 02 – Embalagem da manteiga Cabeça de Touro criada no final da década de 1920.



Fonte: Prefeitura Municipal de Tupaciguara. 2017.

Além dos laticínios citados os produtores rurais do município fornecem leite para outros 3 laticínios<sup>116</sup>. Sendo os laticínios Calu<sup>117</sup>, Italac e Nestlé, de projeção nacional e internacional, respectivamente. O laticínio Calu é uma cooperativa de produtores de leite, tendo como sede o município de Uberlândia, e produz desde leite em pó e iogurtes. O laticínio Italac produz uma enorme variedade de produtos, e está localizado no município de Corumbaíba-GO. A Nestlé atua na região desde 1978, quando instalou sua fábrica no município de Ituiutaba, atualmente produz somente leite em pó.

<sup>116</sup> Laticínios onde o leite produzido no município de Tupaciguara é envasado.

<sup>117</sup> Em meados do ano de 2018 A Cooperativa Agropecuária de Uberlândia (Calu) fechou uma parceria com a Polenghi Indústrias Alimentícias.

Segundo documentos da Prefeitura de Tupaciguara, o município abrigava o laticínio Parmalat, o qual tinha uma base de armazenamento de leite instalada próximo a entrada da cidade. No entanto, com a crise/falência no ano de 2003, o laticínio fechou o que prejudicou os camponeses e comércios da região.

### Segundo o entrevistado 28

Nóis fornecia leite para a Parmalat, sempre pagava certinho nós não preocupava com nada, mais de repente a gente ficô sabendo que eles estavam sem dinheiro [...] o povo aqui nas fazenda fico tudo preocupado e era com razão, fecharam a porta, sabe aquela construção perto do trevo? Era lá que funcionava a Parmalat [...] sei que o povo sofreu aqui mesmo nós vendeu umas 5 vaca pra pagá as despesa (Informação Verbal)<sup>118</sup>.

A relação da produção leiteira com o modo de vida do camponês é basicamente uma só. Suas famílias dependem do leite para honrar compromissos e quando não há o pagamento do leite os camponeses tem que “dar um jeito”. Nesse caso em que o laticínio deixa de pagar, o camponês se vê obrigado a vender suas vacas para não descumprirem/desonrarem suas responsabilidades.

Outro fator que acarreta preocupações para os camponeses são os aumentos dos insumos e a dificuldade de obter certos produtos que compõe a ração, principalmente no período da seca. Nesta perspectiva, várias são as dificuldades enfrentadas para o camponês continuar produzindo.

### Esclarece ainda o entrevistado 28:

Eles pagam uma miséria no litro de leite e se for pra comprá ração, ai cê num dá conta não, a ração só aumenta e o leite continua a mesma coisa, oia pro cê vê, no ano passado nessa época (em setembro do ano de 2017) a ração custava 45 reais o saco de 40 quilo e eles pagavam 1,35 o litro de leite, agora [2018] a ração tá 50 conto e o leite 1,27 vê se pode (Informação Verbal)<sup>119</sup>.

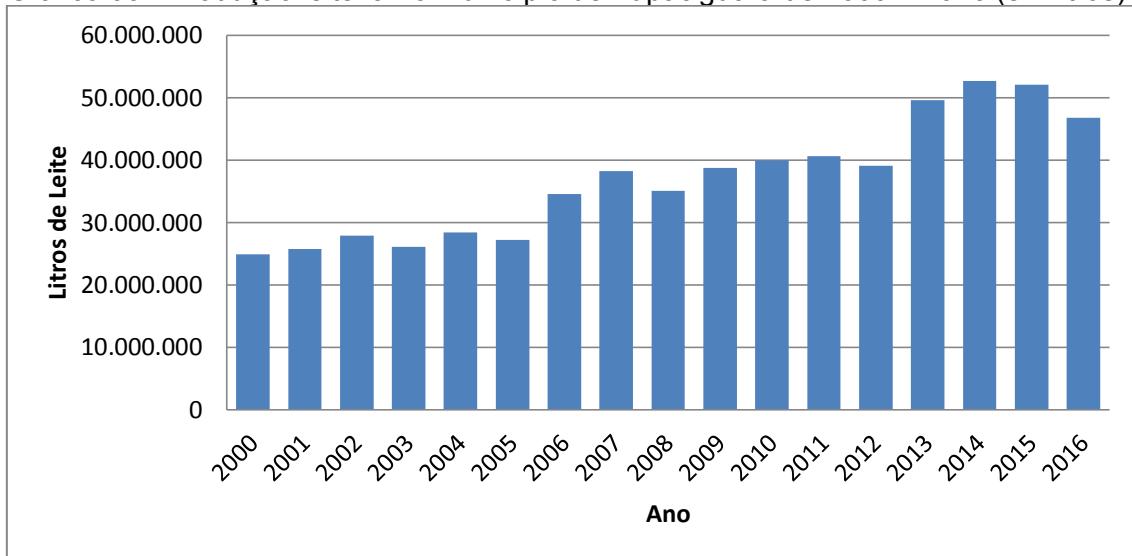
<sup>118</sup> Entrevistado 28. Os camponeses ao fornecerem sua produção aos laticínios recebem uma remuneração constante. Contudo, não dispõem de qualquer seguro que lhes proteja da falência e do calote dos laticínios.

<sup>119</sup> Entrevistado 28. A reclamação em relação a remuneração obtida com o leite é uma constante. O pareamento de comparação é o preço da ração.

Os camponeses reclamam sobre o preço do leite e dos insumos, mas não desistem de continuar produzindo “quem sabe alguma hora melhora [...] e nós passa a ser valorizado<sup>120</sup>”. Com isso, buscam resolver as dificuldades relacionadas à obtenção de alimento para o rebanho e do preço do leite unindo-se para terem mais força política.

A permanência de diversos camponeses na atividade indica que eles tiveram que buscar/criar na relação com os laticínios canais de negociação e usar várias tecnologias. Isso significa que novas formas produtivas tiveram que ser incorporadas para continuarem vivendo como criadores de gado leiteiro. Uma dessas técnicas foi piquetar as áreas de pasto e tratar do gado no cocho, fornecendo às suas vacas porções de alimentos reservados em silo de superfície<sup>121</sup>. Fazendo rotação de pastagem, os camponeses conseguiram ampliar o número de cabeças de gado sem ter que ampliar a área. Usando a técnica a seu favor, o rebanho continuou bem nutrido e ainda teve um aumento considerável em relação à produtividade.

Gráfico 03 - Produção leiteira no município de Tupaciguara de 2000 – 2016 (em litros).



Fonte: IBGE – Pecuária Municipal, 2017. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselveld José, 2017.

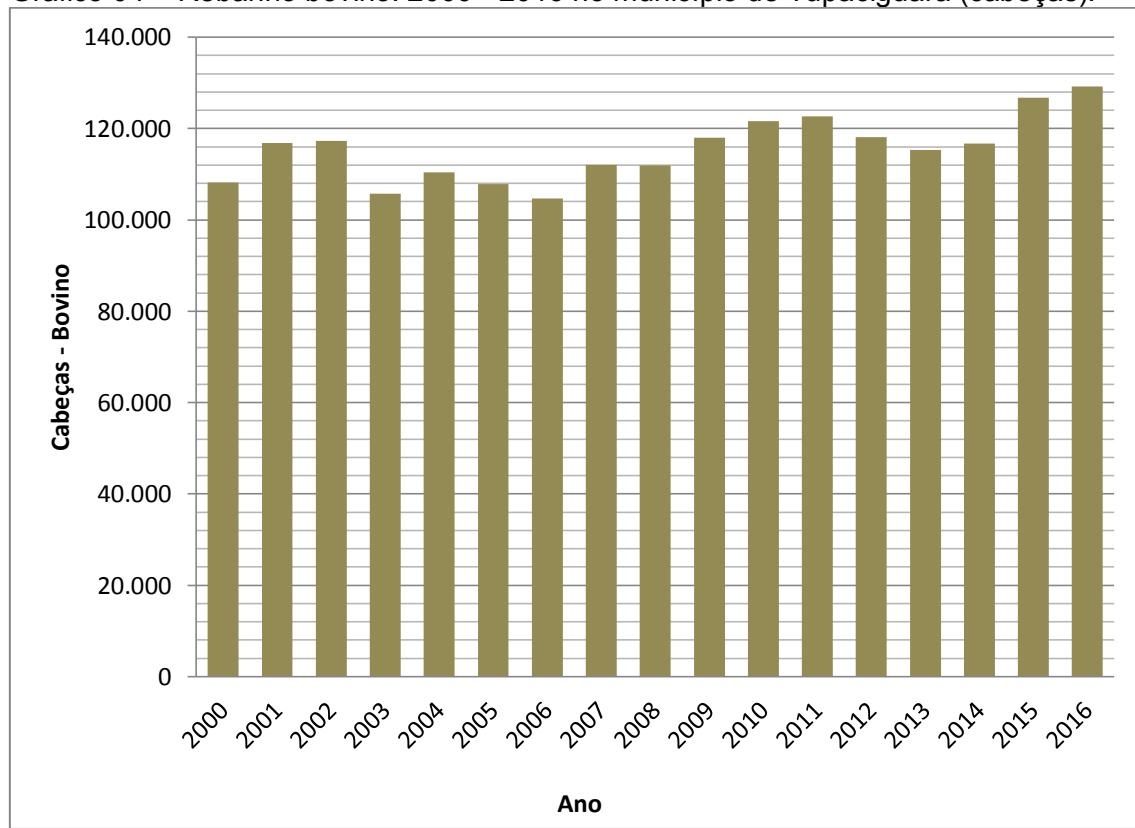
<sup>120</sup> Entrevistado 28.

<sup>121</sup> Segundo a Embrapa o silo de superfície: “É o mais barato de se construir, pois não exige estruturas de alvenaria ou de revestimentos. Não tem uma seção bem definida, mas se assemelha à trapezoidal. Para fazer esse silo, o material deve ser amontoado e compactado sobre o solo e coberto por lona plástica segura por terra. A sua seção, quando se aproxima do tipo trapezoidal, pode ser calculada pela mesma fórmula usada para os silos tipo trincheira. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01\\_308\\_217200392413.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_308_217200392413.html). Acessado em 05 de julho de 2016.

Observando os dados disponíveis e que compõem o gráfico 03, percebemos que houve uma grande variação na produção leiteira nos últimos dezesseis anos. No ano de 2000, ano de início do nosso recorte temporal os dados indicam que a produção foi de 24.871.000 litros de leite, já no ano de 2016 a produção foi ampliada para 46.830.000. Trata-se de um acréscimo de 21.959.000 litros nesses últimos dezesseis anos. Essa situação nos fez problematizar os resultados estabelecendo as seguintes questões: como aumentou a produção de leite mesmo com a diminuição das pastagens; será que aumentou a carga genética do rebanho?

Assim, apesar da inserção de novas culturas o rebanho do município nos últimos anos vem se mantendo como se pode observar nos dados do gráfico 04.

Gráfico 04 – Rebanho bovino: 2000 - 2016 no município de Tupaciguara (cabeças).



Fonte: IBGE – Pecuária Municipal, 2017. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Compreendemos que para a continuidade da criação do rebanho, as técnicas utilizadas na pecuária leiteira foram concretizadas, trazendo conquistas, inclusive para o camponês. Assim o que ocorreu no Cerrado tupaciguarense foi o aperfeiçoamento tecnológico e sociabilidades na pecuária.

No campo a partir da leitura da paisagem dos lugares, fomos observando, que a maioria absoluta dos criadores de gado leiteiro tinham também se transformados em agricultores/e “produtores d’água”, passando a produzir parte significativa da alimentação dos seus rebanhos, fazendo comparecer nas propriedades, roçados de cana-de-açúcar e os silos de superfície (Fotografia 21). Também observamos a construção de cercas no entorno das nascentes e em alguns corpos d’água.

Fotografia 21 – Silo de milho localizado em propriedade camponesa na Comunidade do Brilhante, 2016.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

O silo não é apenas o alimento para o gado, ele se torna também uma forma de manifestações de resiliências social e cultural, as quais são reforçadas pelas territorialidades dos grupos sociais, pois são elas que dão vida ao lugar. Como o silo se tornou algo tão grandioso para os camponeses?

Segundo Santos e Zuffi (2017)

Os silos são elaborados com o propósito de superarem a escassez de alimentos, particularidade do período seco. O uso de maquinários emprestados a partir da ajuda mútua evitam enormes gastos e ameaçadoras dívidas à manutenção das famílias. No conjunto, são medidas que indicam que os saberes tradicionais dialogam com os conhecimentos técnicos recentes. Nas articulações que estabelecem com diferentes saberes, suas percepções em lidarem com as nuances dos

ciclos naturais e consequentemente com os problemas de cada período, suscitam novas formas de enfrentarem e superarem as dificuldades climáticas (SANTOS; ZUFFI, 2017, p.39).

A produção de leite indica que as territorialidades camponesas se nutrem das práticas sociais e culturais ligadas a ela. Observamos que a sociabilidade e reciprocidade conectadas ao cotidiano estão atreladas com as suas obrigações, inclusive religiosas, o que sugere pensarmos também nas estratégias comunitárias.

Rosendahl (2005) afirma que:

A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle [...] A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar (ROSENDAHL, 2005, p. 12934).

Uma das ações que exemplificam a territorialidade como uma estratégia de controle é o “grupo” formado pelos camponeses da comunidade do Brilhante. O grupo reúne algumas famílias e atua perante a comunidade para arrecadar recursos para manter a capela como lugar sagrado, e atua também para desenvolver a pecuária leiteira, principalmente organizando a elaboração de silos na região.

Segundo entrevistado 15:

A gente costuma se reuni, prá discuti e encontrá um caminho pra vivê com mais união [...] Aqui todo mundo é amigo [...] agora nosso foco é arrumá a igreja ela, tava meio abandonada, mas agora veio um padre bom. [Como assim?] O Padre quer voltar com as festas igual as de antigamente, e ele vem e reza a missa sem ficar pedindo [...] Assim nós aproveitô o grupo que tinha prá entrega o leite e resolveu reunir pra ajudá na igreja [reformar] (Informação Verbal)<sup>122</sup>.

De acordo com o entrevistado 15, a reunião, o debate e a participação política no grupo ajudam na obtenção de resultados não só favoráveis economicamente aos seus integrantes, mas também buscam os frutos sociais para toda a comunidade. O leite é essencial para a maioria das propriedades e

---

<sup>122</sup> Entrevistado 15. A reunião dos camponeses é uma reunião objetivada que considera as suas demandas.

para produzí-lo exige longas jornadas de trabalho familiar e coletivo, baseado na ajuda mútua.

Assim, a organização da propriedade para se obter leite para atender ao mercado depende das ações de cada família. A seguinte narrativa do entrevistado 23, indica : a preocupação co o custo/benefício.

Nóis trata da vaca no cocho [...] O gado vem e a gente dá três quilo de ração, na hora de tirá o leite, assim ela fica mais calma, mas antes de tirá o leite, nós coloca mais ração [em média 3 quilos por animal] se não, não adianta. Isso fica caro [...] um jeito é fornecê silo, cana picada pra vaca vim com mais força [...] Dai a gente ainda não resolve como vai fazê [...] então tem que fazê um jeito de consumi menos ração, pois o preço melhor do nosso leite sai da ração (Informação Verbal)<sup>123</sup>.

Comprar no mercado insumos, principalmente ração para alimentar o gado fica dispendioso, pois seis quilos por vaca, por ordenhada é uma quantidade que gera impacto no orçamento da família. Na propriedade do entrevistado 23, a produção leiteira é de 420 litros/dia. Para entendermos a preocupação do camponês decidimos apresentar o custo diário com a ração. Este pode ser calculado por intermédio da seguinte fórmula<sup>124</sup>:  $Qr = \frac{Lp}{L}$  onde Qr equivale a quantidade de ração utilizada dia (kg/dia), L equivale a variável 3<sup>125</sup> (quantidade de leite por quilo de ração) e Lp equivale ao leite produzido na propriedade.

Então se utilizarmos a fórmula  $Qr = \frac{L}{Lp}$  na propriedade citada, cuja Lp é de 420 litros, temos:  $Qr = \frac{420}{3}$ ;  $Qr = 140$  Kg/dia.

A partir daquele exemplo onde há utilização de seis quilos de ração por vaca ordenhada/dia, compreendemos que a atividade leiteira envolve gastos monetários que dificultam a vida dos camponeses. No comércio local cada saco de ração de 40 kg, no início de 2017, custava em média R\$ 48,00. Pensando no uso diário de 140 kg de ração, o camponês para alimentar o seu rebanho, consume por dia uma quantia de R\$ 168,00. Esse valor compromete

<sup>123</sup> Entrevistado 23. É necessário reduzir custos. Isso implica em realizar os silos e recuperar a ajuda mútua.

<sup>124</sup> Fórmula citada por SANTOS, R. J.; COSTA, R. S. (2016).

<sup>125</sup> Número obtido através de entrevistas com os camponeses e técnicos agrícolas.

aproximadamente 28%<sup>126</sup> da renda diária obtida com a comercialização do leite. Nesse cálculo, não estamos incluindo despesas com mão-de-obra da família, energia elétrica, vacinas, cerca, cerca elétrificada, entre outras despesas. Na administração familiar daqueles camponeses, essas despesas, não são contabilizadas.

Além dos gastos com ração para as vacas ordenhadas, o rebanho compreende ainda animais de reposição. Assim, a família camponesa compromete outra parte da sua renda com a alimentação dos bovinos jovens e com aqueles sem lactação. Em alguns casos os gastos ocorrem com a aquisição da casca de soja, a qual custava em 2017, no mercado local R\$ 700,00<sup>127</sup> a tonelada. Contudo, no contexto de carência de pasto, a casquinha daquele cereal representa para os camponeses uma alternativa para enfrentar o período seco ou mesmo diminuir os gastos com ração.

Segundo o entrevistado 23:

A casquinha de soja ajudô nós muito, aqui não tava tendo nada pro gado comê ai apareceu essa casquinha, nós comprô e começô a tratá de tudo [...] depois nós passô a dá casquinha só pro gado solteiro, com isso nós gasta menos com ração e sobra mais dinheiro pra família<sup>128</sup>.

A casquinha constitui-se em uma alternativa para atender as necessidades do camponês em um momento de escassez de alimentos. No entanto, mesmo o preço sendo de R\$ 700,00 a tonelada é considerado pelo camponês como uma opção que reduz os custos com a alimentação do gado. A casquinha trata-se de um subproduto de uma importante Commodity: a soja. Como se trata de um recurso que se encontra relacionado ao mercado global, essa situação pode oscilar e promover alteração nos custos de obtenção do leite destinado a atender as demandas dos laticínios.

Apesar disso, essa situação de dependência do mercado para promover a alimentação do rebanho é apenas uma das dificuldades enfrentadas pelos

<sup>126</sup> Para chegarmos nesse número multiplicamos a produção diária pelo valor do litro de leite (R\$ 1,05 em agosto de 2017). Depois calculamos o valor diário pelo gasto diário com ração.

<sup>127</sup> Sem contar o frete.

<sup>128</sup> Entrevistado 23. O mercado local oferece subprodutos para compor a ração do rebanho camponês. Contudo, para que a família camponesa estabeleça as suas estratégias, ela depende do preço do produto, determinado por esse mesmo mercado.

camponeses. Assim, além da alimentação o que dificulta a vida dos camponeses são os problemas no acesso às áreas de pastagem para aumentar o rebanho.

Como observamos nos trabalhos de campo, os camponeses estão com suas áreas saturadas pelo gado. Segundo os camponeses é bem difícil encontrar áreas para arrendar ou alguém interessado em recriar o gado, como afirma o entrevistado 26<sup>129</sup> “Cê num acha mais terra pra arrendá ou quem quer criar o gado a meia [...] dá um desânimo”. A criação “a meia” consiste em um camponês fornecer os bezerros e o outro fornecer a área de pastagem e também arcar com as despesas (sal, vacina, dentre outros) até a idade de venda.

Esse era um modelo de trocas que fazia parte do cenário rural de Tupaciguara, mas foi sendo suprimido com o avanço do agronegócio, principalmente pelo setor sucroalcooleiro. Em 2018, quase não se encontra essa forma de criar o gado bovino na região.

É nesta conjunção de fatos que uma das saídas construídas pelos camponeses foi a de “segurar” apenas as fêmeas. Bezerros que teriam melhor rendimento quando adultas. Os demais animais passaram a ser comercializados na região, para o camponês tornar-se menos dispendioso ficar com menos animais que não estão em lactação.

No entanto, identificamos camponeses que conseguem ficar com as crias, tanto com os machos quanto com as fêmeas, sendo que os machos tornam-se a poupança da família. São vendidos para suprir contratemplos ou mesmo para realizarem investimentos na propriedade. Contudo, não é simples manter o rebanho, exige muito trabalho e muito empenho.

As principais iniciativas no manejo do rebanho que os camponeses conseguiram estabelecer foram melhorar os cultivos de volumoso, como cana-de-açúcar e capim para tratar do gado durante todo o ano. Nesta prática o camponês estabelece uma diminuição na área de pastagem, como podemos

---

<sup>129</sup>Entrevistado 26.

observar na fotografia 22, onde o pasto é cultivado e piquetado, o que faz com que o rebanho ocupe menos área.

Fotografia 22 – Pastagem cultivada e piquetada, separada por cerca elétrificada.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Um gasto em tecnologia que se tornou muito importante para os camponeses foi o uso da “cerca elétrica”. Para a separação ou fragmentação do rebanho no pasto, a cerca elétrica, acarreta um gasto mínimo ao comparar com a cerca tradicional de arame.

No campo constatamos que os postes são fincados com a distância de 3 metros. Assim, em 100 metros de cerca de arame com cinco fios (100 metros x 5 fios), gastaria em média R\$ 350,00 com o rolo de arame de 500 metros, e 33 postes de madeira. Sendo que cada poste de eucalipto mede 8 cm de diâmetro X 2,20m de comprimento, diâmetro mínimo aceitável para cerca, custa R\$ 14,00. Nessa projeção, teríamos um gasto, com poste, de R\$ 462,00. A mão de obra para fazer a cerca custa em média: R\$ 8,00 por poste, assim o valor gasto seria de R\$ 264,00. Somando os gastos, total com a cerca, teríamos o valor de R\$ 1.076,00 por cada 100 metros de cerca.

Usando a cerca elétrica, o camponês teria que disponibilizar para os mesmos 100 metros os seguintes valores: R\$ 100,00 no Eletrificador, R\$ 60,00 com o cabo de 250 metros. No entanto, só utilizaria 200 metros já que para cerca elétrica só utiliza dois fios. Também gastaria 6 estacas de 1,5 metros, a qual custa R\$ 5,00 cada. Como se trata de cerca elétrica, contabilizamos os

isolantes para a cerca não fechar curto, sendo gasto o valor de R\$ 30,00. Para fazer a cerca pode usar a mão de obra familiar, pois esse tipo de circuito não demanda trabalho técnico complexo. Somando os gastos totais com a cerca, teríamos o valor de R\$ 190,00 por cada 100 metros de cabeamento.

Ao utilizar a cerca elétrica o camponês economiza R\$ 886,00 a cada 100 metros. Assim torna-se viável a criação de vários piquetes. A partir dessa redução de custos o camponês pode aplicar o seu dinheiro na diversificação da alimentação do gado.

Observamos no campo que não é apenas o homem/patriarca que participa da alimentação do rebanho e sim há o envolvimento da família e emprego de tecnologias na produção de alimento para o gado leiteiro. Um exemplo foi no corte da cana para alimentação do rebanho, primeiro a esposa e o filho cortam o talhão de cana, na sequência reúne a cana em um monte o qual é triturado e carregado na carreta. Concluída a etapa de triturar a cana-de-açúcar usa-se o trator para transportá-la e a ser distribuída nos cochos de alimentação destinados ao gado leiteiro.

Em alguns casos a cana moída é ainda misturada à Ureia<sup>130</sup> e espalhada nos cochos para complementar a alimentação do gado leiteiro. Esses arranjos pressupõem redução de custos relacionados à nutrição do rebanho.

Contudo, aumentam o número de serviços dos membros da família, mas são praticados como parte do projeto familiar, pois na medida em que reduzem o consumo de ração e água nas propriedades camponesas, estão reduzindo os custos e contribuindo para aumentar a renda familiar.

---

<sup>130</sup> Segundo GUIMARÃES JÚNIOR, Roberto. *et al.* (2007, p.10) As despesas com a alimentação contribuem de forma significativa nos custos de produção da atividade leiteira. Entre os itens que compõem a dieta de bovinos leiteiros, os suplementos protéicos são, geralmente, os componentes mais caros. Dessa forma, a utilização de alimentos alternativos que substituam as fontes de proteína comumente utilizadas na alimentação de ruminantes é de grande interesse para a atividade pecuária. A uréia é um composto nitrogenado não-protéico (NNP) que pode ser utilizado para essa finalidade, uma vez que, comparada com outras fontes de nitrogênio, é economicamente mais barata e, se utilizada de forma adequada, tem condições de manter bons níveis de produção.

Fotografia 23 – Paisagem Rural do município de Tupaciguara em 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Observamos na fotografia 3 tipos distintos de uso: Lado esquerdo, parte superior identificamos a Pastagem Cultivada; Lado direito, parte superior identificamos a Pastagem Não Cultivada; parte inferior da fotografia identificamos Plantação de milho para fazer silo.

A partir dos conteúdos registrados na fotografia 23, reforçamos a ideia de que os camponeses em grande parte tornaram-se, além de criadores de gado leiteiro, agricultores versáteis que cultivam a terra para obterem certa autonomia na alimentação do rebanho. Neste contexto, indiretamente tornam-se também acumuladores de água. Essa situação acaba gerando mais trabalho e renda e a atividade leiteira acaba se fortalecendo como projeto da família. Assim, para se manterem como fornecedores de leite aos laticínios é necessário sustentar uma produção de alimentos para os seus rebanhos, evitando oscilações no quantitativo de leite, tanto na estiagem, quanto na período chuvoso.

Com o investimento na alimentação do rebanho os camponeses passaram a ter um rebanho que produz mais leite o que permitiu às famílias buscarem em suas memórias receituários de produtos artesanais como o queijo e o queijão mineiro. Esses produtos, produzidos a partir do leite excedente, tornam-se estratégia que nos permite observar os conteúdos da resiliência dos camponeses e das comunidades rurais de Tupaciguara.

## **2.2. A RESILIÊNCIA CAMPONESA: TRABALHO E RENDA**

A (re)ocupação das áreas tradicionalmente destinadas à pecuária<sup>131</sup> e a produção de um modo de vida camponês e seus meios de vida no município de Tupaciguara, promoveu a mobilização dos camponeses<sup>132</sup>, incitando algumas famílias a buscarem “novas” formas de produzir. Assim, torna-se, importante compreender como esses camponeses permanecem no campo cercado pela cana.

Além da área os camponeses sentiram/sofreram alterações em suas estruturas familiares, bem como as estruturas das comunidades rurais, pois sofreram mutação no sentido de não se ter mais serviço para todos na propriedade familiar e por vezes na comunidade. Assim, algumas pessoas tiveram que buscar trabalho fora da comunidade.

Com relação às modificações sentidas pelas comunidades rurais, elas ocorreram, principalmente, nas instituições as quais são/estão enraizadas nos lugares. Instituições como as escolas, as capelas, dentre outros, se apresentam em mutação. Segundo KINN (2010)

<sup>131</sup> Veremos os dados quantitativos no capítulo 3.

<sup>132</sup> [...] o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas continuou identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vidas redefinidas e, em larga medida, posta a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução de capital (MOURA, 1986, p. 19).

A mutação do espaço, das relações indica que o camponês vive um contínuo processo de produção das coisas, ao mesmo tempo em que agem redefinindo sentidos e ações para diversificar as suas atividades produtivas. Elas envolvem ações daqueles que vivem no lugar e se manifestam no espaço com usos específicos, particulares, criativos e reativos, também diferenciados no tempo, no espaço e nas suas representações decorrentes das suas práticas sociais (KINN, 2010, p. 135).

No município de Tupaciguara, os camponeses foram percebendo as imposições do agronegócio quando buscaram área para arrendar/adquirir. O preço da terra se elevou e tiveram que se adequar às novas circunstâncias estipuladas pelo setor sucroalcooleiro. Para mostrar a mudança nos valores da terra construímos o quadro 03, considerando os últimos dezessete anos.

Quadro 03 – Levantamento do valor da terra em Tupaciguara.

Ano	Valor por hectare (R\$)	
	Pastagem	Lavouras (permanente e temporária)
2000	8.000,00	12.000,00
2001	14.000,00	22.000,00
2002	14.000,00	22.000,00
2003	14.000,00	22.000,00
2004	17.000,00	25.000,00
2005	17.000,00	25.000,00
2006	17.000,00	25.000,00
2007	17.000,00	30.000,00
2008	18.000,00	40.000,00
2009	20.000,00	35.000,00
2010	22.000,00	37.000,00
2011	22.000,00	40.000,00
2012	24.000,00	40.000,00
2013	25.000,00	42.000,00
2014	25.000,00	42.000,00
2015	25.000,00	45.000,00
2016	27.000,00	45.000,00
2017	27.000,00	50.000,00

Fonte: Levantamento empírico com entrevistados (2015 – 2017). Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2018.

Houve aumento expressivo no valor da terra, cerca de 3 vezes para áreas de pecuária e de quase 5 vezes para terras de lavouras. Diante desse processo inflacionário, os camponeses não conseguem mais obter terras apenas com a lida no campo. Eles têm que buscar formas alternativas de produção para que possam almejar aumentar seus rendimentos e continuarem vivendo no lugar.

Na comunidade do Brilhante, encontramos uma variedade de pequenas manufaturas caseiras, como produção de doces de leite, de mamão, de figo e cocadas, além de produção de queijos, quitandas, dentre outros produtos obtidos artesanalmente. Os produtos citados em princípio não são concebidos para venda em escala, e sim para consumo da família e comércio local, bem como proporcionar agrados às visitas.

A produção de alimento voltado primeiramente para o consumo nos remete a economia de fartura<sup>133</sup> do camponês, economia essa que busca suprir suas necessidades alimentares e só o que “sobrar” é que vai para o mercado. Estes ideais não são apenas para doces e queijos, mas tendem a ser praticados em outros processos produtivos. Ao visitar uma propriedade observamos o quintal cheio de árvores frutíferas, galinhas e porcos.

Fotografia 24 – Galinhas, mangueira e tamarindeiro – Comunidade Brilhante, Tupaciguara MG.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Na paisagem da fotografia 24, podemos observar um pequeno recorte da propriedade do camponês, e nele é possível constatar como o seu quintal

<sup>133</sup> Nos trabalhos empíricos a economia de fartura é relacionada com a variedade de alimentos na mesa dos camponeses, para ele economia de subsistência não é o termo adequado ao falar da produção dos camponeses do cerrado. Diálogos teóricos do autor com o orientador. Orgs.: COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. 2015.

foi organizado para atender às necessidades da família. Em poucos metros temos pés de manga, de tamarindo e várias galinhas, as quais além de fornecerem ovos representam renda a partir da comercialização das próprias aves. Ademais, dessa composição, as galinhas servem para “limpar” o quintal segundo o entrevistado “a galinha é um bicho muito bão ela protege a casa de escorpião e de outros insetos<sup>134</sup>”.

Em outra parte do quintal, essa bem afastada da casa, encontra-se o chiqueiro com porcos (Fotografia 25). Os porcos para os camponeses são considerados como “mini poupanças”, afirma o entrevistado 4 “nóis cria uns porquinho serve pra nós cumê e também se precisá de um dinheiro rápido e só matá e levá na cidade<sup>135</sup>”.

Fotografia 25 – Chiqueiro de porcos – Comunidade Brilhante, Tupaciguara MG.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

A raça de porcos criados na maioria das casas da comunidade Brilhante são denominados de “caipiras”. Eles são porcos mais rústicos que não

<sup>134</sup> Entrevistado 4.

<sup>135</sup> Entrevistado 4.

demandam tantos cuidados e podem se alimentar de restos de comida. Na propriedade estudada, nada é jogado fora, o resto de alimentos da casa, almoço e janta, são reunidos e colocados para alimentar as criações do quintal. Outro subproduto muito aproveitado para alimentação dos porcos é o soro do leite, que sobra do fabrico de queijo e do queijão.

Na família, o queijo e o queijão são usados para complementar a renda e a alimentação, tornando como ingrediente para várias quitandas e doces. Em cada casa, misturando queijo com o leite, ovos e polvilho têm-se vários tipos e sabores do pão de queijo. Ademais o queijo serve como “agrado” aos visitantes. Ao visitar a casa do camponês, a família nos ofereceu queijo e queijão, todos feitos pela família em sua propriedade (Fotografia 26).

Fotografia 26 – Queijo: Elemento simbólico da recepção camponês do município de Tupaciguara em 2015.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2015.

Iniciou-se a fabricação de queijo e de requeijão em larga escala<sup>136</sup> pela necessidade de eles buscarem novas fontes de renda e também devido à época (2015) o leite não oferecer uma remuneração que atendesse as demandas da família. Segundo Santos e Inácio (2017, p.118) “a família aciona os seus conteúdos *culturais*, despertando suas *substâncias* residuais, criados no passado para permanecer desenvolvendo a vida nos lugares”. Os queijos são produzidos pelas mulheres, elas aprendem o fabrico acompanhando suas mães desde criancinha.

Na conjuntura das práticas sociais que lhes garantem autonomia alimentar, a cana tem uma função muito diferenciada daquela produzida pela agroindústria.

Pra mim a cana é só pra alimentá o gado, mais é só no último caso [...] não dô cana pura pro gado se não é perigoso a vaca dá dor de barriga [...] eu trituro e misturo com uréia aí sim vai pro cocho [...] agora essa cana da usina dá é raiva<sup>137</sup>.

Percebemos na fala do Camponês 18 que a cana oferecida como alimento ao gado necessita de preparo, pois pode acarretar incômodo ao rebanho. Naquilo que ela representa, quando o destino é a usina sucroalcooleira, cultivada como monocultura é uma ameaça ao modo de vida camponesa, revelando sentimentos de rejeição. Na paisagem, como grande lavoura, a cana gera vários medos. As pessoas temem a queimada, os caminhões, os venenos e tudo aquilo que ainda lhes geram dúvidas e desconforto. Contudo, quando ela é produzida no domínio da propriedade para obterem produtos e renda, ela lhes permite satisfação, pois a cana além de ser um volumoso na alimentação do rebanho, propicia a obtenção de melado, rapadura, pinga e açúcar mascavo. Segundo Tuan (2005):

Os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador, outros não. Certos tipos de medo perseguem as crianças, outros aparecem apenas na adolescência e na maturidade. Alguns medos oprimem povos

<sup>136</sup> Em certo momento era produzido na propriedade localizada na comunidade do Brilhante um queijo por dia e um requeijão por semana. Atualmente (2015) são produzidos 10 queijos por dia e 200 requeijões por semana.

<sup>137</sup> Entrevistado 18. A cana é um volumoso que exige conhecimento para servir de alimento ao gado. Geralmente o camponês prepara esse volumoso para melhorar a absorção dos nutrientes pelo gado.

“primitivos” que vivem em ambientes hostis, outros aparecem nas complexas sociedades tecnológicas que dispõem de amplos poderes sobre a natureza (TUAN, 2005, p. 7).

Nas comunidades, o avanço da cana indica inseguranças, principalmente perante o avanço tecnológico<sup>138</sup>, pois, cada investimento realizado pelas usinas sucroalcooleiras, vai demandar novas áreas para o cultivo dos seus canaviais. Em alguns casos, as lavouras de cana vão fazer divisa com as propriedades do camponês de Tupaciguara. Contudo, os camponeses continuam e aumentaram o volume de leite em suas propriedades favorecendo a participação das mulheres no processo de geração de trabalho e renda a partir do fabrico de queijos, requeijões e doces.

Essa situação é complexa, pois envolve um conjunto de estratégias que nos ajuda a pensar na resiliência camponesa. Segundo Santos e Costa (2017)

[...] a resiliência camponesa é social e cultural, envolve sentimentos, identidades, pertenças e saberes que permitem/propiciam aos camponeses se reerguerem das tensões e continuarem enraizados ao lugar, mantendo seus jeitos de viverem. Constatamos também, que as diversas parcerias se tornam importantes estratégias de fortalecimento das relações comunitárias (SANTOS; COSTA, 2017, p.112).

Pensando sobre as diversas questões sobre as parcerias, as quais se revelam como importantes estratégias de fortalecimento das relações comunitárias. Pensando na questão das parcerias, identificamos os outros cultivos no município no município que se beneficia dessa forma de produção. Destacamos três artigos, os quais são: mandioca, rapadura e cachaça.

### **2.3. AMPLIAÇÃO DAS FARTURAS CAMPONESAS: MANDIOCA, RAPADURA E CACHAÇA.**

As sociabilidades camponesas acabam compondo um tema importante no estudo do modo de vida, sendo o ponto central, a economia de fartura.

---

<sup>138</sup> Pensamos aqui a tecnologia empregada na cana-de-açúcar como os maquinários de última geração tecnológica além do uso da genética apurada em laboratórios, entre outros.

Acoplado ao termo discutiremos a resiliência tendo por base a capacidade de a família camponesa articular o processo de formação ou reafirmação dos seus saberes no território. Assim, os camponeses de frente aos avanços dos grandes canaviais criaram suas reações referendados em saberes e fazeres pretéritos.

Em nossos estudos compreendemos que a economia de subsistência, estabelecida pelos autores clássicos da questão camponesa não é suficiente para esclarecermos a produção dos seus meios de vida. Na prática eles não vivem em nível de subsistirem as imposições da vida. Eles ao diversificarem a produção ampliam a sua dieta, alimentam bem como a renda e o trabalho familiar.

Assim, além de se preocuparem em produzirem a sua comida, as famílias cultivam em seus quintais hortaliças, pomares, mandioca, milho e algumas árvores frutíferas, como mangueiras, goiabeiras e bananeiras. Os vários gêneros alimentícios compõem uma paisagem de fartura que faz parte do entorno das moradias. Na prática, os quintais contribuem para o sustento das pessoas e em certa medida, promovem formas alternativas de trabalho e renda às famílias.

Deste modo, os camponeses estão diante de um conjunto de estratégias que demandam trabalho familiar e dinamismo em suas relações sociais. Pressionados pelo aumento na quantidade de lavouras, que na prática inflaciona o preço do arrendamento, e assim, gerando escassez de terras, inventar ou mesmo recriar produtos, parece ser uma saída que aos poucos foi cunhando enormes possibilidades para as suas permanências territoriais.

Uma explicação da transformação dos territórios dos camponeses e suas respectivas comunidades devem incluir os elementos que vêm de fora, com os de dentro, estabelecendo novos tipos de relações sociais. No espaço social que se ligam e que existem como força política, as redes sociais são fundamentais, pois possibilita amplas divulgações dos seus produtos.

Para compreendermos esses processos de sociabilidade dos camponeses produtores de mandioca, rapadura e cachaça, consideramos o

lugar e a densidade das relações a partir das suas territorialidades. Consideramos que é no lugar que podemos observar a grande diversidade de expressões e saberes relacionados às atividades que vão sendo incorporadas aos seus produtos.

Nas comunidades, apesar dos ingredientes serem os mesmos, cada produtor tem definido com a família o seu processo de elaboração. Suas fórmulas antigas de laboração da cachaça e rapadura, por exemplo, lhes permitem serem conhecidos nas redes sociais a partir dos sabores e texturas de seus produtos. Assim, é importante compreender a dinâmica e o lugar em que são produzidos.

Segundo Santos (1988):

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1988, p.19).

A partir da compreensão do lugar, percebemos como são constituídos os modos de vida<sup>139</sup> os vínculos territoriais e as territorialidades. Nesse momento elencamos a territorialidade como uma categoria teórica esclarecedora para analisarmos a permanência camponesa, pois, para Saquet (2009) a territorialidade:

[...] é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contexto territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão - lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p.87-88).

No lugar, a insistência na produção da cachaça artesanal indica que as territorialidades decorrem também das tradições. Em geral trata-se de

---

<sup>139</sup> Ver capítulo 4.

conhecimentos repassados, atualizados de pai para filho. Nessa condição de considerarmos o dinamismo dos processos produtivos envolvendo produtos artesanais, também foi possível analisar as possibilidades dos camponeses apresentarem-se com os seus conteúdos resilientes, num contexto de fortes tensões procedidas das ações das grandes corporações, no caso as usinas sucroalcooleiras.

Nesse sentido Rosendahl (2005) afirma que:

A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle [...] A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar. (ROSENDAHOL, 2005, p. 12934)

Essa presença também contribui para relacionar a territorialidade com uma relação de poder e controle o que segundo Sack (1983):

At this point let me define what I mean by territoriality explicitly: the attempt by an individual or group (x) to influence, affect, or control objects, people, and relationships (y) by delimiting and asserting control over a geographic area. This area is the territory (SACK, 1983, p. 56)<sup>140</sup>.

Os camponeses elaboradores de cachaça e rapadura artesanais do município de Tupaciguara seguem os seus conhecimentos relacionados ao contexto geográfico do lugar que vivem. Com pouca terra observam o relevo para definir a melhor área para o cultivo da cana. As áreas úmidas são as preferidas. Também a proximidade com a casa de moradia é determinante. Além de estabelecerem a racionalidade de aperfeiçoamento da administração do tempo e do trabalho na definição dos seus roçados de cana, Identificamos que o comércio de rapadura e cana é realizado entre a população local, o que reforça as interações da comunidade com o território.

Segundo Rosendahl (2005):

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo

---

<sup>140</sup> Tradução nossa: Neste ponto, deixe-me definir o que entendo por territorialidade explicitamente: a tentativa de um indivíduo ou grupo (x) influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relações (y), delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território.

humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDahl, 2005, p. 12933).

O cultivo das lavouras de cana-de-açúcar das usinas e dos camponeses, elaboradores de cachaça e rapadura da área de estudo, também revelam que seus territórios e territorialidades estão em transição.

Pois, conforme Saquet (2006b)

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e é multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas (poderes, comportamentos, ações) (SAQUET, 2006b, p 78).

Compreendemos que as territorialidades são manifestadas na área de estudo, principalmente a partir das relações entre grupos familiares que ao diversificarem a produção dinamizam as suas práticas culturais, ampliando suas trocas, tipos de ajuda mutua que acabam contribuindo para que o sujeito viva intensamente o lugar. Esse dinamismo, observado a partir da produção amplia as possibilidades de permanência camponesa, indicado que suas ações territoriais estão implicadas nas suas habilidades de lançar mão dos seus conhecimentos e experiências de vida.

A cachaça e a rapadura, elaboradas pelos camponeses do município, seguem práticas tradicionais de produção. Fazem questão de informar que não se utiliza de produtos industrializados ou artificiais. Desde a lavoura até a elaboração final a forma e a técnica de produção é dominada pelo camponês. A cana-de-açúcar cultivada pelas famílias envolvem tratos culturais que incorporam basicamente esterco de curral e durante o cultivo e a colheita usa-se a tecnologia do trator.

Segundo o entrevistado 11:

Quando planta a cana não pode jogá adubo químico, si não a cachaça não presta, depois deixa ela crescer e corta, não pode por fogo, tem que cortar a cana com a palha, depois tem que levá o mais rápido possível pro engenho para espremer e tirar a garapa. Aí a garapa vai em queda natural para os tanque ou prá tacha [...] e ai escolhe se vai fazê rapadura ou cachaça [...] se for fazê rapadura a garapa vai para as tachos se for fazê cachaça a garapa vai pro tanque onde está o fermento, ai dexa a garapa até a taxa de Brix<sup>141</sup> zerá, quando zerá a calda vai para o alambique lá ela ferve e o vapor vai passá pelo cano e resfriá aí sai a cachaça (Informação Verbal)<sup>142</sup>.

Pensado no conteúdo da fala do entrevistado, montamos um mosaico para facilitar a visualização do processo de produção da rapadura.

Mosaico 01– Etapas da produção da rapadura. Fazenda localizada no município de Tupaciguara, 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2017.

<sup>141</sup> Taxa de concentração de açúcar.

<sup>142</sup> Entrevista 11. A descrição nos tratos culturais envolvendo a cana reúne conhecimentos e experiências que se fixaram na família a partir dos resultados que foram obtendo. Sempre há uma valorização da redução dos custos

Na primeira fotografia, está localizado o engenho, onde a família camponesa prensa a cana, gerando a garapa. Na segunda fotografia observar-se a garapa no tacho, que será fervida até engrossar, depois ela é disposta em formas até obter o resfriamento e formato final do doce.

Já para fazer a cachaça, primeiramente a garapa fica em repouso, na fermentação, até a taxa de açúcar zerar. Uma das características que diferencia a cachaça artesanal das demais está no tanque de fermento.

Conforme o entrevistado 11:

O fermento é feito com milho, mas não pode sê milho de armazém não, se não ele não vira fermento e tem muito veneno neles, ai cê pega uns 60 kg de milho e coloca no tanque, depois cê põe um poco de garapa para fermentá o milho, aí todo os dia cê vai alimentando com garapa o fermento, até que depois de quinze dias pode fazê a cachaça ai ocê tem a verdadeira cachaça (Informação Verbal)<sup>143</sup>.

Os camponeses entrevistados na pesquisa correspondem à produção “caseira” não estabeleceram uma escala industrial, visto tratar-se de produção em pequena quantidade, baseada na mão de obra familiar. A cachaça produzida, na propriedade, não possui nenhum tipo de certificação, uma vez que é oneroso, obtê-la. Esta certificação depende de investimentos na qualificação gerencial, de procedimentos laboratoriais e deles incorporarem um aparato organizacional elaborado e imposto pelo estado.

Para analisarmos a produção de rapadura e cachaça estudamos duas propriedades, sendo que ambas estão localizadas na comunidade do Bálamo. Apenas uma das propriedades possui o alambique<sup>144</sup>. No alambique, cada tonelada de cana rende 100 litros de cachaça. É envasada pelo próprio camponês de maneira totalmente artesanal, aproveitando embalagens do tipo pet ou de vidro de outras bebidas.

A cachaça é um produto que gera uma renda importante, seu retorno econômico é garantido. Geralmente, não há perda do produto no processo de armazenagem, para além daquilo que ocorre na transpiração e evaporação da

---

<sup>143</sup> Entrevistado 11. Aqui também é preservado os conhecimentos antigos. Sobressai a técnica de elaboração do fermento.

<sup>144</sup> Destilador.

bebida, quando armazenada em tonéis de madeira. Ela serve como poupança, pois com o passar do tempo, bem armazenada, a cachaça fica mais curtida e saborosa, proporcionando aos camponeses melhores preços. Uma “engenhoca” indispensável para a produção artesanal de cachaça no Cerrado tupaciguarense é o alambique de cobre onde é feita a destilação (Fotografia 27).

Fotografia 27 – Alambique de cobre. Comunidade do Bálsmo, 2016.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2016.

Para os camponeses elaboradores de cachaça, o alambique de cobre favorece o processo de determinação dos sabores e obtenção da qualidade da bebida

[...] se o alambique não fô de cobre não é cachaça é outra coisa, si ocê quizé fazê uma cachaça di verdade tem que usá um alambique de cobre o gosto é outro, mais hoje é difícil achá alambique de cobre já que o povo fala que cobre não é bom que faiz mal pra saúde [...] pra mim isso é mentira, desde o

meu vô que nós só faiz cachaça no cobre e ninguém ficou doente (Informação Verbal)<sup>145</sup>.

Segundo relatos tanto do Camponês 11 quanto dos consumidores o cobre é essencial para a cachaça ser produzida artesanalmente, pois sem ele o gosto e a aparência não seriam os mesmos de antigamente. Apesar de alguns equipamentos serem diferentes, os camponeses, seguem um mesmo procedimento na produção de cachaça. Ambos fermentam a garapa usando o fermento baseado no milho, depois utilizam o alambique de cobre, e a cachaça é armazenada em tonéis de madeira.

Após a garapa ser aquecida no alambique ela gera um vapor (cachaça), o vapor passa pelo tanque de resfriamento é condensada e se transforma em líquido (cachaça). Na sequência a cachaça é armazenada em tonéis a maioria são feitas de carvalho, (Fotografia 28) os quais são responsáveis pelo aroma, cor e sabor da bebida.

Fotografia 28 - Tonéis de carvalho para armazenamento da cachaça. Comunidade do Bálsmo.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2016.

<sup>145</sup> Entrevistado 11. O objetivo é justificar o uso de técnicas antigas. Nelas comparecem elementos valorizados e identitários da tradição de produzir cachaça.

Depois de destilada a cachaça passa por um período de “descanso” para logo ser comercializada. O camponês deixa sempre um lote para envelhecer. Envelhecida, a bebida costuma valer mais, sendo fundamental, reservar uma quantidade para vender depois. A cachaça é toda comercializada nos municípios limítrofes em bares ou por particulares que buscam o produto na propriedade camponesa.

Compreendemos que a cachaça e a rapadura são importantes, pois, são produtos associados aos saberes camponeses. A partir deles as famílias conseguem uma fonte de renda extra. Também o cultivo de cana-de-açúcar para a fabricação de cachaça e rapadura demanda uma pequena área<sup>146</sup>. Apesar de serem produtos artesanais, eles propiciam um rendimento diferenciado para o camponês, enquanto para outros cultivos são necessárias áreas maiores como o caso da soja, milho e sorgo.

Contudo, não há apenas produção voltada para o mercado. A produção dos meios de vida é entendida como uma prática vinculada à cultura camponesa. Os camponeses ao cultivarem suas farturas estão preocupados em terem alimentos para serem distribuídos no cotidiano e no encontro das pessoas e em seus diversos eventos comunitários. A festa, nessa perspectiva, se nutre da diversificação produtiva camponesa e a ela estão vinculadas as doações de vários produtos. Assim, produzir fartura implica em atender necessidades que vão além do campo material, por exemplo, de cultivar somente para o mercado. Nesse sentido a produção dos meios de vida camponesa baseia-se na lógica da autonomia alimentar e também considera a própria identidade camponesa.

Além disso, a economia de fartura representa várias pertenças camponesas em relação a festa, às vizinhanças e ao lugar vivido. Ter alimentos para facilitar a manutenção das festas é um meio de criar e/ou ampliar as redes de relações afetivas e sociais, pautadas no mutualismo, na sociabilidade e reciprocidade entre vizinhos às quais se estabelecem entre as famílias camponesas, sendo responsáveis no processo de afirmação do modo de vida e do território camponês.

---

<sup>146</sup> Segundo o entrevistado 11 2 hectares rendem por ano cerca de 10 mil litros de cachaça.

Segundo o Entrevistado 23:

Nóis aqui em casa não tem trator aí os vizinhos que tem vem me ajudá a com quarqué coisa, seja na época do silo ou pra carregá pau prá fazê cerca [...] aí quando eles precisam eu vô lá ajudá, igual o mês passado o vizinho antes do ceis chega aqui tava bateno pasto ai eu fui dá uma ajuda [...] é assim que funciona aqui na comunidade [...] (Informação Verbal)<sup>147</sup>.

Para o camponês participar de trabalhos coletivos como no caso acima o mutirão para limpeza do pasto, não se torna um serviço dispendioso. Envolver-se no atendimento das demandas do vizinho é uma forma de retribuir as ajudas recebidas. Constatamos também que o mutirão acontece ainda na construção da festa e da procissão, são práticas sociais que ampliam a criação de acordos tácitos, geralmente referenciados nas formas de reciprocidades e sociabilidades criadas e legitimadas pelo grupo. Elas são essenciais para o processo de existência social e territorial dos camponeses nas comunidades estudadas.

O Entrevistado 23 fala que:

Se não fosse a união da comunidade talvez nós não tinha como ficá mais na roça [...] se fosse pra pagá a hora do trator nós não dava conta já que o mais barato que seja, não tem hora de trator por menos de 150 conto [...] com as troca de serviço ajuda nós a continuar [...] mais com a cana nós teve que arrumá um jeito de armentá os recurso (Informação Verbal)<sup>148</sup>.

O camponês supre a necessidade tecnológica, geralmente a falta de um trator, a partir das trocas de serviços. Para a família camponesa é inviável se pagar os serviços de tratoristas, isso comprometeria uma quantidade de recursos, os quais segundo ele “não dava conta” e teria que abandonar a lida no campo.

<sup>147</sup> Entrevistado 23. A importância, necessidade e relevância de ter vizinhos prestativos é justificada também a partir das suas demandas por tecnologias. Nesta perspectiva a ajuda mútua torna-se vital para superarem suas demandas.

<sup>148</sup> Entrevistado 23. Nas incertezas da vida, os camponeses depositam na reciprocidade, na união de trabalhadores as possibilidades de resolverem várias de suas problemáticas cotidianas.

Ao lançar mão de estratégias produtivas, eles se envolvem com práticas de associativismos e parcerias estimuladas pelas necessidades de manter, aumentar e diversificar as atividades familiares. Uma das atividades encontradas é o cultivo da mandioca. Sendo possível verificar nessas iniciativas de cultivar e transformar a mandioca o aproveitamento de toda a matéria-prima.

De acordo com o Entrevistado 13:

Na roça cê não pode jogá nada fora [...] Aqui nós apruveitá o que dé, quando descasca a mandioca nós junta a casca no latão para misturar com o resto de comida ou com farelo pra tratar dos porco [...] a massa da mandioca que sobra depois de triturá e passá na peneira nós usa pra dá pros porco, mas eles não gostam muito ai nós joga pras galinhas, elas sim gostam muito (Informação Verbal)<sup>149</sup>.

Os camponeses não se limitam em usar a mandioca apenas para produzir um ou dois produtos. A mandioca deixa as cascas e outros subprodutos que ampliam as suas condições de obtenção dos meios de vida. A criação de galinhas e porcos atende as necessidades de diversificar a produção. Nessa lógica de aproveitar todos os recursos da propriedade, também considera a (re) criação da fartura camponesa associada a sua reciprocidade e sociabilidade.

A sociabilidade é identificada a partir da presença dos animais nos quintais, e na forma do camponês ter como alimentá-los proporcionando assim a criação de doadores de carnes, ampliando as redes de relações sociais e afetuosa que precisam ser revigoradas entre as famílias da comunidade. Neste sentido, as inclusões de vizinhança e de amizade são fundamentais no processo de estabelecimento e fortalecimento dos seus modos de viver no lugar. Os múltiplos cultivos dos camponeses podem ser observados na fotografia 29 e na fala do entrevistado 13.

---

<sup>149</sup> Entrevistado 13. Aproveitar tudo, não jogar subprodutos fora é parte importante da racionalidade camponesa.

Fotografia 29 – Plantação de mandioca e de banana. Comunidade do Bálsmo.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Como eu disse antes procêis, aqui nós tem que aproveitá tudo e quando eu falo em tudo é tudo mesmo [...] lá no mandiocal ocêis viram que tem umas bananeiras [...] naquele pedaço de chão não dá pra plantá mandioca porque é mais úmido aí o Zé<sup>150</sup> aproveitô e plantô banana, ele não vende, é mais pra família dele os pros conhecidos (Informação Verbal)<sup>151</sup>.

A questão do “não desperdício” dos camponeses abrange mais do que os alimentos, engloba também o uso das áreas, podendo ser comprovado na fotografia 29, a qual nos remete ao cultivo da banana e da mandioca. A mandioca é utilizada para a fabricação do polvilho e da banana obtêm-se doce. Outro aspecto relevante é a capacidade de lidarem com as limitações técnicas para embalar e armazenar os seus artigos agropecuários. Antigamente, farinha e polvilho eram armazenados e comercializados em latas chapa de ferro de 20 litros o que equivale a 18 quilos.

No entanto, o uso de latas foi ficando mais dispendiosa além do fato de terem quase sumido do comércio. Essa situação levou os camponeses a resolver algumas carências técnicas e estruturais, na busca de alternativas que supõem estarem presentes nas redes sociais, eles articularam soluções para as suas demandas de armazenamento. Nelas buscaram a ampliação de seus conhecimentos técnicos, obtendo informações que lhes habilitaram a inserirem

<sup>150</sup> Nome fictício.

<sup>151</sup> Entrevistado 13. Reforça-se a sua existência camponesa a partir da prática de aproveitamento dos mínimos.

embalagens plásticas, à sua produção, as quais são facilmente encontradas no mercado e que atendem as exigências dos consumidores (Fotografia 30).

Fotografia 30 – Polvilho envasado em embalagem plástica de 18 quilos, Comunidade Brilhante.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Neste processo de mudança da chapa de aço para o plástico, o camponês qualifica os seus artigos agropecuários de forma autônoma e criativa. Pois não se encontra disponível na comunidade do Brilhante assistência técnica fornecida por organizações e/ou instituições Municipais, Estaduais ou Federais. Essas ações se sucedem na redefinição das suas relações com os consumidores, os quais exigem procedimentos técnicos que melhorem a qualidade dos produtos. Assim, as possibilidades do camponês conquistar o mercado e de garantir a reprodução social da família vêm sendo construída na relação com o lugar e com aquilo que vem de fora dele.

De certa maneira, esses arranjos dos camponeses em promover a higienização e padronização no envasamento do polvilho e da farinha geram e sustentam projetos de vida que vão movimentar com seus sistemas produtivos. No entanto, esse processo de higienização e padronização ainda não chegou

aos processos de fabrico da farinha e do polvilho, como podemos observar na fotografia 31.

Fotografia 31 – Casa da farinha, Comunidade do Brilhante.



Fonte: Costa, Ricardo da Silva. 2017.

Nota-se que a “casa da farinha” é rústica (fábrica polvilho e farinha de mandioca), pois para os camponeses não há nada o que “melhorar”, segundo o Entrevistado 13, “o que nós precisa é de sol pra secá então o giral lá fora está bom [...] não tem nada prá arrumá<sup>152</sup>”. Percebemos que para os camponeses a “casa da farinha” está atendendo as suas demandas e assim continuam produzindo seus produtos. No caso das embalagens decorrentes de ações pensadas e programadas dentro das alternativas e dos recursos existentes no mercado e acessadas a partir das redes sociais, o ganho em agilidade e receptividade dos seus artigos entre os consumidores é notável. Assim, esse foi outro motivo por terem mudado a embalagem. Nesta perspectiva, comprehende-se que o núcleo familiar age a partir dos contextos em que vivem.

Analizando os contextos identificamos que a área disponível para o cultivo da mandioca é pequena. A produção não atente a demanda, assim a

---

<sup>152</sup> Entrevistado 13

família necessita ampliar o tamanho dos seus mandiocais. O jeito encontrado foi recorrer aos vizinhos, donos de terra para arrendar. Acionando seus vínculos de vizinhanças, tecidos na comunidade, conseguem pagar menos renda da terra em relação ao que é cobrada junto aos fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas.

Os saberes em produzir farinha e polvilho, usando como matéria-prima a mandioca, assegura aos camponeses alcançarem os resultados desejados, como, por exemplo, ter mais autonomia financeira. Para o dono de terra arrendar para o camponês, para pessoas do lugar é fundamental, pois funciona como um elemento afiançador, mas não nos moldes capitalistas.

Segundo entrevistado 7:

[...] Aqui eu prefiro ficá do jeito que tá, do que mexê com cana não gosto de cana [...] eu não alugo minha terra pra cana, esse povo [canavieiros] não respeita nada. Oia aqui vê essa árvore, se eu alugo minha terrinha para a cana o povo ranca e enterra e foi meu fii que plantô, não dá pra alugá pra eles ai eu prefiro ganhá menos. Mais mexo com a gente nossa daqui da comunidade, quarqué problema eu encontro ele na casa dele ou na igreja e falo aquilo que ocê fez não tá bão, ai ele arruma [...] só alugo ou faço parceria só pra gente conhecida (Informação Verbal)<sup>153</sup>.

Nesta relação entre o camponês que produz o polvilho e o pequeno proprietário de terra que deseja alugar parte de sua propriedade a relação ocorre em um sistema de arrendamento-parceria. Assim, o camponês não renumera com dinheiro (em espécie) e sim com porcentagens da produção. Outro aspecto importante a ser considerado nesse processo de criar ou mesmo recriar estratégias para desenvolverem suas atividades produtivas usando terras dos vizinhos é que em alguns casos, principalmente, nas áreas onde as condições de se promover parcerias, as vizinhanças são vinculadas ao território a partir das instituições tradicionais, principalmente a Igreja católica<sup>154</sup>.

Apesar de a identidade religiosa ser usada a favor das parcerias, a implantação dessas alternativas de cessão da terra encontra suas limitações

---

<sup>153</sup> Entrevistado 7. Para o dono de terra é possível fazer escolhas quando decide arrendar as suas glebas. A preferencia pelo camponês se estabelece no contexto comunitário.

<sup>154</sup> Ver capítulo 1.

no próprio grupo, pois, trata-se de decisões que são tomadas pelos camponeses em promover iniciativas de estabelecer o valor do arrendamento a partir de um quantitativo em produto. Para o pequeno proprietário (dono de terra) só vai permitir usar sua área se o outro for do lugar, ter construído relações de pertencimentos com e na comunidade, além de frequentar os eventos promovidos na capela da comunidade.

Quando as pessoas são do lugar, uns conhecem os outros e as parcerias se firmam nos interesses comuns e no fato dos camponeses disporem de reconhecida habilidade, experiência e conhecimento na obtenção dos derivados da mandioca, nesse caso farinha e polvilho. Essas prerrogativas, quando atendidas, podem ser usadas como elementos de diálogo e negociação na fluidez dos acordos.

Corrobora o entrevistado 7:

Mexê com gente da comunidade é muito bão [...] quando nós negocia com gente conhecida ficá mais fácil, é porque a gente sabe o que o outro sabe ou não fazer, e se o cara tem palavra [...] oia eu tem o mandiocal aí o sujeito [não citamos o nome verdadeiro] que a gente tem costume de mexê sabe que quando tá na hora de fazê o polvilho ele vem com os filhos dele e arranca o que precisa, mas já vai plantando de novo, assim sempre tem mandioca e eu nem fico de cima confio neles (Informação Verbal)<sup>155</sup>.

Percebemos na fala do entrevistado 7 que a relação de confiança é muito importante entre os camponeses. Nesse sentido, os camponeses que detêm habilidades no fabrico do polvilho e da farinha de mandioca e não têm área suficiente para cultivar mandioca, têm investido nas relações de parceria com os proprietários de terra que dispõem de áreas para serem cultivadas. Nestas atividades, além das habilidades necessárias para fazer polvilho, eles também desenvolvem importantes conhecimentos do mercado, o que lhes permitem na negociação de valores estabelecerem limites à remuneração da terra.

---

<sup>155</sup> Entrevistado 7. A ideia é estabelecer acordos envolvendo a terra com gente conhecida, com aqueles que vivem no lugar, tem história pautada na honestidade.

Os resultados das parcerias têm papel de fomentar e dar segurança aos acordos e de não deixá-los vulneráveis, e assim reforçar a geração de renda na família camponesa. Em verdade, a negociação, versa sobre uma atividade política importante para aqueles que não têm terra suficiente, mas possui habilidades e mão de obra habilitada para cultivar os seus mandiocais.

Diante desses fatos do cotidiano, compreendemos que os camponeses são resilientes e a partir dessa característica conseguem se reerguer das imposições sociais que lhes atingem no lugar. A resiliência camponesa indica inúmeras complexidades, pois ela se constitui a partir da capacidade das pessoas se adaptar diante de enormes prescrições do espaço e mercado. Além disso, elas são amplas e se apresentam dentro de questionamentos e desafios quando pensadas a partir do contexto da expansão canavieira presente na área rural do município de Tupaciguara.

Para Silva (2014):

O ser humano é dotado de capacidade adaptativa em diferentes tipos de ambientes, há muito reconhecidos pela ciência. Os ambientes quando modificados pelos eventos atingem de forma direta ou indiretamente os grupos sociais. Neles, a capacidade de adaptação e sobrevivência é intrínseca. Com maior ou menor habilidade e condições de acomodação (deflagrados outros contingentes), a adequação e o ajustamento fazem parte das características humanas. Elas capacitam o homem a se integrar ao meio, aumentando suas possibilidades de (co)existência (SILVA, 2014, p.294).

Reforçando a abrangência do termo, Mendonça (2011), assinala que a resiliência:

Trata-se de um conceito relacionado à adaptação e consiste em variações individuais e/ou em resposta aos fatores de risco, e refere-se, em geral, à capacidade de um ambiente, ou sociedade, de voltar às condições anteriores após ser impactada/vitimada por um evento de caráter extremo [natural ou social/tecnológico hasard] (MENDONÇA, 2011, p.114).

Pensando na questão do evento de caráter extremo, natural ou social/tecnológico, ele comparece na área de estudo a partir da diminuição de área de cultivo ou mesmo na escassez de áreas férteis e úmidas (caráter natural) e a falta de emprego e políticas públicas, principalmente na área de

assistência técnica<sup>156</sup> (social/tecnológico). Quanto a capacidade de voltar às condições anteriores, de ter acesso às áreas úmidas e férteis do Cerrado é preciso questionar/problematizar sobre as saídas encontradas pelos camponeses. Essa capacidade de resiliência camponesa se expressa no movimento de fortalecimento dos seus territórios.

Segundo Polleto e Koller, (2006) os resilientes:

[...] são pessoas que lidam no seu cotidiano com adversidades, mas que contam com a proteção e os recursos de seu ambiente e suas próprias potencialidades para seguir suas trajetórias de vida. Pessoas que crescem, amadurecem e aprendem, principalmente por suas capacidades e características positivas do que pelas suas limitações [...] (POLLETO; KOLLER, 2006, p.21).

Verificando comparativamente a realidade dos camponeses do Brilhante com aquilo que foi analisado por Polleto; Koller, tem-se o fato deles estarem vivendo várias desventuras. Na fabricação de polvilho, por exemplo, a comunidade passa a ter cada vez menos área para o cultivo da mandioca e cada vez menos mão de obra para fabricar o empoo. Contudo, como forma de continuar a produção, os camponeses ampliam suas redes de parcerias.

Conectados a rede social tecida na comunidade conseguem áreas para o cultivo da mandioca. O fabrico de seus derivados propicia meios para melhorar as condições no processo de gerar renda e trabalho para os membros da família. Também conseguem reduzir os custos com transportes e melhorar alguns aspectos das condições socioterritoriais decorrentes da expansão das lavouras de cana, freando, por exemplo, o arrendamento de áreas no entorno da comunidade.

Ainda no âmbito das parcerias, temos aquelas realizadas pelos camponeses da comunidade. Algumas consistem na divisão de tarefas. Geralmente os acordos são estabelecidos tendo como princípio a sabedoria e a técnica. No caso da mandioca, aqueles que têm maior habilidade com o cultivo

---

<sup>156</sup> A questão relacionada ao emprego na comunidade é bem complexa, pois o emprego gerado com a inserção dos canaviais é suprido por pessoas de fora da comunidade, já que estas vagas de trabalho exigem certas especializações como ser mecânico de máquinas pesadas, carteira de motoristas entre outros. O que não engloba a maioria das pessoas da comunidade.

das manivas<sup>157</sup> ficam com essa tarefa e com a colheita e os outros com fabricação do polvilho e da farinha. A produção é totalmente artesanal.

O Entrevistado 13 descreve sua rotina de trabalho:

Eu acordo bem cedo e vô lá pegá a mandioca com o Zé<sup>158</sup>, levo meus filhos e nós arranca a mandioca, o tanto que nós vai usá [...] ai vai rancando e outro já vai jogando as ramas na cova [...] quando acaba de arrancar nós leva pra casa (na comunidade Brilhante) chegando em casa aí é serviço das muié [...] descasca e lava toda a mandioca, aí nós vorta pra tritura as mandioca [...] vira uma massa [...] nós lava essa massa para não azedá o porvio [...] depois de lavado a massa vai para o giral e fica de cedo até o começo da noite, não pode pegá sereno aí nós repete isso por uma semana [...] depois que a massa tá sequinha as muié passa na peneira para deixá o porvio fininho aí é só ensacar (Informação Verbal)<sup>159</sup>.

Identificamos na fala do camponês que para se produzir o polvilho demanda bastante trabalho, tempo e habilidades. Todavia, os arranjos não se limitam a atender necessidades somente relacionadas à divisão social do trabalho. Participar da colheita e do transporte exige maior força física e liberação dos membros dos demais compromissos familiares, sendo socialmente aceitável que o trabalho mais pesado seja desempenhado pelos homens do grupo.

Já às mulheres, elas desenvolvem atividades relacionadas à fabricação do polvilho e da farinha, efetivado próximo ao lugar de moradia, pois elas continuam cuidando da casa, dos filhos e dos maridos. Assim, tais divisões das atividades fazem parte da criação dessa sociabilidade camponesa que se fundamenta nas suas lógicas e temporalidades sociais; sendo fundamental seguirlas para que os procedimentos de reprodução social da família se efetivem dentro das estratégias do grupo.

Fora essa questão da invenção e alargamento das relações sociais, as práticas agrícolas e de associativismo, muitas vezes cumprem também o papel importante de mantê-los confiantes uns nos outros. Sobretudo, em um lugar em

<sup>157</sup> Pedaço de rama de mandioca, com um olho, ou mais, destinado ao plantio.

<sup>158</sup> Nome fictício.

<sup>159</sup> Entrevistado 13. O ritmo de trabalho é intenso e extenso na família camponesa, A divisão de tarefas obedece critérios estabelecidos pela própria família e se referem, em geral, às habilidades e força física.

que os donos de terra, inclusive aqueles que têm pequenas áreas, parecem nutrir o interesse em arrendar para os usineiros.

Saber como lidar com o cultivo da mandioca, aprender as técnicas e a maneira de fazer polvilho e a farinha é tão importante quanto como saber fazer a distribuição das tarefas entre os camponeses. Assim, aqueles que detêm certo conhecimento sobre tais atividades têm se constituído em referências para a continuidade deste processo de parcerias. E com isso continuarem plantando a mandioca.

Pouco parece também importar ao grupo onde entra o serviço dos homens e o serviço das mulheres na fabricação do polvilho e da farinha. Vimos também que ao colherem as raízes da mandioca o camponês de imediato lançam as manivas ao solo. Agem aproveitando o solo removido na colheita e assim, economizam trabalho e tempo, agilizando a próxima safra. É costume deles, colher e plantar em seguida.

O dono do mandiocal obtém a renda, o camponês explica o percentual:

Nóis é muito certo com os negócio, sempre é 60% e 40%. Quando nós acaba de fazê o porvio, nós chama o dono de onde veio à mandioca ai nós ensaca tudo ai pesa, cada saco é de 18 quilo, ai nós conta quanto saco deu, por exemplo, se deu 100 sacos de porvio, nós fica com 60 saco e o dono com 40 saco [...] mais na maioria das veiz ele tira o de uso dele e dexa o resto pra nós vendê e depois de vendê nós passa o dinheiro pra ele no final (Informação Verbal)<sup>160</sup>.

Observa-se que a fabricação é a parte mais valorizada, devido a demanda de tempo e complexidade do processo. Identifica-se na fala do camponês que as famílias tiram parte da produção para consumo próprio. Essa passagem ocorre devido ao fato do polvilho ser um dos principais ingredientes para fazer uma das quitandas preferidas daqueles agricultores, o pão de queijo. Assim fabricar polvilho, além de gerar renda e trabalho, serve para atender os gostos e prazeres gastronômicos do grupo.

---

<sup>160</sup> Entrevistado 7. A honestidade camponesa é representada no sistema de parceria. Medir a remuneração da terra a partir da produção é uma forma de manter o bom nome na comunidade.

Constatamos que os consumidores são pessoas conhecidas dos camponeses fabricantes de polvilhos, assim o comércio passa a ser uma prerrogativa exclusiva deles, já que na maioria das vezes os compradores vêm até a comunidade buscar o polvilho.

Segundo o entrevistado 7:

Nóis nem precisa ficá muito preocupado em vendê a farinha ou o porvio [...] o povo vem aqui em casa buscá é só nós telefoná e falá que feiz que já vende e muito [...] agora se nós vê que tá demorando vendê ai nós leva lá pra venda perto da rodovia [...] aí eles vendi tudo [...] (Informação Verbal)<sup>161</sup>.

Desse modo, mesmo produzindo para o mercado, os saberes e fazeres camponeses se apresentam e se mantêm em suas logicidades locais. Elas são representadas nos modos de vida. A resiliência comparece vinculada à cultura camponesa, que continua nutrida, fortalecida por esse sistema de parcerias e de trocas alimentadas por acordos tácitos.

Nesses lugares estudados, as mudanças ocorridas decorrem basicamente da inserção das grandes lavouras de cana-de-açúcar. Nesse processo, passaremos para o terceiro capítulo, no qual, analisaremos o processo de reocupação das áreas agricultáveis do município de Tupaciguara e a questão da reprodução acelerada do setor sucroalcooleiro, bem como as habilidades dos camponeses e o seu comportamento resiliente.

---

<sup>161</sup> Entrevistado 7. A certeza de ter um produto bom, lhes habilita a ter mercado. Essa confiança é resultado de processos produtivos que lhes asseguram qualidade aos seus produtos.

### 3 - REOCUPAÇÃO DO ESPAÇO E REDEFINIÇÃO DAS PAISAGENS AGRÁRIAS DE TUPACIGUARA - MG

No estudo da paisagem realizamos várias incursões aos lugares vividos, onde identificamos e analisamos as resiliências, manifestadas nas famílias camponesas. Com o cultivo da cana-de-açúcar cria-se paisagens aparentemente homogêneas, pois por detrás da cana, em meio à monocultura canavieira, descobre-se “ilhas” de modos de vida camponesas, fazendo existir comunidades rurais.

No lugar comunitário ocorrem os processos, os arranjos e estratégias produtivas por onde as relações sociais concretas são efetivadas, indicando a lógica das paisagens criadas pelas lavouras de cana, as quais estão cerceando o modo de vida camponês. Os usos e apropriações do espaço e seus conteúdos socioambientais e socioculturais nos permitem a compreensão construtivista da paisagem, a qual segundo Geboren (2015) afirma:

Ausgehend von einem konstruktivistischen Landschaftsverständnis gibt es somit die eine, räumlich klar abgrenzbare Landschaft nicht. Vielmehr bezeichnet ‚Landschaft‘ eine durch unterschiedliche Akteure und in unterschiedlichen Kontexten generierte Vielzahl von Sinnzuschreibungen und Deutungsmöglichkeiten eines Ausschnitts des physischen Raums. Landschaft zu konstruieren impliziert, einem Raumausschnitt Bedeutung als Landschaft überhaupt erst zuzuschreiben. Diese Bedeutungszuschreibung kann aus vielfältigen Perspektiven erfolgen, beispielsweise aus kultureller, sozialer, historischer oder ökologischer. Die unterschiedlichen Zugänge zu Landschaft führen zu unterschiedlichen Landschaftsverständnissen und entsprechend divergierenden Zielvorstellungen über die zukünftige Entwicklung der so bezeichneten Räume (GEBOREN, 2015, p.14)<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> Tradução nossa: Com base em uma compreensão construtivista da paisagem, não há, claramente, paisagem espacialmente delimitada. Em vez disso, "paisagem" refere-se a uma variedade de atribuições e interpretações de uma seção de espaço físico gerada por diferentes atores e em diferentes contextos. Construir paisagem implica atribuir o significado de uma paisagem como paisagem em primeiro lugar. Essa atribuição de significado pode ter lugar a partir de uma variedade de perspectivas, por exemplo, culturais, sociais, históricas ou ecológicas. As diferentes abordagens da paisagem levam a diferentes entendimentos da

As pertinências dessa análise estão relacionadas às estruturas “kultureller, sozialer, historischer oder ökologischer”, ou seja, culturais, sociais, históricas ou ecológicas. Elas nos permitem interpretar as possíveis relações na estruturação de um modo de vida, podendo oferecer condições para a classificação e diagnóstico cultural, descritivo ou de potencialidades dos camponeses perante as paisagens da cana. Desse modo, considerar as paisagens resultantes da expansão da cana no município pode ser esclarecedor e desafiador. Segundo Lewis (1979):

Ler paisagens não é tão fácil como ler livros, [...], paisagens comuns parecem sujas e desorganizadas, como um livro com páginas faltando, rasgadas ou manchadas. Um livro cuja cópia tem sido editada e reeditada por pessoas com caligrafia ilegível. Como livros, paisagens podem ser lidas, mas diferente deles, não foram feitas para serem lidas (LEWIS, 1979, p. 11-12).

“Ler” paisagens nos permite, assim, descobrir que em uma mesma propriedade camponesa dinamizam-se e articulam-se elementos do passado com aqueles vindos da modernidade. Isso favorece a compreensão de um modo de vida ativo que impregna e viabiliza no vivido várias possibilidades de existência, inclusive proondo e efetivando articulações entre o habitual e o contemporâneo. (Fotografia 32 e mosaico 02).

Fotografia 32 – Ordenha manual, Comunidade Confusão.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Mosaico 02 – Tanque de resfriamento de leite e ordenha manual, Comunidade Confusão.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Observando a fotografia 32 e o mosaico 02, identificamos o camponês ordenhando manualmente o rebanho (tradicional) e utilizando o tanque resfriador (moderno), este fato pode ser analisado como manifestações de estratégias de resistir ao cerco do capital sucroalcooleiro e assim reforçar seus saberes em comuns pertencimentos comunitários e identidades no território, mesmo que sobre ele e sua família recaiam longas jornadas de trabalho.

De acordo com Souza (2013)

A relação identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do homem, aqui entendido como sujeito ou grupo social, com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento, cujas origens estão relacionadas a uma complexa trama social, expressada e manifestada em formas de sociabilidade [...] (SOUZA, 2013, p. 205).

A relação da identidade-território tem a característica de surpreender, o pesquisador em momentos ímpares, indicando distintas possibilidades de uma mesma propriedade camponesa resistir às imposições do capital do agronegócio e continuar com seus cultivos. Contudo, para isso, é preciso compreender a paisagem que o camponês está envolvido, pois, é nela que ele se reconhece e viabiliza as suas relações sociais, fortalecendo seu modo de vida no território.

A partir desse entendimento iniciamos, nesse capítulo, o trabalho de decifrarmos os conteúdos simbólicos das paisagens. Consideramos os símbolos<sup>163</sup> (fotografia 33) que permanecem mesmo com o aumento das lavouras de cana. Das características gerais dos camponeses do cerrado tupaciguarense, entendemos que estes continuam vivendo no espaço rural, e que continuam com seus cultivos.

Os lugares vividos podem ser vistos como a expressão de um modo de vida, resultante da ação combinada de processos amplos que foram acontecendo a partir de objetivos das pessoas e suas comunidades. Nesses lugares a criação de animais e os cultivos, permitiram aos camponeses desencadear ações materiais e simbólicas que foram se fixando nas paisagens.

---

<sup>163</sup> Aqui elencamos como símbolos cujos elementos se destacam como, por exemplo, imagens de santos, placas com nomes das fazendas e também aqueles elementos que diferem/restam, como mourões (postes mais resistentes que seguram a cerca) em meio aos canaviais, o que indica que ali já foi pasto.

Fotografia 33 – Elemento simbólico – Mourão de cerca de uma antiga propriedade em meio ao canavial.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2018.

Todavia com a chegada/aumento das lavouras de cana-de-açúcar, constatamos que ocorreu uma (re) organização espacial, carregada de mudanças nos cultivos,<sup>164</sup> impondo às paisagens novas configurações. Assim onde antes era milho ou pastagem, as cores sons e odores foram transformados, acarretando estranhamentos no território camponês.

De acordo com Santos (1988):

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas (SANTOS, 1988, p. 11).

Assim, se relacionarmos a hierarquia com fatores culturais, religiosidade e ajuda mútua, percebemos que os camponeses “buscam a prioridade” do uso do espaço a partir da reorganização dos territórios das comunidades estudadas, sendo neste caso uma ocorrência ativa. Os camponeses não “entregam” o seu território e suas paisagens para os canaviais.

---

<sup>164</sup> Ver capítulo 4.

Na discussão do conceito paisagem, relacionando com as grandes lavouras torna-se também importante compreender bem a diferença entre o conceito de paisagem e o conceito de espaço. Segundo Milton Santos (1997)

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. [...] O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 1997, p.103 -104).

Na área de estudo compreendemos que o “espaço é aquilo que é dado<sup>165</sup>”. Com relação à paisagem trata-se daquilo que é sentido e vivido pelos camponeses. Essas, são interpretações que nos possibilitaram ler os conteúdos particulares que em muitos casos apresentam as características naturais e sociais, e também dominadas em cada paisagem, (des)encorajando, a relação dos diferentes grupos (camponeses *versus* setor sucroalcooleiro). Segundo Claval (1999, p.2) "A paisagem encontra-se, algumas vezes valorizadas por si mesmas: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo".

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade dominada e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos (CLAVAL, 1999, p.14).

Na área de estudo as paisagens dominantes são “homogêneas” e empoeiradas. A poeira impressiona, pois é gerada e espalhada pelo tráfego de enormes caminhões, os quais circulam também por estradas vicinais, principalmente na época da colheita. Os treminhões trafegam com cana colhida sem interrupção. Pesando várias toneladas, geram poeira que se espalha pelas

<sup>165</sup> Palavras do Orientador, reforçando essa ideia Kant nos mostra que “O espaço é uma representação necessária, “a priori”, que serve de fundamento a todas as intuições externas. É impossível conceber que não exista espaço, ainda que se possa pensar que nele não exista nenhum objeto. Ele é considerado como a condição da possibilidade dos fenômenos, e não como uma representação deles dependente; e é uma representação “a priori”, que é o fundamento dos fenômenos externos”.

pastagens, por quilômetros, impugnando a alimentação do gado e causando transtorno para os moradores (Fotografia 34).

Fotografia 34 – Trânsito de caminhões canavieiros, em estrada de terra, em período de seca, município de Tupaciguara – MG.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Outro fator que causa preocupação aos camponeses são as queimadas<sup>166</sup> de acordo com os artigos 1º e 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de 2009:

Art. 1º - Os produtores e empreendimentos consumidores de cana-de-açúcar implantados no Estado de Minas Gerais a partir de 2008, nas áreas com declividade inferior a 12% (doze por cento), poderão utilizar a prática de queima controlada em no máximo 20% (vinte por cento) de área a ser implantada, devendo esta prática ser eliminada na totalidade de área até o ano de 2014.

Art. 2º - Nos empreendimentos implantados até 2007, inclusive com renovação de licença tanto das lavouras, quanto da atividade industrial, em data posterior a restrição, a utilização da prática da queima da cana-de-açúcar nas áreas com declividade inferior a 12% (doze por cento) deverá estar concluída no máximo até 2014.

---

<sup>166</sup> Segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de 2009 a qual tem como objetivo “Considerando que o Estado de Minas Gerais cumpre a obrigação de disciplinar, no âmbito de seu território, a redução gradativa do emprego do fogo no corte de cana-de-açúcar, em observância aos preceitos constitucionais, bem como a legislação complementar”.

Apesar de a resolução resguardar a não utilização de fogo nos canaviais e as Usinas acatarem tal decisão, no final do ano de 2015, registramos canaviais em chamas (Fotografias 35 e 36). Segundo relatos, o fogo foi “criminoso”, por isso, ter como vizinho, as lavouras de cana-de-açúcar, ainda gera apreensão nas comunidades, pois, também há preocupação com as possíveis queimadas nos canaviais.

Fotografia 35 – Fogo no canavial próximo à comunidade do Bálsmo – período diurno.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

Fotografia 36 – Fogo no canavial próximo à comunidade do Bálsmo – período noturno.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2015.

A fala dos camponeses juntada às observações das paisagens rurais do município de Tupaciguara possibilitou identificarmos e documentar várias contradições. Elas indicam várias tensões, pois reúnem especificidades temporais e estruturas diferentes daquelas oriundas da pecuária extensiva ou de outros cultivos (Fotografia 37). No conjunto, a cana-de-açúcar tenciona os modos de vida nos lugares, acarretando mutações nas práticas sociais dos camponeses.

Fotografia 37 – Lugares tencionados pelo avanço do setor sucroalcooleiro. Tupaciguara.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

No centro da fotografia 37 observamos os barracões e silos de grãos, em volta das construções, o canavial e ao fundo o seringal. Na análise da paisagem, “congelada na fotografia 37”, identificamos a presença de estruturas criadas para sustentar o cultivo de soja e milho (os barracões e silos de grãos), indicando/contrastando com os interesses do setor sucroalcooleiro. Assim, percebemos que houve uma reordenação do espaço a partir da produção. Os silos e barracões indicam redefinições no uso da terra, determinadas pelo mercado, sustentadas por políticas públicas, com consequência para as paisagens e vida das pessoas.

As mutações da paisagem neste caso envolvem os grandes grupos do setor sucroalcooleiro, os quais têm como principal objetivo a remuneração ampliada e cada vez mais rápida dos capitais investidos. Essa situação gera consequências/preocupações como no caso do produtor que cultiva a seringueira (usando o exemplo da fotografia 37), para ele a cana pode

atrapalhar o desenvolvimento das plantas devido ao uso dos pesticidas e maturadores.

Assim, o cerco do setor sucroalcooleiro não se restringe ao camponês, mas aos outros cultivos e produtores rurais. Os valores ofertados no arrendamento canavieiro pode inclusive vir a seduzir o dono do seringal, o que acarretaria no fim daquela paisagem.

Santos 2017) define a paisagem:

Como parte visível e também oculta de processos amplos, a paisagem tornou-se fundamental para que os estudos revelassem aquilo que se esconde por detrás das grandes lavouras de cana (SANTOS, 2017, p.18).

A análise/estudo da paisagem busca/interpreta os processos que moldam a superfície a partir do trabalho da sociedade. O que leva determinado lugar ter características especiais, como por exemplo, a capela da Confusão, construída sobre formações de rochas tapiocangas, e assim compreendemos de que modo as características físicas, interferem na dinâmica socioeconômica, e vice-versa, no município.

As características físicas da paisagem estão divididas entre os tipos de solo, clima, morfologia, rochas, e a água, as quais possuem processos combinatórios e relações de interdependência um com o outro. Com a prática acelerada do agronegócio, as paisagens rurais da área de estudo estão em constante evolução, o que nos levou a um exercício de observação sobre as suas rugosidades socioespaciais. Assim, ao analisarmos as paisagens, e suas mutações, consideramos os usos do solo no município de Tupaciguara MG. Avaliamos também que é a partir do uso do solo que podemos analisar/identificar como ocorre as mutações, resistências e resiliências camponesas no município.

### **3.1. PAISAGEM FÍSICA DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA: DO ANO DE 2000 ATÉ O ANO DE 2018.**

Pensando a paisagem a partir do processo de reocupação do espaço rural do município consideramos o avanço do setor sucroalcooleiro. De acordo com Santos; Caldeyro (2007)

[...] repleta de constantes transformações capazes de evidenciar uma sucessão de estados que se alternam entre situações de não-equilíbrio e equilíbrio, resultando em diferentes paisagens. Uma paisagem é, então, a expressão de processos compostos de uma sequência de mudanças que ocorreu em uma determinada fração de tempo as mudanças ocorreram e ainda ocorrem, desencadeadas pela ação de agentes naturais em um passado distante e agentes naturais e humanos no tempo presente. A paisagem que vemos hoje é um retrato dos acontecimentos do passado e, sem dúvida, não será a mesma no futuro. A água da chuva e vento, por exemplo, são agentes naturais que podem estar neste instante intervindo na paisagem que você vê, desagregando e carregando grãos da superfície de um solo para acumular em outro local (SANTOS; CALDEYRO, 2007, p.14).

A partir de procedimentos teóricos e empíricos, compreendemos que não é do dia para a noite que acontece a formação/alteração das paisagens. Além de fatores naturais a paisagem também é modificada/formada a partir das ações antrópicas. Na nossa área de estudo podemos citar como exemplo, a substituição da vegetação nativa por grandes lavouras, em um primeiro momento grãos (década 1960) e depois em lavouras de cana-de-açúcar (1960 e 2000).

Em meados da década de 1960 ocorreu à instalação da primeira usina no município, a usina Alvorada (atual usina Araporã) sendo que as primeiras áreas ocupadas com as lavouras de cana estavam localizadas na comunidade

do Bálsmo e no distrito de Araporã<sup>167</sup>. Nesse período a cana se alojou em áreas de Mata Atlântica (mapa 05).

Já no ano de 2000 a expansão da cana se voltou para o interior do território (nas áreas de Cerrado), com isso as vegetações nativas, as pastagens cederam/perderam áreas para as grandes lavouras de monocultura, como, a cana-de-açúcar. Essa expansão ocorreu devido a altos investimentos e políticas públicas voltadas para o setor sucroalcooleiro, almejando sempre a preeminência agrícola<sup>168</sup>. Com isso torna-se importante conhecer as mudanças na disponibilidade de áreas, como por exemplo, as áreas de pastagem do município. Nos últimos tempos a pastagem vem sendo suprimida para dar lugar a outros tipos de uso e para apresentar tal processo, usamos os Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

O emprego de tecnologias da informática associadas aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) constitui em importantes ferramentas para a análise do território, das paisagens, resultando na produção de mapas. Estas ferramentas permitem a visualização e exame dos mais variados tipos de transformações da paisagem.

O uso dos serviços dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) apresenta bons resultados em análises de uso de solo, rede de drenagem, entre outros. A aplicação dessas ferramentas computacionais traz vantagens comparativas em relação às operações manuais, como a redução do tempo de processamento e o aumento da acurácia do resultado, fato que se torna mais evidente à medida que o número de operações a serem realizadas aumenta. Nosso foco são as mutações das práticas agropecuárias no município de Tupaciguara MG, destacando a pastagem, vegetação de médio e de grande porte, hidrografia, Solo encharcado, Lavouras de cana-de-açúcar e lavouras colhidas/solo exposto.

---

<sup>167</sup> No ano de 1992 Araporã se emancipou do município de Tupaciguara, tornando-se comarca no ano seguinte. Após essa emancipação a usina Alvorada ficou na área do município de Araporã, no entanto ainda possuía lavouras de cana no município de Tupaciguara.

<sup>168</sup> Ver capítulo 4.

Depois de percorrermos o município, passamos a gerar mapas utilizando o Arcgis 10.2.2 para confeccionar os mapas. O programa ArcGIS é um recurso fundamental e de referência em trabalhos importantes e é um dos softwares mais utilizados para a confecção de mapas.

Assim, utilizando ferramentas presentes no ArcGIS, com base nos dados obtidos a partir de imagens de satélite, obtidas no site do INPE e do Glovis geramos o material cartográfico. Tal procedimento nos permitiu gerar o download das imagens SRTM<sup>169</sup>, do ano de 2000 até o ano de 2018. As imagens selecionadas compreendem os meses de março, abril e também o mês de maio. A determinação dos meses ocorre devido às lavouras de cana estar dentro do período de corte, e os outros cultivos, por exemplo, soja e milho já terem sido colhidos. Assim possibilitou identificar a partir da reflectância<sup>170</sup> de maneira mais objetiva, e construir os mapas apresentando os usos do solo do município.

Apesar dos meses escolhidos compreenderem o final do período chuvoso na região o que em teoria dificultaria a confecção dos mapas, as imagens obtidas proporcionaram mais facilidade, agilidade e precisão na construção dos mapas. Destaca-se que o principal cultivo mapeado foi a cana-de-açúcar, o qual ainda não tinha sido colhido.

Para a delimitação do espaço, utilizamos shape da área de estudo para fazer recorte da imagem de satélite. De acordo com Semace (2011):

O “shape” é um tipo de arquivo digital que representa uma feição ou elemento gráfico, seja ela em formato de ponto, linha ou polígono e que contém uma referência espacial (coordenadas geográficas) de qualquer que seja o elemento mapeado. O “shape” é na verdade um conjunto de vários arquivos. Três arquivos individuais são obrigatórios para armazenar os dados do núcleo que compreende um shapefile. São eles, o arquivo “.shp”, o arquivo “.shx” e o arquivo “.dbf”.

---

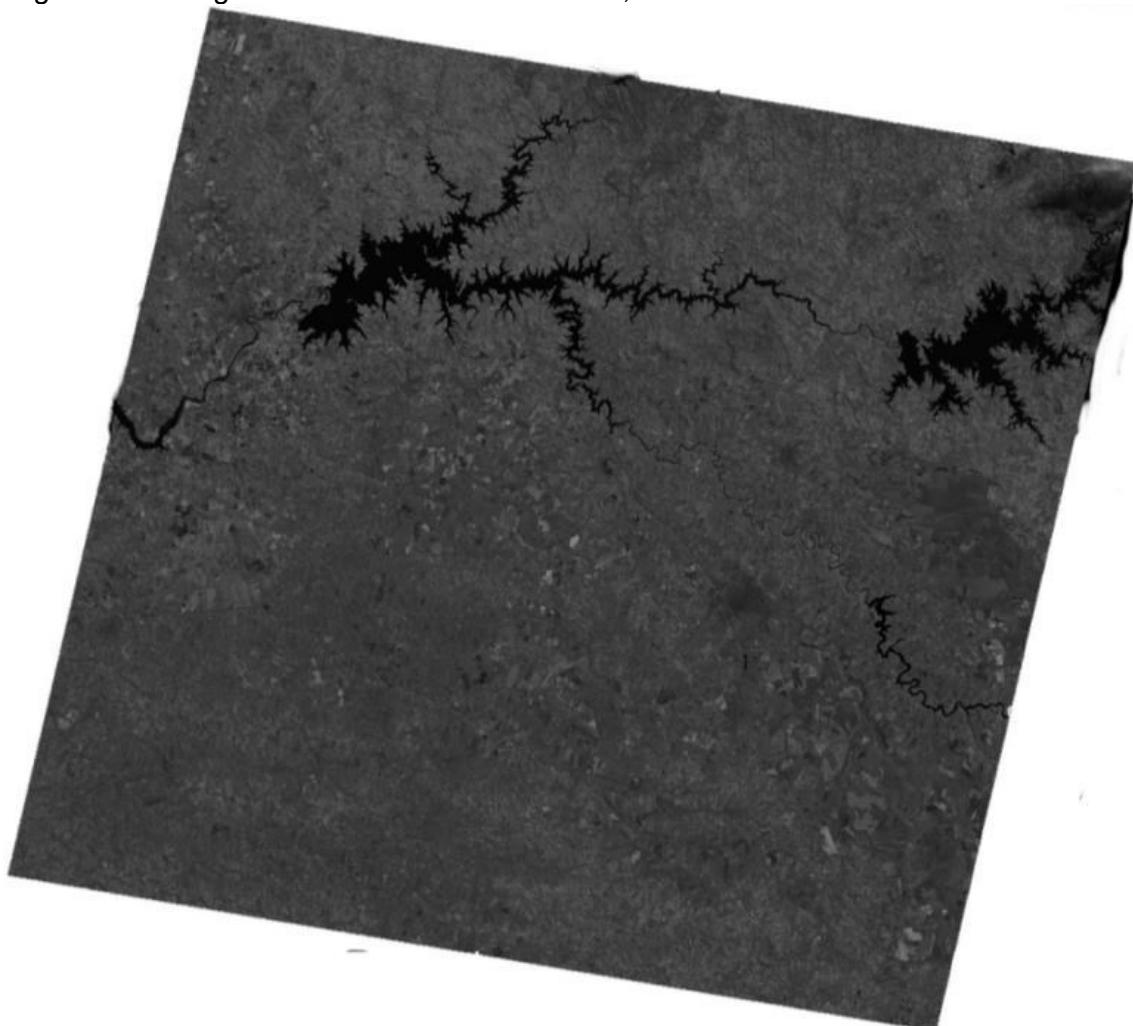
<sup>169</sup> Segundo Barro (2006, p. 96): O SRTM não é o nome de um satélite, mas de uma missão espacial liderada pela NASA (National Aeronautics and Space Administration) e NIMA14 (National Imagery and Mapping Agency) com parceria das agências espaciais da Alemanha (DLR) e Itália (ASI), realizada entre 11 e 22 de fevereiro de 2000 visando mapear a superfície da Terra em três dimensões, num nível de detalhamento inédito (JPL, 2004). A partir dos dados desta missão foi gerado um modelo digital de elevação quase-global pelo JPL (Laboratório de Propulsão a Jato).

<sup>170</sup> Reflectância é a energia que é refletida pelo alvo (objeto de análise).

Os arquivos shape (.shp) foram originados, desenvolvidos e regulamentados pela ESRI (fabricante dos softwares da família ArcGIS), porém, com especificação aberta (livre) para a interoperabilidade de dados entre a ESRI e outros produtos de softwares diversos que também trabalham com geoprocessamento. O formato shapefile foi introduzido com o ArcView GIS versão 2 no início da década de 1990 (SEMACE 2011, s/p).

Consideramos ser de extrema importância utilizar o shapefile para recorte das imagens de satélite. Pois, as imagens de satélite abrangem grandes áreas, cerca de 200 quilômetros quadrados. Como podemos observar na imagem 03 ela está no sentido diagonal, o fato ocorre já que esse é o sentido do satélite capturar as imagens da do planeta Terra.

Imagen 03 – Imagem banda 4 satélite Landsat 5, 2005.



Fonte: INPE, 2017.

Após o recorte procedemos à confecção dos mapas de uso de solo, realizamos o processamento dos dados de topografia da imagem SRTM da

área escolhida empregando o método supervisionado de classificação, o qual utiliza algoritmos que facilitam o processamento das informações. Inicialmente “mostramos” para o programa o que cada cor e textura significam/corresponde na imagem de satélite. Após realizar essa etapa de identificação, criamos o arquivo de análise do solo, esse procedimento foi realizado com todas as imagens de satélite. Com o arquivo de identificação de uso de solo pronto, iniciamos o processo de geração das informações.

Assim utilizamos a classificação supervisionada do programa ArcGis em dezenove imagens Landsat, para gerar o mapa de uso de solo referente a cada ano desde o ano de 2000. Utilizamos imagens dos satélites: Landsat 5 com o sensor TM; Landsat 7 com o sensor ETM; e imagens do Landsat 8 sensor OLI para a área do município de Tupaciguara. Utilizamos a composição de bandas BGR (blue, green e red), para as imagens dos satélites Landsat 5 e 7 e para as imagens do satélite Landsat 8. A escolha das bandas ocorreu em função dos nossos objetivos, pois o foco do estudo era analisar os cultivos. Capturando as paisagens transformadas, conseguimos o melhor destaque, por exemplo, das lavouras de monocultivos.

As imagens de satélite associadas ao trabalho de campo nos permitiram estudar várias informações/feições da paisagem. Segundo Florenzano, (2002) “As imagens de satélites proporcionam uma visão sinóptica (de conjunto) e multitemporal (de dinâmica) de extensas áreas da superfície terrestre. Elas mostram os ambientes e a sua transformação, destacam os impactos causados por fenômenos naturais e pela ação do homem a partir do uso e ocupação do espaço”.

A partir da ferramenta “image classification” realizamos o levantamento de uso do solo, a classificação ocorreu utilizando um modelo supervisionado, que considera múltiplas resoluções de imagens, além de dados temáticos (geomorfologia, solos, vegetação) no processo de identificação das classes.

Para a geração dos mapas, com a justaposição com as bases cartográficas e geração de layout de impressão, utilizamos o sistema ArcGIS/ESRI. Ainda neste ambiente, foram quantificados e disponibilizados os

valores de área, absolutos e percentuais, das categorias de uso de solo da área de estudo.

Para iniciar a confecção dos mapas construímos uma tabela de chave interpretação dos dados da imagem. Segundo Soares Filho (2000), chave interpretação:

[...] busca as identificações de feições em imagens e a determinação de seu significado. Portanto, para se ter êxito é necessário empregar uma metodologia adequada [...] o método das chaves apoia-se em um estudo comparativo, Isto é depende do conhecimento prévio de imagens, fotografias com objetos e feições conhecidas que serão utilizadas como guias. Pode-se dizer que uma chave nada mais é que a própria chave em sua totalidade. As chaves são particulares para cada área de aplicação (ex: vegetação. Uso do solo urbano, geologia) e são definidas em função dos elementos de interpretação, visualizados em diferentes produtos de Sensoriamento Remoto (SOARES FILHO, 2000, p.13-14).

É de grande valia que o uso das chaves de interpretação<sup>171</sup>, quando necessárias (na maioria das vezes), seja feita de forma invariante, ou seja, não possa mudar de uma análise para outra. Para isso, criam-se legendas que vão funcionar como critérios de separação das diversas classes. Além de fixar a interpretação, as legendas auxiliam uma leitura mais rápida. Como podemos constatar no quadro 04.

Quadro 04 – Chave interpretação da imagem de satélite de 2005.

Categorias de Uso	Cor	Forma	Textura	Amostras de imagem
Hidrografia	Preto/Azul escuro	Irregular	Lisa	
Vegetação de médio e grande porte	Verde Médio	Irregular	Media	
Solo encharcado	Cinza escuro	Regular	Lisa	
Lavouras colhidas/Solo exposto	Marrom Claro	Regular	Lisa	
Lavouras de cana-de-açúcar	Verde claro/Cinza	Regular	Lisa	
Pastagem	Cinza escuro	Irregular	Media	

<sup>171</sup> Criamos uma chave interpretação para cada imagem analisada, já que cada sensor de satélite demanda análise, sendo que utilizamos a mesma nomenclatura “categorias de uso”. Assim o quadro 04 é um exemplo.

Utilizando os 6 itens, apresentados no quadro 04 da chave interpretação e analisando as imagens de satélite construímos os mapas tendo como recorte temporal o ano de 2000 até o ano de 2018. Podemos observar na imagem 04 referente ao ano de 2005 os elementos descritos no quadro acima.

Imagen 04 – Imagem satélite do Landsat 5 do ano de 2005: Após “montagem” das imagens.

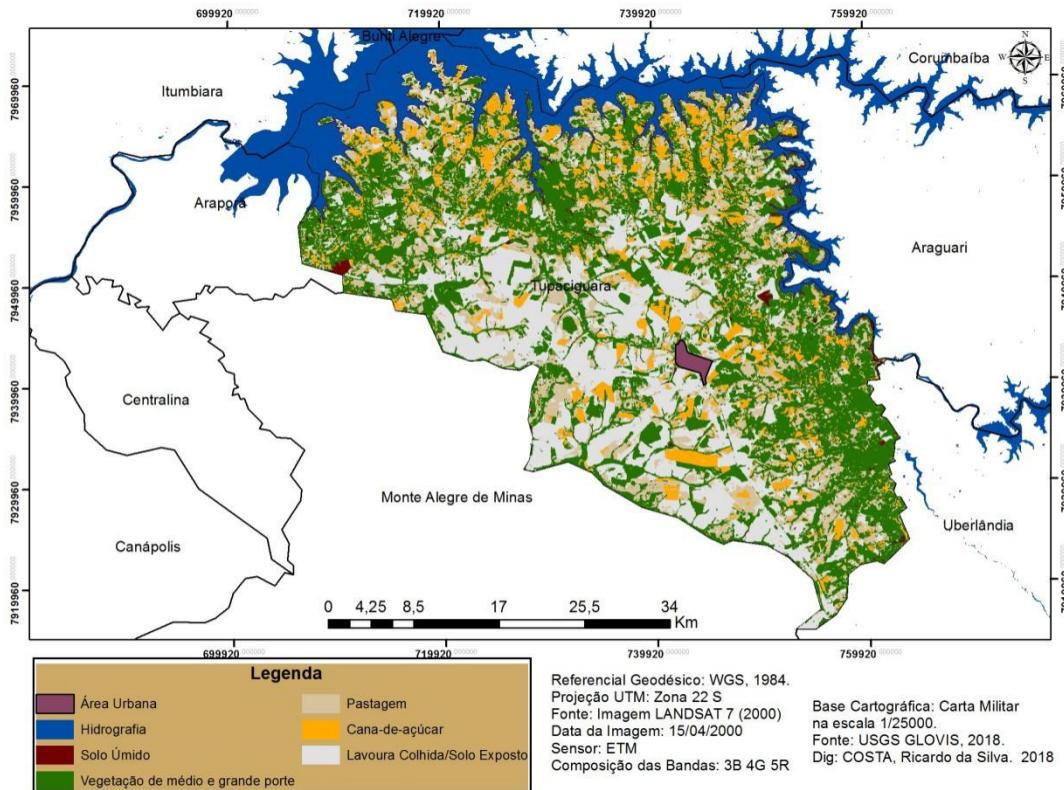


Fonte: USGS GLOVIS, 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2018.

As imagens de satélite servem para identificar as mudanças nas paisagens e a partir das informações obtidas. Assim, com a análise das imagens construímos os mapas utilizando o mesmo recorte temporal. Para confecção dos mapas de uso de solo, utilizamos as mesmas nomenclatura da chave interpretação, exposta no quadro 04. Desse modo, a partir do processamento dos dados obtivemos os mapas abaixo, apresentando a rede de drenagem e o uso do solo do município. Adotando tal procedimento, fizemos

a comparação e o levantamento da área em cada ano (mapas em versão maior nos anexos).

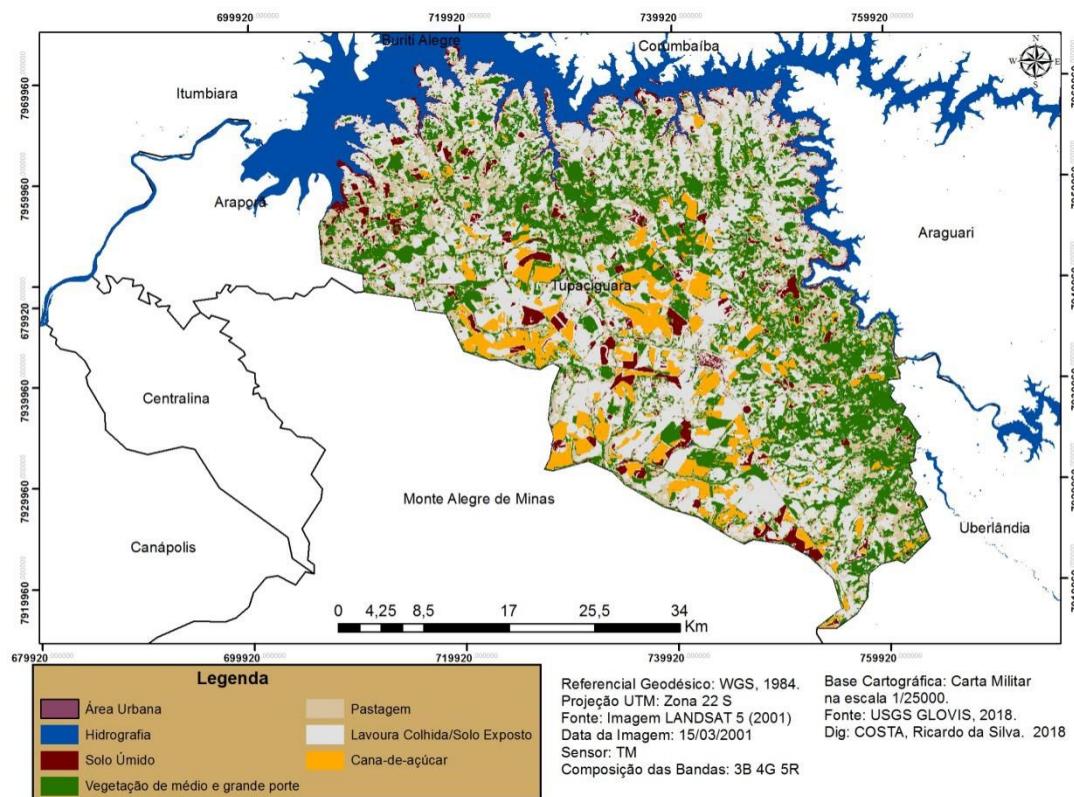
Mapa 06 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2000.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2000 criamos o mapa 06. Após a criação do mapa 06, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2000 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Vegetação nativa, já a categoria com menos área era a Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.264,701 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 69.468,652 hectares, a categoria Pastagem ocupava 36.570,688 hectares, a categoria Lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 40.076,081 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 17.295,090 hectares. A partir da conclusão do uso do ano 2000 partimos para a análise do ano seguinte.

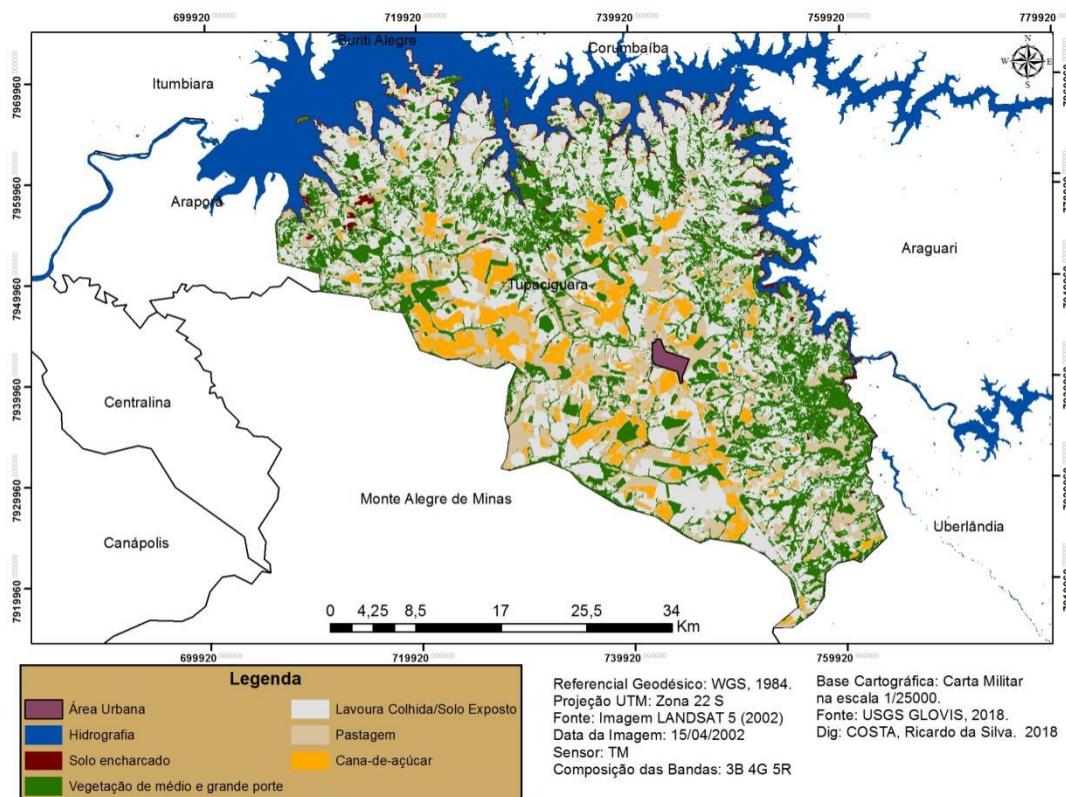
Mapa 07 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2001.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2001 criamos o mapa 07. Após a criação do mapa 07, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2001 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área eram as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 10.383,944 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 49.545,806 hectares, a categoria Pastagem ocupava 31.230,135 hectares, a categoria Lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 63.579,885 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 16.383,333 hectares, observamos uma leve queda de área plantada em relação ao ano de 2000. A partir da conclusão do uso do ano 2001 partimos para a análise do ano seguinte.

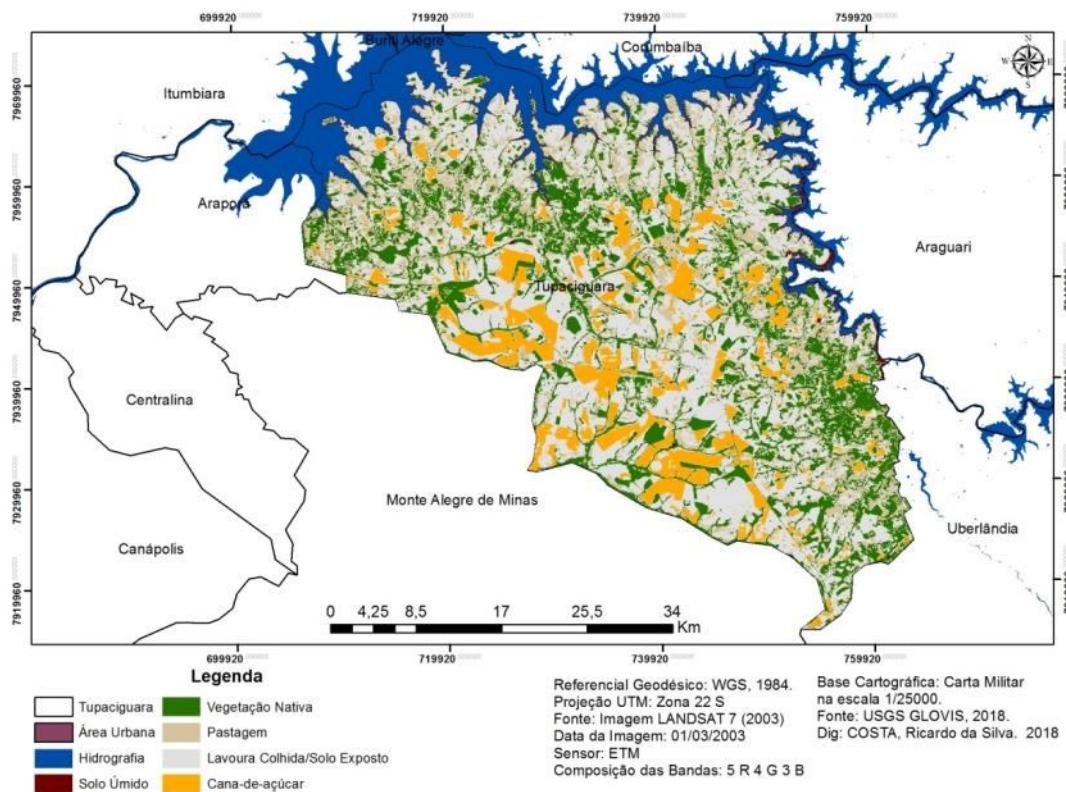
Mapa 08 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2002.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2002 criamos o mapa 08. Após a criação do mapa 08, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2002 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era a Lavouras de cana-de-açúcar, repetindo o cenário do ano anterior. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.959,634 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 45.559,373 hectares, a categoria Pastagem ocupava 32.853,517 hectares, a categoria Lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 68.287,269 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 13.500,669 hectares, observamos uma queda de área plantada em relação ao ano de 2001. A partir da conclusão do uso do ano 2002 partimos para a análise do ano seguinte.

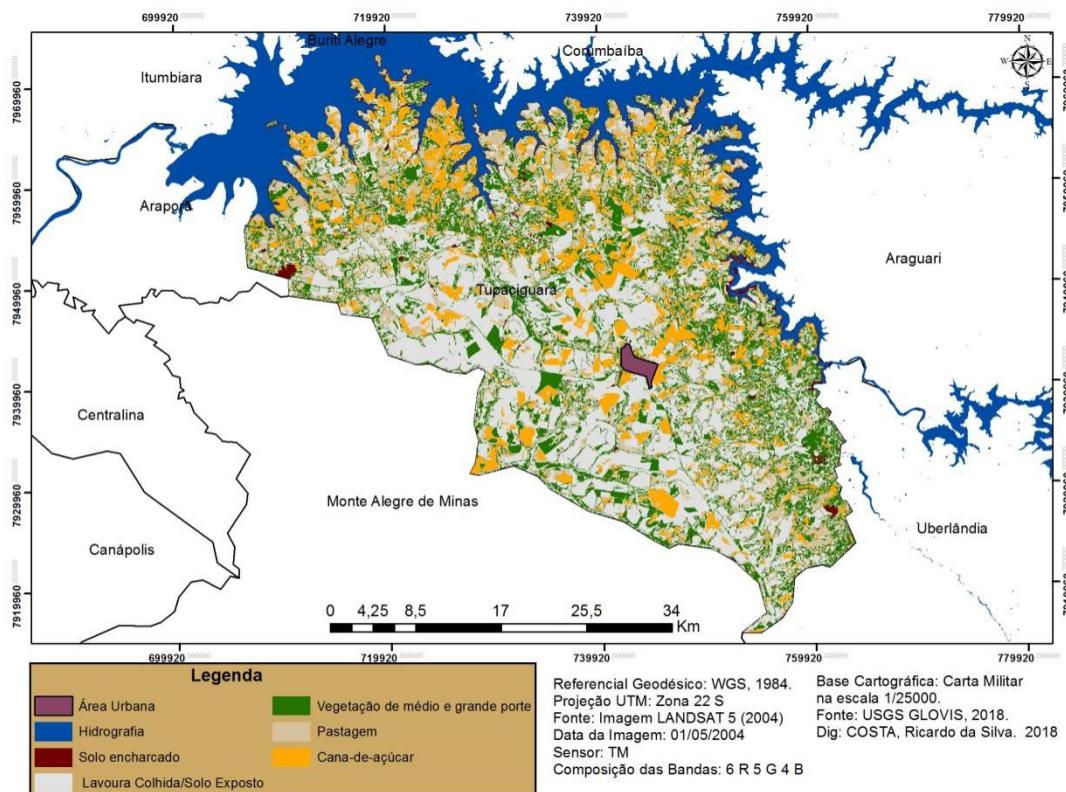
Mapa 09 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2003.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2003 criamos o mapa 09. Após a criação do mapa 09, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2003 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área eram as Lavouras de cana-de-açúcar, sendo o mesmo cenário dos últimos dois anos. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 2.764,655 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 40.877,230 hectares, a categoria Pastagem ocupava 33.842,882 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 68.886,580 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 19.913,434 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2002. A partir da conclusão do uso do ano 2003 partimos para a análise do ano seguinte.

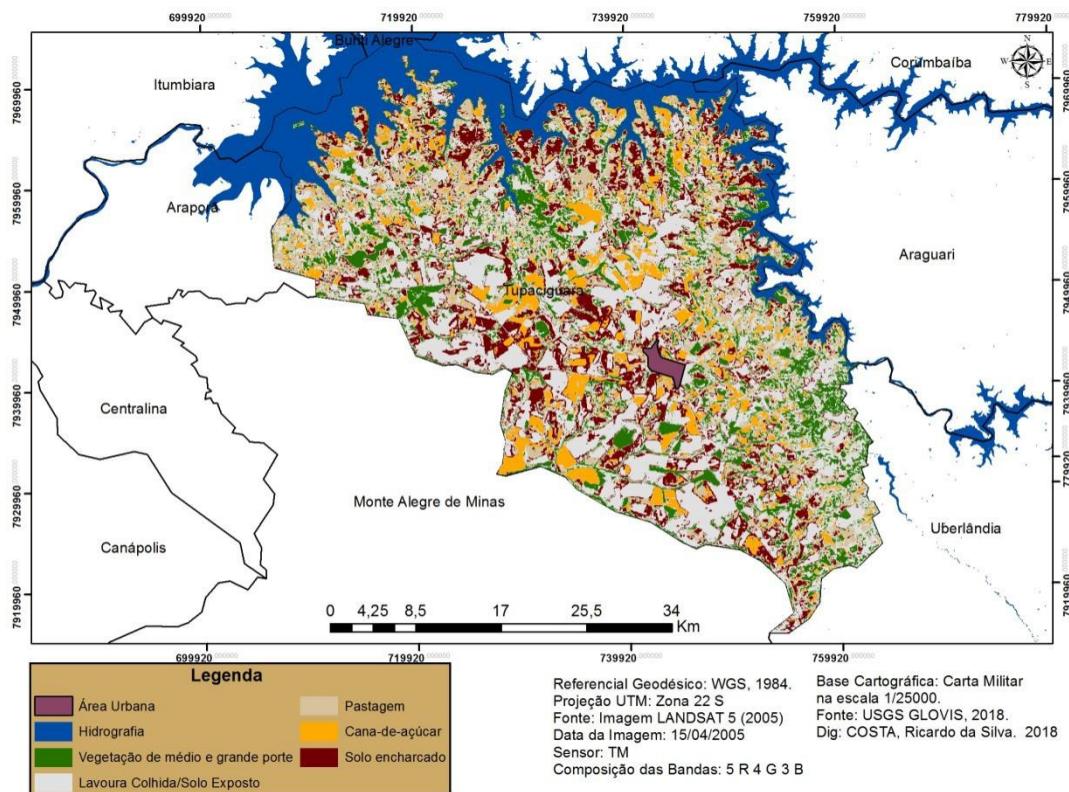
Mapa 10 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2004.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2004 criamos o mapa 10. Após a criação do mapa 10, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2004 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era a Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.473,851 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 40.496,883 hectares, a categoria Pastagem ocupava 29.920,337 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 65.944,357 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 23.141,670 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2003. A partir da conclusão do uso do ano 2004 partimos para a análise do ano seguinte.

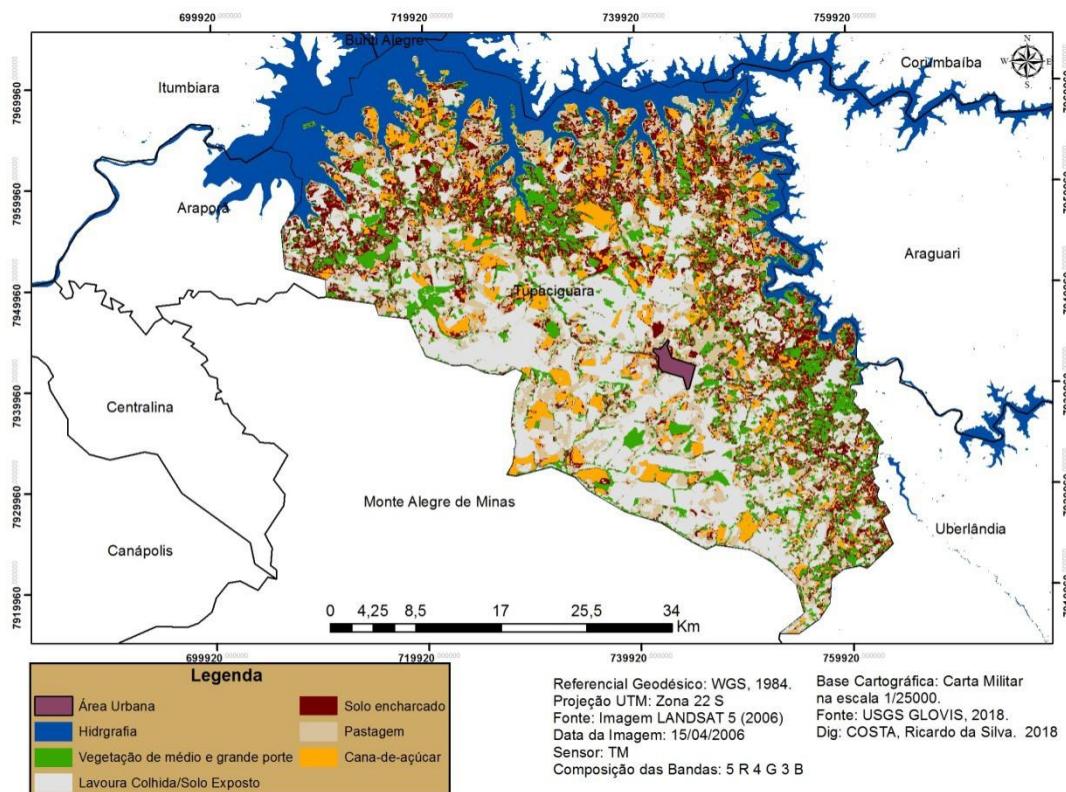
Mapa 11 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2005.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2005 criamos o mapa 11. Após a criação do mapa 11, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2005 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 27.559,913 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 46.151,168 hectares, a categoria Pastagem ocupava 29.855,620 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 64.588,209 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 17.295,090 hectares, observamos uma redução na área plantada em relação ao ano de 2004. A partir da conclusão do uso do ano 2005 partimos para a análise do ano seguinte.

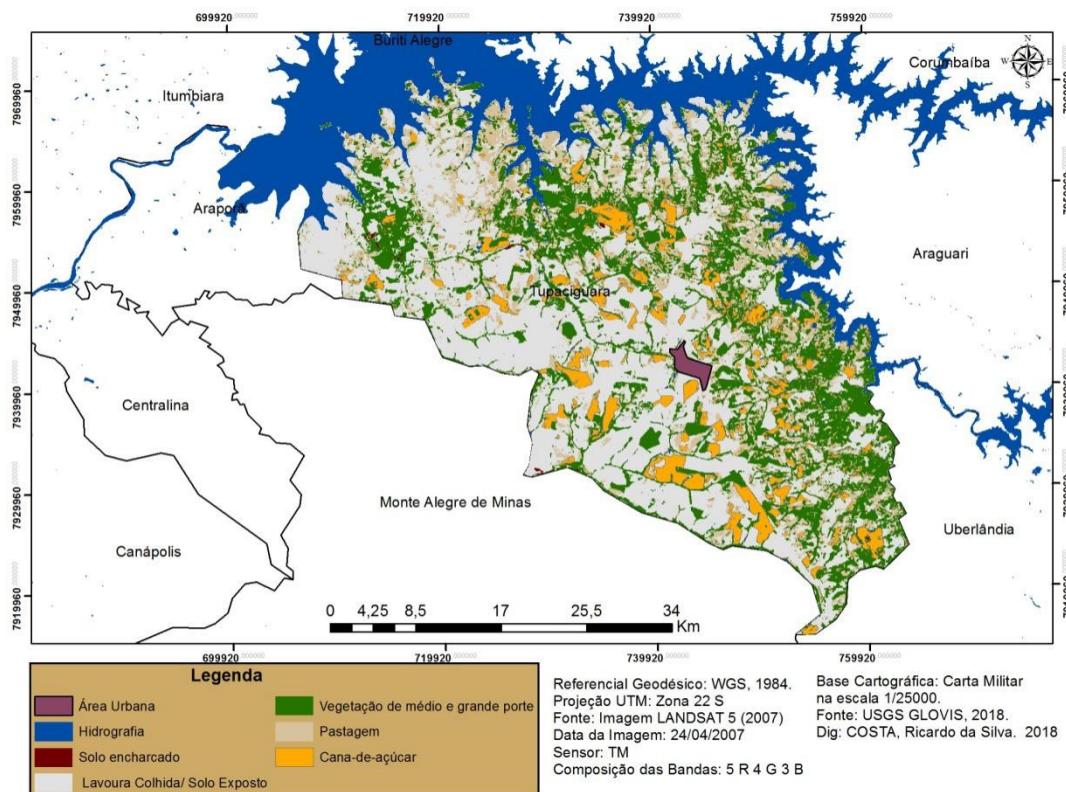
Mapa 12 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2006.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2006 criamos o mapa 12. Após a criação do mapa 12, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2006 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 29.983,058 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 28.207,388 hectares, a categoria Pastagem ocupava 34.574,115 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 50.801,518 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 19.178,316 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2005. A partir da conclusão do uso do ano 2006 partimos para a análise do ano seguinte.

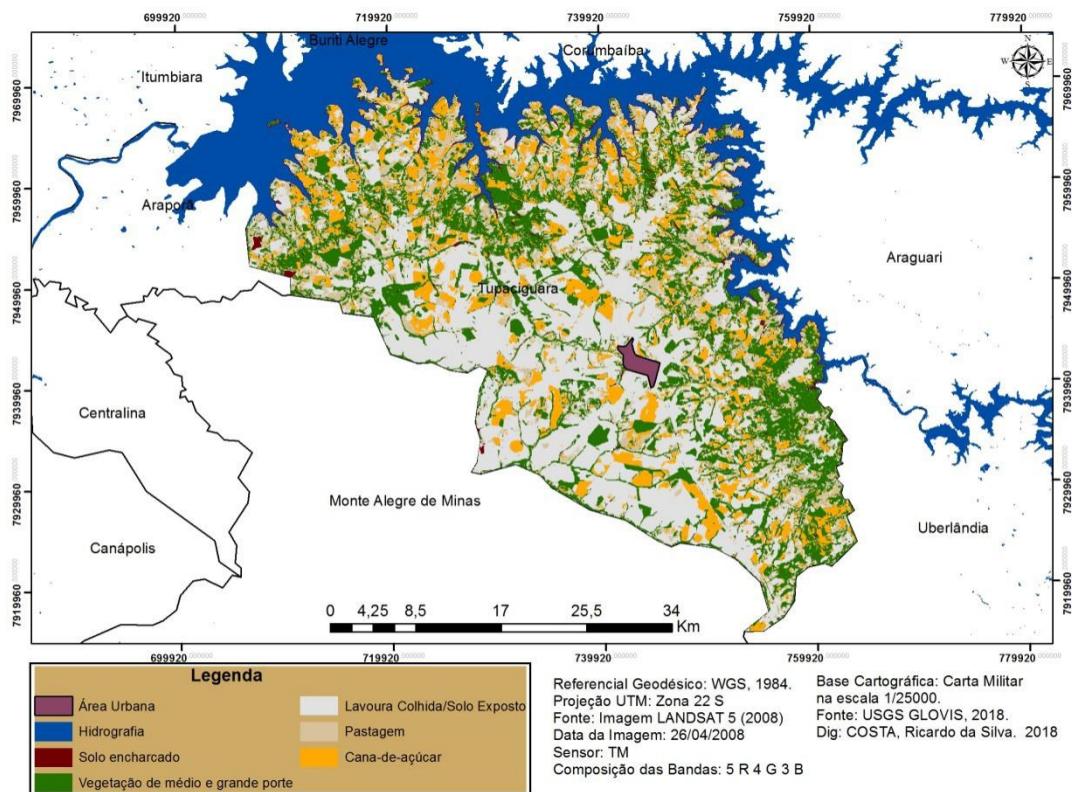
Mapa 13 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2007.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2007 criamos o mapa 13. Após a criação do mapa 13, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2007 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 2.079,818 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 44.934,573 hectares, a categoria Pastagem ocupava 30.160,388 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 71.724,164 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 13.692,373 hectares, observamos uma queda na área plantada em relação ao ano de 2006. A partir da conclusão do uso do ano 2007 partimos para a análise do ano seguinte.

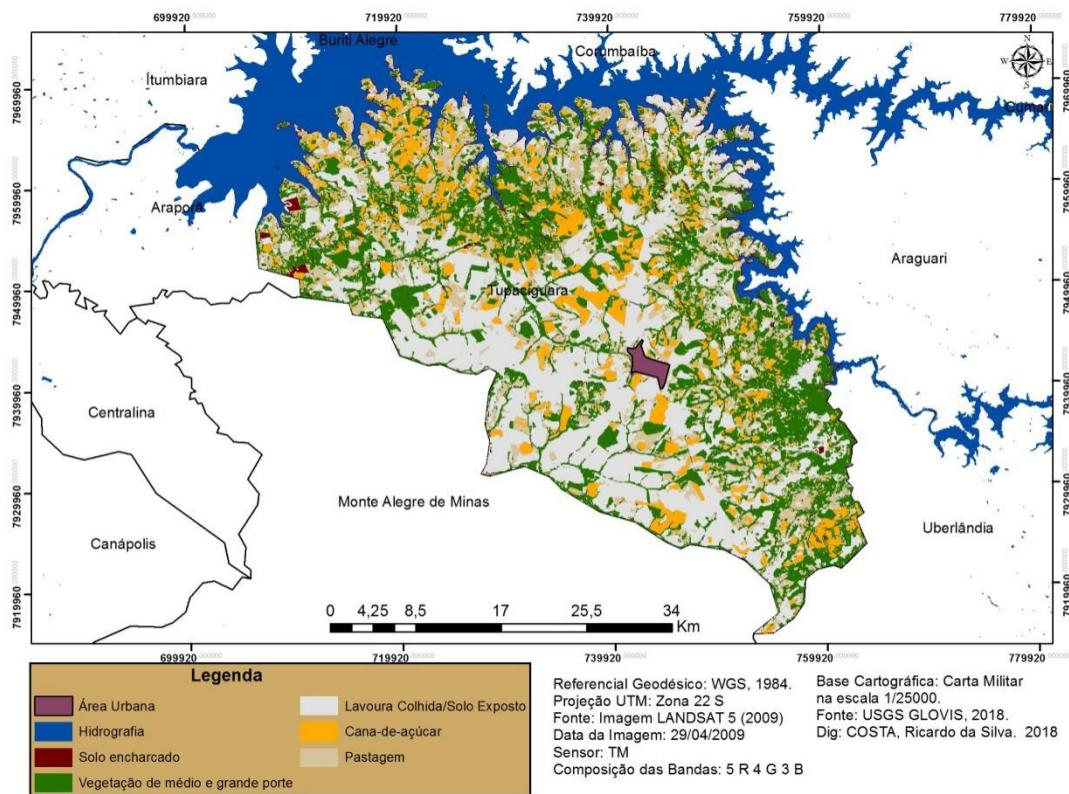
Mapa 14 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2008.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2008 criamos o mapa 14. Após a criação do mapa 14, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2008 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.175,542 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 44.681,833 hectares, a categoria Pastagem ocupava 30.650,742 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 60.103,107 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 24.174,683 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2007. A partir da conclusão do uso do ano 2008 partimos para a análise do ano seguinte.

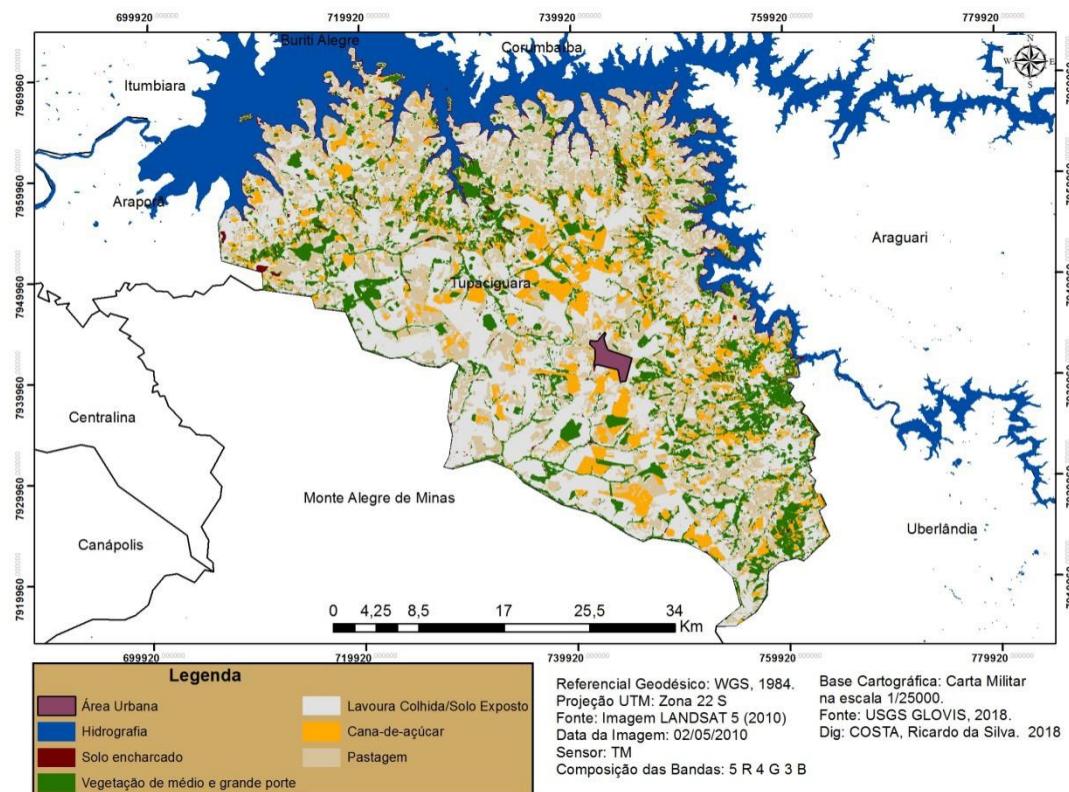
Mapa 15 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2009.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2009 criamos o mapa 15. Após a criação do mapa 15, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2009 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.564,460 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 50.854,469 hectares, a categoria Pastagem ocupava 35.154,508 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 55.343,059 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 19.393,455 hectares, observamos uma leve queda na área plantada em relação ao ano de 2008. A partir da conclusão do uso do ano 2009 partimos para a análise do ano seguinte.

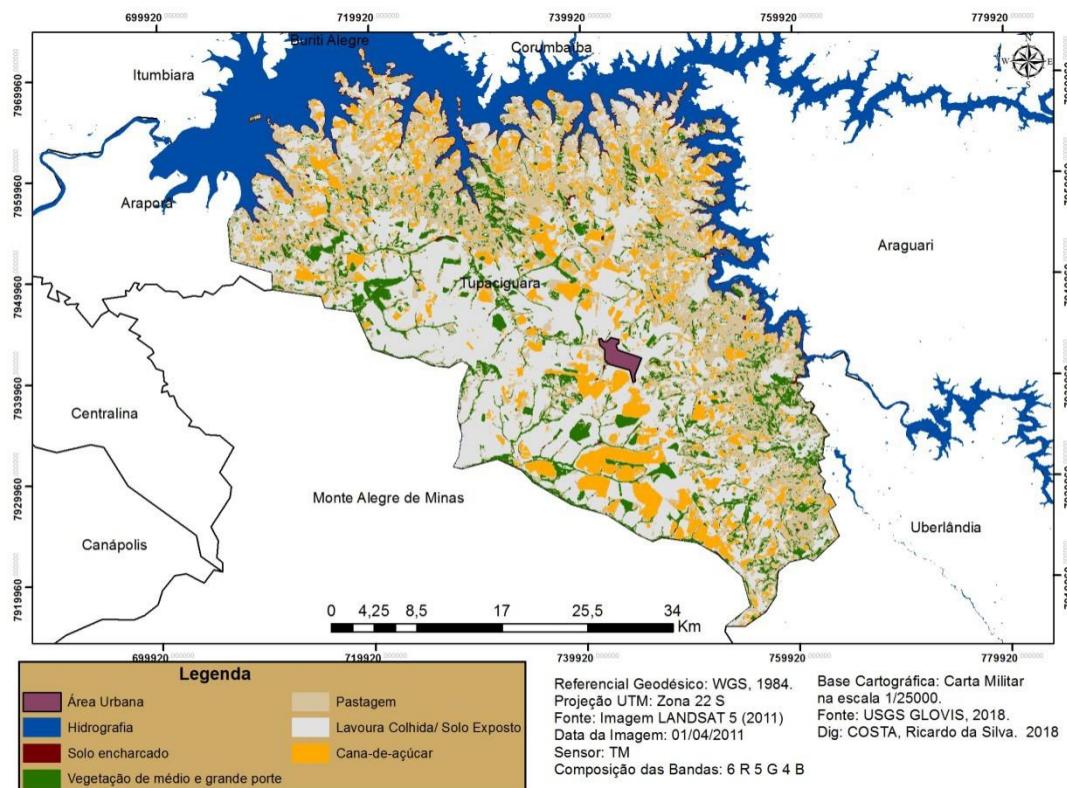
Mapa 16 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2010.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2010 criamos o mapa 16. Após a criação do mapa 16, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2010 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.507,153 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 28.739,794 hectares, a categoria Pastagem ocupava 40.326,478 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 70.868,283 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 20.737,015 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2009. A partir da conclusão do uso do ano 2010 partimos para a análise do ano seguinte.

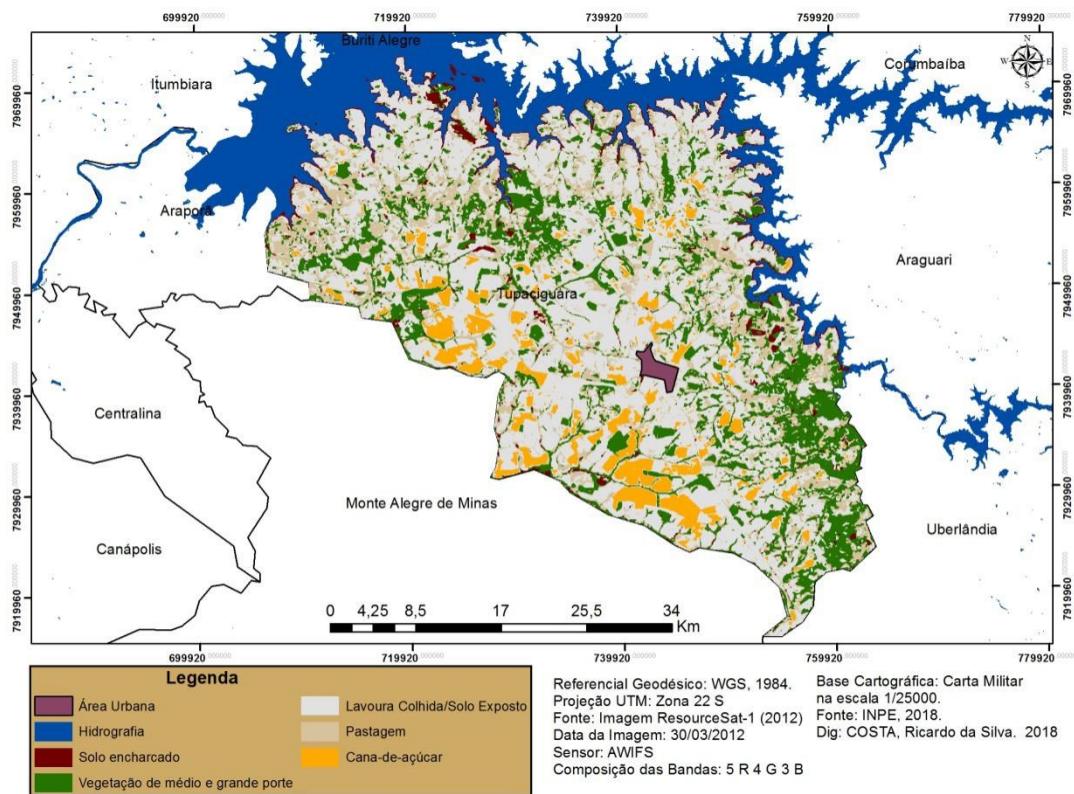
Mapa 17 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2011.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2011 criamos o mapa 17. Após a criação do mapa 17, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2011 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era a Vegetação Nativa. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 3.060,404 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 19.370,631 hectares, a categoria Pastagem ocupava 54.477,648 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 64.230,127 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 21.980,051 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2010. A partir da conclusão do uso do ano 2011 partimos para a análise do ano seguinte.

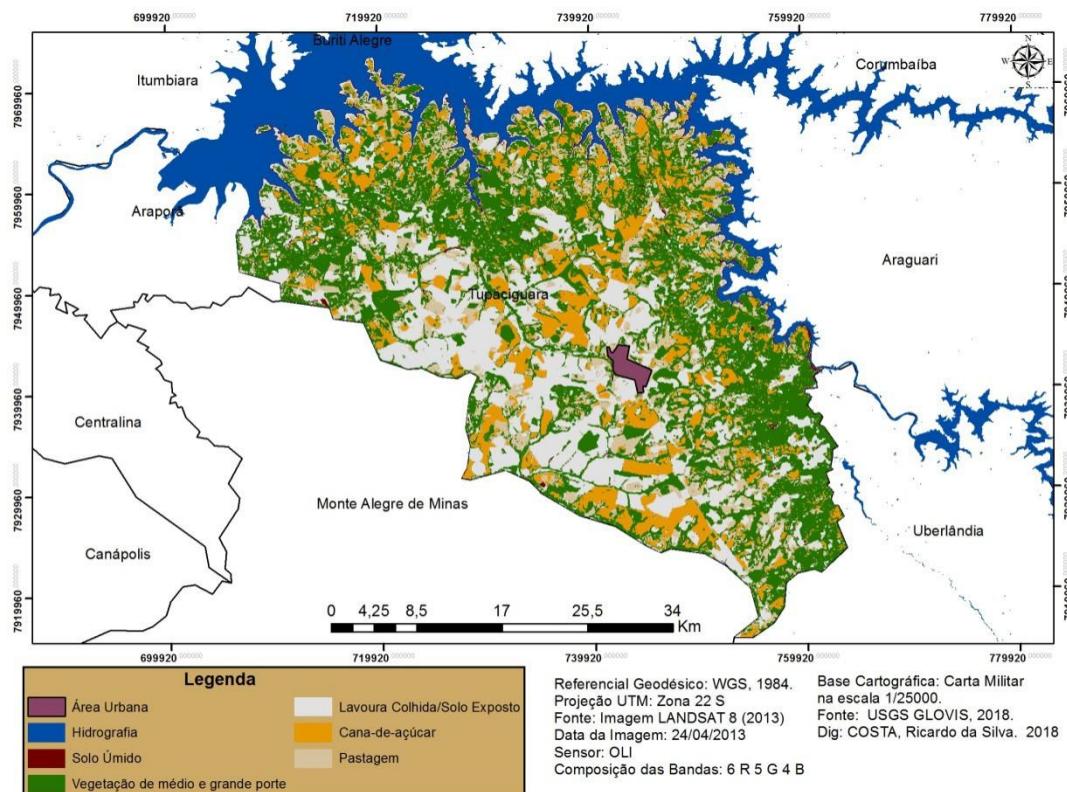
Mapa 18 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2012.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2012 criamos o mapa 18. Após a criação do mapa 18, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2012 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 5.597,308 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 32.940,767 hectares, a categoria Pastagem ocupava 33.801,519 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 81.940,832 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 12.384,028 hectares, observamos uma queda acentuada na área plantada em relação ao ano de 2011. A partir da conclusão do uso do ano 2012 partimos para a análise do ano seguinte.

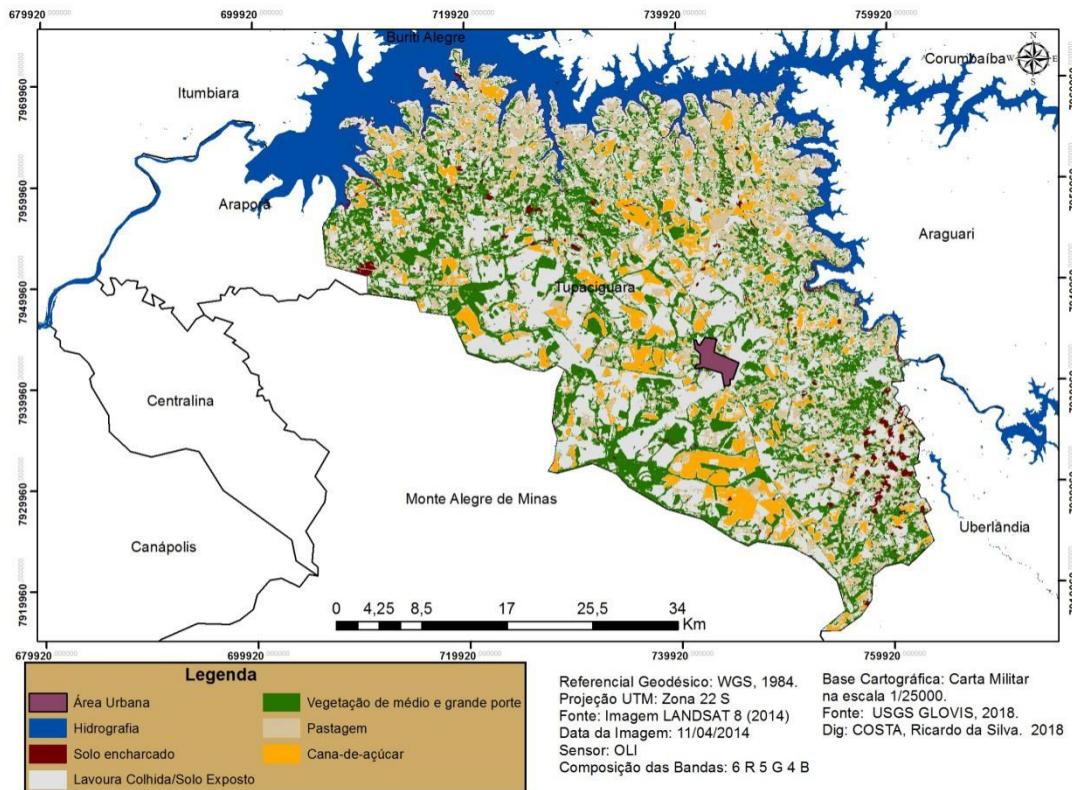
Mapa 19 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2013.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2013 criamos o mapa 19. Após a criação do mapa 19, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2013 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Vegetação Nativa, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 2.503,470 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 69.087,364 hectares, a categoria Pastagem ocupava 28.289,842 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 39.655,368 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 26.609,587 hectares, observamos um aumento considerável na área plantada em relação ao ano de 2012. A partir da conclusão do uso do ano 2013 partimos para a análise do ano seguinte.

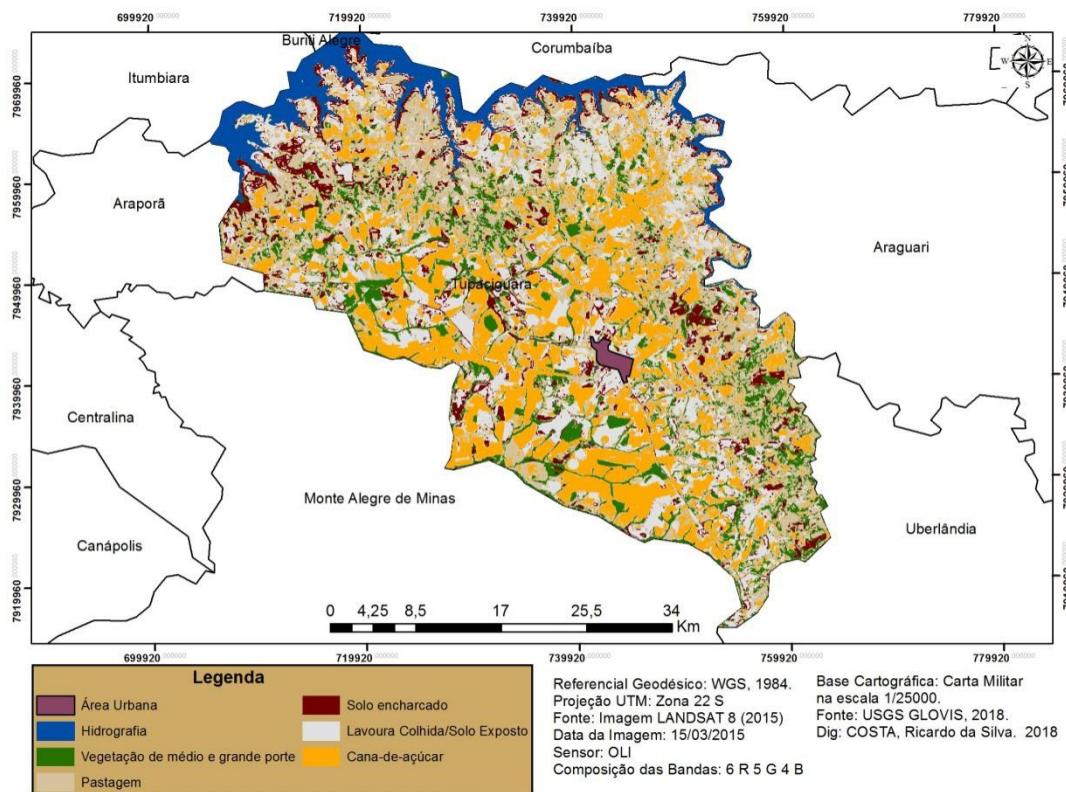
Mapa 20 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2014.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2014 criamos o mapa 20. Após a criação do mapa 20, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2014 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era as Lavouras de cana-de-açúcar. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 4.009,003 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 47.502,505 hectares, a categoria Pastagem ocupava 29.544,871 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 73.018,375 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 16.368,796 hectares, observamos uma queda brusca na área plantada em relação ao ano de 2013. A partir da conclusão do uso do ano 2014 partimos para a análise do ano seguinte.

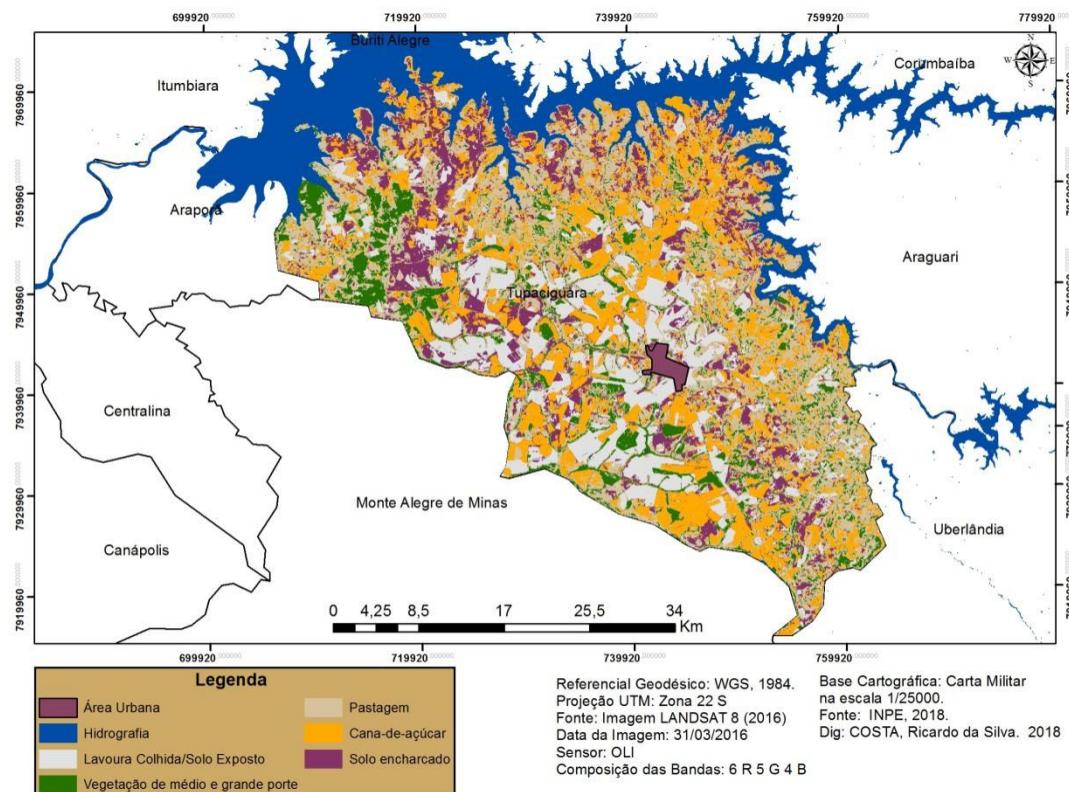
Mapa 21 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2015.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2015 criamos o mapa 21. Após a criação do mapa 21, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2015 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Pastagem, já a categoria com menos área era a Vegetação Nativa. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 15.182,421 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 22.097,802 hectares, a categoria Pastagem ocupava 53.856,639 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 38.985,753 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 40.804,254 hectares, observamos um aumento gigantesco na área plantada em relação ao ano de 2014. A partir da conclusão do uso do ano 2015 partimos para a análise do ano seguinte.

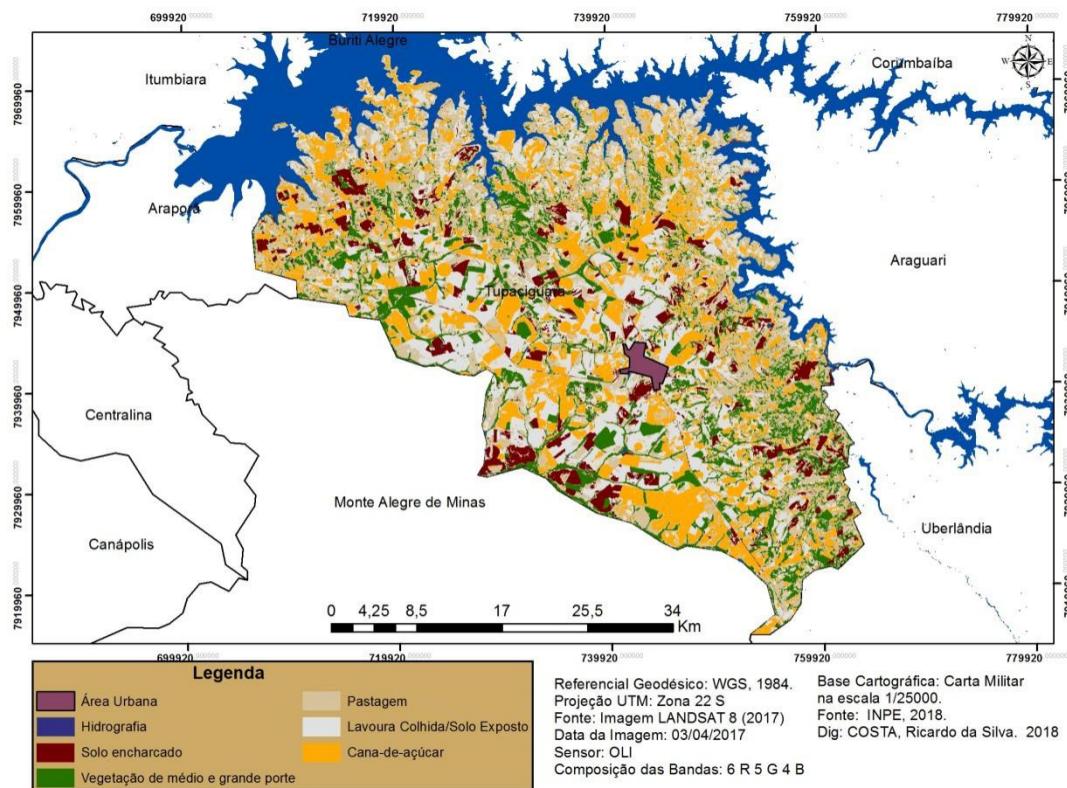
Mapa 22 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2016.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2016 criamos o mapa 22. Após a criação do mapa 22, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2016 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Pastagem, já a categoria com menos área era a Vegetação Nativa. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 20.975,518 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 17.317,916 hectares, a categoria Pastagem ocupava 53.280,730 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 26.629,275 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 42.041,088 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2015. A partir da conclusão do uso do ano 2016 partimos para a análise do ano seguinte.

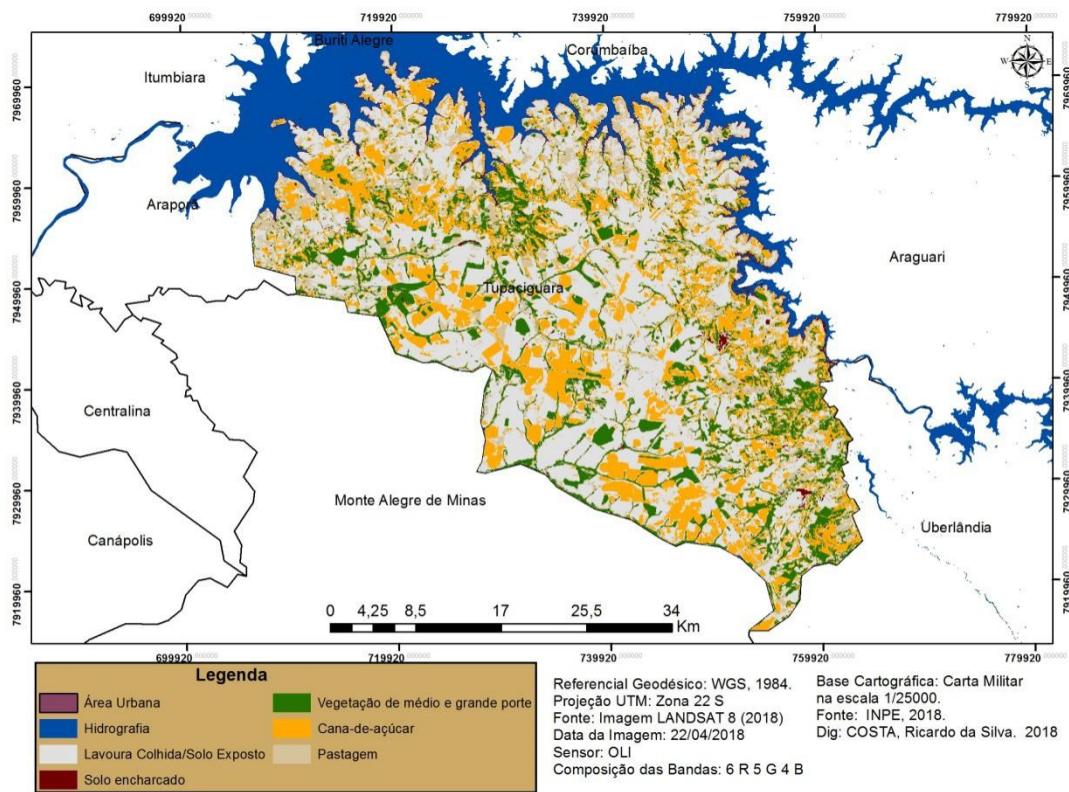
Mapa 23 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2017.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2017 criamos o mapa 23. Após a criação do mapa 23, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2017 identificamos que a categoria que possuía mais área era a Pastagem, já a categoria com menos área era a Vegetação Nativa. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 14.812,067 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 24.171,558 hectares, a categoria Pastagem ocupava 51.523,652 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 40.702,284 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 36.023,450 hectares, observamos uma queda na área plantada em relação ao ano de 2016. A partir da conclusão do uso do ano 2017 partimos para a análise do ano seguinte.

Mapa 24 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2018.



Após o procedimento de identificação do uso do solo no ano de 2018 criamos o mapa 24. Após a criação do mapa 24, realizamos a delimitação de cada tipo de uso assim foi possível calcular a área ocupada por cada categoria.

No ano de 2018 identificamos que a categoria que possuía mais área era as Lavouras colhidas/solo exposto, já a categoria com menos área era a Pastagem. Sendo que a categoria Solo encharcado ocupava uma área de 2.998,219 hectares, já a categoria Vegetação de médio e grande porte ocupava uma área de 24.659,591 hectares, a categoria Pastagem ocupava 24.236,084 hectares, a categoria lavouras colhidas/solo exposto tinha um total de área ocupada de 72.864,687 hectares e por último, as Lavouras de cana-de-açúcar a qual ocupava 41.684,413 hectares, observamos um aumento na área plantada em relação ao ano de 2017.

Identificado nas imagens de satélite as mutações do espaço e analisado os conteúdos dos mapas, como vimos anteriormente, para facilitar as comparações das áreas criamos o quadro 05.

Analizando o quadro abaixo percebemos que houve importantes variações nas formas dos usos do solo e, portanto, na paisagem, por exemplo, a vegetação de médio e grande porte, a qual no ano de 2000 ocupava 28% da área total do município, já no ano de 2018 ela ocupa 12% da área total do município de Tupaciguara MG.

Quadro 05 – Área ocupada de acordo a análise das imagens de satélite e dos mapas de uso do solo no período de 2000 até 2018. Tupaciguara MG.

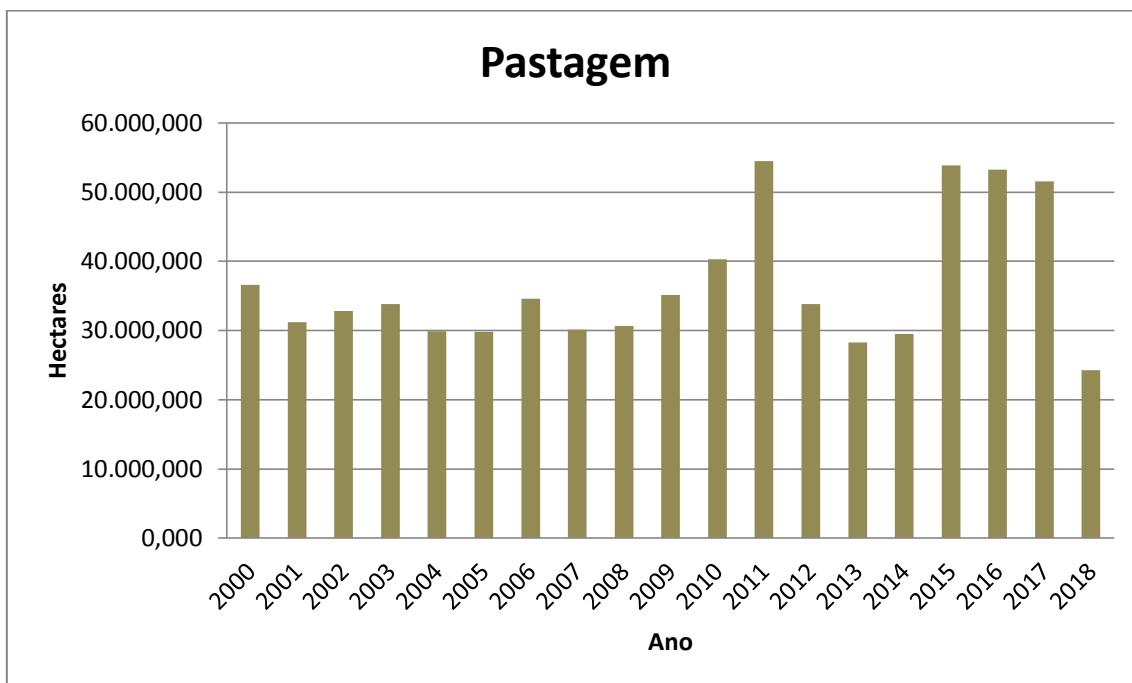
Área Ocupada em hectares					
Ano	Vegetação de médio e grande porte	Solo encharcado	Lavouras colhidas/solo exposto	Lavouras de cana-de-açúcar	Pastagem
2000	69.468,652	3.264,701	40.076,081	17.295,090	36.570,688
2001	49.545,806	10.383,944	63.579,885	16.383,333	31.230,135
2002	45.559,373	3.959,634	68.287,269	13.500,669	32.853,517
2003	40.877,230	2.764,655	68.886,580	19.913,434	33.842,882
2004	40.496,883	3.473,851	65.944,357	23.141,670	29.920,337
2005	46.151,168	27.559,913	64.588,209	16.548,714	29.855,620
2006	28.207,388	29.983,058	50.801,518	19.178,316	34.574,115
2007	44.934,573	2.079,818	71.724,164	13.692,373	30.160,388
2008	44.681,833	3.175,542	60.103,107	24.174,683	30.650,742
2009	50.854,469	3.564,460	55.343,059	19.393,455	35.154,508
2010	28.739,794	3.507,153	70.868,283	20.737,015	40.326,478
2011	19.370,631	3.060,404	64.230,127	21.980,051	54.477,648
2012	32.940,767	5.597,308	81.940,832	12.384,028	33.801,519
2013	69.087,364	2.503,470	39.655,368	26.609,587	28.289,842
2014	47.502,505	4.009,003	73.018,375	16.368,796	29.544,871
2015	22.097,802	15.182,421	38.985,753	40.804,254	53.856,639
2016	17.317,916	20.975,518	26.629,275	42.041,088	53.280,730
2017	24.171,558	14.812,067	40.702,284	36.023,450	51.523,652
2018	24.659,591	2.998,219	72.864,687	41.684,413	24.236,084

Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Analizando os dados do quadro 05, identificamos que a pastagem sofreu uma redução de área, essa área “perdida” foi anexada às lavouras de cana e de grãos. Esse fato é constatado principalmente no ano de 2018 o qual a pastagem ocupa a área de 24.236,084 hectares, a cana-de-açúcar 41.684,413 hectares e as lavouras/solos expostos ocupam 72.864,687 hectares.

Para esclarecer a oscilação do uso do solo construímos gráficos para cada tipo de uso. Compreendemos que é de extrema importância expor os dados de cada tipo de uso, pois, assim podemos estabelecer uma didática sobre a visualização dos valores.

Gráfico 05 – Uso e ocupação do solo do município de Tupaciguara – MG do ano de 2000 á 2018: Pastagem



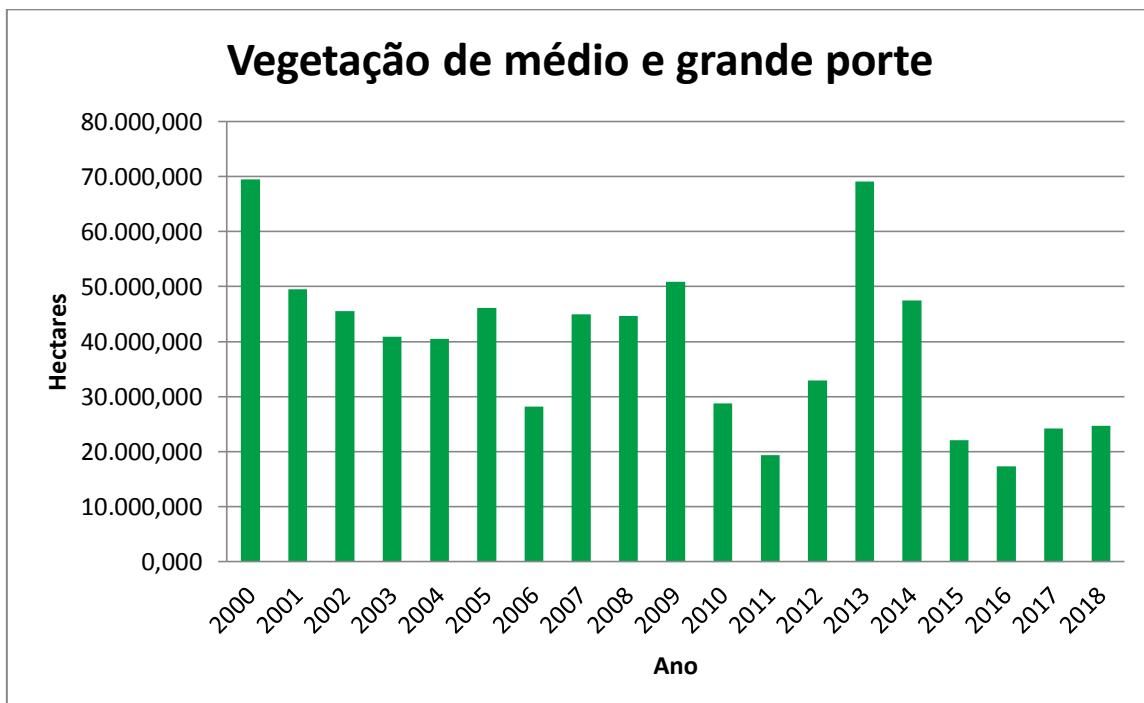
Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Observando os dados do gráfico identificamos que nos últimos dezoito anos houve quatro picos favoráveis à pastagem, os quais ocorreram nos anos de 2011, 2015, 2016 e 2017. Podemos relacionar esse aumento com a diminuição da vegetação de médio e grande porte.

No entanto, também podemos observar uma redução na área de pastagem, considero que no período analisado por oito vezes a área de pastagem ocupou área em torno de 30 mil hectares. Nesse mesmo período obteve 7 anos em que ocupou até 40 mil hectares e apenas por 4 vezes ocupou mais de 50 mil hectares. Relacionamos essa diminuição das áreas de pastagem principalmente ao aumento das áreas ocupadas com as lavouras de cana-de-açúcar.

A análise das áreas ocupadas pelas vegetações de médio e grande porte. Constitui na analise das formas de texturas médias como demonstramos no “quadro 04 – Chave interpretação das imagens de satélite”.

Gráfico 06 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Vegetação de médio e grande porte.



Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Analizando as oscilações de Vegetação de médio e grande porte identificamos que o ano de 2000, o município possuía quase 70.000,00 hectares, no entanto esse valor foi identificado somente no ano de 2013. Nesse momento surge a indagação de como ocorreu um aumento tão significativo e logo nos anos seguintes houve uma queda tão acentuada?

Após análise de outras imagens, colóquios com o orientador e incursões empíricas na área de estudo, descobrimos o “mistério”. O que ocorreu foi uma sucessão de fatos, identificados principalmente com as incursões empíricas.

Primeiro fato: com o projeto de instalação da usina foi adquirida áreas para reserva ambiental; segundo fato: os canavieiros adquiriram áreas para instalação das lavouras, com isso extensões que tinham outros usos foram

“abandonadas”, acarretando na regeneração da vegetação de médio e grande porte, mesmo que por um breve período.

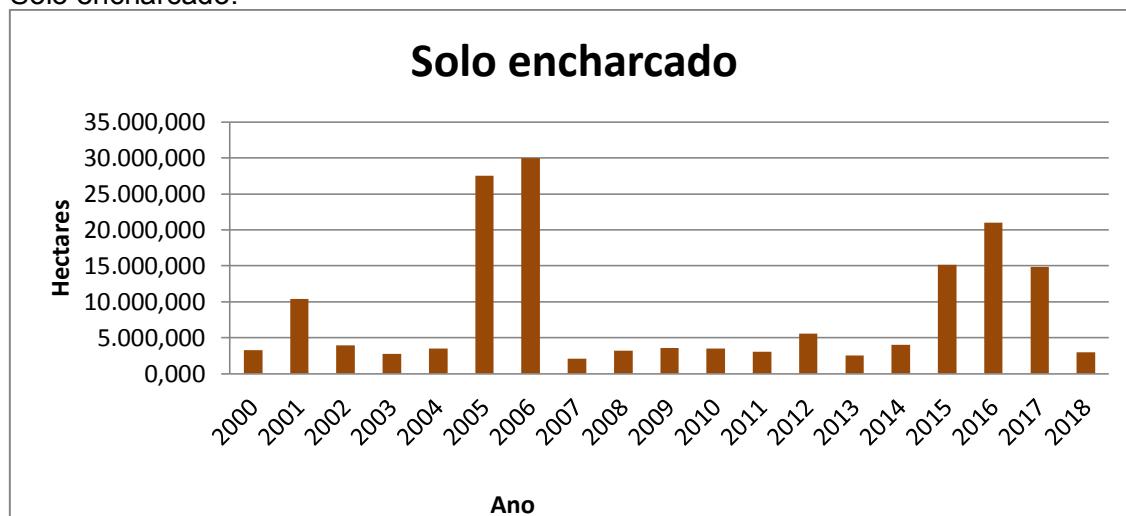
Essa afirmação pode ser comprovada observando todos os gráficos de uso, sendo que apenas ocorreu o aumento de áreas no ano de 2013 nos seguintes usos: Vegetação de médio e grande porte e lavoura de cana-de-açúcar. Todos os demais usos tiveram uma redução significativa.

Terceiro fator: com a crise na agropecuária, vários pecuaristas, deixaram de dar manutenção nas pastagens, acarretando também a regeneração da vegetação nativa. Destacamos que nas imagens de satélite qualquer variação, neste caso o aumento da Vegetação de médio e grande porte é identificada e contabilizada. Desse modo, se a pastagem fica sem uso e sem manutenção e a Vegetação de médio e grande porte começa a se regenerar, ela é identificada nas imagens de satélite.

Estes foram os principais fatores que contribuíram para a discrepância nos dados sobre a vegetação nativa.

O próximo uso analisado, denominamos de “solo encharcado”. Nosso objetivo foi analisar as variações considerando a irrigação, especialmente o uso de pivô central. No entanto, não foi possível fazer tal relação com exatidão, pois, o fator climático influenciou o trabalho de confecção dessa categoria.

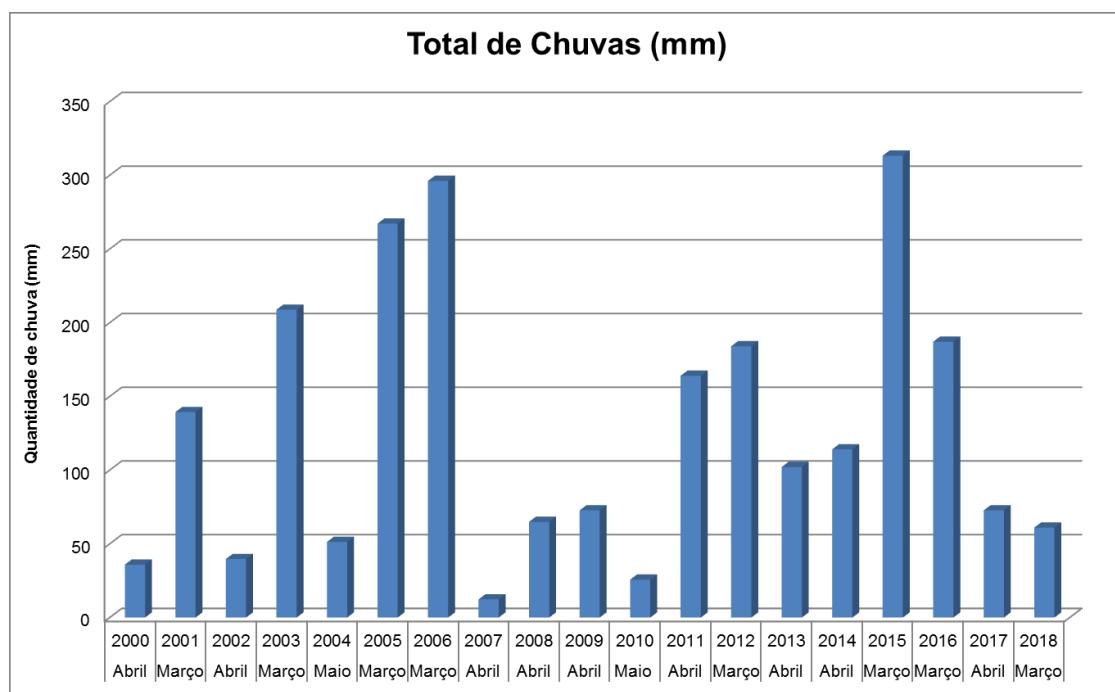
Gráfico 07 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Solo encharcado.



Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Para demostrar a relação do clima e da categoria “Solo Úmido”, construímos o gráfico 08, utilizando o mesmo mês das imagens de satélite referenciadas para confecção dos mapas.

Gráfico 08 – Precipitação do município de Tupaciguara no período de 19 anos<sup>172</sup>.



Fonte: ANA – Série histórica 2000 – 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Comparando os gráficos 07 e 08 percebemos que a precipitação influenciou no resultado da categoria. Apesar de criar algumas imprecisões no trabalho de relacionar irrigação com a categoria “Solo encharcado”, tornou-se importante, pois, foi possível relacionar com o total de chuvas do município.

Outra categoria analisada foi “Lavouras colhidas/solo exposto”, utilizamos essa nomenclatura, pois, o nível de reflectância de ambos eram os mesmos. Essa constatação ocorreu após as incursões ao campo, onde comprovamos que o quê a imagem de satélite apresentava podia tanto ser lavoura colhida ou solo exposto, assim construímos/juntamos os dados perfazendo o uso: Lavouras colhidas/Solo Exposto.

<sup>172</sup> Precipitação referente aos meses das imagens de satélite utilizadas para a confecção dos mapas de uso de solo no município.

Gráfico 09 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Lavouras colhidas/Solo Exposto.

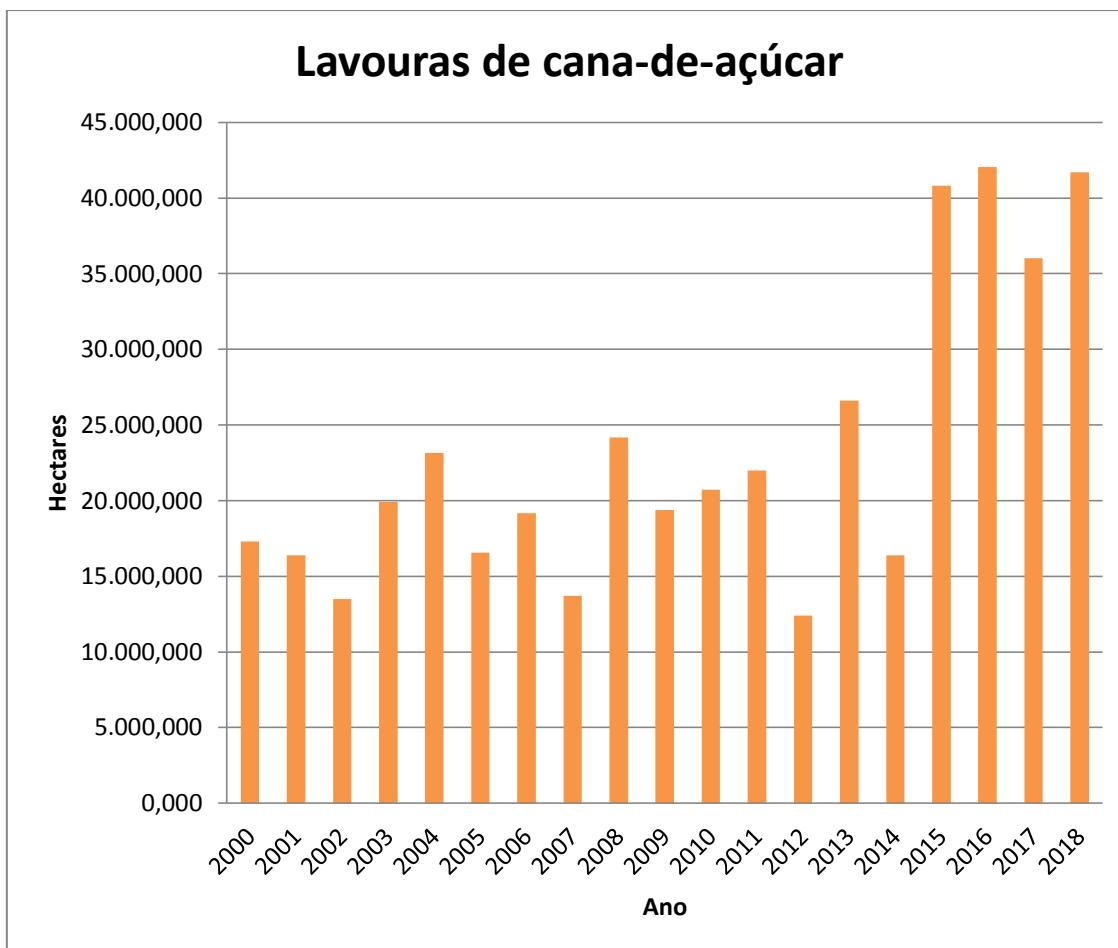


Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

A categoria “lavouras colhidas/solo exposto” englobam as áreas de lavouras de milho, soja, sorgo, ou seja, todos os cultivos perenes, além de solo exposto. Solo exposto foi caracterizado por nós, como sendo as áreas sem vegetação, sem lavoura, áreas degradadas (erosão), ou mesmo pastagens degradadas. Observando os dados do gráfico podemos constatar importantes oscilações naquele tipo de uso.

Nossa última categoria analisada foi as “lavouras de cana-de-açúcar”. Não foi por acaso que deixamos esta categoria por último, além dela ser o cultivo recente que foi se expandindo pelo município, esse cultivo é a principal preocupação dos camponeses.

Gráfico 10 Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018: Lavouras de cana-de-açúcar.



Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Observando os dados do gráfico constata-se que nos últimos quatro anos (2015, 2016, 2017 e 2018) a área de cana-de-açúcar dobrou em relação ao ano de 2000. No entanto, nem toda as áreas de cana-de-açúcar é de propriedade das usinas. Os dados se referem ao cultivo de cana e engloba os canaviais dos alambiqueiros (cachaça e rapadura), dos pecuaristas (para alimentação do gado bovino) e os canaviais dos usineiros (fabricação de aguardente, etanol, açúcar e energia elétrica).

A partir do conhecimento/identificação dos usos do solo foi possível estabelecer correlações entre formas e usos/ocupação dos territórios com as práticas dos camponeses do município de Tupaciguara - MG. A partir do

conhecimento das paisagens do município de Tupaciguara nosso estudo passou a analisar os conteúdos agrários do município.

### **3.2. OS CONTEÚDOS AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA - MG.**

A paisagem é uma das principais categorias de estudo da Geografia. Assim, sua leitura é de extrema importância para o entendimento das relações sociedade e natureza. No entanto, nosso objetivo é a leitura da paisagem relacionando-a com as atividades agrárias desenvolvidas no município. Assim sendo, levamos em consideração as atividades socioeconômicas e os modos de vidas correlacionados.

De acordo Lisboa (2007):

A paisagem também se constitui como uma realidade atual construída através do acúmulo de acontecimentos ou eventos passados, uma vez que o que é observado em uma paisagem da atualidade passou por um processo de constantes mudanças. Esse aspecto pode ser percebido através da observação de fotografias de uma mesma paisagem referentes a períodos diferentes, na qual se pode perceber o que permanece e o que foi sendo alterado, para formar a paisagem atual. De modo geral, as mudanças causadas pela natureza (como, por exemplo, a erosão) são percebidas apenas lentamente, enquanto que as alterações humanas são mais rápidas [...]. (LISBOA, 2007, p.27).

Consideramos que as paisagens agrárias de Tupaciguara decorrem também de intervenções políticas. O Estado exerce forte pressão sobre o espaço, contribuindo para alterações das paisagens. Na área de estudo o cultivo da cana-de-açúcar passou a ser estimulado para favorecer o setor sucroalcooleiro e como consequência passou a inibir atividades relacionadas a cultura camponesa.

A paisagem do município de Tupaciguara vem passando por várias transformações no período de 19 anos como constatamos no item anterior. Estas modificações vão “imprimindo” novos elementos ao espaço rural, como por exemplo, equipamentos agrícolas, tratores de última geração tecnológica, aviões pulverizadores, pivôs centrais, entre outros equipamentos e maquinários.

Fotografia 38 – Trator pulverizador: Pulverizando o canavial. 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Observa-se na fotografia 38, maquinário de última geração tecnológica para aplicação de defensivos agrícolas. Este tipo de equipamento não era comum nas paisagens agrárias do município, até meados dos anos 2005. O uso desse tipo de equipamento fez com que os camponeses sentissem e “estranhassem” as consequências dos usos das pulverizações em seus roçados.

Assim relata o Entrevistado 22:

Quando vi aquele trator que parece um gafanhoto no meio das lavoura eu fiquei falando com a muié que bicho será aquilo? [...] depois nós perguntô o povo das lavoura o que era [...] ai nósis decobriu que era para dedetizá as lavora, aqui nósis tava acostumado com aquela bomba que agente coloca nas costa ou quando alguém tinha mais recurso tinha aquela carreta que purverizava [...] antes ocê só via esse tipo de trator na soja agora tem nas canas (Informação Verbal)<sup>173</sup>.

<sup>173</sup> Entrevistado 22. Não se trata apenas de transparecer admiração as tecnologias, mas imagina as consequências que elas podem trazer aos seus modos de vida e cultivos.

O uso desse modelo de trator estava relacionado com as lavouras de grãos como soja e sorgo, no entanto identificamos, na fala do entrevistado e na cena registrada na fotografia, que o setor sucroalcooleiro passou a utilizá-lo em suas lavouras. Os camponeses utilizam/utilizavam bombas costais para dedetizar os seus cultivos, pois o equipamento é mais acessível, além do fato dos camponeses possuírem menores áreas cultivadas, as quais não demandam grandes máquinas para realizar aqueles serviços.

Os camponeses viviam em um tempo lento, sem muita preocupação com questões relacionadas com a otimização ou linearização do tempo. Neste contexto a sua produção era/é voltada para o sustento da família. No entanto, “este tempo lento” sofreu alterações a partir da modernização da agricultura e do avanço tecnológico incorporado ao campo e a vida das pessoas. Trata-se de um processo que vai ocorrendo e modificando as formas de se produzir e também das paisagens. Um exemplo de mudança na paisagem é a reocupação das áreas de chapadas.

Estas áreas não eram utilizadas para a construção de moradias pelos camponeses, já que nestas partes o solo é mais ácido, comprometendo a formação de pomares e cultivo de hortaliças. Também o recurso hídrico não é tão abundante como nas veredas. O uso das veredas pelos camponeses tornou-se um marco identitário, crivando no fundo de vales as paisagens de conteúdos camponeses. Com a modernização da agricultura, surgiram nas paisagens de chapada, residências e grandes barracões de maquinários (Fotografia 39).

Fotografia 39 – Aeroporto agrícola localizado na chapada – Tupaciguara – MG, 2018.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2018.

Nesta fotografia identificamos claramente o que chamamos de paisagem modernas do agronegócio, pois reúne tecnologias em grandes proporções. A paisagem rural “é uma construção social condicionada pelas condições naturais, mas continuamente transformada pela atividade humana: a agricultura, silvicultura, urbanização, etc”<sup>174</sup>. Entendemos que a paisagem agrária engloba as atividades desenvolvidas pela sociedade no campo a partir da agricultura.

Assim, a agricultura basicamente é o elemento definidor das paisagens agrárias. As paisagens agrárias, “sobrepõem” outras atividades que são desempenhadas no meio rural. Pensando sobre a questão de sobreposição dos usos/atividades construímos o quadro 06.

<sup>174</sup> GALVÃO, Maria João; VARETA, Nicole – A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia, FLUP, 2010.

Quadro 06 – Utilização da área rural do município de Tupaciguara MG.

Área Ocupada em hectares			
Ano	Vegetação de médio e grande porte	Uso Agrícola	Pastagem
2000	69.468,652	57.371,171	36.570,688
2001	49.545,806	79.963,218	31.230,135
2002	45.559,373	81.787,938	32.853,517
2003	40.877,230	88.800,014	33.842,882
2004	40.496,883	89.086,027	29.920,337
2005	46.151,168	81.136,923	29.855,620
2006	28.207,388	69.979,834	34.574,115
2007	44.934,573	85.416,537	30.160,388
2008	44.681,833	84.277,790	30.650,742
2009	50.854,469	74.736,514	35.154,508
2010	28.739,794	91.605,298	40.326,478
2011	19.370,631	86.210,178	54.477,648
2012	32.940,767	94.324,860	33.801,519
2013	69.087,364	66.264,955	28.289,842
2014	47.502,505	89.387,171	29.544,871
2015	22.097,802	79.790,007	53.856,639
2016	17.317,916	68.670,363	53.280,730
2017	24.171,558	76.725,734	51.523,652
2018	24.659,591	114.549,100	24.236,084

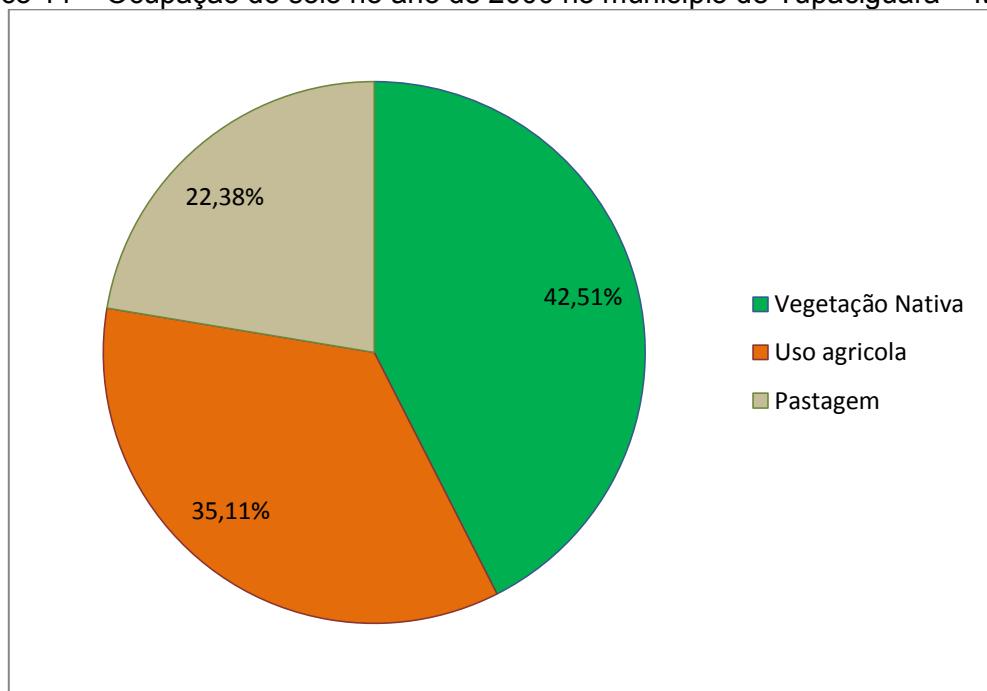
Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Construímos o quadro utilizando três classes de situações de uso: Vegetação de médio e grande porte, Pastagem e o Uso agrícola, esse último, englobam lavouras de cereais, lavouras de cana e solo exposto. Essas três classes somavam mais de 163.000,00 hectares no ano de 2018, o que equivale á 89 % da área total do município de Tupaciguara - MG.

O quadro 06 indica as formas de utilização da terra no município de Tupaciguara. Percebe-se que o uso agrícola constitui-se na maior ocupação, a qual gera metamorfoses, fazendo surgir paisagens homogêneas do agronegócio. As atividades vinculadas com a agricultura obtiveram aumento considerável nos últimos dezenove anos.

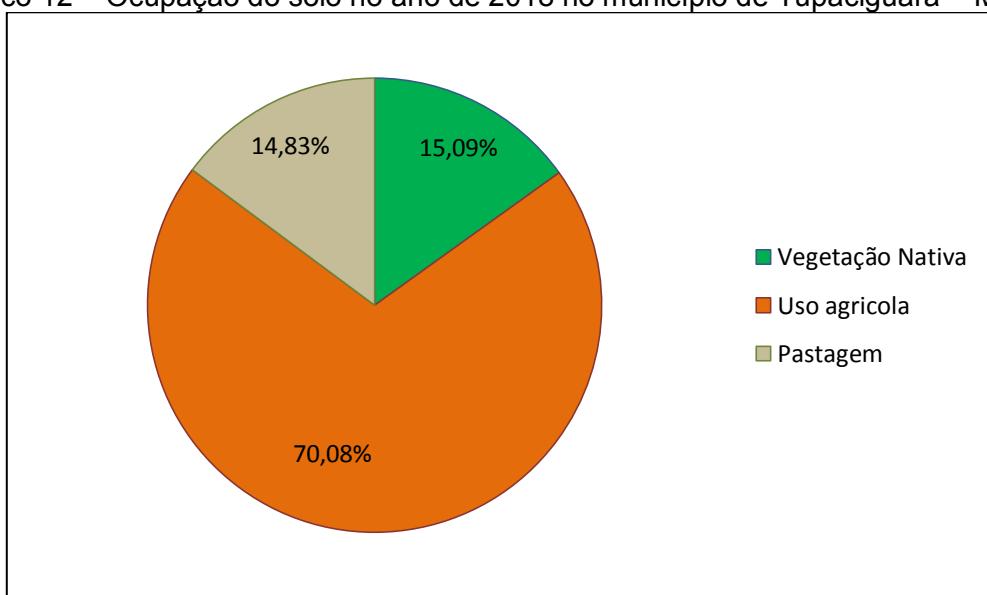
No ano de 2000 a área utilizada pelas atividades agrícolas ocupava 57.371,171 hectares, já no ano de 2018, essa mesma atividade ocupava cerca de 114.549,100 hectares. Para demostrar as áreas de ocupação, construímos os gráficos 11 e 12, os quais apresentam a porcentagem dos usos no ano de 2000 e as porcentagens dos usos no ano de 2018.

Gráfico 11 – Ocupação do solo no ano de 2000 no município de Tupaciguara – MG.



Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Gráfico 12 – Ocupação do solo no ano de 2018 no município de Tupaciguara – MG.



Fonte: Mapas de uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara de 2000 até 2018. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2018.

Comparando os dados dos dois gráficos, identificamos que houve um aumento de 57.177,929 hectares em 18 anos. Assim, se dividirmos o número de anos pela área expandida, chegamos ao valor de 3.176,551 hectares “tomados” pela agricultura, em média por cada ano no município. Esse fator influência diretamente em mudanças no preço do arrendamento e na oferta de áreas para criação de bovinos. Como já comentado, propicia inúmeros desafios aos camponeses em continuar produzindo alimentos e seus meios de vida.

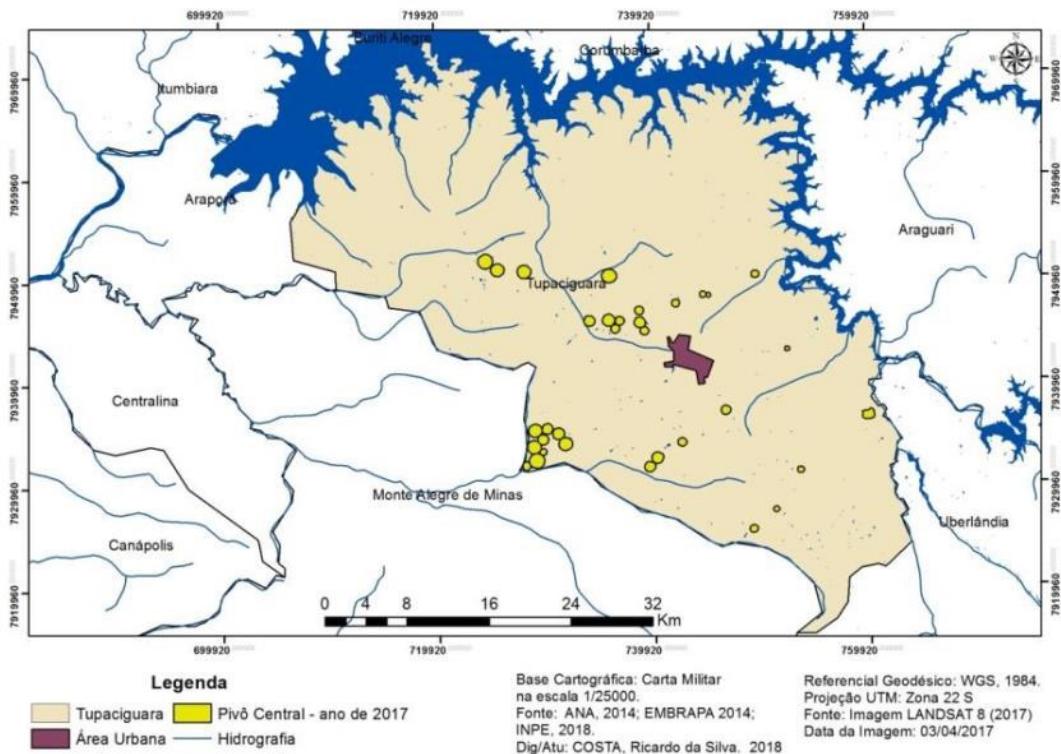
No município de Tupaciguara, com o aumento das atividades agrícolas, acarretou na alteração das paisagens e com isso o surgimento daquilo que chamamos de paisagem agrária. Devido à modificação das paisagens as relações sociais e práticas sociais sofreram alterações, por exemplo, a dificuldade em se locomover utilizando animais de tração, como cavalo.

No contexto das metamorfoses ocorridas nas paisagens do campo destacamos “novas tecnologias” como a utilização de pivôs centrais (Mapa 25). Os pivôs acarretam metamorfoses socioespaciais como, por exemplo, o “desconforto hídrico<sup>175</sup>” para as pessoas que vivem nos lugares cercados, pelas grandes lavouras.

---

<sup>175</sup> Utilizamos essa expressão, pois, o uso de pivô demanda grande quantidade de água e com isso a disponibilidade hídrica a jusante do pivô é afetada, o que acarreta em diminuição de cursos d’água causando grandes preocupações para os camponeses.

Mapa 25 – Localização dos pivôs centrais no ano de 2017 no município de Tupaciguara – MG.



Analisando o mapa 25 identificamos 33 pivôs centrais, os quais ocupam 2.556,387 hectares, relacionando o quantitativo de hectares com o consumo hídrico, chegamos ao consumo total de 15.338.322,48 m<sup>3</sup> anual<sup>176</sup>. Levantamos a questão sobre o uso dos recursos hídricos, será que eles passam por uma gestão democrática? Importante que o Estado se envolva para que seja possível uma adequada utilização desses recursos, pois, é de extrema importância o conhecimento sobre a oferta e a demanda hídrica e assim os camponeses/e as comunidades não sofram com a falta d'água.

Essa possível escassez de recursos hídricos é uma das adversidades acarretadas a partir do aumento das áreas ocupadas pelo agronegócio. Nessa perspectiva compreendemos que as identidades dos camponeses reforçam a continuidade da vida em meio às paisagens transformadas. A identidade manifesta-se, por exemplo, para os camponeses resolverem seus problemas de existência, e atrelados a eles, comparecem as suas resiliências.

<sup>176</sup> Segundo Sano, et al (2005), o consumo de água do pivô central é de 6.000 m<sup>3</sup> por hectare.

Vale reforçar que as memórias relacionadas às paisagens decorrem da capacidade dos camponeses cultivarem seus vínculos territoriais com o espaço vivido. Desse modo, no capítulo 4, a paisagem será considerada como categoria de análise geográfica importante para decifrarmos os processos socioprodutivos que fundamentaram a reocupação do espaço rural e as reações camponesas. Além do fato de analisarmos as paisagens físicas a partir do aumento das lavouras canavieiras, será trabalhada a questão da resiliência, analisando as práticas sociais dos camponeses de Tupaciguara.

## 4 - RESILIÊNCIA NAS PRÁTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS DE TUPACIGUARA – MG.

Nesse capítulo, o enfoque são as habilidades dos camponeses em se reerguerem dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do processo de reocupação das áreas agricultáveis de Tupaciguara, ocorrida a partir da década de 2000.

Assim, observando as relações familiares, fomos compreendendo que os camponeses estão sempre apreendendo e ensinando, bem como promovendo inovações, recriações em seus processos e relações socioprodutivas.

Segundo entrevistado 5:

Os meninos aprendi a lidá com o pai e com o avô, já as meninas aprende com a mãe [...] quando era criança acordava cedim pra ir pra roça [...] acordava por vorta das 5 da manhã, aí nós comia um arroz e partia pra roça, lá pela 10 da manhã nós voltava pra almoçá e lá pela uma da tarde voltava pra roça [...] quando eu tinha uns 10 anos eu ficava perto do meu pai e ele dava uma enxada pequena e eu ia capinando, ele ia conversando e falando como era as coisa da roça [...] e essa foi a minha vida até ter a minha família (Informação Verbal)<sup>177</sup>.

Essa fonte de inspiração vinda dos mais idosos permite ao camponês apreender as especificidades das lidas no núcleo familiar desde cedo, e com isso eles se tornam menos dependentes. Observamos que o camponês valoriza muito o passado, para desenvolver os seus projetos.

De acordo com o entrevistado 11:

Se ocê não aprendê a mexê com as coisa da roça [...] fica muito difícil. A gente aqui tem que sabê fazê um poquim de tudo [...] nós não tem como pagá um companheiro toda vez que precisa de arrumá uma coisa [...] nosso pai ensinô nós

---

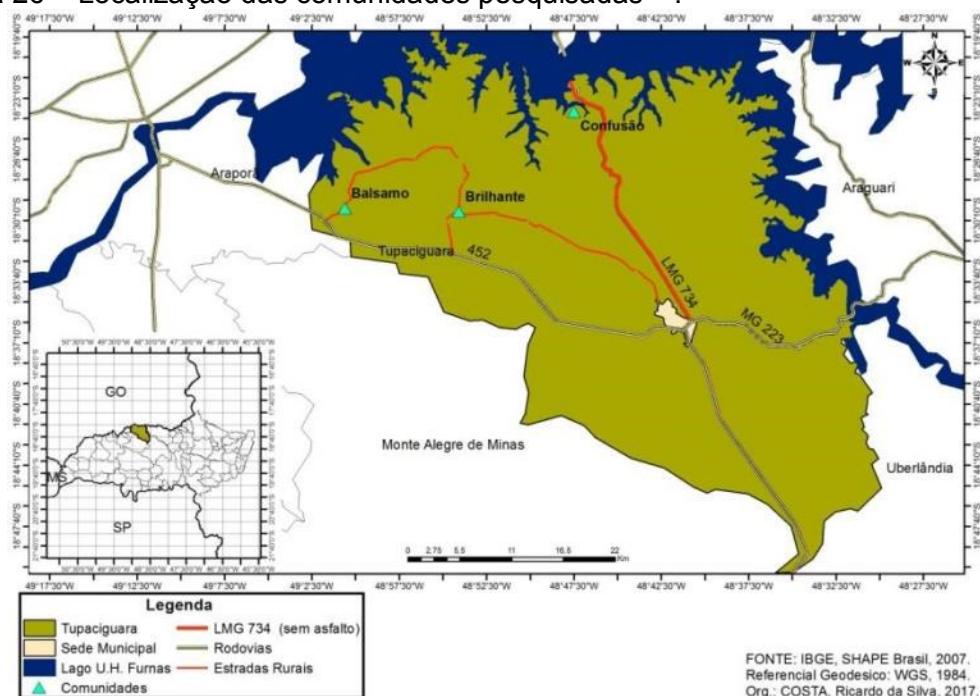
<sup>177</sup> Entrevistado 5. Observa-se que a socialização camponesa começa muito cedo. Ela ocorre quando o camponês é criança, principalmente no trabalho.

fazê cerca, arrumá cano d'água, isso tudo nós aprendeu quando nós era criança [...] além disso foi ele que ensinô a fazê a cachaça e ele aprendeu com o pai dele agora vou ensiná pro meu filho<sup>178</sup>.

A fala do Camponês 11 permite a comparação do uso dos resíduos, que nesse caso é o conhecimento, o qual advém de seus ancestrais. A partir do momento que o camponês aprende a fazer cachaça, reformar e construir cercas ou outras lidas ele deixa de depender de outras pessoas para auxiliá-lo no dia a dia. Além desse entrevistado, outros camponeses buscam nas suas experiências de vida referências para continuar vivendo no campo e em comunidade.

Os trabalhos de campo se efetivaram nas três comunidades rurais (mapa 26) localizadas na área rural do município de Tupaciguara, e nelas entrevistamos um total de 30 camponeses. As comunidades do Bálamo e do Brilhante possuem um aglomerado de casas, bares, capelas (católica e evangélica) a segunda possui um ponto de atendimento na área da saúde mantido pela prefeitura. Já a comunidade da região da Confusão possui apenas uma capela.

Mapa 26 – Localização das comunidades pesquisadas<sup>179</sup>.



<sup>178</sup> Entrevistado 11. Para o camponês é fundamental aprender a fazer as coisas na roça. É fundamental para ele saber fazer e não criar dependências, como por, roçar o pasto.

<sup>179</sup> Fotografias das capelas no capítulo 1.

Estas comunidades foram selecionadas devido aos modos de vida dos moradores e também pela sua importância para o município de Tupaciguara. A comunidade do Bálamo tem sua história atrelada ao espiritismo em Tupaciguara, o qual teve como origem um grupo de pessoas, organizado pelo Sr. Onofre de Almeida Novaes, em maio de 1905, no espaço rural, região do Muquém, atual Bálamo.

Com a definição das posses, as pessoas foram formando o povoado, ao contrário dos outros arraiais que circundam o município. Segundo documentos da Prefeitura de Tupaciguara a comunidade do Bálamo ergueu-se em torno da fé Espírita, doutrina codificada pelo francês “Allan Kardec”. O topônimo da comunidade deriva do fato de haver várias árvores denominadas “Bálsamos” à beira de um córrego. No povoado do Bálamo, além do Centro Espírita, já houve sanatório e dispensário<sup>180</sup>, que atendiam as pessoas de diversas localidades da região.

Já a comunidade do Brilhante foi fundada nos preceitos católicos. Segundo documentos examinados na Prefeitura de Tupaciguara a comunidade tem esse topônimo devido a um boi carreiro cujo nome era “Brilhante”, tido em alta estima por seu dono, morto naquela localidade, enquanto transportava carga de mantimentos.

Entre 1943 e 1949, grandes disputas entre Deputados mineiros e goianos foram travadas. Os goianos defendiam que a nova capital Federal fosse construída no Planalto Central, enquanto mineiros defendiam a ideia de que o Triângulo Mineiro, mais precisamente o município de Tupaciguara, abrigasse a Nova Capital do País, a partir de documentos disponíveis na biblioteca do congresso criamos o mapa 27.

---

<sup>180</sup> Estabelecimento ou instituição benéfica que presta gratuitamente serviços médicos, oferecendo os medicamentos prescritos.

Mapa 27 – Localização da área proposta por deputados Mineiros para Distrito Federal no Triângulo Mineiro.



Tupaciguara e a região do Triângulo Mineiro perderam, nas negociações gerenciadas pelo presidente da república, Juscelino Kubitschek. E com isso a região submergiu para o planalto central pela diferença de 1 voto, sendo 6 votos contra a localização e 5 a favor. A sede “da nova” capital seria onde hoje abriga a comunidade Brilhante como podemos observar no mapa 27, no entanto, a área territorial “da nova” capital não abrangeria apenas o município de Tupaciguara. Ela aglutinaria parte dos municípios de Araguari–MG, Uberlândia–MG, Tupaciguara–MG (na data do levantamento Araporã ainda era distrito de Tupaciguara), Monte Alegre de Minas–MG, Nova Aurora–GO e Corumbaíba–GO.

A comunidade Confusão está localizada próxima ao lago da represa de Furnas. A comunidade em 2018 estava fisicamente “extinta<sup>181</sup>”, o que restou da comunidade foi uma capela (Fotografia 40) e casas em fazendas próximas. Segundo relatos de moradores, a comunidade tem esse nome devido à

<sup>181</sup> Extinta no sentido de não haver aglomerados de casas, comércios, pois ainda existem as festas, os padroeiros, a religiosidade católica.

existência de três bares muito próximos uns dos outros e sempre que as pessoas se reuniam em grande quantidade, estabeleciam-se confusões. Assim, o topônimo confusão foi instituído para dar nome à região.

Fotografia 40 – Capela da Comunidade da Confusão – localizada no alto de um afloramento de rochas tapiocangas.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2016.

Os bares fecharam devido à criação do lago da Usina Hidroelétrica de Furnas. Anteriormente à formação do lago artificial era possível ir de Tupaciguara até Corumbaíba por estradas vicinais, sem passar por Araporã ou mesmo por Araguari.

Com a diminuição de pessoas transitando pela região, a vida na comunidade foi ficando cada vez com menos gente. Em 2018 restavam a capela e as casas de fazenda. Apesar das dificuldades a capela ainda é frequentada pelos moradores remanescentes das velhas fazendas, os quais toda primeira sexta feira do mês se reúnem para rezar e cumprir com seus

compromissos religiosos. Após a reza as pessoas se reúnem na sede da fazenda para jantarem e para conversarem sobre a vida.

Apesar das reuniões serem sempre na mesma casa, as famílias se reveza no oferecimento de alimentos e bebidas. Destaca-se que não há consumo de bebida alcoólica, apenas refrigerantes e sucos.

Nestas reuniões percebemos que mesmo sem algumas instituições, nesse caso a Igreja Católica, a qual não disponibiliza o padre para celebração de missas na região, as pessoas devotas das santidades católicas, conseguem estabelecer formas de continuarem com sua fé e religiosidade<sup>182</sup>.

Nas comunidades observamos que os camponeses se visitam e se relacionam a partir dos eventos que ocorrem na capela<sup>183</sup>. Os encontros e reuniões dos camponeses servem para nutrirem entre si, as relações de ajuda mútua. Elas se revigoram ainda nas redes sociais de parentesco, amizades e em certa medida nas práticas comunitárias de orientação católica. De acordo com Santos e Kinn (2009)

[...] as relações entre vizinhos definiram as condições de se obterem produção e produtividade, principalmente na pecuária e na subsistência, e neste processo geraram habilidades, técnicas e compromissos sociais mais ou menos territorializados nos domínios das suas respectivas comunidades (SANTOS; KINN, 2009, p.58).

Nas relações de vizinhanças, quem mora ao lado ou faz parte das tais redes sociais tornaram as instituições; Igreja e escola, pontos estratégicos para espacializar as suas relações sociais, dando conteúdo às suas territorialidades. Raffestin (1993, p. 159) ressalta que a territorialidade “é um conglomerado múltiplo do “vivido” territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade”.

No conjunto dessas abordagens destaca-se a territorialidade como concretização das relações sociais em dado espaço, envolvendo os seus sujeitos, instituições, seus elementos culturais materiais e símbolos. Desse

<sup>182</sup> No capítulo 1 foi discutido com mais ênfase a questão sobre a religiosidade.

<sup>183</sup> Com mais intensidade nas comunidades do Brilhante e Confusão. Na comunidade do Bálamo o encontro ocorre mais intensamente na mercearia.

modo, compreendemos que a territorialidade é reconhecida na área de estudo, principalmente a partir dos valores humanos que se (r)estabelecem na incorporação das relações econômicas e culturais que mantém os camponeses em seu território.

Ao considerar o Território, o autor Saquet (2007), entende que, “o território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação; a natureza não transformada”. Milton Santos explica:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam. (SANTOS, 2004, p. 22).

Os camponeses utilizam o espaço para criarem seus territórios, comparecendo, neste processo elementos importantes do seu modo de vida, principalmente a resiliência.

De acordo com o entrevistado 30:

A gente vai ficando por aqui, vai plantando, vai colhendo, um dia não é igual ao outro. Daí a gente acha que melhora [...] Aqui é o lugar da gente, a gente nasceu aqui, a gente aprendeu a continuar vivendo, se nós saí daqui vai pra onde? Pra cidade onde tem muita coisa que não presta [...] é melhor ficar onde conhecemos todo mudo do que saí pra lugar desconhecido. Uma hora as coisas vai melhorar pra nós aqui da roça (Informação Verbal)<sup>184</sup>.

As pessoas das comunidades delimitam e definem o seu território a partir do momento em que eles se entendem como do lugar. Neles se juntam para manter a cana “mais afastada”, não arrendando suas terras para cultivo de cana.

Reforçando a ideia de Milton Santos sobre o conceito de território, o autor Haesbaert (2006), entende que “O território, de qualquer forma define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”.

---

<sup>184</sup> Entrevistado 30. A permanência camponesa implica estar ativo, produtivo e vinculado ao lugar.

Segundo Haesbaert (2005),

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Na área de estudo, os camponeses criam relações sociais reinventando formas de ajuda mútua para que o seu território não seja impactado e fragilizado frente à expansão do setor sucroalcooleiro.

Segundo o entrevistado 20:

Eu gosto daqui porque nós sabemos quem é todo mundo, aqui não tem perigo de bandido [...] quando a gente precisa de alguma coisa o vizinho já vem ajudá. Pode se pra fazê um silo, uma cerca [...] mais se ele precisa também nós tá pronto pra ajudá, e como dizem, uma mão lava a outra [...] mais com a cana agente fica com o coração apertado (Informação Verbal)<sup>185</sup>.

De modo inclusivo as famílias vão descrevendo o sentido de pertencimento. Isso gera razões pelas quais as famílias permanecem e vão escrevendo um texto na paisagem que ao mesmo tempo em que indica seus vínculos territoriais, revela os seus envolvimentos sociais para manutenção do território.

Almeida (2005) comprehende que “o território responde, em sua primeira instância às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam”.

A permanência dos camponeses é um processo que ao mesmo tempo em que impõe mudanças, reivindica a (re) inclusão de diferentes, pode ser novas e velhas formas sociais no espaço, não apenas para participarem da reprodução em geral da comunidade, mas para existirem e se afirmarem na diferença.

Diferentes, por exemplo, na forma como conduzem seus processos produtivos. Os camponeses em estudo utilizam a mão de obra familiar, fazendo

---

<sup>185</sup> Entrevistado 20. Gostar do lugar e defendê-lo nasce e se revigora nas relações que os camponeses conseguem estabelecer e nutrir entre si.

com que aquele recurso que seria gasto com o pagamento de funcionário seja convertido em recursos para viabilizar seus projetos. Observamos no campo que os camponeses trabalham cerca de 14 horas por dia, e que esse excedente (6 horas em relação a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), apesar de desgastante aos olhos da sociedade não é visto da mesma forma pelos camponeses.

Segundo o Entrevistado 3:

Aqui tem que acordá bem cedo, nós levanta para tirá leite, tem que sempre ser no mesmo horário se não as vacas sentem e adoecem os peitos, ai quando nós acaba de tirá leite nós põe trato pras vacas [...] depois nós dá uma olhada e trata dos outro bichos [galinha, porco], aí nós armoça, faiz um quilinho, toma um café, aí nós dá uma volta nos pasto pra vê como está os bicho sorteiro [...] volta lá pelas 3 da tarde pra tirá leite, aqui nós tira leite duas veiz, depois do leite trata das vacas e vai dar uma olhada no gado solteiro [...] a vida aqui é corrida, mais é bem melhor que vivê na cidade ou trabaíá pro zoto (Informação Verbal)<sup>186</sup>.

Percebe-se na fala do entrevistado que o dia a dia é bem corrido, no entanto, inferimos também a satisfação do camponês em trabalhar para si e para à família. O trabalho mesmo que em grandes quantidades de horas diárias faz com que o camponês se sinta “vivo”. Assim, para ele, isso é uma forma de incluir a família e a comunidade no atendimento das demandas da vida.

Essa estratégia ocorre, quando o camponês busca cada vez mais reorganizar o lugar onde vive com a família ou aprimorar o bem estar dos familiares. Essas atitudes influenciam na forma em que eles tratam de seus rebanhos. O manejo é melhorado principalmente a partir do uso de bezerros na lactação, deixando de utilizar medicamentos, como por exemplo, ocitocina<sup>187</sup>. Em 2018 fazendas “profissionalizadas” na lactação não utilizam mais o bezerro

<sup>186</sup> Entrevistado 3. As demandas da vida camponesa são respondidas a partir do trabalho.

<sup>187</sup> Segundo a bula do remédio veterinário UCB VET, A Ocitocina Forte tem ação sobre a musculatura da glândula mamária e promove o aumento das contrações musculares dos alvéolos e canais galactóforos, favorecendo a descida do leite e auxiliando no tratamento e prevenção de mastite, por contribuir com maior fluxo e esgotamento total da glândula mamária, pela eliminação do leite residual. Também promove o aumento das contrações da musculatura uterina e está indicada nos casos clínicos de retenção de placenta e atonia (insuficiência contrátil).

para descer o leite das vacas, utiliza a ocitocina para realizar “o mesmo procedimento” do bezerro.

Outra transformação no manejo dos animais ocorre no melhoramento da alimentação. Dispondo de melhores condições técnicas, ocorre o cultivo das pastagens e com a fabricação de silos o rebanho fica bem alimentado. Mesmo sendo medidas simples, eles acabam reduzindo o uso das áreas úmidas no tempo da seca.

Segundo Santos; Costa (2017):

As ocupações das áreas úmidas e férteis do cerrado pelos camponeses são recorrentes e se justificam a partir de suas práticas socioculturais materiais e imateriais das mais diversas formas. Nas propriedades daqueles sujeitos comparece todo um conjunto de saberes e fazeres decorrentes do emprego do trabalho familiar, das relações de vizinhança, das sociabilidades relacionadas às suas práticas produtivas, culturais e religiosas (SANTOS; COSTA, 2017, p.40).

Contudo, apesar do uso das áreas úmidas (nesse caso refere-se às Áreas de Preservação Permanente<sup>188</sup> – APP) fazerem parte da tradição e do cotidiano dos camponeses esse uso encontra-se vedado pela legislação ambiental. Assim, esse processo de proibição do uso das APP impõe aos camponeses desta parte do Cerrado, o uso clandestino e mesmo a ilegalidade desta prática.

Destarte, há várias tensões que não são resolvidas e que necessitam da ação ou mediação do estado para que se viabilizem novos arranjos sociais. Alias, é preciso considerar as reações dos camponeses frente às determinações dos grandes empreendimentos, nesse caso em especial o setor sucroalcooleiro.

Tomando-se como referência a expansão da cana-de-açúcar, no conjunto em que se reporta a ação do capital sucroalcooleiro no campo, observa-se que os camponeses se apresentam como portadores e executores de lógicas

---

<sup>188</sup> Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

sociais baseadas em saberes e fazeres tradicionais. Essas lógicas contribuíram para questionarmos sobre as imposições tecnológicas e socioeconômicas que fomentam a reprodução linear dos capitais investidos nas grandes lavouras de cana-de-açúcar.

A substância socioterritorial revelada na análise sobre a expansão da cana-de-açúcar coloca, além da necessidade de investigar as condições e o sentido da existência do camponês, as possibilidades das forças sociais locais da comunidade rural, de reivindicarem direitos, e assim levar ao entendimento das suas capacidades e habilidades de reforçarem seus vínculos territoriais.

Segundo Kinn (2010)

[...], a sua relação com as novas atividades pode significar, no limite, uma forma particular de uso do espaço, não apenas com sua existência física, material e produtiva, mas simbólica e com importantes implicações na redefinição dos seus vínculos territoriais (KINN, 2010, p. 39).

Assim, a identificação dos seus vínculos territoriais pode fortalecer o entendimento das estratégias sociais e culturais que sustentam as permanências dos camponeses no cerrado.

De acordo com o pensamento de Heidrich (2004):

[...] resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida; [...] a consciência do espaço refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH, 2004, p.63 - 56).

Das relações sociais e valores humanos envolvidos e presentes na constituição dos territórios camponeses é preferível tomamos como pressuposto de análise que, cada uma destas relações no espaço expressa suas particularidades, na medida em que indicam que o território é relativo e relacional. Pois:

[...] o espaço social se constitui como uma recriação realizada sobre o seu primado, o espaço anterior. Como criação e recriação, é objeto de contínua transformação, à medida que

incorpora novas propriedades e condições advindas da ação social. Sucessivamente a humanidade tem criado novas configurações que se acrescem ao espaço e alteram a condição de vida social e tais recriações implicam no aparecimento de mudanças na sua própria relação com o espaço. Essa dinâmica pode ser entendida pela constituição de vínculos territoriais. Os vínculos territoriais se fazem por aquilo que se consegue realizar externamente, por onde cada um pode se relacionar com o outro (HEIDRICH, 2006, s/p).

No campo também observamos que os encontros comunitários, podendo ser de caráter religioso ou de caráter social (reuniões familiares, entre vizinhos), recriaram vínculos territoriais entre camponeses com os seus lugares.

A partir desse movimento, os camponeses agem reforçando as relações entre vizinhos, fazendo surgir alguma forma de mutualismo comunitário. Os vínculos territoriais nos indicam também a forma da produção dos meios de vida as quais são definidas e baseadas em diferentes lógicas e temporalidades sociais.

Não obstante, mesmo sendo o conceito de vínculos territoriais uma articulação de posse, uso e representação do espaço, procuramos analisar ainda a junção de outros conceitos, principalmente de paisagem e lugar, os quais foram importantes para compreendermos os camponeses a partir das práticas.

#### **4.1. HABILIDADES CAMPONESAS NO PROCESSO DE PERMANECER NOS LUGARES TENCIONADOS PELO SETOR SUCRALCOOLEIRO**

A monocultura da cana-de-açúcar, praticada em Tupaciguara e região caracteriza-se pela aplicação de alta tecnologia. Desse modo, as práticas produtivas vão acontecendo de forma a não absorver mão de obra do lugar.

Em verdade os trabalhadores empregados na monocultura da cana são em grande parte migrantes, vindos principalmente da região Nordeste do País. Além disso, a ação (re)produtivista dos capitais investidos acaba afetando material e imaterialmente as paisagens rurais, pois ao retirar as sedes de fazendas, cercas e criar um espaço homogêneo, acaba eliminando as rugosidades do passado.

De acordo com Santos (1986):

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades fornecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma decisão de divisão internacional de trabalho, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 1986, p. 138).

Para analisar a condição do camponês foi necessário levar em consideração o seu modo de vida e relações sociais que potencializam as suas vidas nos lugares. A preocupação em estudar o camponês em situação de tensão decorre da sua perseverança e capacidade de incorporar o moderno e o antigo no seu processo de existir no Cerrado Mineiro (Fotografias 41 e 42).

Fotografia 41 – Propriedade rural no município de Tupaciguara 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2017.

Na fotografia, observamos o novo (trator) em primeiro plano e o velho (casa, costumes de cultivar comida no quintal) em segundo Plano.

Fotografia 42 - Propriedade rural no município de Tupaciguara 2016 .



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2016.

Na fotografia, observamos o novo (caminhão tanque de leite) em primeiro plano e o velho (casa, costumes de cultivar comida no quintal) lado esquerdo e do lado direito o velho (carroça de tração animal).

Ao observar as paisagens de entorno das residências descobre-se que o camponês continua produzindo os seus meios de vida, ao mesmo tempo em que incorpora tecnologias. Assim, consideramos que esses agricultores são contemporâneos de um tempo e dum espaço envolvidos em processos que tendem a eliminação das rugosidades sociais/culturais, mas mesmo assim não rompem com suas lógicas e temporalidades sociais.

No espaço de expansão/reprodução do setor sucroalcooleiro encontram-se lógicas e temporalidades sociais que principia ainda a existência de um modo de vida ritmado pelo manejo do gado criado extensivamente. São formas de ser de pessoas que vivem, em parte, as novas determinações, principalmente do mercado, e em parte, criam estratégias que envolvem novas tecnologias e relações com as vizinhanças.

Vive-se na prática, processos acelerados de mudanças, onde os usineiros reocupam o espaço, transformando as pastagens em imensas

lavouras de cana-de-açúcar. Os usineiros não trazem consigo apenas as lavouras, mas transmitem ao espaço seus interesses que acabam tencionando os modos de vida dos camponeses, os quais na prática vão sendo encravados nos seus próprios territórios. Essa tensão proporciona o desenvolvimento desigual nos territórios do município.

Segundo Martins (1989):

A questão do desenvolvimento desigual é complicada, [...] é que o desenvolvimento desigual não é meramente econômico. O desenvolvimento desigual era proposto pelos clássicos como um desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Anuncia possibilidade que não se realiza no plano social (MARTINS, 1989, p. 14).

Reforçando a ideia Damiani (1999) coloca que:

A lei do desenvolvimento desigual é primordial no exame do cotidiano. A cotidianidade é produzida também pelo modo de produção, não lhe é alheia, nem marginal, embora seja desigual a outros setores, momentos e situações dessa forma de produzir. O cotidiano, como simulacro da vida plena, assim modelado, permite ao modo de produção funcionar. Só é possível compreendê-lo dessa forma se admitirmos que o avanço do processo produtivo atinge inúmeros momentos da vida social, num processo de reprodução ampliada, que torna necessário essa expansão (DAMIANI, 1999, p.163)

Considerando os pressupostos teóricos, acerca de desenvolvimento desigual para pensar a existência camponesa, podemos identificá-lo na redefinição de territórios e nas transformações do espaço. Desta forma, demonstrando uma conceituação que possui um caráter abrangente, pois consegue englobar amplas formas e conteúdos relativos às dinâmicas dos modos de vida camponeses.

Assim, consideramos as formas com que antigos costumes, hábitos são restabelecidos para operarem as novas tecnologias e criarem alternativas socioprodutivas. Logo, entendemos que essas modificações ocorreram como processo, aonde o avanço do setor canavieiro vem, como tendência, causando diversas tensões ao propor e executar a linearização do tempo, fazendo surgir no espaço, paisagens que se opõem ao modo de vida camponesa.

A persistência do camponês começa a ser notada quando adentramos para além dos canaviais que margeiam as rodovias e as estradas principais. Nos lugares mais distantes das rodovias percebemos que para além delas, ainda existem agricultores que praticam uma agricultura em pequena escala, e que as pessoas continuam criando e também recriando as suas condições materiais e imateriais de existência.

Nos lugares vividos aqueles agricultores desenvolveram estratégias que envolvem as suas capacidades de se reorganizarem, gerando formas de colaboração entre si e que comparecem como defesa dos seus territórios. Assim, mesmo não cultivando cana, encontram-se envolvidos em um processo de redefinição que lhes impactam social e ambientalmente, principalmente em relação à permanência nos lugares.

Nessa perspectiva,

[...] há um processo de valorização do espaço, implícito nas relações sociais, o qual, necessariamente, tem que se territorializar para permitir alguma apropriação. Assim sendo, a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação sócio espacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (territórios do uso), sejam quais forem as separações ou, o grau de exclusão que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade (SEABRA, 2004, p.186).

A espacialidade é explicada por intermédio da organização dos grupos sociais onde se destaca as características de um modo de vida que se reelaborou no enfrentamento das tensões. Seguramente, resultante de articulações políticas, representadas nos lugares, como criações de sujeitos que reconstruíram os seus territórios em função de suas necessidades, interesses ou preferências. Nos territórios dos camponeses de Tupaciguara, a presença da grande empresa capitalista, principalmente no arrendamento de terras gera inúmeras contradições e inseguranças.

Na esfera das contradições, Kinn (2010) afirma que:

[...] Diferentemente de pensar somente as contradições do capitalismo e de suas imposições ao espaço, há que se pensar nas mudanças sócio-espaciais, elas podem ser usadas em benefício de outros sujeitos (que não os agentes do capital), e serem territorializadas e expressas por esses sujeitos como parte do seu modo de vida (KINN, 2010, p. 31).

Nessa perspectiva, Seabra (2004) afirma que

[...] Fato é que contradições não resolvidas foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência de uns e outros. Elas [as contradições] impõem, no âmbito do vivido, estratégias e lutas à sobrevivência [...] porque, para permanecer [...], há que ser aquele que usa, que delimita territórios de uso. (SEABRA, 2004, p.183).

Desse modo, foi possível realizar a leitura sobre a vida cotidiana, a qual contemplou o seu dinamismo exposto em seus arranjos socioprodutivos.

Segundo Santos, M (2009),

[...] vida cotidiana abrange várias temporalidades simultaneamente presentes, o que permite considerar, paralela e solidariamente, a existência de cada um e de todos, como, ao mesmo tempo, sua origem e finalidade. (SANTOS, 2009, p.127).

As práticas sociais, expressas no interior das comunidades, estão relacionadas ao modo de vida dos camponeses, pois mesmo com a inserção de novas tecnologias, novos cultivos, o ritmo das relações entre vizinhos não se uniformiza. Elas representam influências da comunidade e de resiliência manifestada nos lugares, na vida cotidiana. As combinações entre o antigo e o novo que se expressam na vida cotidiana dos camponeses nos auxiliaram no processo de análise e compreensão dos jeitos com que as famílias conduzem os seus projetos socioprodutivos.

Ademais, a condição do camponês não se constitui em um fato isolado do território das suas comunidades rurais, pois é uma existência associada às suas formas de ser. Os camponeses existem de forma diferente daquilo que lhes subordina, pois fundamentalmente a sua existência decorre das contradições do próprio capital. Nessa perspectiva as diferentes formas de se relacionar com o mercado podem ser expressas no território a partir das suas estratégias sociais e produtivas, flexionadas e dinamizadas no âmbito da sua

própria cultura. A esse respeito, destacam-se as ideias de Paul Claval (1999) sobre a institucionalização cultural do indivíduo<sup>189</sup>, considerando que:

[...] se aplica aos sistemas de relações cada vez que estes fazem referência à riqueza, ao poder e ao prestígio, e desta forma afetam o funcionamento da sociedade. Desta maneira, o enfoque cultural se converte em indispensável para compreender a arquitetura das relações que dominam a vida dos grupos. Este enfoque renova a geografia social. Ilumina a vida econômica, na medida em que põe em evidência as finalidades perseguidas pelas famílias ou pelas empresas: suas lógicas dependem da maneira como se estruturam e dos valores que os guiam (CLAVAL, 1999, p. 28).

Os valores camponeses estão vinculados à família e à terra como seus patrimônios. Assim, os camponeses conseguem escapar “das redes” do mercado recorrendo a estratégias de baixo custo, no caso a ajuda mútua como relação social antiga, o que lhes possibilita o arrefecimento dos gastos envolvidos, por exemplo, na produção de leite.

Quando se pensa a cultura, a questão dos valores humanos, ressaltando o modo de vida do camponês, na propriedade familiar, indica que as satisfações das suas necessidades sociais fizeram com que eles mantivessem vivos alguns dos espaços produtivos tradicionais, importantes aos propósitos da economia familiar de fartura e das suas estratégias de vida. Compreendemos que não se trata apenas de se obter produção, mas de um modo de vida que se articula com o antigo e o novo para gerar saídas às indeterminações do mercado. Contudo, os camponeses reconhecem o desaparecimento do cultivo de vários alimentos e de relações socioculturais que os sustentavam.

Segundo entrevistado 27:

Aqui teve uma época (década de 1960) que tinha muita coisa, nós plantava arroz perto das águas, tinha algodão, melancia, mandioca era aquele tanto de gente no campo, cada um mexendo com uma coisa [...] agora se num vê um pé de arroz, nem pra fazê remédio, sumiu tudo [...] (Informação Verbal)<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> Observamos institucionalização cultural do indivíduo na nossa área de estudo principalmente no momento em que um vizinho (possui um trator), ajuda os outros vizinhos a fazerem silos para alimentarem o gado.

<sup>190</sup> Entrevistado 27. A fala destaca com entusiasmo a existência de uma época em que a produção diversificada do alimento era fundamental para a vida camponesa.

Percebe-se no relato do camponês uma memória do passado, onde se tinha diversidade de cultivos alimentares e pessoas envolvidas. Corrobora o entrevistado 7.

Aqui na região do Bálamo tinha muita plantação de melancia, eu mesmo plantei muito tempo, mais aí o preço ficô muito ruim, teve um tempo que a gente quase tinha que pagá para o povo buscá nossa melancia, aí nós desistiu de mexê [...] no município tinha muita coisa, como o algodão, o tomate [...] (Informação Verbal)<sup>191</sup>

Percebemos na fala do Camponês 7, que o motivo para cessar a produção foi a desvalorização de diversos cultivos. Nas incursões ao campo fomos observando e anotando quais os cultivos faziam parte do modo de vida camponês. E durante as conversas fomos esclarecendo sobre quais os cultivos existiam e quais ainda existem no município, assim foi possível criar uma lista com os principais produtos, considerando os últimos 25 anos (1988/2018), os quais são: Abacaxi; Algodão; Amendoim; Arroz; Cana-de-açúcar; Feijão; Girassol; Mandioca; Melancia; Milho; Soja; Sorgo; e Tomate.

Para complementar as informações coletamos dados do IBGE Sidra desde o início dos anos 1990, para que assim pudéssemos compreender quais produtos deixaram de ser cultivados e quais sofreram alterações no decorrer das safras, assim criamos o quadro 07.

---

<sup>191</sup> Entrevistado 7. A narrativa do declínio de certos cultivos indica que em certo momento, os camponeses sofreram concorrência de outros centros produtores de alimento.

Quadro 07 - Área plantada (Hectares) período de 1990 até 2015 no município de Tupaciguara - MG														
Ano	Abacaxi	Algodão	Amendoim	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Girassol	Mandioca	Melancia	Milho	Soja	Sorgo	Tomate	
1990	40	1.300	0	725	15.000	830	...	20	0	11.500	12.000	250	0	
1991	0	600	0	1.720	15.500	835	...	0	0	14.421	6.500	235	0	
1992	80	600	0	2.370	15.000	690	...	150	0	8.500	11.500	0	0	
1993	80	198	0	930	2.118	730	...	0	0	4.800	12.000	0	0	
1994	200	216	0	1.285	2.100	550	...	40	0	5.500	14.000	0	0	
1995	157	408	0	1.065	4.000	100	...	60	4	5.000	19.200	0	30	
1996	41	0	0	302	3.281	120	...	24	0	6.290	15.070	24	52	
1997	80	273	0	800	3.010	830	...	36	0	5.500	21.520	0	0	
1998	50	1.250	0	100	3.150	306	...	40	0	4.700	24.500	250	62	
1999	32	300	0	500	3.420	270	...	20	0	5.600	24.500	0	50	
2000	0	300	0	500	3.450	145	...	60	0	5.635	24.590	100	0	
2001	0	600	0	600	3.500	535	...	60	0	6.500	23.600	0	475	
2002	0	2.121	0	600	3.190	2.100	...	81	12	6.500	23.600	900	475	
2003	20	2.145	150	250	3.000	1.755	...	90	8	7.000	27.000	1.400	265	
2004	22	1.400	430	270	3.500	1.470	...	100	6	7.500	35.000	1.860	150	
2005	30	1.208	700	270	3.500	800	0	70	5	7.500	33.500	1.210	180	
2006	20	1.100	500	270	4.000	1.600	0	40	0	7.500	30.000	530	200	
2007	20	1.339	625	300	4.020	400	0	40	12	8.000	25.500	0	260	
2008	20	916	960	300	4.020	210	0	40	0	8.000	25.500	4.000	0	
2009	22	920	1.007	300	5.200	121	0	14	18	8.000	26.000	2.440	0	
2010	58	1.445	1.300	150	4.443	476	0	14	18	5.000	30.000	141	0	
2011	57	2.358	1.350	180	8.430	148	640	15	0	5.000	25.000	1.200	0	
2012	35	895	1.350	0	10.884	1.199	246	30	0	6.050	23.000	1.000	0	
2013	59	580	1.365	0	9.208	620	100	50	0	6.000	28.000	3.000	0	
2014	36	231	1.400	0	18.365	260	311	25	0	7.000	29.000	3.000	0	
2015	41	191	1.700	0	11.133	180	813	32	0	5.500	30.000	3.000	0	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2017. Obs.: Os produtos girassol e triticale só apresentam informação a partir de 2005.

Dos cultivos apresentados no quadro 07 os principais produtos cultivados até o ano de 2018 pelos camponeses eram: Abacaxi; Amendoin; Cana-de-açúcar; Mandioca; Milho e Sorgo. Nos sítios dos camponeses, roçados como Cana-de-açúcar; Milho e Sorgo, ainda são cultivados como matéria prima para fazerem silagem e servirem de rações para sustento dos seus animais.

Segundo entrevistado 7:

Eu mesmo planto aqui cana e milho [...] minha terra tem 45 hectares aí eu plantô uns 4 hectare de cana e 3 de milho [...] a cana eu uso pra duas coisa, uma é prá tratá do gado, na época da seca, ela vai servir de volumoso, a outra eu uso pra alambicá e fazê cachaça, agora o milho tem muita utilidade quando tá verde eu chamo a família pra fazê pamonha, pensa o tanto que é bão [...] eu uso pra fazê silo e prá tratá das galinhas e dos porco [...] e o milho também serve pra fazê o fermento pra fazê a cachaça (Informação Verbal)<sup>192</sup>.

Percebemos na fala do camponês a importância de certos cultivos para a continuidade de seu modo de vida. Por exemplo, o milho o qual serve como “ímã” para reunir a família em época de fazer pamonha. Nas “pamonhadas”, festas familiares, o milho passa a ser um cultivo repleto de simbolismos para os camponeses, pois identifica-se na fala do agricultor que a reunião proporcionada a partir da elaboração da pamonha causa “felicidade”. Além da pamonha, o milho é um dos elementos principais para a fabricação do fermento usado na elaboração de cachaça<sup>193</sup>.

Para compreendermos como ocorre a manifestação da resiliência no modo de vida dos camponeses do município de Tupaciguara, partimos para a análise dos vínculos territoriais dos camponeses, tendo como norte os mares de cana presentes nas paisagens rurais do município.

---

<sup>192</sup> Entrevistado 7. Há uma preocupação acentuada do camponês em produzir parte ou a totalidade do alimento do seu rebanho.

<sup>193</sup> Veremos com mais detalhe posteriormente.

#### **4.2. NAVEGANDO NOS MARES DE CANA.**

O município de Tupaciguara tem uma longa história cingida aos grandes canaviais. Desde antes da atual configuração do território do município, a cana já fazia parte das paisagens rurais.

Fazendo uma incursão à história do município, percebemos que Tupaciguara vincula-se aos cultivos de canaviais a partir do ano de 1966, quando foi instalada a primeira usina em seu território, com o nome de “Usina Alvorada”, no entanto nessa época a usina era conhecida como “Açucareira Araporã”.

Em 1972 o grupo “Irmãos Franceschi” saiu do estado de São Paulo e adquiriu a Usina Alvorada. Neste ano a moagem de cana alcançou 350.000 Toneladas.

No ano de 1984 foi instalada outra indústria no município de Tupaciguara, a Destilaria Cachoeira Ltda. Essa empresa encontra-se instalada às margens da rodovia “João Pinheiro”, rodovia que liga o estado de Minas Gerais ao estado de Goiás. No entanto, a rodovia não é asfaltada e não possui uma ponte sobre o Rio Paranaíba, sendo necessário utilizar uma balsa.

No ano de 1992 a Usina Alvorada deixou de fazer parte do município de Tupaciguara. Isso ocorreu devido à emancipação do distrito de Araporã. A partir daquele evento político, a usina Alvorada passou a fazer parte do território de Araporã. Houve uma grande queda na quantidade de cana-de-açúcar produzida no município de Tupaciguara, para enfatizar tal questão reunimos os dados no quadro 08.

Os dados reunidos no quadro 08 apresentam desde as primeiras informações coletados e divulgadas pelo IBGE (1974) até um ano após a emancipação de Araporã (1993). Em 1994, houve a cisão do Grupo Irmãos Franceschi onde os atuais proprietários ficaram com a Usina Alvorada.

Quadro 08 - Área Colhida de cana-de-açúcar de 1974 até 1993

Ano	Cana-de-açúcar: Área colhida (Hectares)	
	Município	
	Araporã (MG)	Tupaciguara (MG)
1974	...	4114
1975	...	3264
1976	...	4400
1977	...	4400
1978	...	4400
1979	...	4466
1980	...	4760
1981	...	5080
1982	...	6157
1983	...	8975
1984	...	9534
1985	...	9719
1986	...	13000
1987	...	13000
1988	...	15360
1989	...	13000
1990	...	15000
1991	...	15500
1992	...	15000
1993	12700	2118

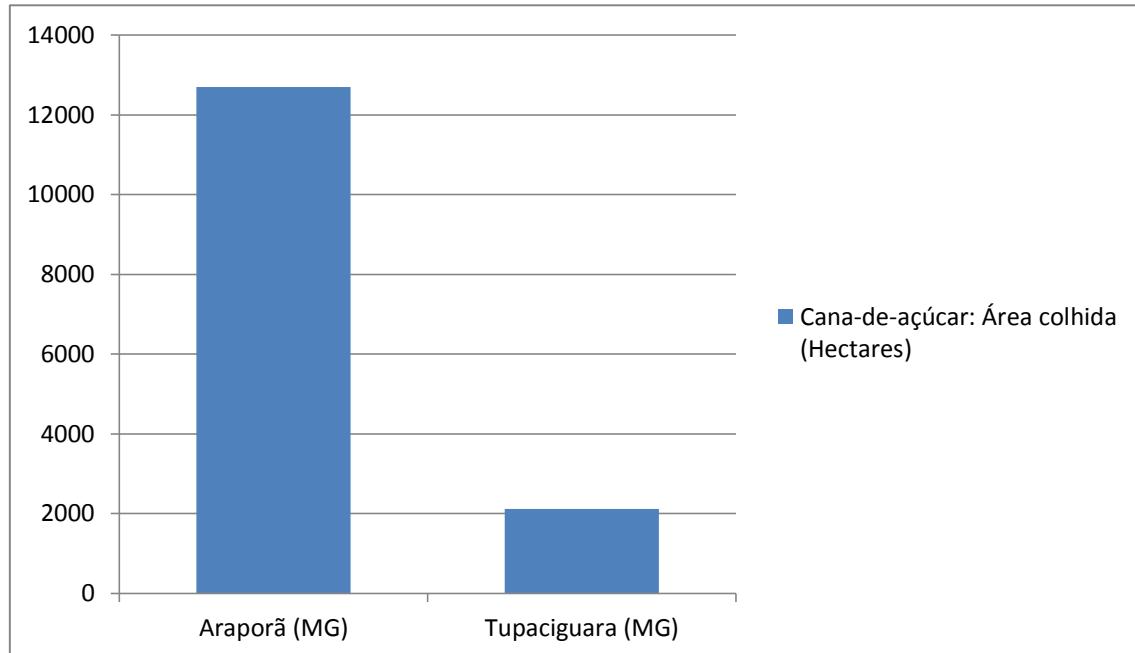
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Observando os dados do quadro 08, percebemos que a área ocupada pelos canaviais ficou, em grande parte, no município emancipado. Em Tupaciguara o cultivo da cana permaneceu restrito a “apenas” 2.118 hectares. Para reforçar os dados exibidos no quadro 08 criamos o gráfico 13.

Observando os dados do gráfico 13 contata-se que o município de Tupaciguara continuou com aproximadamente 14,29% dos canaviais, após emancipação. Apesar da redução da área plantada, a cana ainda ocupava uma grande área. Assim, no ano de 1993, segundo IBGE (2017) Tupaciguara apresentava 2118 hectares, tomado com a cana-de-açúcar. No entanto, a partir dos anos 2000 há uma retomada nos investimentos no setor sucroalcooleiro.

Com o objetivo de esclarecermos o que aconteceu em Tupaciguara, tornou-se relevante fazer uma retrospectiva da situação vivenciada no Brasil e no mundo para depois retornarmos a análise para Tupaciguara.

Gráfico 13 - Cana-de-açúcar: Área colhida (Hectares) - Ano de 1993 nos municípios de Araporã e Tupaciguara



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

No início do ano 2000, em ritmo frenético aconteceu a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no território nacional. Essa expansão aconteceu devido aos altos investimentos de capital privado e de políticas públicas voltadas para autossuficiência energética do país, justificada pela viabilidade ambiental, sustentada pela propaganda de combustível “ecologicamente correto”. Assim se construía um contexto favorável a exploração de “novas” fontes de energia “limpa”.

Segundo Castro (2006)

O setor sucroalcooleiro vive atualmente uma explosão em termos de grande negócio, colocando o Brasil em um seletivo grupo de fornecedores mundiais que irá participar dessa demanda crescente no mundo afora. O setor de cana evoluiu nos últimos anos, introduzindo novas práticas agrícolas e técnicas modernas de processamento. O recente e espetacular interesse mundial pelo álcool - outra importante fonte de energia que poderá substituir o petróleo na produção de combustíveis -, faz com que o Brasil invista na construção de novas usinas de álcool e em pesquisas sobre biodiesel, consolidando importante posição em fontes alternativas de energia. O recente e espetacular interesse pelo álcool combustível brasileiro se deve ao fato de o produto não só ser um alternativo à gasolina, mas, principalmente, pelos aspectos ambientais relacionados ao uso dele pela redução das emissões veiculares, por

não influir no efeito estufa, por ser proveniente de matéria-prima renovável e por ser uma energia não fóssil (CASTRO, 2006, s/p).

Corroborando com a afirmação de Castro (2006) o MAPA<sup>194</sup> (2009) considera que:

O Brasil não é apenas o maior produtor de cana. É também o primeiro do mundo na produção de açúcar e etanol e conquista, cada vez mais, o mercado externo com o uso do biocombustível como alternativa energética. Responsável por mais da metade do açúcar comercializado no mundo, o País deve alcançar taxa média de aumento da produção de 3,25%, até 2018/19, e colher 47,34 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a um acréscimo de 14,6 milhões de toneladas em relação ao período 2007/2008. Para as exportações, o volume previsto para 2019 é de 32,6 milhões de toneladas. O etanol, produzido no Brasil, a partir da cana-de-açúcar, também conta com projeções positivas, para os próximos anos devido principalmente ao crescimento do consumo interno. A produção projetada para 2019 é de 58,8 bilhões de litros, mais que o dobro da registrada em 2008. O consumo interno está projetado em 50 bilhões de litros e as exportações em 8,8 bilhões (MAPA, 2009, s/p).

Devido à importância do etanol, assumida, no cenário mundial, o Brasil assinou acordos de cooperação com vários países como: China, Argentina, Estados Unidos da América. No entanto, o mais promissor foi o Memorando de Entendimento assinado junto aos Estados Unidos da América.

Em junho de 2003, Brasil e Estados Unidos assinaram o Memorando de Entendimento<sup>195</sup> entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento de Energia (DOE) para estabelecimento do mecanismo de consultas sobre cooperação na área de energia. Assim, os projetos desenvolvidos por aquelas instituições passaram a contar com foro específico, em nível ministerial, para tratar da cooperação energética, inclusive em novas áreas tecnológicas como o sequestro de carbono<sup>196</sup> e a economia do hidrogênio<sup>197</sup>.

---

<sup>194</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

<sup>195</sup> Segundo MME Memorando de Entendimento são: atos redigidos de forma simplificada. Têm a finalidade de registrar princípios gerais que orientam as relações entre as partes em planos políticos, econômico, cultural ou em outros.

<sup>196</sup> De acordo com CEPAC: O sequestro de carbono constitui um mecanismo de transferência de carbono da atmosfera para a biosfera (sequestro por biomassa), hidrosfera (sequestro oceânico) e litosfera (sequestro geológico).

<sup>197</sup> Definido como mudança da matriz energética, saída do combustível fóssil e busca por fontes alternativas.

No ano de 2007, Brasil e Estados Unidos da América assinaram o segundo Memorando de Entendimento para pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, o que proporcionou avanços tecnológicos para o setor sucroalcooleiro.

Segundo Benevides (2011):

[...] os dois países se engajaram em parceria inovadora, voltada para projetos bilaterais de pesquisa, cooperação com terceiros países e a estruturação do mercado internacional de biocombustíveis. Dessa forma, no período 2003-2007, o relacionamento no setor de energia elevou-se de patamar restrito à cooperação técnica e às consultas ministeriais sobre temas energéticos até alcançar o status de parceria na área dos biocombustíveis (BENEVIDES, 2011, p. 13).

Com a parceira consolidada, o setor sucroalcooleiro passou a fazer parte do cenário mundial, elevando investimentos e vindas<sup>198</sup> de companhias estrangeiras para o Brasil (Bunge, Texaco, dentre outras) além desse fato, propiciou:

No setor dos biocombustíveis, ao amparo do Memorando de Entendimento de 2007, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos lançaram parceria bilateral, que inclui: a) pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para biocombustíveis de nova geração; b) ação conjunta para promover a produção e o consumo de etanol em países da América Central, do Caribe e da África; e, c) cooperação no âmbito do Fórum Internacional de Biocombustíveis para o estabelecimento de padrões uniformes e normas com vistas ao estabelecimento do mercado de biocombustíveis [...] (BENEVIDES, 2011, p. 14).

Essa busca pela nova geração de etanol, a qual é chamada de etanol de segunda geração, segundo a Petrobrás (2014) “O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento de bagaço de cana-de-açúcar, o que permite um aumento na produção de até 40% sem necessidade de ampliar a área plantada com canavial”. No entanto, essa tecnologia ainda não está em utilização e não contempla todo o território brasileiro, já que ela ainda está em fase de teste e está em execução apenas nas áreas de avaliações da Petrobrás.

Além desses acordos e investimentos entre Brasil e Estados Unidos da América, outro fato importante para o avanço do setor sucroalcooleiro para o interior do Brasil (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso), foi acarretado devido “a grande oferta” de terras propícias para as lavouras de cana-de-açúcar. O que promoveu o desenvolvimento e surgimento de tecnologias, como por exemplo, os veículos

---

<sup>198</sup> O que ocorreu no cenário nacional foi a compra de usinas sucroalcooleiras por companhias estrangeiras. Como por exemplo, a compra da usina Santa Juliana pela companhia norte americana Bunge.

bicompostíveis ou *flex-fuel*. Essa tecnologia foi lançada, no Brasil, em maio de 2003 pela montadora Volkswagen.

O Gol 1.0 foi o primeiro modelo de automóvel *flex-fuel*, produzido no Brasil pela montadora Volkswagen. Devido ao sucesso alcançado, a montadora foi seguida, por outros fabricantes instalados no território nacional. Em meados da década 2000, quase todas as montadoras estabelecidas no Brasil ofereciam a opção de carros com bicompostível, principalmente as montadoras dos carros ditos<sup>199</sup> populares.

A partir do ano de 2015 as motos com menos de 300 cilindradas passaram a ser produzidas com a opção *flex*. As motocicletas acima de 300 cilindradas ainda são a gasolina.

Em 2018, no Brasil, têm-se poucos modelos de veículos na versão apenas a gasolina, esses veículos estão nas categorias *top* de linha ou importados. Eles representam uma pequena parcela do mercado nacional. Como as políticas públicas continuam favoráveis à produção de etanol, eles continuarão sendo produzidos e comercializados no país.

A ação do Estado brasileiro, com seus subsídios, no século XXI, proporcionou as indústrias sucroalcooleiras condições favoráveis para se instalarem em quase todo o território nacional. Nesse mesmo século, principalmente a partir da segunda década, o direcionamento dos investimentos ocorreu para o estado de Minas Gerais. Estado que implantou políticas para o setor sucroalcooleiro, como a isenção de alguns impostos, financiamentos subsidiados, dentre outros auxílios. Segundo a fala do governador, a época, Aécio Neves, em pronunciamento no ano de 2008, disponível no site da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais (2008).

---

<sup>199</sup>Usamos a expressão “dito”, pois, entendemos que, para o automóvel atender a denominação “popular”, sua aquisição deveria estar ao alcance de todos os brasileiros e não custar mais de R\$ 30.000,00, sendo que o salário mínimo de 2018 era de R\$ 954,00, sendo que o trabalhador necessitaria de 32 meses para comprar o carro se não comprar nada, apenas guardar o salário para pagar o carro. Reforçando a ideia “Observando o mercado atual de carros populares, seus preços e acessórios, foi possível verificar o porquê (sic) do futuro do carro popular no Brasil ser incerto. Preços não condizentes com a nomenclatura da categoria, modelos cada vez mais desprovidos de tecnologia, acessórios quando acoplados ao carro, extrapolam o preço de um veículo de categoria mais elevada [...] O projeto de um carro popular que honre o termo, tal como pensava Henry Ford em 1919, onde seu próprio operário era um consumidor em potencial, está longe de ser realidade no Brasil [...]” (LEITE, 2006, p. 108).

Aqui em Minas, os senhores sempre encontrarão um solo absolutamente fértil não apenas para a produção de cana-de-açúcar, mas para ousadias empreendedoras. O Estado se preparou, Minas vive um momento extraordinário de pujança, de crescimento econômico. Foram mais de R\$ 160 bilhões de novos investimentos anunciados no Estado nesse nosso período de governo, com algumas centenas de milhares de novos empregos gerados e uma perspectiva extraordinária para o futuro (Informação verbal)<sup>200</sup>.

Após os investimentos do Estado, segundo o IBGE/SIDRA 2007 a área plantada passou de 496.933 hectares para 715.628 mil hectares cultivados de cana-de-açúcar no ano de 2009. No contexto desse crescimento de área cultivada, várias práticas sociais, costumes, vínculos territoriais e os próprios camponeses foram envolvidos em processos de mutações do espaço com implicações em seus territórios. Trata-se de um processo que segundo KOLARS, J. F.; NYSTEN, J. D., (1974) indica que a

Society operates in geographic space by means of communication and transportation systems. As time passes, society reaches greater and greater levels of complexity through the use of hierarchies and through special handling of materials and messages. It follows that the properties of these systems are important in the conduct of all our activities. Any limitations on the movement of things and thoughts through hierarchies become, in turn, constraints may be physical, institutional and cultural, or psychological. Each type of constraint has spatial characteristics. As technology and human aspirations change, making possible new connections and sometimes closing off old ones, the constraints within the systems also change (KOLARS, J. F.; NYSTEN, J. D., 1974, p.113)<sup>201</sup>.

Como exemplo dessas transformações aceleradas e de relevantes impactos socioespaciais no Cerrado Mineiro, citamos o caso da cultura do algodão que no ano de 2000 ocupava uma área plantada de 19.472 hectares na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo que no ano de 2015, depois de uma década e meia, essa área foi reduzida para 3.687 hectares<sup>202</sup>.

O processo acelerado de reocupação dos solos agricultáveis na região do Triângulo Mineiro também pode ser percebido quando nos remetemos ao cultivo da

<sup>200</sup> Fala do governador Aécio Neves, em pronunciamento no ano de 2008. Disponível no site da secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais.

<sup>201</sup> Tradução nossa: A sociedade opera em espaço geográfico por meio de sistemas de comunicação e transporte. Com o passar do tempo, a sociedade atinge níveis cada vez maiores de complexidade através do uso de hierarquias e através de um processo especial de materiais e mensagens. Segue-se que as propriedades desses sistemas são importantes na condução de todas as nossas atividades. Quaisquer limitações no movimento das coisas e pensamentos através de hierarquias tornam-se, por sua vez, restrições podem ser físicas, institucionais e culturais, ou psicológicas. Cada tipo de construção tem características espaciais. À medida que a tecnologia, as aspirações humanas mudam, possibilitando novas conexões e, às vezes, fechando antigos períodos, as contrações dentro dos sistemas também mudam.

<sup>202</sup> De acordo com IBGE/SIDRA 2010.

cana-de-açúcar. Nesta região, houve importante investimento na instalação de plantas industriais do setor sucroalcooleiro. Em 2010, o Triângulo Mineiro acomodava em seu território 22 usinas funcionando como se pode observar no quadro 09.

Quadro 09 – Usinas cadastradas e funcionando na região do Triângulo Mineiro 2017.

Município	Nome de fantasia	Razão social	Produção Safra
Araporã	Araporã	Araporã bioenergia S/A	Mista
Campo Florido	Coruripe	S.A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Mista
Canápolis	Damfi	Damfi - Destilaria Antônio Monti	Etanol
Carneirinho	Coruripe	S.A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Açúcar
Chaveslândia/Santa Vitoria	Companhia Energética Vale do São Simão	Companhia Energética Vale do São Simão	Mista
Conceição das Alagoas	Delta - unid. Volta grande	Usina Delta S/A	Mista
Conquista	Delta - unidade Conquista	Usina Delta S. A.	Mista
Delta	Delta - unid. Delta	Usina Delta Sa	Mista
Frutal	Usina Frutal açúcar e álcool	Usina Frutal Açúcar e Álcool Ltda	Mista
Frutal	Cerradão	Usina Cerradão Ltda	Mista
Itapagipe	Usina Itapagipe Açúcar e Álcool	Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda	Mista
Ituiutaba	Bp Ituiutaba	Bp Bioenergia Ituiutaba Ltda	Mista
Iturama	Coruripe	S.A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Mista
Limeira do Oeste	Coruripe - filial Limeira do Oeste	S.A. usina Coruripe Açúcar e Álcool	Etanol
Limeira do Oeste	Cabrera Energética	Central Energética Açúcar e Álcool	Etanol
Pirajuba	Santo Ângelo	Usina Santo Ângelo Ltda	Mista
Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana Ltda.	Mista
Santa Vitória	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	Etanol
Tupaciguara	Aroeira	Bioenergética Aroeira S/A	Etanol
Tupaciguara	Destilaria Cachoeira	Destilaria Cachoeira Ltda.	Etanol
Uberaba	Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A	Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A	Mista
Uberaba	Uberaba	Usina Uberaba S/A	Etanol

Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)/ Secretaria de Produção e Agroenergia/ Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia, 2017. Org.: COSTA, Ricardo Silva, 2017.

Vários fatores concorreram para que a região do Triângulo Mineiro viesse a tornar-se espaço/alvo desses investimentos. A partir de recursos públicos, o setor foi garantindo produção e produtividade. A infraestrutura espacial disponibilizada pelo Estado garantiu uma logística que possibilitou aos usineiros ganhos importantes para competir no mercado internacional, acarretando no alcance dos interesses econômicos do setor.

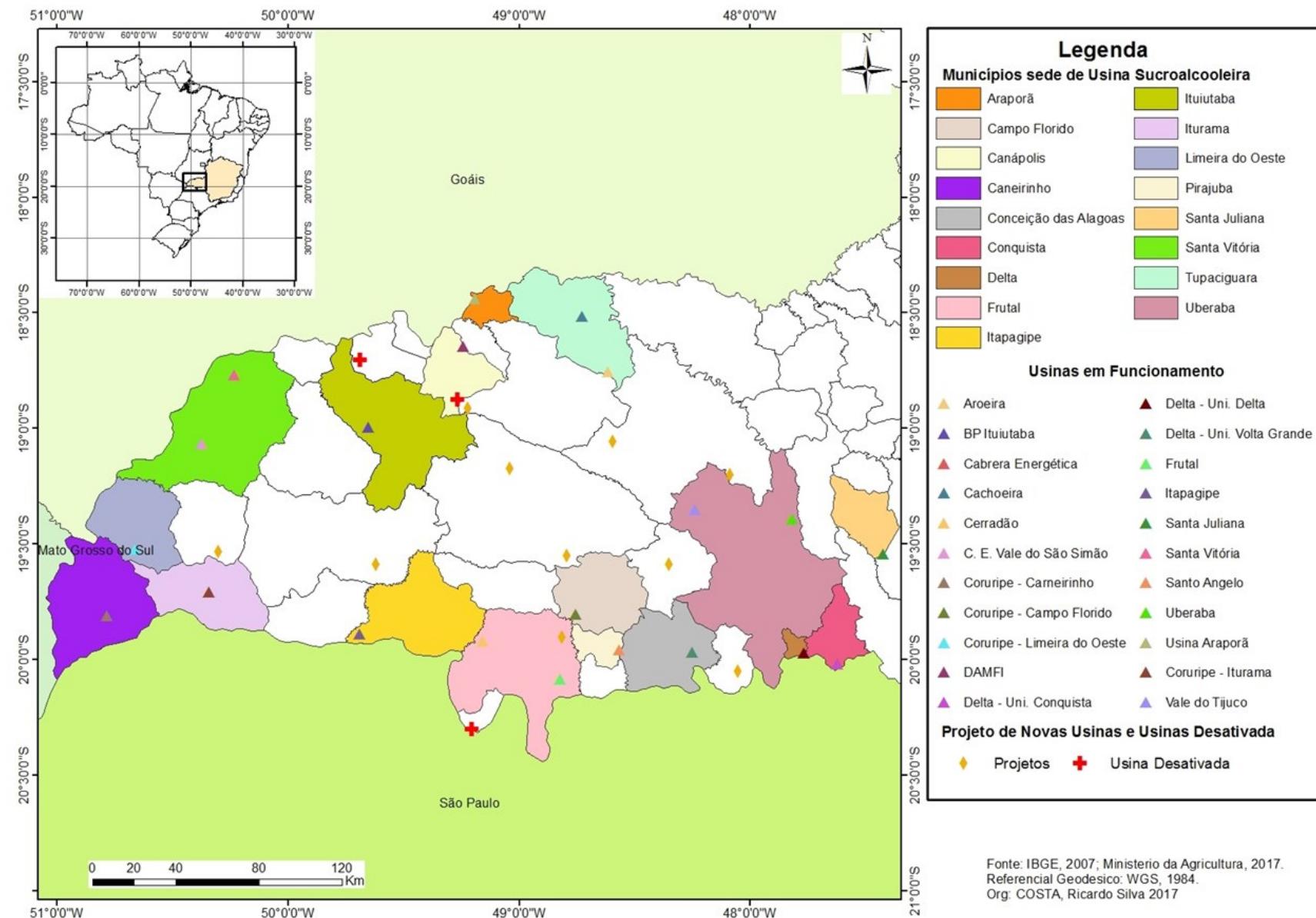
Outros fatores preponderantes foram: a qualidade dos solos; disponibilidade de recursos hídricos; e a oferta de áreas para compra ou arrendamento. A disponibilidade de trabalhadores migrantes das regiões Norte e Nordeste do país, clima e tecnologia também proporcionam safras de cana-de-açúcar sem interrupções. Algumas usinas conseguem moer praticamente o ano todo.

Para elucidar as informações expostas no quadro 09, construímos o mapa 28. As usinas instaladas estão georreferenciadas, já os projetos estão expostos de forma aleatória apenas indica os municípios onde serão instaladas as plantas industriais. No mapa apresentamos também as usinas sucroalcooleiras que não estão em funcionamento.

Das vinte e cinco usinas instaladas, três não estavam cadastradas na safra de 2017, ambas entraram em falência. A primeira usina a interromper o seu funcionamento no Triângulo Mineiro foi a usina Vale do Avaí, localizada no município de Fronteira, ela não funciona desde o ano de 2011. A segunda usina parou de moer cana no ano de 2015, localizada no município de Canápolis. Trata-se da usina Triálcool, ela era uma das usinas do grupo Lyra. A terceira usina também do grupo Lyra é a Vale do Paranaíba, localizada no município de Capinópolis.

Além dessas usinas instaladas, a região do Triângulo Mineiro é alvo de mais dez projetos de instalação de novas plantas sucroalcooleiras. As unidades estão sendo projetadas pelo Triângulo Mineiro, sendo: 2 projetos de instalação no município de Uberlândia; 1 em Campina Verde; 2 no Prata; 1 em União de Minas; 1 em Frutal; 1 em Monte Alegre de Minas; 1 em Veríssimo e 1 em Água Comprida (mapa 28).

Mapa 28 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras e dos projetos de usinas na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



Diante dessa situação vários municípios foram impactados com a expansão dos canaviais, tendo suas paisagens e identidades socioterritoriais alteradas. A partir da compreensão de como ocorreu o processo de instalação das usinas na região do Triângulo Mineiro, reunimos condições para retornarmos os nossos estudos para o município de Tupaciguara. Naquele município comprehende-se um complexo processo de transição, afetando as formas de produção tradicional e o próprio território, o qual passa a ser disputado amplamente pelos capitais investidos no setor sucroalcooleiro.

De acordo com a reportagem do jornal Diário do Comércio de Tupaciguara escrita por Moinhos em 2006:

O município de Tupaciguara (Triângulo Mineiro) deverá receber duas usinas de açúcar e álcool, até o final do próximo ano, com investimentos totais da ordem de R\$ 450 milhões. De acordo com a diretora de Indústria da Prefeitura Municipal Local, Nilze Borges Andriani, o calendário das obras está sendo prorrogado em função de obtenção das licenças ambientais, mas a previsão é que as usinas sejam inauguradas dentro do prazo previsto, de acordo com o protocolo de intenção assinado com o município de Tupaciguara.

Para construção da usina Tupaciguara Açúcar e Álcool Ltda. Deverá ser aportado cerca de R\$ 300 milhões. “inicialmente deverá processar cerca de 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano, com estimativa de chegar em 2013 com capacidade para processar três vezes o montante inicial”, explicou a diretora. Já para a usina Bioenergética Aroeira, que também está com o projeto atrasado por causa das licenças ambientais, receberá um investimento de R\$ 150 milhões. “No início das operações, a usina deverá processar cerca de 600 mil toneladas de cana por ano, com previsões de chegar a 2010 processando, aproximadamente, 1 milhão de toneladas”, adiantou. (MOINHOS, 2006, s/p).

De acordo com a reportagem publicada em 2006 o município de Tupaciguara iria receber investimentos para a construção de mais duas plantas industriais e que o investimento seria da ordem de R\$ 450 milhões. No entanto, o que aconteceu foi a construção de apenas uma Usina, sendo que a outra não foi concretizada, mas no ano de 2011, segundo reportagem do Jornal Correio de Uberlândia escrita pelo Frederico Silva,

O município de Tupaciguara, a cerca de 70 quilômetros de Uberlândia, vai receber um investimento de R\$ 1,14 bilhão para a instalação de uma nova usina de açúcar e álcool. O projeto foi apresentado, ontem, à comunidade local, após a consolidação que aconteceu em uma reunião no gabinete do governador de Minas,

Antonio Anastasia, no dia 25, que contou com a participação de políticos da região, como o deputado Nárcio Rodrigues. A nova usina deve gerar 2,4 mil empregos diretos e cerca de 6 mil indiretos e pertence à British Petroleum no Brasil (BP Brasil). A expectativa é de que a usina esteja em pleno funcionamento em 2015.[...] Essa será a primeira usina de açúcar e álcool da BP Brasil a ser construída no país. A multinacional escolheu Tupaciguara como local estratégico, já que adquiriu as usinas do grupo Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNA) em Ituiutaba, Campina Verde e Itumbiara (GO). A previsão é moer 5 milhões de toneladas de cana por ano na usina para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana.[...] Segundo o prefeito de Tupaciguara, Alexandre Bercuó, a nova usina deve dobrar o orçamento do município a partir de 2017. Hoje, o orçamento municipal é de cerca de R\$ 35 milhões por ano. “A arrecadação começa anos depois do início das atividades e vai ser muito importante para nós. Além disso, há geração de emprego e renda”, disse. (SILVA, 2011, s/p)

A mesma usina anunciada no ano de 2006, a qual teria investimentos da ordem de R\$ 300 milhões, no ano de 2011, alcançou o valor de R\$ 1 bilhão, e até o ano de 2018 ainda não havia nada de efetivação do divulgado. O que podemos perceber na reportagem é o “entusiasmo” do setor público (Prefeitura) e da mídia com a chegada/projeção das usinas.

Analizando as falas dos diretores das usinas destaca-se uma busca incessante na ampliação da produção/moagem de cana. Havia uma projeção de produção de 600 mil, 1 milhão e até 5 milhões de toneladas de cana por ano.

Pensando nesses números apresentados ou almejados pelo setor sucroalcooleiro, fizemos alguns cálculos para compreendermos a quantidade de área que seria ocupada por cana. Segundo dados do IBGE (2015) o município de Tupaciguara plantou 11.133 hectares de cana o que gerou uma colheita de 1.046.512 toneladas. Utilizando a quantidade produzida e dividindo pela quantidade de hectares plantados obtivemos a média de 94 toneladas por hectare<sup>203</sup>.

Tendo como média de produção 94 toneladas de cana por hectare, tem-se que a área que seria ocupada pelas duas usinas (se o projeto da segunda já tivesse sido implantado), no ápice de produção da usina Bioenergética Aroeira<sup>204</sup> moeria 1 milhão de toneladas e a Usina BP Tupaciguara<sup>205</sup> moeria 5 milhões de toneladas por

---

<sup>203</sup> A média de Tupaciguara é de 14 toneladas a mais em relação à média do estado de Minas Gerais.

<sup>204</sup> Em funcionamento.

<sup>205</sup> Não foi instalada.

ano. Somando a quantidade de cana que as usinas iriam moer, dividindo pela média de produção do município, obtivemos a quantidade de área que seria necessário para produzir a cana e suprir as demandas das usinas. À área ocupada seria de 63.829,79 hectares.

Nas incursões ao campo percebemos, a partir das paisagens, que as usinas e os canaviais estão basicamente às margens das rodovias e próximas à água. Os proprietários dessas terras são os mais procurados. Esse uso da água e também da infraestrutura faz com que o setor sucroalcooleiro utilize o espaço de maneira a diminuir os seus dispêndios.

Nessas escolhas há uma racionalidade dos usineiros implicada em usar o espaço a favor dos seus interesses. Assim, se as lavouras estão próximas às rodovias vai ser menos oneroso o transporte. O consumo de combustível será menor utilizando o asfalto do que utilizando estradas de terra. Além da matéria prima, o produto final será distribuído de forma mais rápida, pois o município de Tupaciguara está em uma localização que lhe permite rápido acesso aos grandes centros urbanos<sup>206</sup>.

A partir desses fatores espaciais, o setor cada vez torna-se mais primíssimo, ampliando seus investimentos no município de Tupaciguara. Em geral, fazendo com que haja cada vez mais a busca por novas áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

Os solos, mais férteis e com disponibilidade hídrica e em um raio próximo das usinas são os principais alvos dos usineiros e seus fornecedores de cana. Para o arrendamento, os grandes produtores de cana, propõem aos proprietários “vantagens”, como adiantamento da remuneração da terra projetado para o último ano. Esse adiantamento funciona da seguinte maneira: se o contrato for de 8 anos, o que equivale a sete safras, os canavieiros vão adiantar o 8º ano, assim o dono de terra recebe, no primeiro ano, dois anos de safra, sendo o primeiro ano mais o valor do oitavo ano.

Trata-se de uma proposta sedutora. Envolve antecipação de dinheiro. O dono de terra vai ter no bolso dois anos de arrendamento. Na grande maioria das vezes o

---

<sup>206</sup> Como vimos no capítulo 1.

proprietário arrenda a sua gleba sem hesitar. No entanto o dono de terra esquece que quando chegar ao final do contrato (8º ano) ele não irá receber nada, e é nesse detalhe que está a grande “jogada” dos canavieiros.

Ordinalmente essa estratégia resulta para o dono de terra em uma situação de não ter recursos para retornar as antigas atividades. Na maioria dos casos, o dono de terra “vai ter” que continuar com o arrendamento para a cana o que vai ocasionando um ciclo vicioso.

Como os donos de terras ficam reféns do arrendamento para os fornecedores de cana e usineiros, essa situação é apenas uma parte dramática desse processo de reocupação do Cerrado. A questão que nos interessa como problemática de estudo é que nesse processo resta pouca terra para ser arrendada ou comercializada junto aos camponeses. Diante dessa situação discutiremos os arranjos socioprodutivos que comparem na complicada permanência camponesa em meio aos canaviais.

#### **4.3. MODO DE VIDA E REAÇÕES DOS CAMPONESES DE TUPACIGUARA - MG**

Em Tupaciguara, os canaviais chegam aos limites das áreas ocupadas por comunidades camponesas, acarretando e revelando agressões à vida humana, à natureza e ao modo de vida tradicional do Cerrado. Com o avanço da cana, o espaço é tratado, pelos investidores, como possibilidade de maximizar lucros, como coisa lisa que tudo ou quase tudo pode ser feito na perspectiva de promover a remuneração de seus investimentos monetários. A cana nesse contexto tornou mais complicada a vida do camponês, pois altera seu modo de vida.

De acordo com Trotsky (2009).

[...] o meio ambiente e os hábitos quotidianos, elabora-se, mais ainda do que a economia [...]. O modo de vida é a soma das experiências

inorganizadas dos indivíduos; transforma-se de maneira de todo espontânea sob a influência da técnica ou das lutas revolucionárias e, no total, reflete muito mais o passado da sociedade do que seu presente. (TROTSKY, 2009, s/p).

As áreas circunvizinhas, onde antes havia moradores, em 2018 não mais existem, assim como e também não têm mais cercas, o que facilitava, por exemplo, o deslocamento do gado bovino, sem o uso de caminhões. Naquele espaço reocupado, o modo de vida camponês, não consegue mais ser exercido, pois lhe falta o essencial, ou seja, o seu espaço elaborado historicamente. A sua relação estreita com a formação humana é interrompida, pois é a partir da relação com o espaço que o modo de vida, que as ações e também reações ao estranho podem surgir para “proteger” os territórios.

De acordo com Souza (2013)

Buscar, na essência do modo de vida camponesa, em sua prática de atividade econômica, as explicações para a sua existência são de fundamental importância para o debate das dinâmicas territoriais no Cerrado. Essa essência constitui-se nas experiências dos sujeitos com o espaço, com o lugar e com seus territórios estabelecidos a partir de suas relações culturais de uma vida simples, com o resultado de seu trabalho e das relações sociais que os envolvem (SOUZA, 2013, p.182).

Tanto a herança dos antepassados, quanto seu aprimoramento pelo constante aprendizado cotidiano<sup>207</sup> o camponês de Tupaciguara, construiu um modo de vida próprio dessa parte do Cerrado mineiro. Sua relação com o bioma pode ser caracterizado por suas relações sociais, por seus hábitos alimentares, por seu trabalho, dentre outros aspectos.

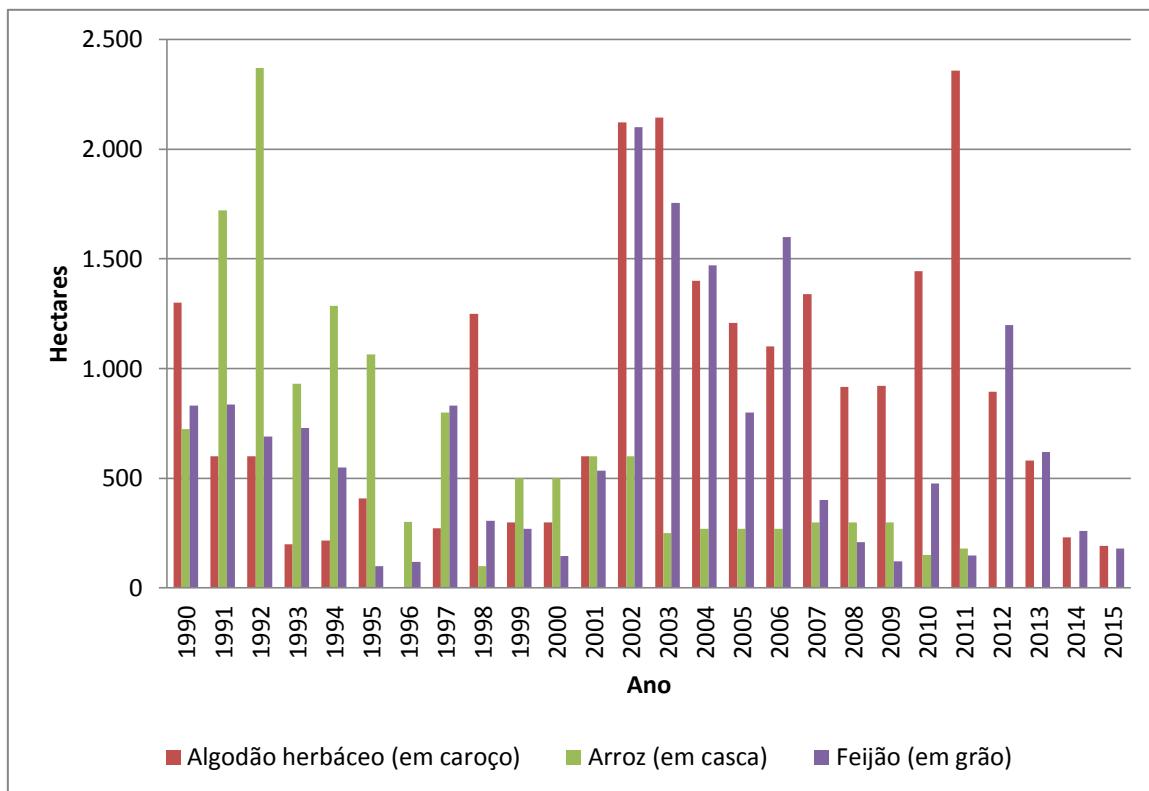
Tupaciguara é um exemplo de uma situação que acontece com frequência no Brasil e em muitas outras partes do mundo. Em síntese, um processo de expropriação das terras camponesas pelo agronegócio, sendo que na área de estudo, o agronegócio vinculado ao setor sucroalcooleiro se reproduz monopolizando o acesso a terra.

---

<sup>207</sup> Segundo Lefebvre (1991, p.81-82): O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínios da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada.

Essa situação de interferência identificada na área rural do município pode ser observada também na diminuição ou mesmo na extinção de alguns cultivos. Para elucidar tal situação apresentamos o gráfico 14.

Gráfico 14 - Cultivos tradicionais dos camponeses, período 1990-2015.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo Silva, 2017.

Selecionamos os cultivos do algodão, do arroz e do feijão, pois foram esses cultivos que “sofreram” perdas mais expressivas de áreas<sup>208</sup> no município. O algodão era um produto em que o processo produtivo demandava grandes áreas para cultivo e importantes contingentes de trabalhadores para a colheita. O sistema utilizado para cultivar o algodão no município foi o de parceria<sup>209</sup>.

O sistema de parceria funcionava do seguinte modo, o grande proprietário de terra separava uma área, na maioria das vezes eram áreas de mata fechada.

<sup>208</sup> Neste momento estamos, citando apenas os cultivos, não estamos considerando as pastagens, as quais também houve uma diminuição de área.

<sup>209</sup> Segundo Antônio Cândido (1987, p.123-125) A parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro [...]. É preciso notar que o sistema de parceria é um recurso não apenas do grande e médio proprietário sem disposição para explorar diretamente a sua terra (e que se torna locador), mas também do pequeno (que se torna locatário).

Entregava a gleba para uma família de camponeses e acordava que o uso e permanência na terra deveriam ser pagos com a sua preparação e o cultivo do algodão.

O Entrevistado 10 comprova essa afirmação:

Antigamente meu pai plantava algodão junto com um monte de outras pessoas, o Sr. Joaquim (nome alterado) tinha uma fazenda grande. Aí naquela época era tudo mato, mas começou a chegar o algodão aqui na região [...] aí ele fazia parceria, os pequenos ia, limpava e preparava a roça [...] limpava tudo, e plantava, depois colhia e separava a parte para o dono da terra (Informação Verbal)<sup>210</sup>.

De acordo com a fala do Camponês 10, podemos entender que o grande proprietário usava a parceria como forma de desmatar e preparar a terra. Tratava-se de relações que não era apenas destinada a uma família, mas a grupos familiares que foram envolvidos em tramas sociais que favoreceram o grande fazendeiro. De acordo com IBGE (2017) no ano de 2015 tinha apenas 191 hectares cultivados com algodão.

O arroz foi outro cultivo de extrema importância para os camponeses, sendo que é um dos principais alimentos da mesa do brasileiro. Juntamente com o feijão torna-se a base alimentar dos trabalhadores desse país. No decorrer dos anos esse cultivo também desapareceu do município. Em 2018 não encontramos nem um hectare plantado.

De acordo com Entrevistado 1

Nóis tinha arroz [...] uns três hectares, nós plantava pra nosso consumo, guardava dentro dos potes e ficava arroz pro ano inteiro [...] só que foi ficar muito difícil, cumeçô a faltá área pra plantá principalmente por dois motivo, o primeiro é que quem dava terra de a meia pra plantá já não passava mais porque achava que compensava mais arrendá a terra pra outra coisa e comprá o arroz no mercado e o segundo que prejudicô nós aqui em casa foi que não pode mais plantá o arroz nas áreas úmidas por causa dessas tal de lei ambiental (Informação Verbal)<sup>211</sup>.

---

<sup>210</sup> Entrevistado 10. Em grande parte, a história socioprodutiva das famílias camponesas é relativa e relaciona as formas de parcerias estabelecidas nas lavouras de algodão.

<sup>211</sup> Entrevistado 1. O cultivo do arroz representava fartura e um conjunto de estratégias, construídas no interior do modo de vida camponês.

O termo “a meia” significa que um entrava com a área e outro com a mão de obra e na colheita cada um ficava com a parte pré-estabelecida a partir de acordos tácitos. Nesse caso era dividido em duas partes iguais, cada um ficava com 50% dos resultados obtidos no processo produtivo, mas com a criação de nova legislação trabalhista e também o surgimento de leis sobre a propriedade da terra, essas relações foram desaparecendo ou se redefinindo.

A ruptura com as antigas relações criaram quase de imediato outras incertezas, principalmente em relação ao arrendamento. Arrendar a terra para plantar o arroz “assustou” os camponeses, pois eles ficaram com medo de empregar um valor no arrendamento, e se as lavouras não resultassem positivamente, eles perderiam aquele valor. Esse “medo” se dava em relação aos acordos, pois como meeiros ou parceiros eram estabelecidos (antes do proprietário cobrar um valor para continuar arrendando) para plantar o arroz, se a lavoura não rendesse os camponeses perdiam tempo e o dono da terra não receberia nada. Quando parte para pagamento de um valor pré-estabelecido, e a lavoura não rende o esperado, o camponês tem que pagar renda da terra ao dono de qualquer maneira.

Outra situação que fez com que o arroz deixasse de ser cultivado no município foi a lei ambiental. Como vimos na fala do entrevistado 1, o camponês plantava em sua área baseado na sua experiência. Assim, a área mais apropriada, geralmente eram as áreas úmidas<sup>212</sup>. Com a elaboração e aplicação das leis ambientais, essas áreas passaram a ser consideradas, como áreas de preservação permanente (APP), o que não permite nenhum tipo de cultivo. Com isso, os camponeses, com medo de multas pararam de plantar o arroz. De acordo com os dados do gráfico 14, podemos identificar que desde o ano de 2012 não há mais cultivo de arroz no município de Tupaciguara.

O feijão, apesar da redução de área não desapareceu do município. O que ocorreu é que houve uma especialização no cultivo desse alimento. Muitos camponeses deixaram de plantar feijão devido ao alto custo com insumos e preocupação com a frequência de chuvas.

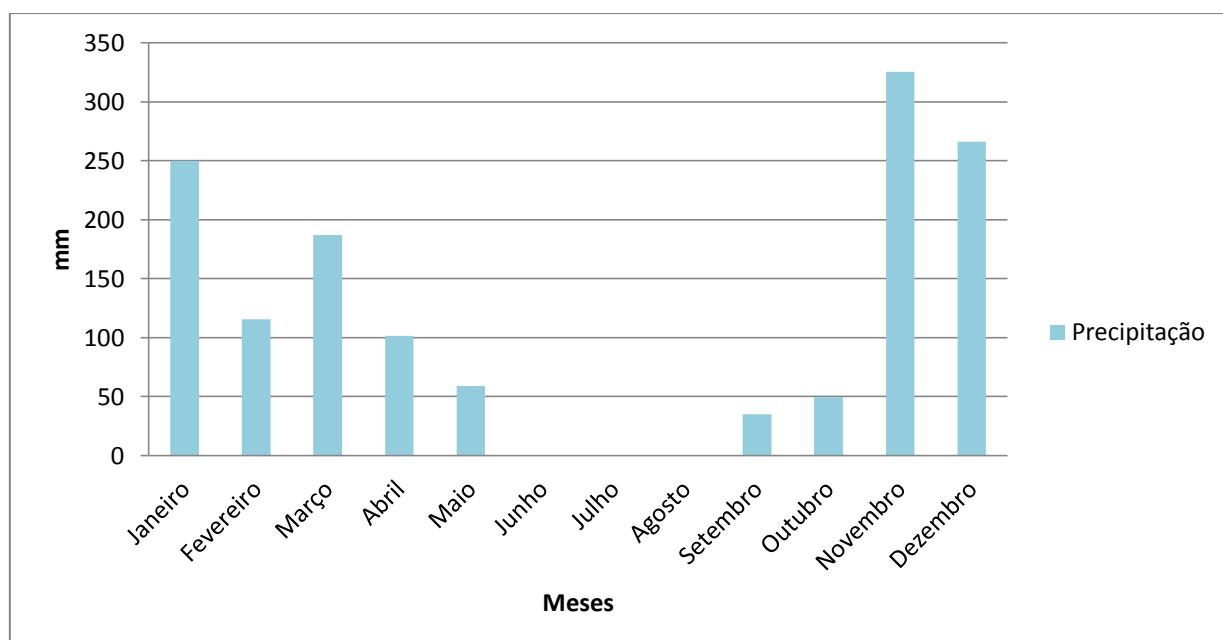
---

<sup>212</sup> Áreas próximas às nascentes, cursos d’água e dentro das veredas.

No entanto, os poucos produtores que permaneceram com esse cultivo, investiram em tecnologia, como pivôs centrais. Os pivôs centrais servem para a dedetização de venenos e para irrigar, o que vai propiciar mais tranquilidade para aqueles agricultores.

Antes desse aporte tecnológico, o trabalho nesse cultivo era dividido entre os familiares segundo os saberes de cada membro. Além disso, durante o ano, estabelecia para os cultivos um calendário que era basicamente utilizado por todos os cerradeiros do Triângulo Mineiro. Nele, as atividades agropecuárias eram divididas em dois períodos “o tempo das águas e o tempo das secas”. Para elucidar esses ciclos, criamos o gráfico 15, o qual apresenta a precipitação mensal do ano de 2017.

Gráfico 15 – Precipitação mensal Total do município de Tupaciguara<sup>213</sup> no ano de 2017.



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia, 2017. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2018

O período da seca engloba os meses de abril até o mês outubro, é o tempo de dar manutenção na propriedade, de preparar a terra, e plantar no final do mês de

<sup>213</sup> Tupaciguara tem um clima tropical. Há muito menos pluviosidade no inverno que no verão. A classificação do clima é Aw de acordo com a Köppen e Geiger. A temperatura média anual em Tupaciguara é 21.8 °C. A pluviosidade média anual é 1388,2 mm (2017). 254 mm é a diferença de precipitação entre o mês mais seco e o mês mais chuvoso. As temperaturas médias têm uma variação de 4.8 °C durante o ano. Janeiro é o mês mais quente do ano com uma temperatura média de 23.3 °C. A temperatura média em Junho, é de 18.5 °C. E a temperatura média mais baixa de todo o ano. Apresentando uma média de 264 mm, o mês de Dezembro é o mês de maior precipitação.

setembro. Quando a chuva não vinha em setembro, geralmente o plantio da mandioca e do milho estendia-se até os meses de outubro e novembro. Esses cultivos não podem receber chuvas intensas quando são plantados, pois a semente do milho e as manivas da mandioca mofam se forem encharcadas pela chuva. É um trabalho pesado, praticado principalmente pelos homens, mas esporadicamente contava com a ajuda feminina.

O tempo das chuvas ocorre entre os meses de novembro e março. Este período era dedicado ao cultivo das lavouras. Nas águas, o camponês tem que ficar atento com as pragas e com insetos, principalmente com a formiga.

#### Segundo Entrevistado 2.

Mexê com lavora dá muito trabalho [...] ocê pranta aí tem que ficá de olho se chove, se não chove é uma desgraceira só, ai se já perdeu a lavora ela não vai produzi direito, mas se chove é outra coisa. Ai já é um alívio pra alma [...] mais não pode descuidá se as planta começá a nascê e vem as formiga e a gente num vê elas picam tudo, acaba rapidinho com as planta [...] tem que vigiá e dá muito trabalho, é trabalho que não acaba (Informação Verbal)<sup>214</sup>.

O período das chuvas no Cerrado traz consigo um sentimento de expectativas para o camponês, pois ele o vê como um período de fartura, mas também o vê como um momento em que demanda muito serviço no campo. No entanto, essa demanda de serviço é contornada a partir de conhecimentos e técnicas produtivas que a família dispõe.

Para enfrentar a estiagem, o camponês utiliza-se em alguns casos de sistemas de irrigação, por exemplo, irrigação das hortaliças utilizando de micro aspersores. Ao se utilizar de aspersores menores os cultivos dos camponeses vão demandar menos água. Quando se trata de lavouras de milho, as quais demandam irrigação mais volumosa, os camponeses ficam também na expectativa das chuvas.

Quando começa as primeiras chuvas os camponeses já plantam as sementes, assim ficam com maior segurança para cumprirem com seus compromissos. Assim,

---

<sup>214</sup> Entrevistado 2. O trabalho nas lavouras sempre foi uma atividade cercada pelas incertezas climáticas. Assim, plantar esperando chuva, era também mesclado com rezas e promessas aos santos padroeiros.

para que os camponeses continuem/mantenham-se no lugar, em sua terra, eles passam a (re) criar estratégias socioprodutivas que envolvem vizinhos e a família.

Além das relações de produção serem centradas na família, de forma geral as afinidades entre as famílias são referenciadas na amizade e solidariedade. Os camponeses valorizam aquilo que conquistam, referenciados na própria experiência construída. Contudo, com frequência a sociedade capitalista considera que os camponeses só podem escolher entre duas opções: continuar sua forma antiga de vida baseada na existência ou abandoná-la, arrendando suas terras para o agronegócio e indo para cidade. No entanto, percebemos que não é bem assim, pois, existe um terceiro viés, é conduzido pela resiliência, no qual os camponeses modificam sua economia de fartura, combinando formas antigas (saberes) e novas (tecnologias) para manterem seus modos de vida e promoverem novas saídas, objetivando a sua permanência na terra.

Um exemplo das estratégias utilizadas pelos camponeses é a preparação de silos, como vimos no Capítulo 2. A comunidade age norteada pela mutualidade entre parentes e vizinhos. Nessa relação, mediada pela reciprocidade, eles trocam serviços, maquinários e experiências para a construção dos silos. Percebe-se que os camponeses não constroem apenas alternativas econômicas, mas constroem também uma relação de amizade e de companheirismo.

O modo de vida do camponês do município de Tupaciguara nos apresenta várias possibilidades para analisarmos os seus territórios bem como os vínculos territoriais que elaboram nesse processo de viver do trabalho que conseguem efetivar em suas propriedades.

#### **4.4. MEMÓRIAS E PAISAGENS CAMPONESAS NO LUGAR TUPACIGUARA – MG.**

Abordar o conceito de paisagem enquanto uma categoria de análise geográfica reúne várias complexidades, pois, existem diferentes caminhos teóricos e metodológicos que norteiam os estudos de paisagem em diferentes escolas, como a alemã, russa, e a francesa. Sendo a escola francesa que mais influenciou a geografia brasileira nos estudos das paisagens.

No entanto, não vamos focar a nossa análise no debate das teorias e suas respectivas escolas, neste momento o foco é compreender o conceito de “paisagem mental”. A qual em nossa abordagem antecede o conceito de mapas mentais.

Diegues (2001) analisa o mapa mental no qual:

[...] os homens constroem representações cognitivas, verdadeiros mapas mentais que orientam suas ações. Outras representações mentais são construídas para tornar compreensíveis as experiências e seres da natureza, por exemplo, peixes, sua natureza e suas relações com os humanos. Essas representações são meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores. Apesar da diversidade dos objetivos e dimensões, as diferentes modalidades de representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social (DIEGUES, 2001, p.70).

Pensando/analizando a citação de Diegues, encontramos como diferencial entre os conceitos de mapa mental e paisagem mental a questão da representatividade. De forma direta o mapa mental pode ser desenhado em um papel, já a paisagem mental envolve mais elementos, os quais não podem ser representados em forma de desenho e sim a partir das descrições.

De acordo com o Entrevistado 20

Eu me alembro de quando dava pra ir em Corumbaíba passando pelo rio [...] o rio não era tão fundo igual tá agora, tinha menas água [...] antigamente a beirada do rio era onde tem aquelas árvores seca, hoje dá pravê porque o rio baixô um poco, então antigamente a

margem era cheio de árvore agora oia pro cé vê num tem mais árvore acabô tudo, tá tudo limpo (Informação Verbal)<sup>215</sup>.

Na memória do entrevistado 20 a paisagem mental remete a uma época em que se podia visitar amigos no município de Corumbaíba passando pelo rio Paranaíba, muitas vezes utilizando o cavalo. Além desse fato a paisagem mental nos apresenta um cenário que possuía mais vegetação nativa, a qual, em 2018, quase não existia (Fotografia 43).

Fotografia 43 - Margens do afluente do Rio Paranaíba – Comunidade Confusão 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva. 2017.

Utilizando dos relatos do entrevistado, delimitamos a antiga margem do rio, sendo que ela tinha por volta de 20 metros de largura. Em 2018, o rio transformado em lago para abastecer a hidroelétrica de furnas, estando com o nível mais baixo a largura entre as margens é de cerca de 250 metros. Além desse fator observamos que tanto nas margens do lado de Tupaciguara quanto nas margens do lado de Corumbaíba a vegetação nativa (APP) é quase nula.

É necessário compreender os vários elementos que determinam/determinaram as paisagens. De acordo com Milton Santos (2006):

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem

<sup>215</sup> Entrevistado 20. A memória da paisagem implica retomar aquilo que se tinha antes e estabelecer comparações.

é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente (SANTOS, 2006, p.67).

Na citação, Santos comprehende a paisagem como “o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”. No entanto, identificamos na nossa área de estudo que a paisagem para o camponês não tem só as características físicas que o olho alcança ou o cheiro emanado das coisas, tem também o conhecimento do camponês sobre ela, que pode, inclusive, ganhar outro sentido, como por exemplo, as suas referências de localização. Como podemos observar na fala do Entrevistado 26:

[...] para chegá na fazenda que produz queijo e requeijão ocê vai reto toda vida ai quando ocê passar a ponte, cê já vê uma árvore grande anda mais um poquim e vira perto das guerobas, não passa dentro delas passa do lado [...]. Ai de longe ocê já vê o barracão onde eles tiram o leite e logo pra baixo fica a casa onde faz o queijo e o requeijão (Informação Verbal)<sup>216</sup>.

Nesse caso a paisagem torna-se elemento primordial para o camponês explicar onde está localizada a propriedade que elabora a partir do leite cru os seus queijos. A paisagem comparece na vida do camponês repleta de memórias, ou melhor, as memórias ficam repletas de paisagens, pois, a maioria dos camponeses são nascidos e criados na região, carregam consigo as marcas e as alterações das paisagens. Assim conhecem/conheciam em detalhes os seus lugares de vida.

Destacamos que eles “conheciam” os lugares. Com a expansão canavieira muitas áreas rurais padeceram de transformações rápidas e profundas. Quase que da noite para o dia, as ações dos plantadores de cana anularam as antigas referências, segundo Entrevistado 26:

[...] ali depois do corgo tinha muitas árvores e uma casa, com quintal cheio de frutas, aí ele (o proprietário/vizinho) arrendou as terras para o povo da cana. Durante o dia as máquinas estavam gradilando os pasto e ficaram durante a noite quando amanheceu o dia eu fui olhá já tinha sumido tudo, casa, quintal árvore, foi um trem doido [...] nós

---

<sup>216</sup> Entrevistado 26. Localizar-se no espaço implica no reconhecimento de vários marcos socioespaciais.

sabia que o povo da usina era rápido mais não que eram tão rápido (Informação Verbal)<sup>217</sup>.

A paisagem mental “carrega” a marca da cultura, pois, para o camponês reproduzir ou descrever uma determinada paisagem, evocam significados dentro da sua dimensão histórica e cultural, fomentada pelas suas práticas cotidianas. Desse modo, a paisagem de que se tem memória está condicionada em distinguir os elementos do seu interesse onde se apresenta um cenário “familiar”. No entanto, com a modificação dos Cerrados o camponês se “perde” em meio às paisagens homogêneas dos canaviais.

De acordo com Santos (2008):

O movimento de redefinição e de revalorização dos cerrados indica que, por trás das paisagens homogêneas das grandes lavouras está a metamorfose das relações sociais e do homem que constrói essas relações, dando sentimentos às modificações que sofre. (SANTOS, 2008, p.34).

O movimento de redefinição é identificado na área de estudo a partir da expansão das lavouras de cana-de-açúcar ocorrida na década de 2000. Com a alteração das paisagens, os camponeses tiveram que se adaptar para manter e ampliar as possibilidades de permanência na propriedade. Pois, a partir dos interesses alheios que transformaram as paisagens, os camponeses “perderam” os sentimentos de adesão às paisagens decorrentes dos monocultivos. Para reforçar a afirmação construímos o mosaico 03. Ele apresenta três fases, em anos diferentes da mesma propriedade localizada no município de Tupaciguara.

---

<sup>217</sup> Entrevistado 26. No exercício de recordar das paisagens pretéritas há um sentimento de perdas de coisas muito importante para o camponês.

Mosaico 03 – Propriedade localizada no município de Tupaciguara MG, 2015, 2016 e 2017.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2015, 2016 e 2017.

Observamos no mosaico 03, uma sequência de fotografias da mesma propriedade nos anos de 2015, 2016 e 2017. Na primeira imagem referente ao ano de 2015 a propriedade tinha gado bovino, a pastagem estava viçosa (lado esquerdo da fotografia). Na segunda fotografia, referente ao ano de 2016, constata-se que não tem mais gado bovino e pastagem e que neste momento o que faz parte da paisagem são os tratores. Na última fotografia observamos que a paisagem mudou, e o que domina é a cana.

As interferências sofridas no espaço, para o camponês, resultaram na eliminação das paisagens antigas. Assim, aquilo que se tinha antes das grandes

lavouras, passa a ser explicado e representado a partir de um modo de vida, reforçado na análise, o pensamento de Claval (2001):

[...] trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças (CLAVAL, 2001, p. 42).

O complexo relacionamento entre as experiências e as personalidades estabelecidas na vida cotidiana dos camponeses, contribui para o fato de a paisagem ser um potente construtor de identidades. Identidade essa que vem sofrendo assalto e reações, devido a redução de áreas disponíveis para os camponeses viverem.

Com o acesso a terra dificultado, as relações de vizinhança e princípios de reciprocidade são seriamente afetadas, pois quanto mais a cana-de-açúcar se expande para novas áreas, menos moradores permanecem no campo emenos referências mental permanecem.

De acordo com o Entrevistado 26:

Ali, depois daquela baixada tinha gente, a gente se encontrava, fazia pamonha, no quintal ele plantava milho [...] era movimentado, não era parado igual tá agora [...] essas lavora de cana só dá isso, é uma coisa sem graça, faiz o povo i embora, [...] acaba com tudo, tira os pé de manga, se dé bobeira tira até a casa [...] (Informação Verbal)<sup>218</sup>.

Quando a paisagem é modificada, ficando quase irreconhecível para o camponês, ele se percebe abandonado, impedido de estabelecer as relações sociais, com isso altera a dinâmica não só de uma família mais altera toda a vida. Naquele lugar, a vida se transforma, permanecendo um “profundo vazio”, ou seja:

A gente fica com a memória daquele tempo em a gente via muita árvore, passarinho [...] morava gente. Agora você vai vê gente, na cidade [...] Aqui não tem mais árvore direito, cê só vê cana pra todo lado, a minha é uma terrinha é uma das pouca que ficô gente e árvore [...] só que com isso os bicho vem fazê a festa aqui, come as

---

<sup>218</sup> Entrevistado 26. A saída dos camponeses das suas propriedades cria naqueles que permanecem um vazio de vida de movimentos e de interações.

galinha faiz uma destruição só [...] mais a gente fica até com dó dos bicho, eles num tem pra onde i [...] (Informação Verbal)<sup>219</sup>.

Dessa maneira, quando modifica a paisagem (ou quando elimina a paisagem camponesa), as pessoas, as instituições, os cultivos de alimentos, a vegetação, desaparecem também as relações sociais e assim, no cotidiano, os camponeses sentem os seus vazios, pois não se reconhecem mais na paisagem, agora formada por grandes lavouras de cana-de-açúcar.

De acordo com o entrevistado 26.

Quando ocê só vê cana no horizonte é muito ruim [...] o coração fica duendo, lembrando da época que tinha árvore e gado e dava pra passá de uma fazenda pra outra por dentro dos pasto, agora com esse tanto de cana nem dá pra passá, e também passá pra quê? já não tem mais tem vizinho, [...] se ocê precisa de um socorro num vai tê fácil não, tem que anda bem uns 5 quilometro pra achá gente (Informação Verbal)<sup>220</sup>.

Na fala do entrevistado 26 percebemos uma realidade narrada a partir de sentimentos envolvendo sofrimentos, pois ao comparar a paisagem atual com a paisagem mental, registra um conjunto de perda irrecuperáveis. Agora não existem vizinhos tão próximos. Sob o domínio dos canaviais não dá mais para realizar os seus deslocamentos passando pelos pastos, utilizando o cavalo. Trata-se de uma realidade em que a resistência das pessoas em permanecer na terra é desafiadora. De acordo com Santos (2006, p. 103), “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.”

Contrapondo a citação de Santos (1999), identificamos que no nosso estudo, a relação dos camponeses com a terra fica comprometida devido as ações praticadas pelos usineiros/canavieiros, logo que o interesse se resume em promover a reprodução ampliada do capital. Com isso investem pesadamente para ampliar os seus lucros e não se preocupam com o que existe além das áreas planas, nesse caso os grupos humanos que vivem nos lugares.

Para Bertrand (2004):

<sup>219</sup> Entrevistado 26. O sentimento de abandono comparece como reflexivo. Nessa condição inicia-se um processo de valorização daquilo que se tinha.

<sup>220</sup> Entrevistado 26. A percepção de se estar cercado pela monocultura se revela angustiante.

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

Reforçando a ideia de Bertrand, observamos em Claval (1999, 295) que “A paisagem encontra-se, algumas vezes valorizadas por si mesmas: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo”

Refletindo sobre as citações de Bertrand (2004) e Claval (1999), constatamos que para as pessoas dos lugares a retirada das árvores, ou o mourão de cerca, uma sede de fazenda perde-se não só as referências, mas o domínio sobre o território, ou ainda provoca vários estranhamentos decorrentes da situação de se sentir fora do lugar. Em uma entrevista com um camponês, perguntamos como chegar ao alambique, pensativo ele responde:

Ta difícil de chega lá! [por quê?] antes só tinha o canavial do alambique agora tem cana pra todo lado, mais faz assim, cê pega essa aquela estrada que vai pro rio no primeiro mata burro ocê vira a esquerda e vai reto toda vida, lá na frente cê pega a esquerda, depois é mio cê perguntá pra alguém porque depois começa os canaviais ai fica dífi ci si o cê pegá uma estrada errada fica perdido no canavial (Informação Verbal)<sup>221</sup>.

Esses espaços sofreram interferências e transformações nas paisagens, fazendo com que os próprios moradores da região não consigam mais explicar como chegar a determinado local. Os camponeses “perdem” a referência não tendo como se localizar a partir de seus marcos territoriais que caracterizavam os lugares. Contudo, mesmo escondidos, retraídos, cercados, miniaturizados, recriando paisagens, continuam resistindo para existir e para manter o controle dos seus e territórios.

---

<sup>221</sup> Entrevistado 25. A homogeneização da paisagem estabelecida no cultivo de grandes lavouras de cana esconde a cana do alambique. Portanto a heterogeneidade da paisagem persiste no processo de permanência camponesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese teve como objetivo principal trazer a discussão sobre a reocupação e revalorização das terras de Tupaciguara para analisar a condição do camponês a partir das problemáticas que envolvem as transformações das relações no interior da família, da comunidade e dos lugares. No âmbito da Geografia, analisamos a resiliência camponesa no espaço como uma característica sóciohistórica, já estabelecida no modo de vida camponês.

Determinamos o recorte temporal no início da década de 2000, pois é a partir desse momento que “ressurgem” políticas públicas voltadas para a expansão canavieira. A partir dessa década as indústrias sucroalcooleiras se instalaram em quase todo o território nacional. Assim, nosso foco foi direcionado para os investimentos que ocorreram no estado de Minas Gerais. Estado que implantou políticas para o setor sucroalcooleiro, como a isenção de alguns impostos, financiamentos subsidiados, dentre outros auxílios.

Trata-se de um trabalho que permitiu identificar e analisar como ocorre a resiliência camponesa e como eles organizam as suas propriedades, estabelecendo diversas relações sociais, inclusive as comunitárias, nesse caso destaca a religiosidade para promover o fortalecimento das suas territorialidades.

O estudo da resiliência também nos proporcionou conhecer os arranjos e estratégias criadas pelos camponeses no processo de continuar com sua economia de fartura no Cerrado. Pensando nos arranjos ou na organização da propriedade compreendemos que a lógica camponesa é articulada a seus projetos familiares de produção acarretando em ações que recuperam relações de ajuda mútua e enlaces comunitários

A partir dos trabalhos de campo observamos que nas propriedades rurais, os camponeses descrevem os seus processos produtivos. Detalham a leitura das paisagens nos auxiliando na identificação dos processos de reocupação do espaço, inclusive detalhando as relações que lhe possibilitaram criar a vida no lugar e

continuarem existindo mesmo sob as seduções das propostas capitalistas de arrendamento.

Com o arrendamento das terras para as usinas sucroalcooleiras, os camponeses passaram a ter menos área disponível no município para poder aumentar/manter os cultivos e se deparar com um valor maior por esses arrendamentos. Apesar desse fato, identificamos que os camponeses conseguiram continuar produzindo. Uma saída para os camponeses criadores de gado leiteiro foi tornaram-se agricultores. Eles, no contexto da expansão canavieira, passaram a cultivar a terra para obterem autonomia, diminuição de custo e “driblar” a escassez de área para suprir a alimentação do rebanho.

Neste viés, os camponeses tornaram-se indiretamente também acumuladores de água, pois agora tem que produzir o alimento e também manter a água nos solos das suas propriedades. Entre os camponeses, é comum a construção de bolsões, os quais retêm as águas das chuvas e a preservação das nascentes. Essa situação acaba gerando mais trabalho e renda para as atividades camponesas, não só para a atividade leiteira, pois tendo água, alimento e força de trabalho, eles reúnem condições para fortalecerem os seus projetos familiares.

No espaço em expansão do setor sucroalcooleiro ainda encontramos lógicas e temporalidades sociais que permitem até então a existência de um modo de vida relativo e relacional à resiliência dos camponeses. São formas de ser de pessoas que vivem em parte as novas determinações impostas pela reprodução ampliada dos capitais vinculados ao setor sucroalcooleiro, e para continuarem no campo criam estratégias que envolvem as relações de vizinhanças e também o uso de tecnologias.

Sobre a questão da relação de vizinhança identificamos que na área rural tupaciguarense os camponeses se arranjam de diferentes maneiras, tanto na produção quanto no convívio comunitário. Portanto, há colaborações entre vizinhos, manifestadas a partir das parcerias promovidas, principalmente, em seus lugares de encontro, sobretudo nas capelas. Essas relações de vizinhança geram importantes auxílios nos cultivos de alimento e também no manejo do rebanho, é as vezes em forma de mutirões.

No conjunto de uso de tecnologia, os camponeses se tornaram habilidosos em associarem suas tecnologias aos seus conhecimentos pretéritos. No entanto, a tecnologia causa preocupação quando a sua aquisição fica relacionada aos financiamentos bancários, mesmo quando eles são subsidiados pelo estado. O camponês costuma dizer que “o dinheiro na roça é pouco e não pode ficá endividado, se não, a coisa fica toda atrapalhada<sup>222</sup>”. Na realidade adquirir um conjunto de equipamentos/tecnologia utilizando-se de sistemas de créditos bancários, mesmo que sejam subsidiados, para o camponês é uma forma incômoda de obter tecnologia, mesmo que a aquisição tecnológica possa prover dinamismo nas suas atividades mais importantes. Assim, o envolvimento dos membros da família e delas com a comunidade é justamente uma forma deles se sentirem mais seguros no processo de obterem renda a partir dos seus cultivos.

Com isso, consideramos que para o camponês não basta a criação de programas de créditos subsidiados, é necessário também que os preços praticados no mercado em relação aos insumos sejam associados àquilo que eles cultivam, em contrário, os financiamentos, acabam sequestrando a autonomia dos mesmos e de suas famílias.

No campo a partir da observação da paisagem identificamos a presença de várias estruturas que alteraram a composição das atividades das famílias causando estranhamentos para os camponeses. Já os conteúdos técnicos dos processos produtivos camponeses não são homogeneamente modernos, há misturas de várias temporalidades e lógicas sociais.

Nesse contexto, as famílias camponesas reúnem especificidades temporais e estruturas sociais relacionadas à comunidade e a religiosidade de seus membros. No conjunto eles vão agindo e misturando a técnica e o conhecimento pretérito.

Compreendemos que as tensões vividas pelos camponeses provocadas pela expansão sucroalcooleira, implicam ações e atos territoriais que no conjunto da vida alteram as suas rationalidades, suas práticas, seus projetos e representações. Pensando nas (re)adaptações dos camponeses identificamos mudanças na relação do camponês com a sua família, vizinhança e propriedade.

---

<sup>222</sup> Entrevistado 20.

Pensando sobre as comunidades tradicionais, detectamos que os legados sociais, por vezes comparecem na vida prática como residuais e que potencializam a vida dos camponeses. Compreendemos que os resíduos acionados pelos camponeses se manifestaram desde a lida com a pecuária até na agricultura. De certa forma podemos considerar que vários saberes estão vivos e guardados e que fazem parte da cultura camponesa para conseguirem suprimir as várias dificuldades vividas no campo.

Na atividade leiteira os camponeses tendem a promover saídas para enfrentarem a redução de área. Assim, buscam melhorar a alimentação do rebanho, desvinculando-se da dependência do uso de ração, cuja composição principal está atrelada a *commodity*, como é o caso da soja. Identificamos duas maneiras encontradas pelos camponeses, sendo o consórcio de cultivos e o manejo da pastagem.

O consórcio de cultivos acontece quando os camponeses usam as lavouras de grãos, após a colheita, para colocar o gado. Em alguns casos os camponeses passaram a arrendar parte da terra para os cultivos de grãos, fazendo com que obtenham meios de alimentar o gado de forma menos dispendiosa. Reconhecem que ao final da colheita, nas lavouras de grãos, ainda sobra comida na lavoura. Essas estratégias nos mostraram que esse entendimento camponês faz com que eles vão além dos embates, disputas e conflitos por áreas.

Contudo, para o manejo adequado das pastagens os camponeses necessitam de orientações técnicas no que se refere a utilização correta de complementos alimentares para os animais e complementos agrícolas para as pastagens. Como exemplo de complementos alimentares, citamos o cultivo de grãos como o milho, sorgo e milheto, sendo que o principal aproveitamento desses cereais ocorrem na elaboração de silagem, as quais na maioria das áreas camponesas são elaboradas a partir da ajuda mútua. Também tem os piquetes, com manejo de pastagem.

Identificamos a utilização da ajuda mútua na construção de silos e na limpeza dos pastos. Para o camponês participar de trabalhos coletivos como no caso o mutirão para limpeza do pasto não se torna um serviço dispendioso. Eles ao

participarem do atendimento das demandas do vizinho reforçam os laços de vizinhanças e assim fortalecem as suas territorialidades. O fortalecimento das territorialidades, não surge apenas do ponto de vista de sua produção ou mesmo do modo de vida, mas também sob o ponto de vista de sua cultura, de suas religiosidades.

A ajuda mútua, na construção dos silos, tornou-se fundamental, pois para que se tenha o silo na propriedade a família camponesa demanda no mínimo três tratores além de outros equipamentos. Com a ajuda mútua, o “dono” do silo não precisa adquirir a quantidade de maquinários necessários, pois a partir dessa prática social amplia-se a criação de acordos tácitos, geralmente referenciados nas formas de reciprocidades e sociabilidades criadas e legitimadas no grupo. Elas são essenciais para o processo de existência social e territorial dos camponeses nas comunidades estudadas.

É neste sentido que as identidades dos camponeses, renovam/surgem no espaço, construindo seus territórios e se fixando nos lugares, na perspectiva do uso. A sociabilidade, entre vizinhos e a religiosidade também foram promovendo, a partir de seus rituais e símbolos, outras delimitações territoriais. Os camponeses continuam dinamizando os seus modos de vida.

Não podemos esquecer também da necessidade e da importância que os programas de assistência técnica em orientarem os camponeses na melhoria da infraestrutura; dos locais de ordenha, com a instalação adequada dos maquinários e equipamentos; utilização de tanques refrigeradores para o armazenamento do leite, melhorias nas técnicas do trato e até mesmo do conforto animal, como sombreamento e uso de cochos adequados para agregar qualidade à alimentação dos animais, entre outros.

Identificamos nas incursões ao campo que as áreas rurais estão vivendo/passando por processos acelerados de mudanças, onde os usineiros reocupam o espaço, transformando as pastagens em imensas lavouras de cana-de-açúcar. Os usineiros não trazem consigo apenas as lavouras, mas imprimem na paisagem seus interesses que acabam tencionando os modos de vida dos camponeses, os quais na prática vão sendo encurralados nos seus próprios

territórios. Essas tensões proporcionam reações das famílias, implicando em novos projetos produtivos e acordos tácitos, abrangendo a comunidade.

A resiliência dos camponeses é percebida quando adentramos para além dos canaviais que margeiam as rodovias e as estradas principais. Nos lugares mais distantes das rodovias percebemos que para além dos grandes canaviais, ainda existem camponeses/comunidades, em que as pessoas criam e também recriam suas condições materiais e imateriais de existência.

Compreendemos que o modo de vida camponês compõem os lugares vividos, os quais podem ser vistos como a expressão do particular, do resultado da ação combinada de processos amplos que foram acontecendo a partir de objetivos das famílias e de suas comunidades.

Nessa perspectiva, os camponeses do município de Tupaciguara elaboram essas estratégias agradecendo sempre a Deus, ou na perspectiva de que Deus estará sempre olhando por eles. Assim, entendemos que eles estabelecem os seus territórios, sempre buscando meios para persistir, tendo como fundamento a sociabilidade, reciprocidade e ajuda mútua enlaçada ao religioso, ou seja, a religiosidade proporciona e reforça as sociabilidades e reciprocidades e, por consequência, as resiliências.

No estudo reconhecemos a importância da festa religiosa. Pois, a festa torna-se o ponto de encontro da comunidade, onde é possível “combinarem atividades”, propiciarem a manutenção da Capela, além de ser o momento de lazer e contemplação dos camponeses. No último dia da festa é realizado um almoço sem custo, para pessoas da comunidade ou não. Esse ato serve para reforçar os laços de amizade, de ajuda mútua, já que toda a comunidade se envolve de alguma maneira na elaboração da festa. Além desses fatores a festa serve para mostrar/reforçar as territorialidades dos camponeses.

Assim podemos considerar que o mutualismo entre os camponeses comparece a partir das práticas religiosas, dos compromissos sociais e também do fortalecimento do território, fundamentado na ética e na moral daqueles produtores rurais. Isso implica a compreensão dos processos que se manifestam

estabelecendo, na comunidade, mobilizações e compromissos das pessoas em continuarem ocupando o espaço e definindo os seus territórios a partir dos seus patrimônios religiosos, os quais acarretam no fortalecimento da comunidade.

As comunidades agem/vivem/(re)existem pautadas na ajuda mútua entre parentes e vizinhos. Nessa relação mediada pela reciprocidade, eles trocam serviços, maquinários e experiências para a execução de várias tarefas.

O conceito de resiliência nos permitiu pensar e compreender os modos de vida dos camponeses. Ela tornou-se um dos conceitos respeitáveis para explicar as diferenças e a capacidade deles suportarem e reagirem às tensões derivadas do processo de reocupação do espaço.

Assim, o camponês que cultiva a mandioca, ao se relacionar com o proprietário de terra, recria um sistema de arrendamento/partneria. Nessa relação, o camponês não renumera o dono de terra com dinheiro (em espécie) e sim com porcentagens da produção. Outro aspecto importante a ser considerado nesse processo de criar ou mesmo recriar estratégias para desenvolverem suas atividades produtivas usando terras dos vizinhos é que em alguns casos, principalmente nas áreas onde as condições de se promover parcerias, as vizinhanças, são vinculadas ao território a partir das instituições tradicionais, principalmente a Igreja Católica.

A prática social imediata que tem sido acionada nesse contexto de pouca terra é o estabelecimento de acordos com os donos de terra. São esquemas de trocas que apresentam vários sentidos e objetivos.

Conseguir áreas para o cultivo da mandioca propicia ao camponês meio para melhorar as suas condições de vida no processo de gerar renda e trabalho para os membros da família. Também conseguem reduzir os custos com transportes e melhorar alguns aspectos das condições socioterritoriais decorrentes da expansão das lavouras de cana, freando, por exemplo, o arrendamento de áreas no entorno da comunidade e também a homogeneização da paisagem.

A essência deste processo é ainda a heterogeneidade da paisagem a qual continua apresentando rugosidades. Pois ao “ler” as paisagens nos permitiu, descobrir que, em uma mesma propriedade camponesa conjugam elementos do

passado com aqueles vindos da modernidade. Isso favoreceu a compreensão de um modo de vida que carrega e viabiliza no cotidiano, possibilidades de existência, inclusive efetivando a resiliência, a partir de articulações entre o tradicional e o moderno.

Durante nossas incursões empíricas observamos em “uma mesma paisagem” barracões, silos de grãos e pecuária ambos ceceadas pelos canaviais. Na análise da paisagem, foi possível identificarmos a presença de estruturas criadas para sustentar o cultivo de soja e milho (os barracões e silos de grãos), indicando/contrastando com outros interesses (canavial). Assim, percebemos que houve uma reordenação socioprodutiva dos lugares. Os silos e barracões indicam redefinições no uso da terra determinada pelo mercado com consequência para as paisagens e vida das pessoas.

Para compreendermos a paisagem, não bastou apenas descrevê-la, coube também analisá-la. Partindo desse princípio consideramos as paisagens físicas do município de Tupaciguara, utilizando imagens de satélite. O objetivo deste procedimento foi mapear os usos do solo destacando as evoluções/declínios dos usos do solo do município.

Consideramos que as paisagens agrárias de Tupaciguara decorrem também de intervenções do estado, as políticas públicas votadas para o setor sucroalcooleiro exercem forte pressão sobre o espaço, contribuindo para alterações dos territórios camponeses.

Com isso, compreendemos que a resiliência encontra-se implicada nos processos de (re) existência camponesa e nas possibilidades das famílias e comunidades tradicionais se reorganizarem em seus ter ritórios. Paisagens mentais busca o que está guardado para, que no momento certo, recriá-los, para manter o domínio do seu território.

## REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:2011.**

ABNT. **ABNT NBR ISO 14001.** Disponível em: <http://www.abnt.org.br>. Acesso dia 05/06/2014

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Atelié Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores:** Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas, São Paulo - UNICAMP, 2002.

ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire. Grenoble:** Presses universitaires de Grenoble, 1980.

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, ano 2, n.2, Fortaleza - CE, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e Cultura:** os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47 - 97.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In.: PELÁ, Márcia; CASTILHO Denis (orgs.).**Cerrados:** perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. P.113-130.

**ALMG.** Cana-de-Açúcar. Disponível em: [https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/cana\\_acucar/entenda/informacoes\\_gerais.html?tagNivel1=192&tagAtual=10083](https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/cana_acucar/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=192&tagAtual=10083). Acesso em: 31 de maio de 2017.

AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179p.

ANDRADE, Manuel Correira de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 115p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forence Universitária, 1999.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: Enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artes Médicas. 2006.

BARROS, Rafael Silva de. Avaliação da Altimetria de Modelos Digitais de Elevação Obtidos a Partir de Sensores Orbitais [Rio de Janeiro], 2006 XIX, 172p.(IGEO/ UFRJ, D.Sc., Geografia, 2006. **Tese** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Presidência da República Casa Civil**. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> acesso em: 31 de maio de 2017.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. “Periferia de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da região) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTTIMER, A. “O espaço social numa perspectiva interdisciplinar”. In: SANTOS, M. e SOUZA, M. A. de (Orgs.), **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. **A construção do conceito de resiliência em psicologia**: discutindo as origens. Paidéia. v. 21, n. 49, p. 263-271. 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200014>.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, editora Ouro Sobre Azul, 11ª edição, 2010.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens humanas. In: Côrrea, R. L. & Rosendahl, Z. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**, p. 93-122. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

COSTA, Ricardo da Silva. Produtores de abacaxi e o setor sucroenergético em Canápolis - MG: configurando novas territorialidades. **Dissertação (mestrado)** – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014. 151 p. : il. Orientador: Rosselvelt José Santos.

COSTA, Ricardo da Silva. A inserção de novas dinâmicas produtivas no município de Ituiutaba MG: a questão da água para os assentados. In.: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Presidente Prudente. 2015.

COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. **Diálogos teóricos do autor com o orientador**. 2015.

COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. **Diálogos teóricos do autor com o orientador**. 2016.

COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. **Diálogos teóricos do autor com o orientador**. 2017.

COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. **Diálogos teóricos do autor com o orientador**. 2018.

COSTA, Ricardo da Silva. SANTOS, Rosselvelt José. **Diálogos teóricos do autor com o orientador**. 2019.

**COPAM.** Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma= 32595>. Acessado em: 01/05/2016.

**CEPAC.** O que é sequestro de carbono? Porto Alegre. Disponível em: [http://hmg.pucrs.br/cepac/index\\_br.php?p=sequestro\\_carbono](http://hmg.pucrs.br/cepac/index_br.php?p=sequestro_carbono). Acesso em: Maio de 2016.

CLAVAL, Paul. "O território na transição da pós-modernidade" In: **Geografia**, Niterói, vol. 1 -2006.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, R. L. (orgs.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CLEPS JR., J. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. **Tese de doutorado**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1998. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/teses.html>. Acessado em: 01/02/2016.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva vision, 1974.

CRUZ, Joyce Rodrigues da. MATIAS, Lindon Fonseca. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento dos impactos socioambientais decorrentes das formas de uso da terra nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) da Represa de Salto Grande no município de Americana (SP). In: **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil**, 25-30 abril 2009, INPE, p. 3705-3712.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

EUCLIDES. Valeria Pacheco Batista. Manejo do capim-mombaça para períodos de águas e seca. **Embrapa Gado de Corte**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2118000/artigo-manejo-do-capim-mombaca-para-periodos-de-aguas-e-seca>. Acesso em: 01/08/2017.

FREITAS, Eduardo de. **Cerrado**. Brasil Escola, 2016. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/cerrado.htm>>. Acesso em 24 de julho de 2018.

FREITAS, S. M. De. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Imagens de Satélite para Estudos Ambientais**. São Paulo, 2002, Oficina de Textos.

GALVÃO, Maria João. VARETA, Nicole. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento, **Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia**, FLUP, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/a-multifuncionalidade-das-paisagens-rurais-uma-ferramenta-para-o-desenvolvimento.pdf>. Acesso em 03/04/2018.

GAZZONI, D. L. **Panorama energético atual e perspectivas futuras**. Revista biodieselbr.com, 2008. Disponível em: Acesso em: 01/02/2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**. Campinas: Revista ABRA, v.21, n.3, set./dez. 1991, p.5-34. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=10988>. Acesso em: 04/01/18.

GEBOREN, Wera Wojtkiewicz. Sinn – Bild – Landschaft Landschaftsverständnisse in der Landschaftsplanung. Eine Untersuchung von Idealvorstellungen und Bedeutungszuweisungen. von der Fakultät VI – Planen Bauen Umwelt Institut für Landschaftsarchitektur und Umweltplanung der Technischen Universität Berlin zur Erlangung des **akademischen** Grades. Berlim 2015. Disponível em: [https://depositonce.tu-berlin.de/bitstream/11303/4893/2/wojtkiewicz\\_wera.pdf](https://depositonce.tu-berlin.de/bitstream/11303/4893/2/wojtkiewicz_wera.pdf). Acesso em: 01/08/2017.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsões políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F. **O Inconsciente Maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Campinas: Papirus, 1988.

GUIMARÃES JÚNIOR, Roberto. et al. Uréia na Alimentação de Vacas Leiteiras. Planaltina – DF. **Embrapa Cerrados**, 2007. Documentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, 1994. p.206-214.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói, EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HEIDRICH, A. L. “Territorialidades de exclusão e inclusão social”. In REGO, N., MOLL, J. & AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, pp. 21-44.

HALL, STUART. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas T. da Silva. RJ: Ed. DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004. Introduction L’Arche. Paris: Editeur Paris, 1958.

HIRTZER Michael; TEIXEIRA Marcelo. **Preços do etanol no Brasil em alta abrem janela para importação dos EUA**. 2018. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/etanol/mercado/importacao/precos-etanol-brasil-alta-janela-importacao-eua-190118/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

INÁCIO, J. B. COSTA, R. S. SANTOS, R. J. O arrendamento de terras para as usinas sucroalcooleiras no território do Triângulo Mineiro. **VIII simpósio de Geografia – SIMGEO - Território e paisagem redimensionados pela expansão da cana-de-açúcar**. Quirinópolis 2010.

KANT, IMMANUEL. **Crítica da razão pura**. Tradução: J. Rodrigues de Merege. Edição Acrópolis. Versão para eBook Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.pdf>. Acesso em: 05/01/2018

KAUSTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo, Proposta Editorial. 1980, 328p.

KINN, Marli Graniel. Lugares e Territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro -MG. **Tese de Doutorado**. – São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06062011-172324/pt-br.php>. Acessado em: 01/03/2016. Doi:10.11606/T.8.2011.tde-06062011-172324.

KOLARS, J. F.; NYSTEN, J. D. **Human Geography:** Spatial Design in World Society. New York, Mc Graw-hill, 1974.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace.** Paris: Anthropos. 1986.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia.** Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura económica, 1983.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo, Nova Cultural, 1985.

LUXENBURGO, Rosa. **A Acumulação de capital.** São Paulo, Coleção os Economistas, Nova Cultural, 1985. 418p.

MATEUS, A. **Alto Minho 2020:** Uma região resiliente. Arcos de Valdevez. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Campesinato, Cidadania e Sociedade Civil em Face da Crise do Estado.** Salvador. BH. Cadernos Ceas (136), 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: 2004.

MAZUR, L. Cultivando a resiliência em um mundo perigoso. In: ASSADOURIAN, E; PRUGH, T. (Org.). **Estado do mundo 2013:** A sustentabilidade ainda é possível? Worldwatch institute. Produção em parceria: Instituto Akutue Universidade Livre da Mata Atlântica. 1. Ed. Salvador: Editora Uma, 2013. 184-193

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica. **Revista da ANPEGE** (UFPR), v 7, n. 1, numero especial, p. 111-118, 2011.Doi: 10.5418/RA2011.0701. 0010

MEZAROBA, Silvana. MENEGUETTI, Claudio Cesar. GROFF, Andréa Machado. Processos de produção do açúcar de cana e os possíveis reaproveitamentos dos subprodutos e resíduos resultantes do sistema. In.: **Anais do IV Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial.** Campo Mourão PR, 2010. Disponível

em: [http://www.fecilcam.br/anais/iv\\_eepa/data/uploads/9-engenharia-da-sustentabilidade/9-04-com-autores.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/iv_eepa/data/uploads/9-engenharia-da-sustentabilidade/9-04-com-autores.pdf). Acessado em: 04/02/2018.

MOINHOS, Rodrigo. Tupaciguara atrai duas usinas. **Jornal Diário do Comércio**, Tupaciguara 13 de novembro de 2011. Caderno Agronegócio. Disponível em: <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=115433>. Acessado em: 01/09/2016.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo. Série Princípios. 1986.

MOURA Muriel Costa de. Olhares sobre Tupaciguara (1920 – 1960): de sonho rural a ideal de progresso. Monografia do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18591/3/OlharesSobreTupaciguara.pdf>. Acesso 22/08/2016

NAGHETTINI, Sergio. **Povos Indígenas no Brasil – Caiapó**. Disponível em: <http://povosindigenasnobrasil.blogspot.com.br/2009/05/caiapo.html>. 2009 Acessado em: 10/01/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PETROBRAS. **Conheça o etanol produzido com bagaço de cana**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/conheca-o-etanol-produzido-com-bagaco-de-cana.htm>. Acessado em: Julho de 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Miguel Serras Pereira (tradutor). 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PLACCO, V. M. N. S. Prefácio. In: TAVARES, J. (Org.) **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7-12.

QUEIROZ, Maria Isaura R de. **O Campesinato Brasileiro**. Vozes: Petrópolis, 1976, 2. ed.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. Human territoriality. **Cambridge**: Cambridge Univerty Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Proposições para estudos territoriais**. Revista *GEOgrafia*– Ano VIII -N.15 -2006. p 71-85.

SAQUET, M. A. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. Uberlândia, 2006b.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Expressão popular, São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. IN: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular: UNESP Programa de pós-graduação. São Paulo, 2009.

SANO, Edson E. LIMA, Jorge E. F. W. SILVA, Euzebio M. OLIVEIRA, Elaine C. Estimativa da variação na demanda de água para irrigação por pivô-central no Distrito Federal entre 1992 e 2002. **Revista Eng. Agríc.**, Jaboticabal, v.25, n.2, p.508-515, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eagri/v25n2/26514>. Acessado em: 22/02/2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69162005000200025>.

SANTOS, F. T. dos. **Territórios resilientes enquanto orientação de planeamento**. Prospectiva e Planeamento, Lisboa. n.16. 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3<sup>a</sup> edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfozes do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. Editora da Universidade de São Paulo São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** 18<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. CALDEYRO, Verônica Sabatino. Paisagens, Condicionantes e mudanças. In: **Vulnerabilidade Ambiental Desastres naturais ou fenômenos introduzidos?** Rozely Ferreira dos Santos (org). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 192 p.

SANTOS, R. J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado:** metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: Novas gentes, outras identidades. IN: ALMEIDA, Maria Geralda, CHAVEIRO, E. F. BRAGA, H. C. (orgs). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Impresso no Brasil, Goiânia, 2008b.

SANTOS, Rosselvelt José. Vínculos territoriais e residualidades camponesas no processo de territorialização do complexo sucroenergético - Microrregião de Uberlândia- MG. In.: Rosselvelt José Santos... [et al.] (orgs). **Residualidades, resiliências e vínculos territoriais camponeses no contexto do agronegócio da cana-de-açúcar.** 1. ed. – Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017. ISBN: 978-85-93598-10-4.

SANTOS, R. J. COSTA, R. S. Territórios enredados: Cultivos camponeses do abacaxi e destilação de cachaça – Canápolis – MG. In: SANTOS, Rosselvelt José. et al. **Comunidades locais:** camponeses criadores de poupança. 1<sup>a</sup> edição. Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017.

SANTOS, R. J. COSTA, R. S. Criatividade e resiliência na produção camponesa de alimentos – Brilhante – Tupaciguara – MG. In.: Rosselvelt José Santos... [et al.] (orgs). **Residualidades, resiliências e vínculos territoriais camponeses no**

**contexto do agronegócio da cana-de-açúcar.** 1. ed. – Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017. ISBN: 978-85-93598-10-4.

SANTOS, R. J. COSTA, R. S. P. A. Divisa: plantar, colher e obter água e leite no Cerrado de Ituiutaba-MG. In: **XXIII ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária – Ajustes Espaciais X Soberania(s):** Multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo, 2016, São Cristovão SE.

SANTOS, Rosselvelt José. ZUFFI, Mônica Arruda. Resiliência e estratégias camponesas nos ciclos da natureza do Cerrado: Comunidade de São Jerônimo – Limeira do Oeste – MG. In.: Rosselvelt José Santos... [et al.] (orgs). **Residualidades, resiliências e vínculos territoriais camponeses no contexto do agronegócio da cana-de-açúcar.** 1. ed. – Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017. ISBN: 978-85-93598-10-4.

SANTOS, Rosselvelt José. INÁCIO, Jaqueline Borges. Resiliência nos modos de vida camponês e as novas territorialidades - Santa Vitória – MG. In.: Rosselvelt José Santos [et al.] (orgs). **Residualidades, resiliências e vínculos territoriais camponeses no contexto do agronegócio da cana-de-açúcar.** 1. ed. – Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017. ISBN: 978-85-93598-10-4.

SILVA, Frederico. Multinacional vai investir R\$ 1 bi para instalar usina. **Jornal Correio De Uberlândia**, Uberlândia, 27 de agosto de 2011. Caderno Cidade e Região. Disponível em: <http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/multinacional-vai-investir-r-1-bi-para-instalar-usina/>. Acessado em: 21/09/2016.

SILVA, Arlete Mendes da. Resiliência socioespacial na expansão canavieira do cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia/GO. 2014. 394 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufu.br/handle/123456\\_789/15988](https://repositorio.ufu.br/handle/123456_789/15988). Acessado em: 22/08/2018.

SILVA, Simone Rezende. Questão agrária em Camburi: território, modo de vida e problemas fundiários. In: **Ruralidades Latinoamericanas, Identidades Y Luchas**

**Sociales.** GIARRACCA N; LEVY B. (ed).. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2004. P-117-162

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação:** apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana, Regiões. v.2, n.2, 2004, p.78-96.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do Uso: Cotidiano e Modo de Vida. **Cidades.** v.1, n.2, 2004, p.181-206.

**SEMACE.** Shape – definições e conversão. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2011/06/shape-definicoes-e-conversao/>. Acessado em: 21/09/2017.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira. **Curso de especialização em Geoprocessamento.** Departamento de Cartografia, Centro de Sensoriamento Remoto. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. Disponível em: <http://csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/intimagem.pdf>. Acesso: 25/10/2015

SOUZA, E. A. O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, em QUIRINÓPOLIS/GO. **Tese (doutorado)** – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013.

SOUZA, E. A. SANTOS, R. J. A espacialização da cana-de-açúcar e as transformações dos modos de vida tradicionais do cerrado. IN Anais XI – **EREGEO – Simpósio Regional de Geografia**, “A geografia no centro-oeste Brasileiro: passado, presente e futuro. UFG - Jataí GO, 2009.p 1041-1052.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TONACO, Daiane Aparecida. De Quiabo a Santo Antônio: a dimensão religiosa na construção e desenvolvimento do espaço urbano em Santo Antônio de Goiás (1903-2008). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Goiás. 2010.

TROTSKY, Leon. **Questões do Modo de Vida**. A época do “militantismo” cultural e suas tarefas. CASTRO, A (trad). Site, 2009. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1923/vida/index.htm>. Acesso: Outubro 2016.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria - Ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TROPPMAIR, Helmut. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Divisa, 2006.

VALDERDE, Orlando. **Geografia agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de pesquisa Educacional, 1964. 395p.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo, Diefel. 1976.

**ANEXOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Resiliência camponesa e atos territoriais em espaços reocupados pelo otimismo do setor sucroalcooleiro: Tupaciguara-MG

**Pesquisador:** ROSSVELT JOSÉ SANTOS

#### **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 82461617.6 0000.5152

**Instituição Proponente:** Instituto de Geografia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.700.057

## **Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma submissão em resposta ao parecer consubstanciado 2.570.137, de 28 de março de 2018.

Conforme o texto dos pesquisadores:

A proposição desta pesquisa decorre de observações, sobre o avanço das lavouras de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro e a condição territorial das comunidades tradicionais camponesas do cerrado do município de Tupaciguara. Trata-se de estudar a partir das práticas socioculturais de produção e de inserção ao mercado discutir a condição socioterritorial da existência do camponês em relação ao espaço reocupado pela cana-de-açúcar no município de Tupaciguara. A problemática também inclui no estudo a importância dos saberes e dos vínculos territoriais e suas implicações em ações que podem estar, no lugar, resultando em combinações e estratégias deste participante para desenvolver suas formas de organização, bem como compreender como os camponeses vivem/existem nos lugares e em comunidades a partir das tensões impostas pelo setor.

sucroalcooleiro, tendo como recorte temporal á década de 2000. A empiria foi alcançada nos trabalhos de campo e a partir deles observamos,descrevemos e analisamos as paisagens da cana, sua dinamicidade e implicações nos modos de vida e vínculos territoriais. As falas dos

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38 408-144

Bamboo  
UE-MG

**Municipio:** LIBERLANDIA

UF: MG MUNI

**Fax:** (34)3239-4335

E-mail: [sep@propp.ufu.br](mailto:sep@propp.ufu.br)



Continuação do Parecer: 2.700.057

participantes seguidas de análise derivam de vários períodos de vivências que estabelecemos com os camponeses cercados pela cana. Utilizamos tecnologias de SIG como meios para compor o trabalho e apresentar a área de pastagem do município de Tupaciguara MG. Município que possui a economia basicamente atrelada ao setor agropecuário.

**Critério de Inclusão:**

Os participantes serão escolhidos pelo tipo de produção (produção de alimentos e pecuária) e pelo tamanho da área.

**Critério de Exclusão:**

Não vamos trabalhar com os donos de usinas sucroalcooleiras

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme o texto do projeto dos pesquisadores:

**Objetivo Primário:**

Trazer a discussão da mobilização da propriedade da terra para analisar a condição do camponês a partir das problemáticas que envolvem as transformações das relações no interior da família, da comunidade e dos lugares, para o âmbito da Geografia; refletir sobre a resiliência no espaço como uma relação sóciohistórica já estabelecida; analisar os modos de vida e as relações dos camponeses nas comunidades tradicionais; Compreender as formas de produção tradicional dos camponeses.

**Objetivo Secundário:**

- 1)Compreender a partir das práticas sociais e vínculos territoriais as diferentes temporalidades e lógicas sociais presentes nas relações entre a condição territorial local das comunidades rurais tradicionais de Tupaciguara;
- 2)Identificar e analisar as condições pelas quais os produtores locais (re) existem no espaço rural de Tupaciguara;
- 3)Discutir as representações do território pelas comunidades locais, analisando a memória, perspectivas de conquista, perdas, frustrações e elaboração de novos vínculos territoriais a partir da expansão da cana-de-açúcar na década de 2000;
- 4)Compreender as contradições, tensões, ações e reações sofridas pelos camponeses do cerrado de Tupaciguara, com a inserção das grandes lavouras de cana-de-açúcar e analisar os modos de

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica

**CEP:** 38.408-144

**UF:** MG

**Município:** UBERLANDIA

**Telefone:** (34)3239-4131

**Fax:** (34)3239-4335

**E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 2.700.057

vida a partir das paisagens físicas e culturais, das relações sociais, de produção dos camponeses e seus embates com fornecedores de cana-de-acúcar.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o texto do projeto dos pesquisadores:

#### **Biscois:**

Os riscos consistem em identificação do participante da pesquisa. No entanto não iremos identificar o nome do entrevistado, iremos caracterizá-lo em nossa pesquisa como “entrevistado ou pequeno produtor / camponês”.

#### **Benefícios:**

O reconhecimento dos entrevistados da importância de se manterem no campo e produzindo seus meios de vida no município de Tupaciquara MG.

## **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa de doutorado que pode contribuir para uma compreensão acadêmica acerca da reação dos produtores rurais à expansão da lavoura de cana de açúcar no município de Tupaciguara.

Respostas dos pesquisadores às pendências que ainda não haviam sido resolvidas:

5) Pede-se fazer uma revisão cuidadosa ao longo do texto do projeto original e do formulário da PB, e no TCLE, de forma a corrigir problemas de redação, como por exemplo: "Compreender as contradições, TENÇÕES, ações e reações", "cartográficos que ilustrarão Á pesquisa", entre outros.

**RESPOSTA DOS PESQUISADORES:** Atendemos a solicitação

**ANÁLISE DO CEP:** Pendência parcialmente resolvida; por exemplo, no texto da PB e do projeto completo, em "Objetivos secundários", ainda consta: "Compreender as contradições, tensões, ações e reações sofridas pelos camponeses" (a grafia correta da palavra é "TENSÕES").

R: O texto foi revisado por um corretor.

**ANÁLISE FINAL DO CEP:** Pendência resolvida.

6) Solicita-se aos pesquisadores que anexem uma declaração (assinada) na Plat. Brasil

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

**CEP:** 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLANDIA

**Telefone:** (34)3239-4131

**Fax:** (34)3239-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.700.057

comprometendo-se a iniciarem a coleta de dados apenas depois da aprovação final do projeto pelo CEP. No campo "Metodologia" do projeto original e do formulário da PB, pede-se substituir "sujeitos" por participantes, seguindo a Resolução no.466 do CNS/ CONEP/ MS;

**RESPOSTA DOS PESQUISADORES:** Atendemos a solicitação

**ANÁLISE DO CEP:** A pendência não foi resolvida, pois os pesquisadores não anexaram, na Plataforma Brasil, a declaração solicitada pelo parecer consubstanciado.

R: Declarações anexadas

**ANÁLISE FINAL DO CEP:** Pendência resolvida.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os Termos obrigatórios foram apresentados.

**Recomendações:**

Recomenda-se aos pesquisadores efetuar as devidas revisões, de forma a corrigir erros como "não vamos identificas os pesquisados" (no texto do projeto da PB e do projeto completo), e "em relação a possível falta de área ocasionado pelo aumento das lavouras de cana-de-açúcar" (no texto do TCLE). Recomenda-se, ainda, a substituição do termo "sujeito da pesquisa" por "participante", no texto do TCLE.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 2.570.137, de 28 de março de 2018, foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Março de 2019.

**OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.**

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica                           **CEP:** 38.408-144

**UF:** MG                                   **Município:** UBERLÂNDIA

**Telefone:** (34)3239-4131                           **Fax:** (34)3239-4335                           **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 2.700.057

e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12 ) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_867831.pdf	04/04/2018 16:23:57		Aceito
Outros	resposta.pdf	04/04/2018 16:23:35	Ricardo da Silva Costa	Aceito

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica      **CEP:** 38.408-144

**UF:** MG      **Município:** UBERLÂNDIA

**Telefone:** (34)3239-4131      **Fax:** (34)3239-4335      **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.700.057

Outros	Declaracao_Rosselvelt.pdf	04/04/2018 16:20:00	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	Declaracao_Ricardo.pdf	04/04/2018 16:17:23	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	Declaracao_conjunta.pdf	04/04/2018 16:13:51	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	Respostas.docx	06/03/2018 15:47:59	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2527605.pdf	06/03/2018 15:45:13	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.docx	06/03/2018 15:44:28	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	06/03/2018 15:43:32	Ricardo da Silva Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	06/03/2018 15:43:07	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Outros	Curriculum.docx	03/01/2018 15:28:46	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_Equipe_Executora.pdf	03/01/2018 15:24:27	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instituicao_Co_Participante.pdf	03/01/2018 15:23:33	Ricardo da Silva Costa	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto2.pdf	22/03/2017 14:53:41	Ricardo da Silva Costa	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

UBERLANDIA, 07 de Junho de 2018

---

**Assinado por:**  
**Karine Rezende de Oliveira**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica

**CEP:** 38.408-144

**UF:** MG

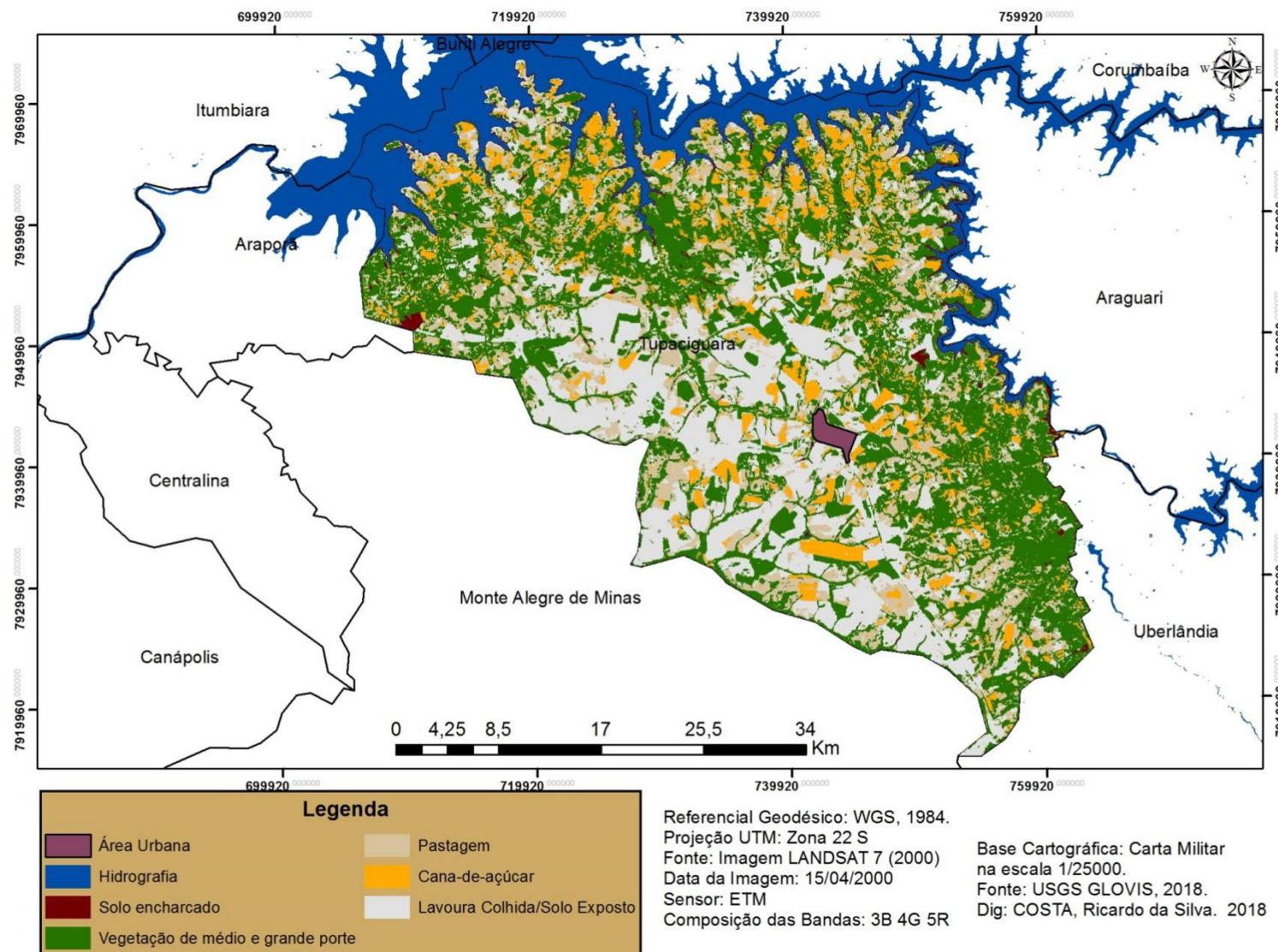
**Município:** UBERLÂNDIA

**Telefone:** (34)3239-4131

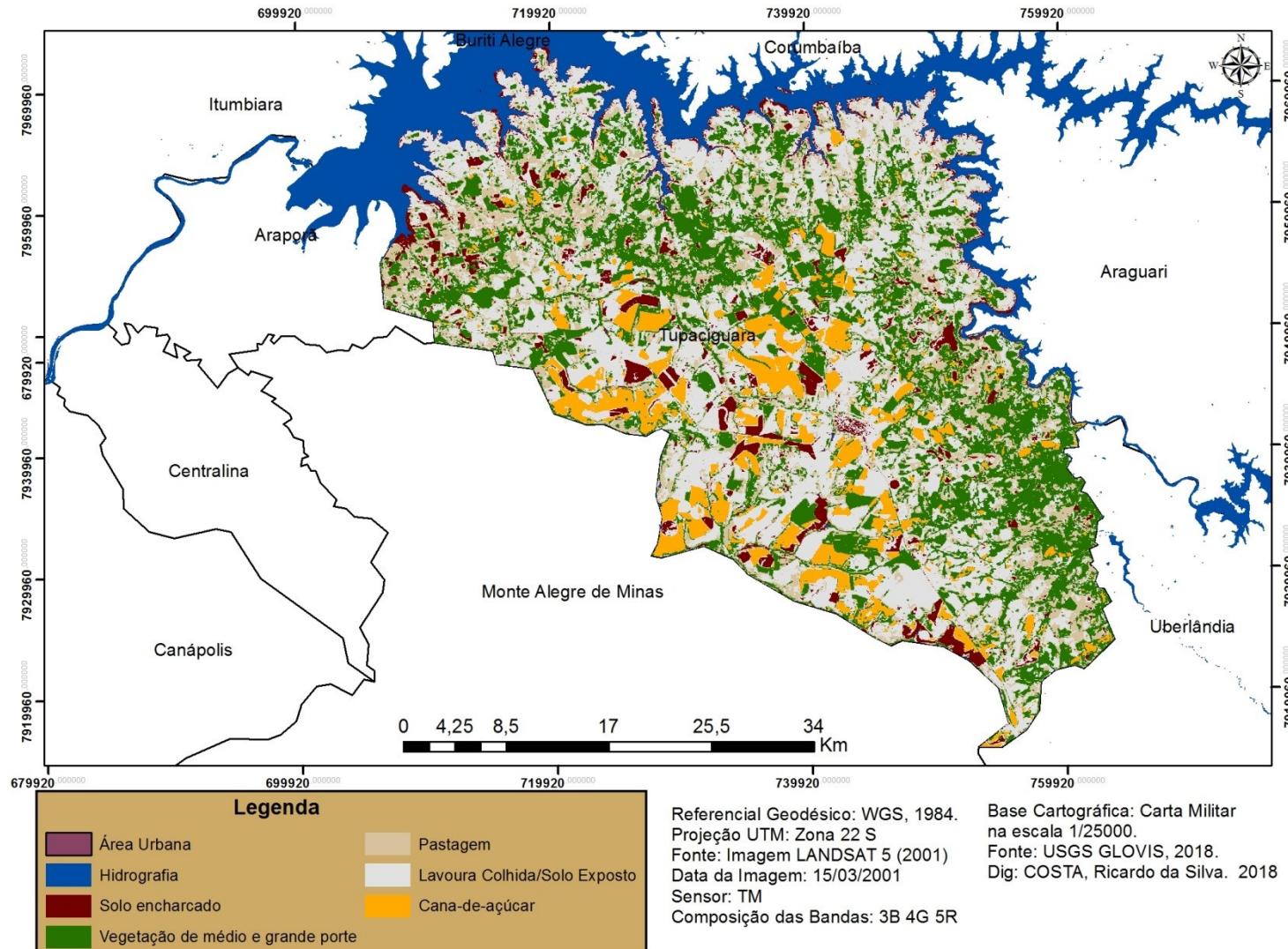
**Fax:** (34)3239-4335

**E-mail:** cep@propp.ufu.br

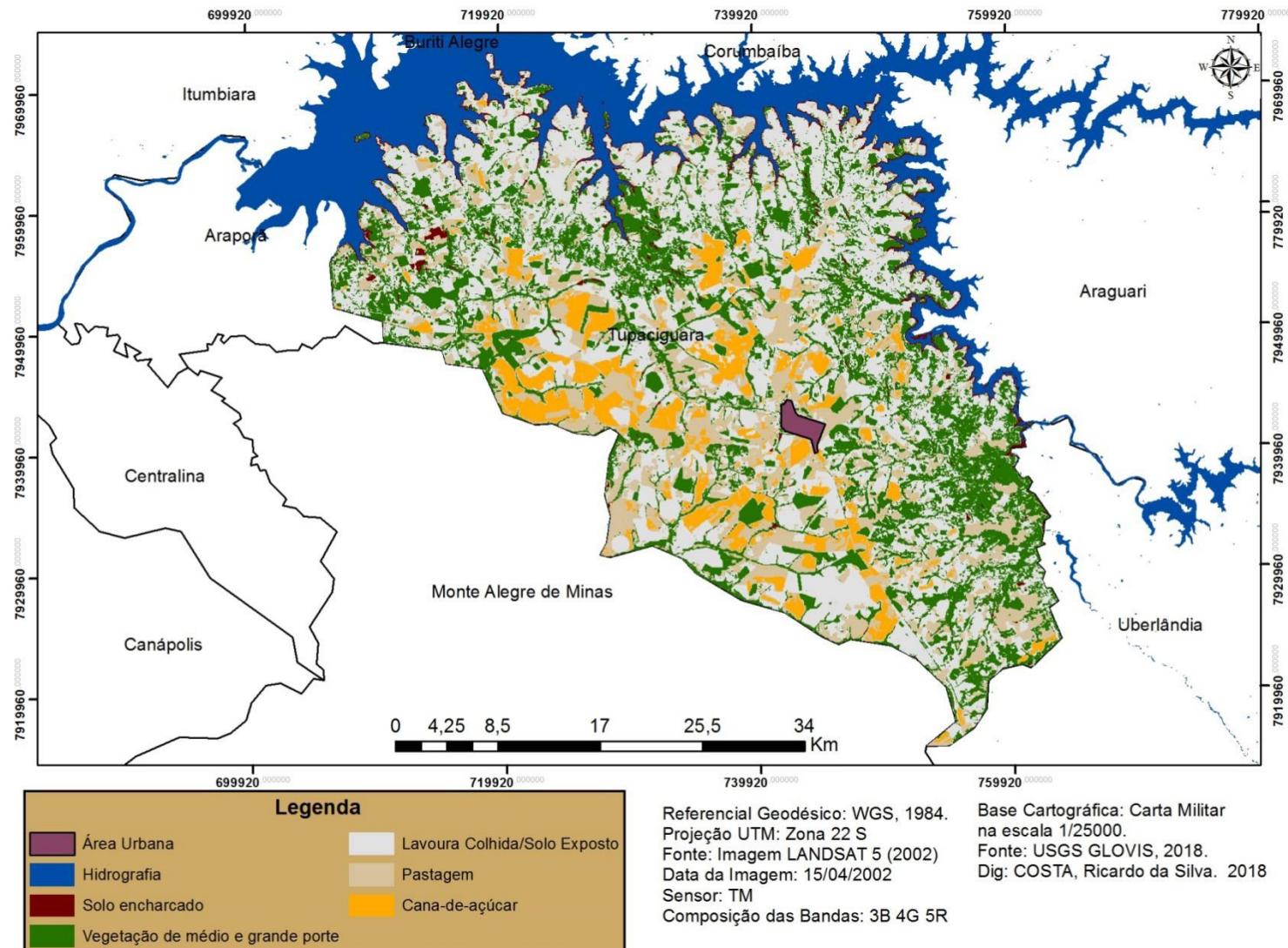
Mapa 06 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2000



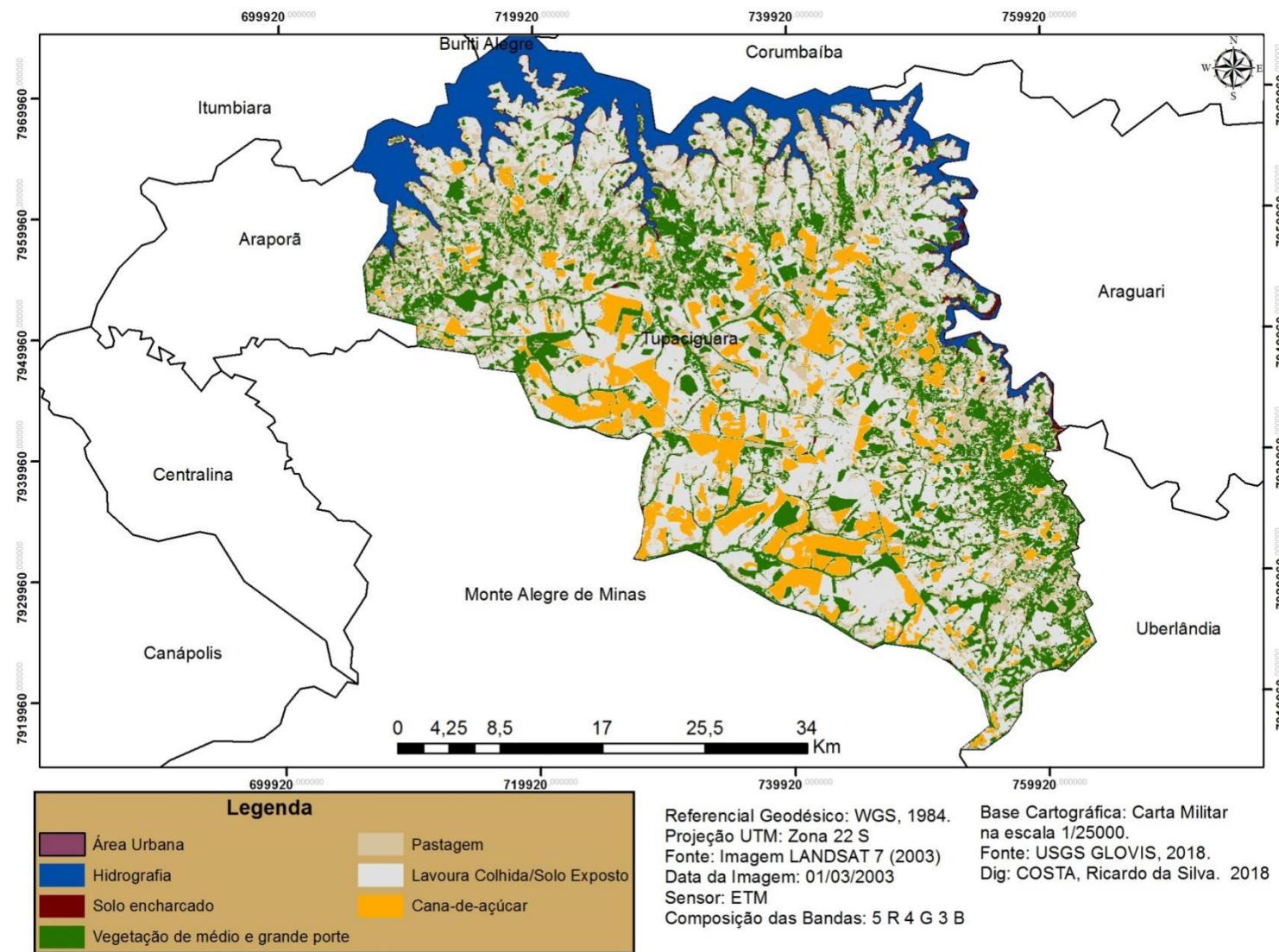
Mapa 07 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2001.



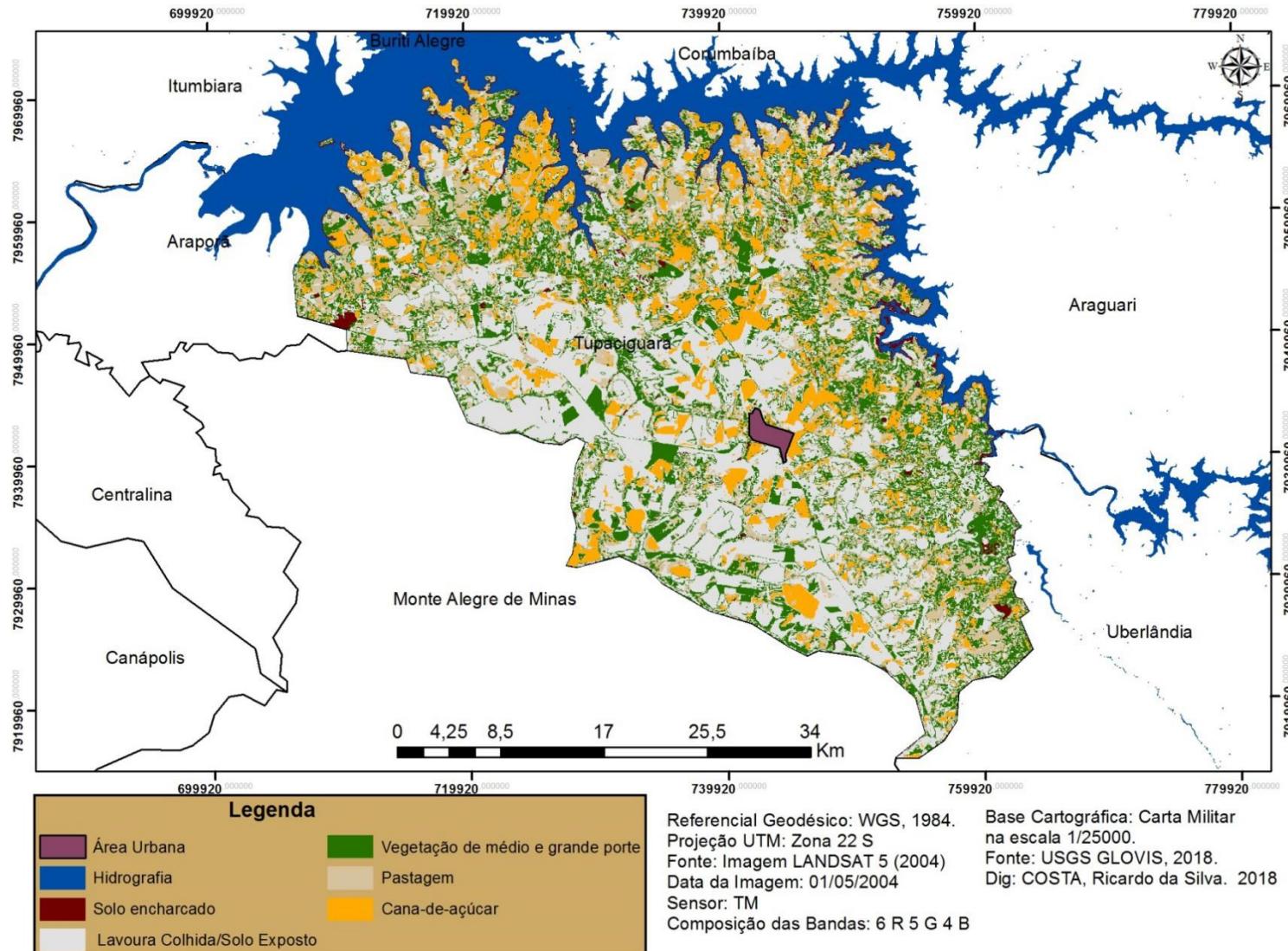
Mapa 08 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2002.



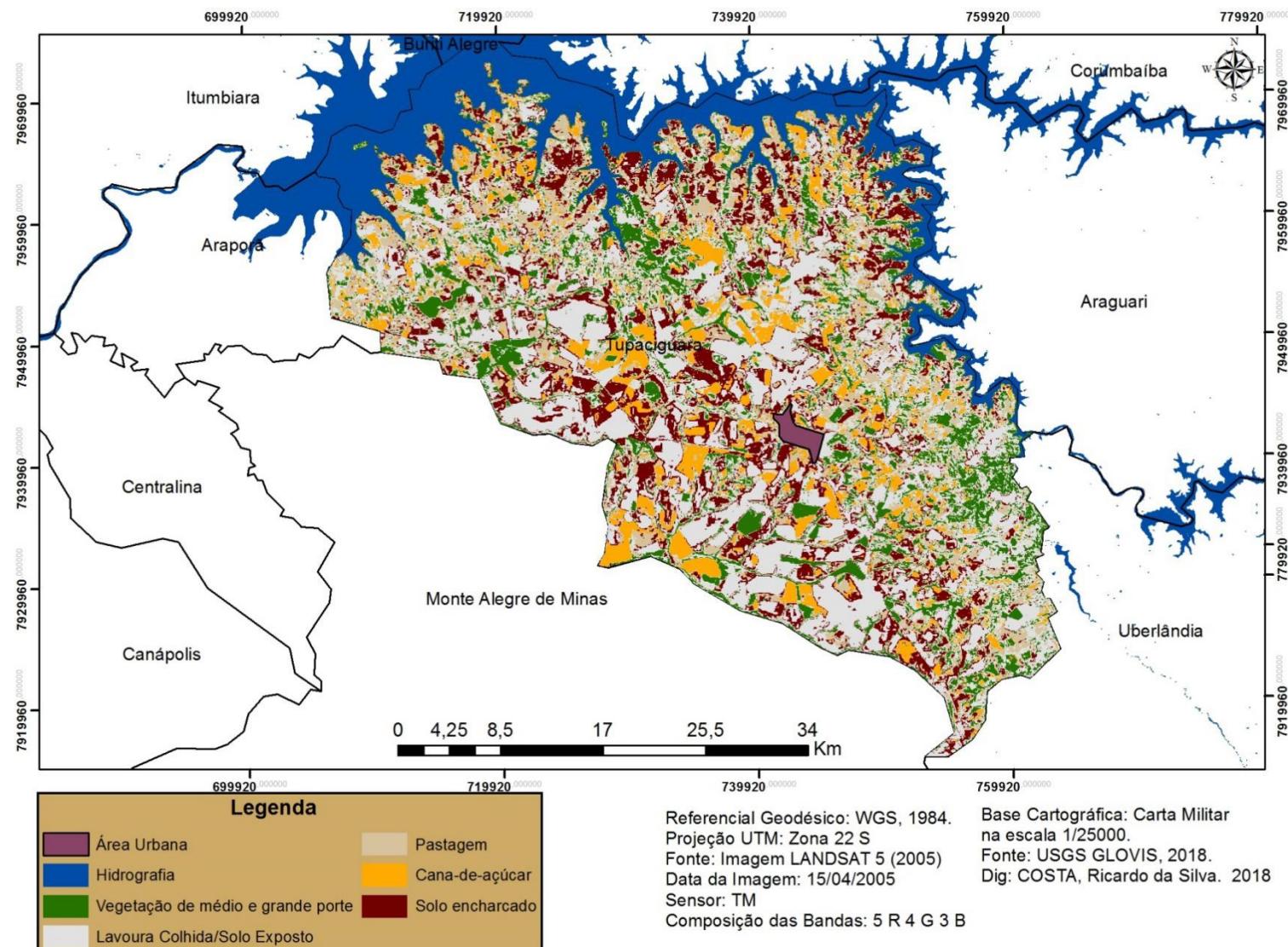
Mapa 09 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2003.



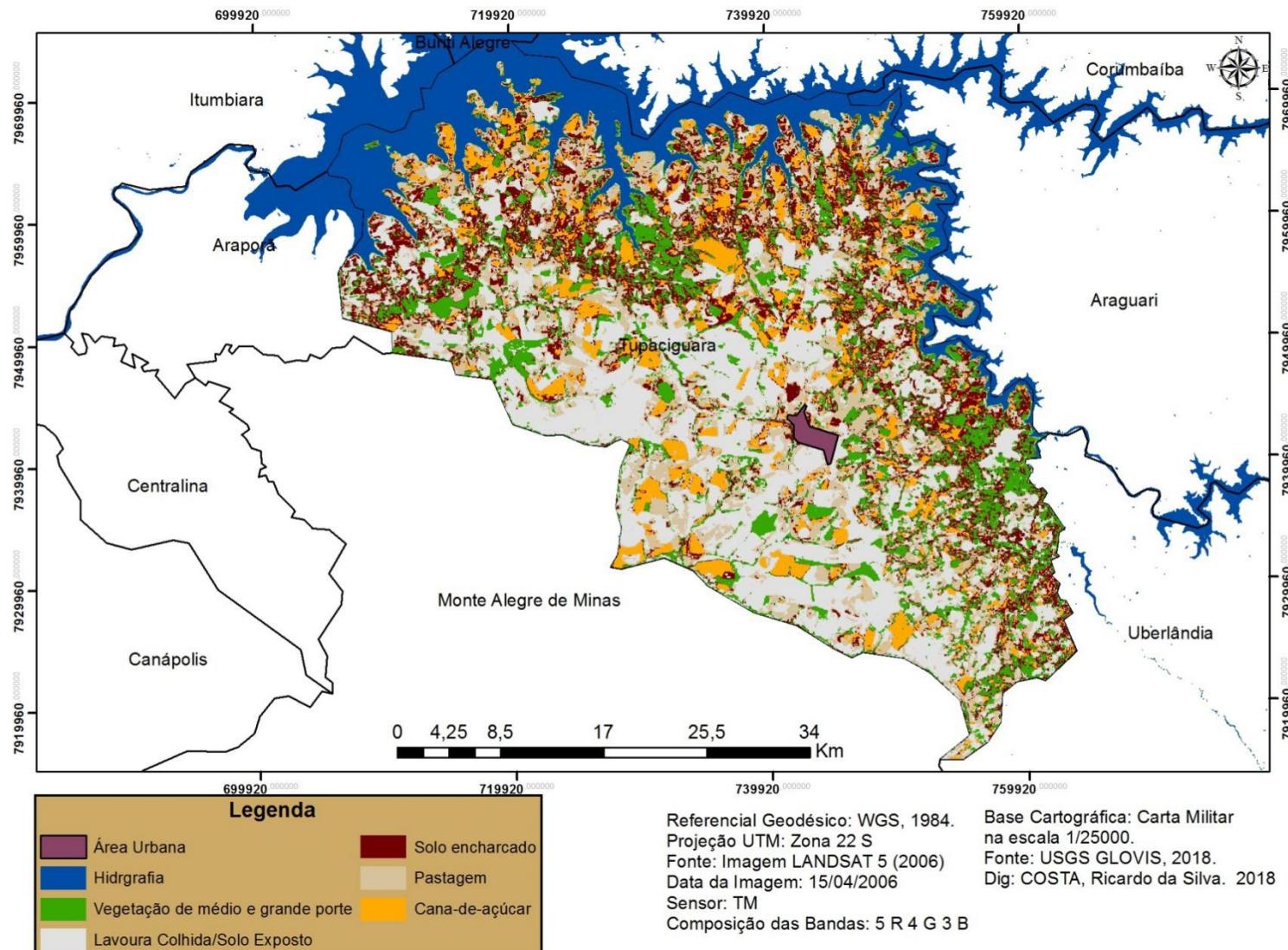
Mapa 10 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2004.



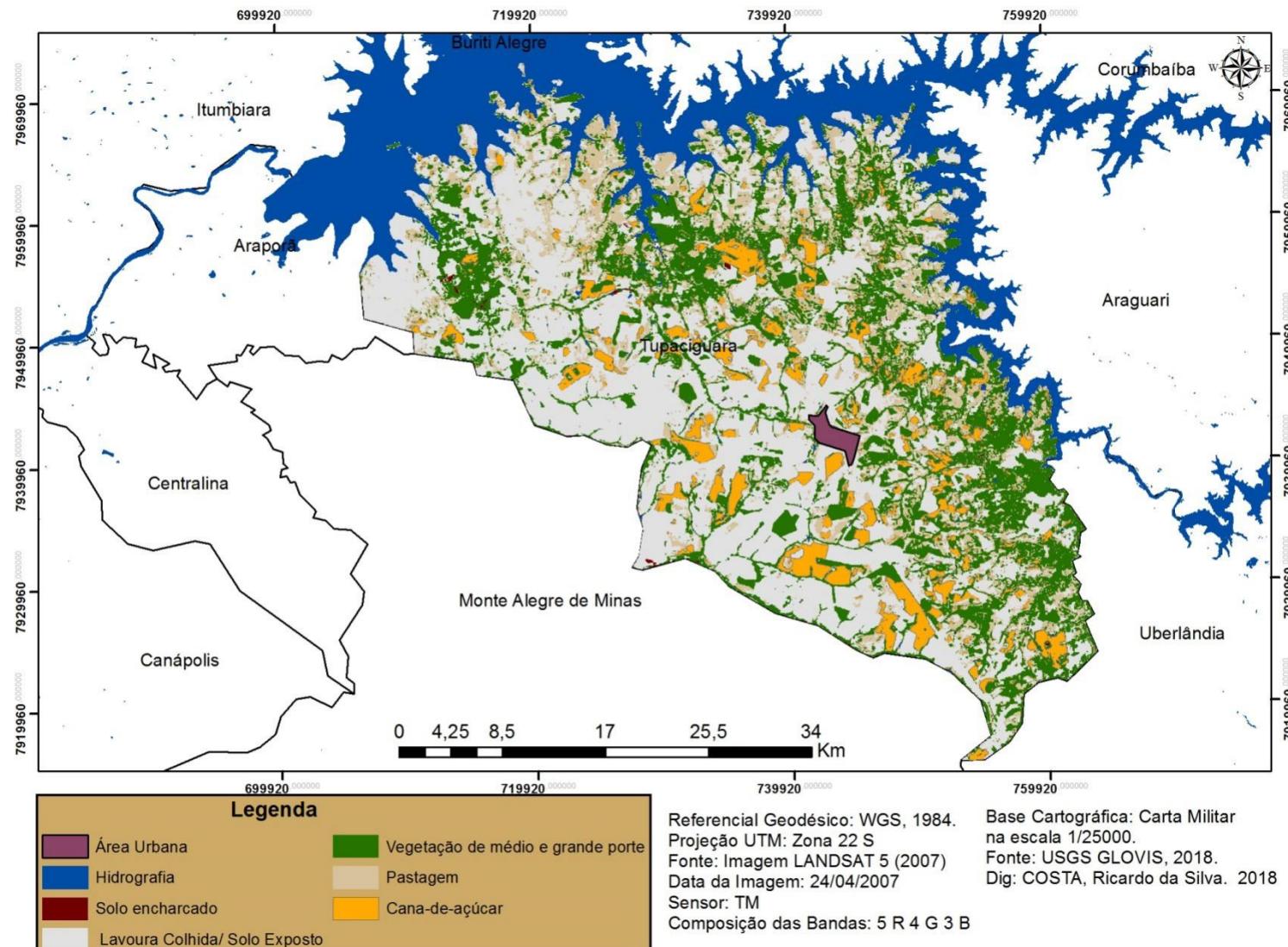
Mapa 11 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2005.



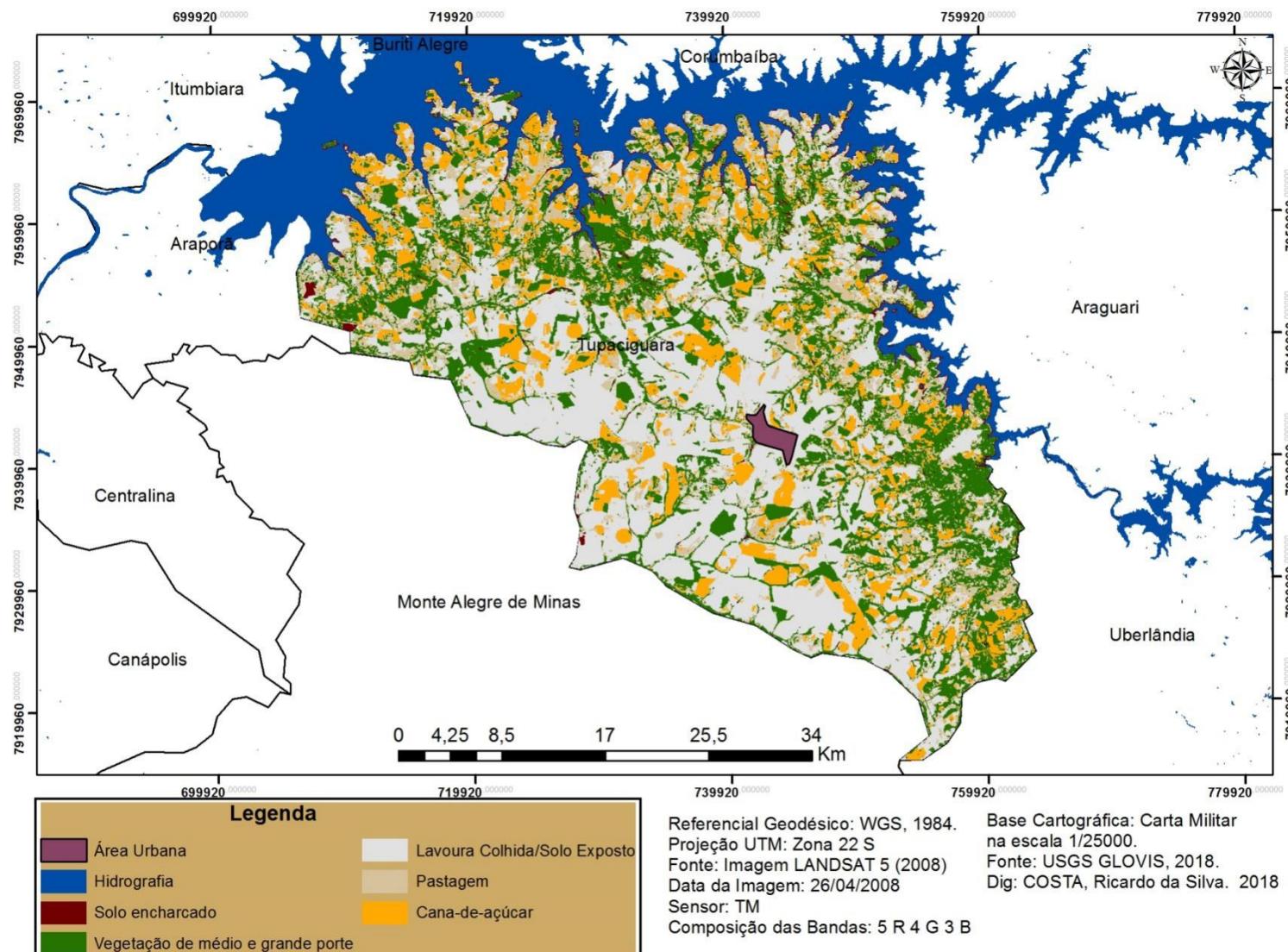
Mapa 12 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2006.



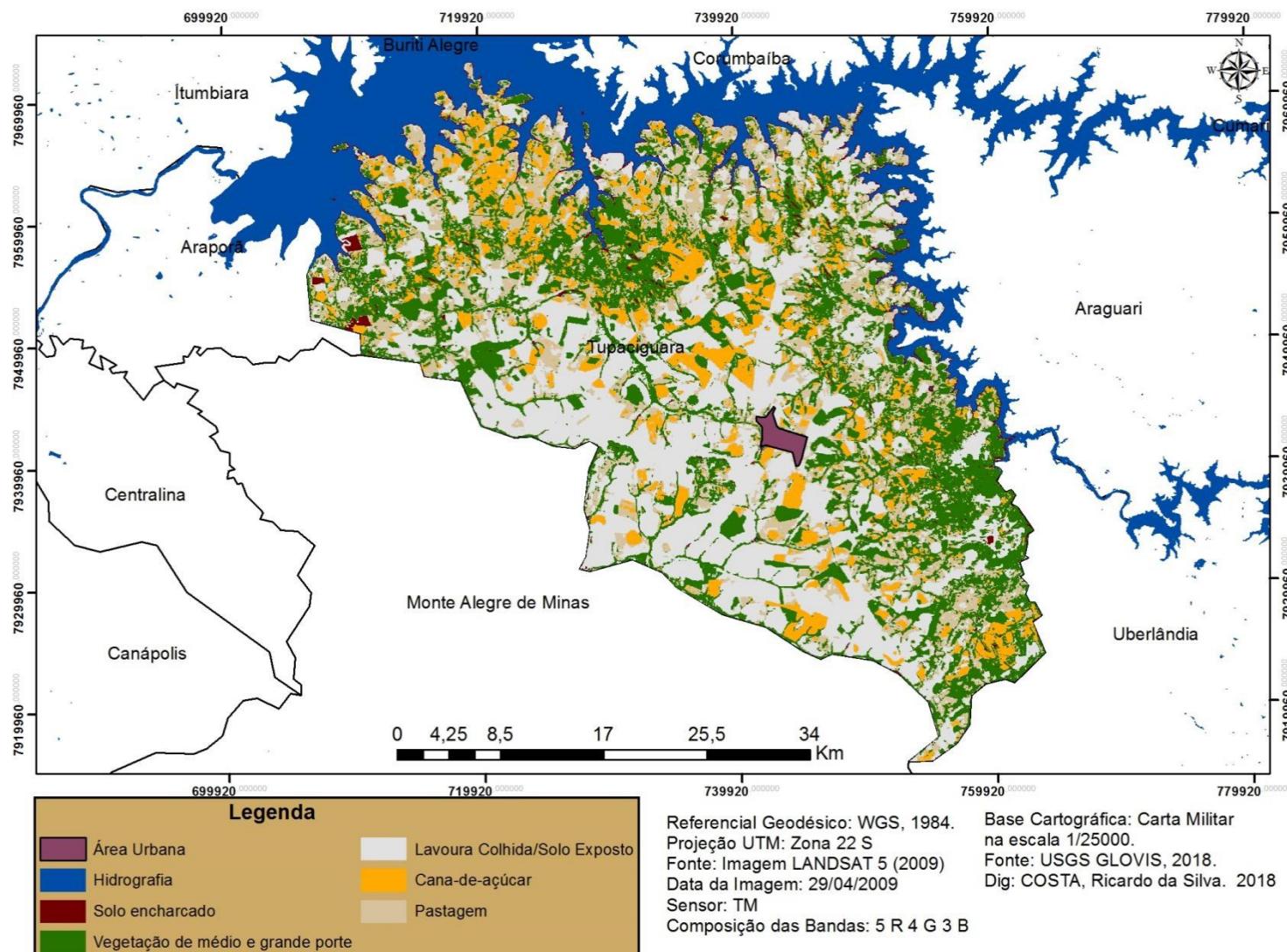
Mapa 13 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2007.



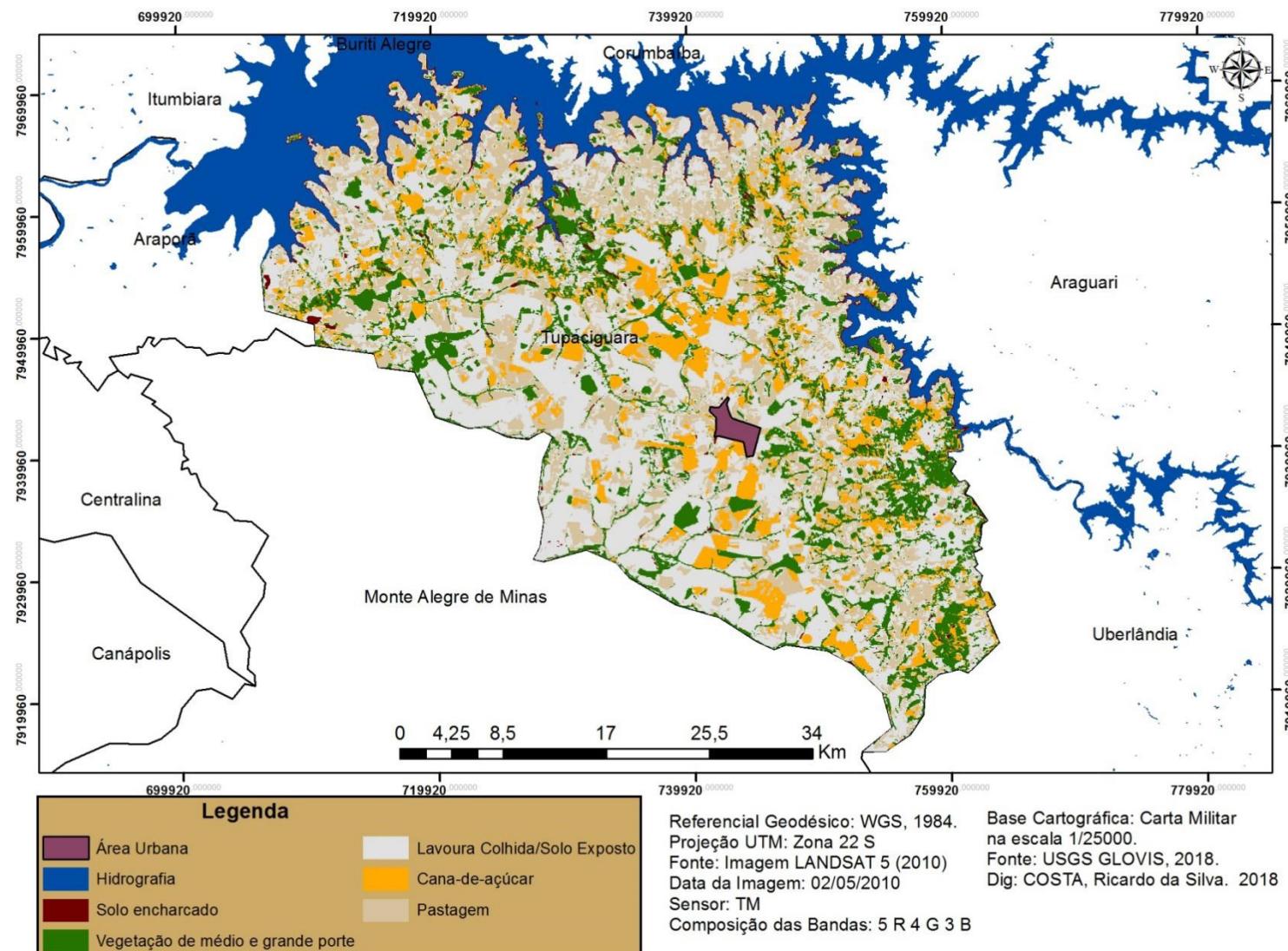
Mapa 14 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2008.



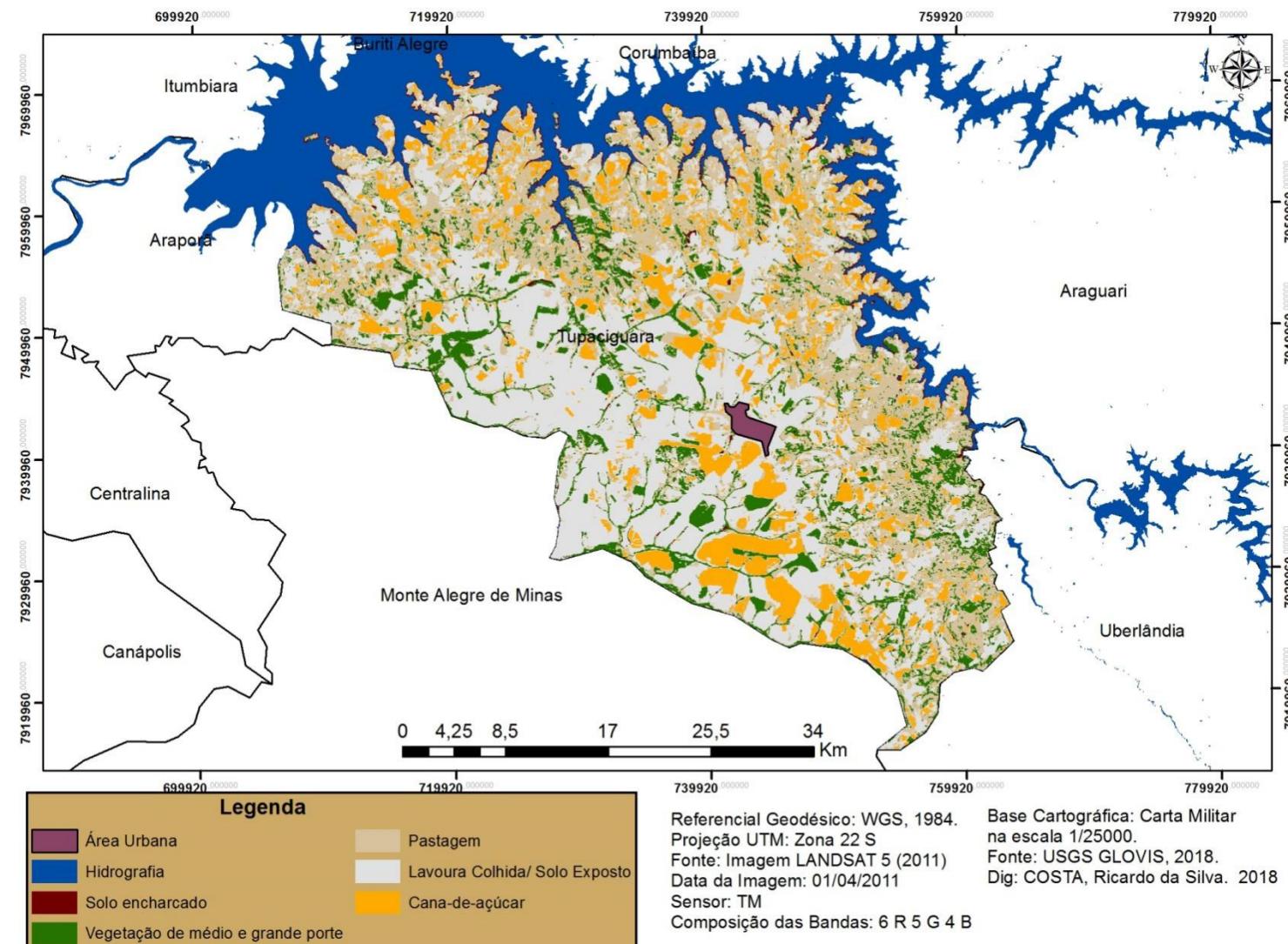
Mapa 15 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2009.



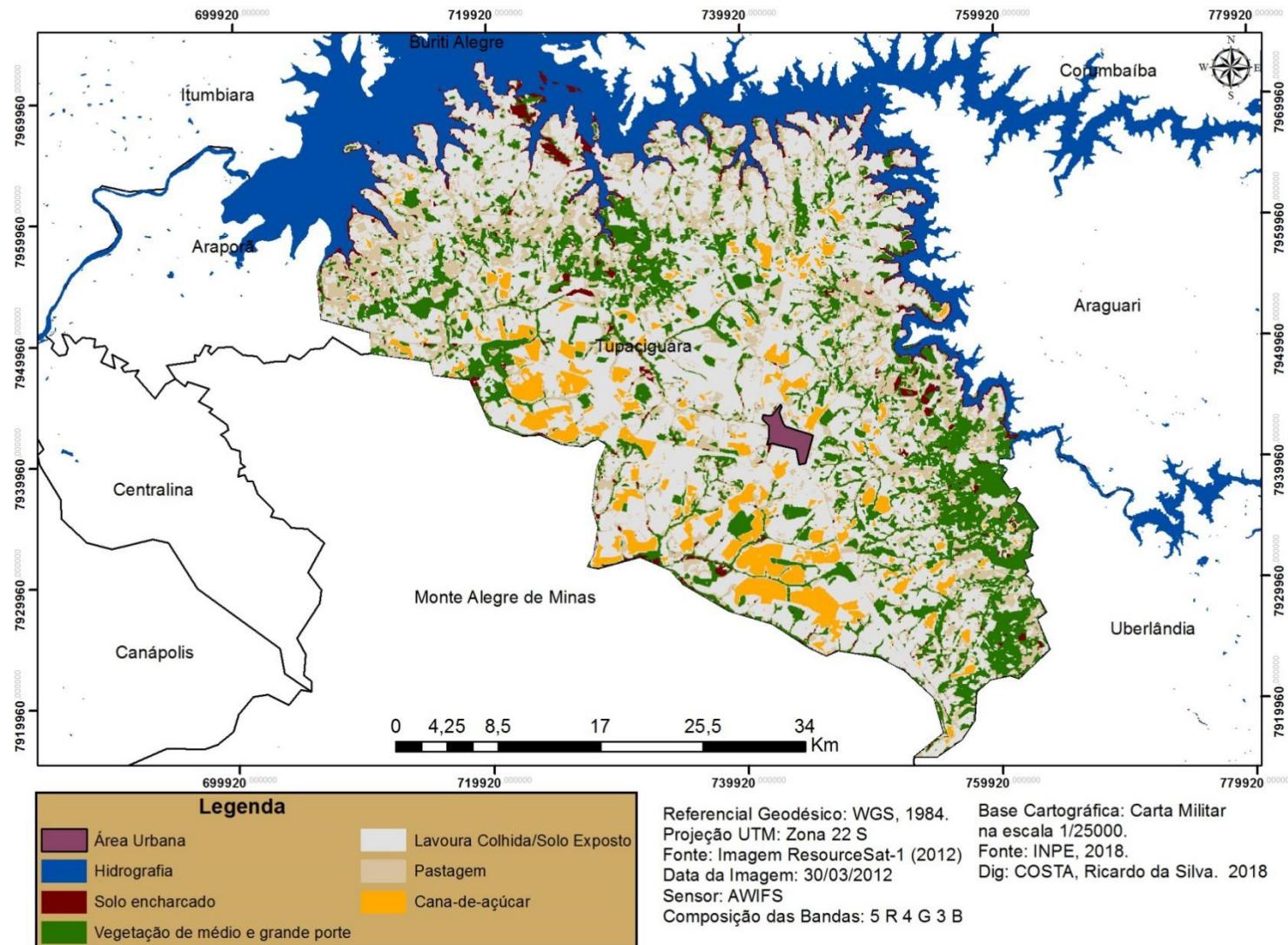
Mapa 16 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2010.



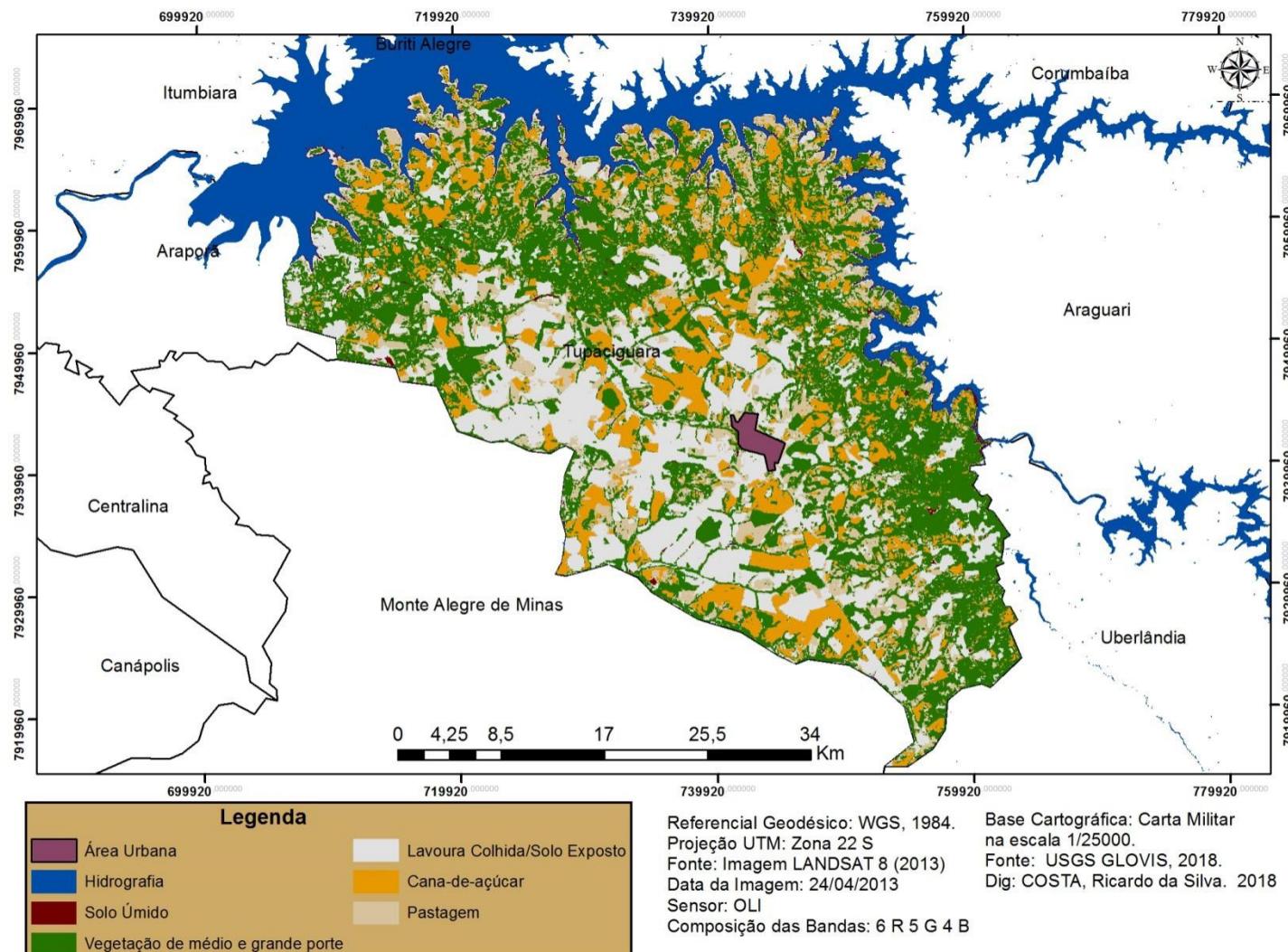
Mapa 17 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2011.



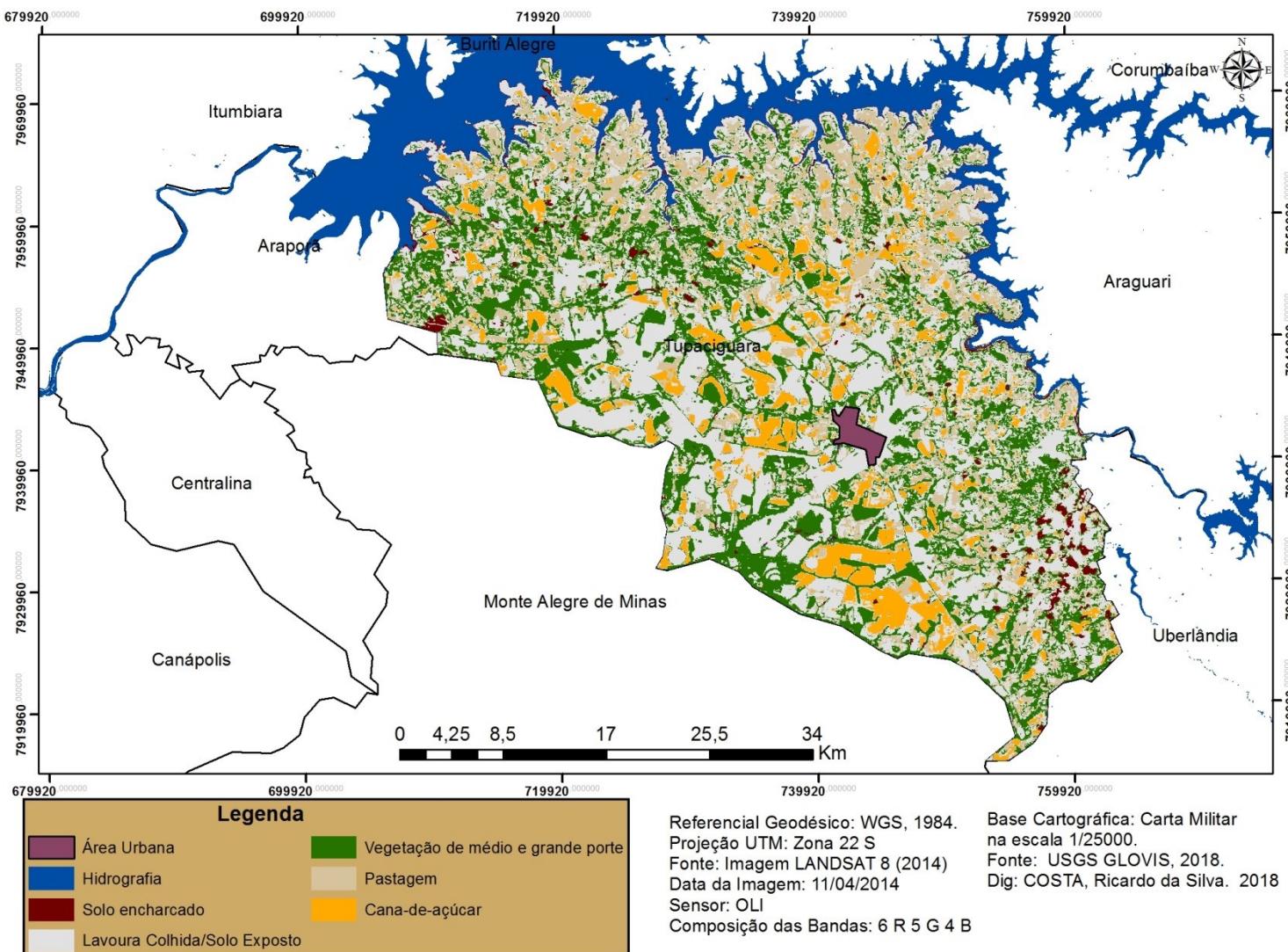
Mapa 18 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2012.



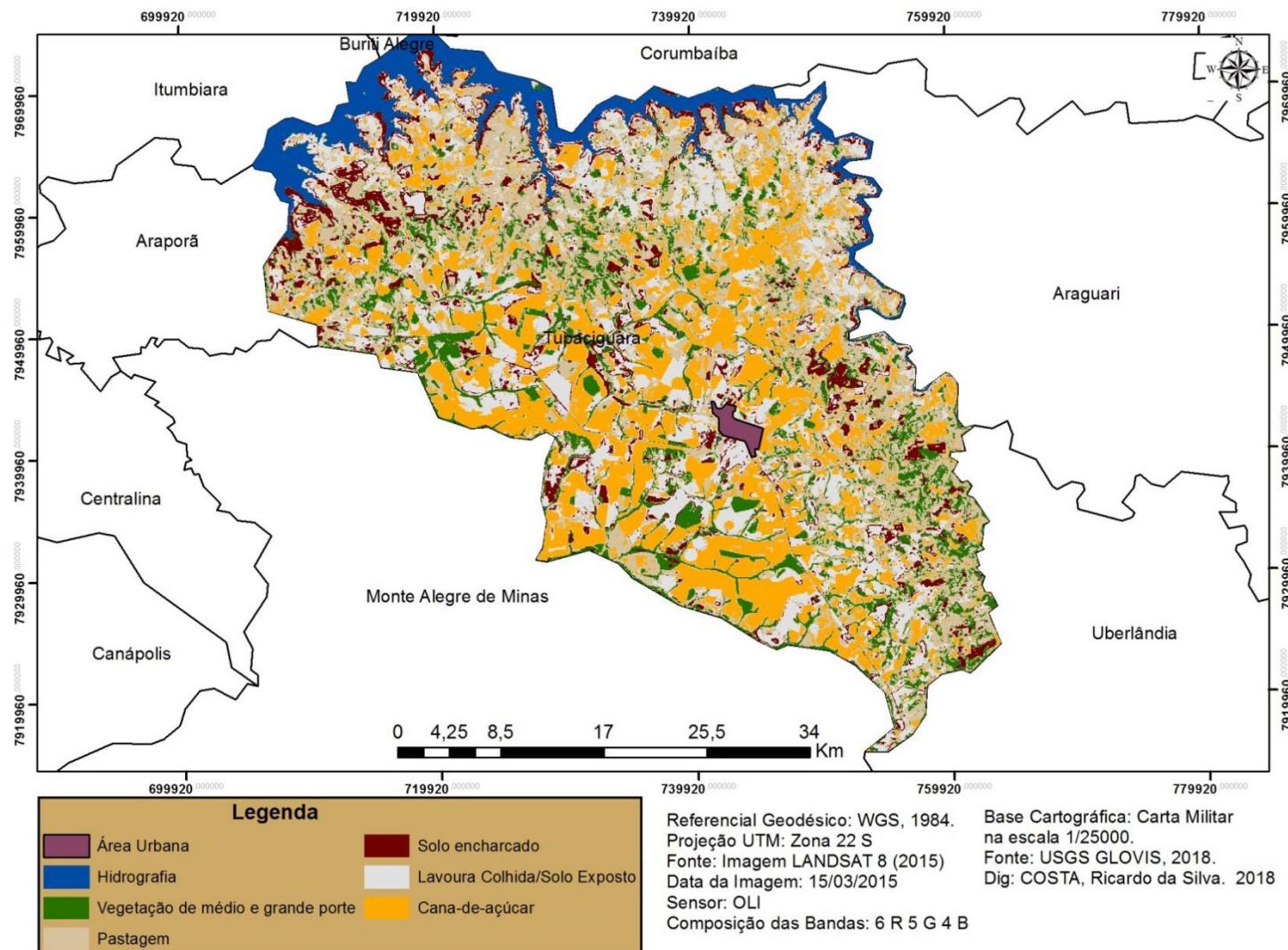
Mapa 19 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2013.



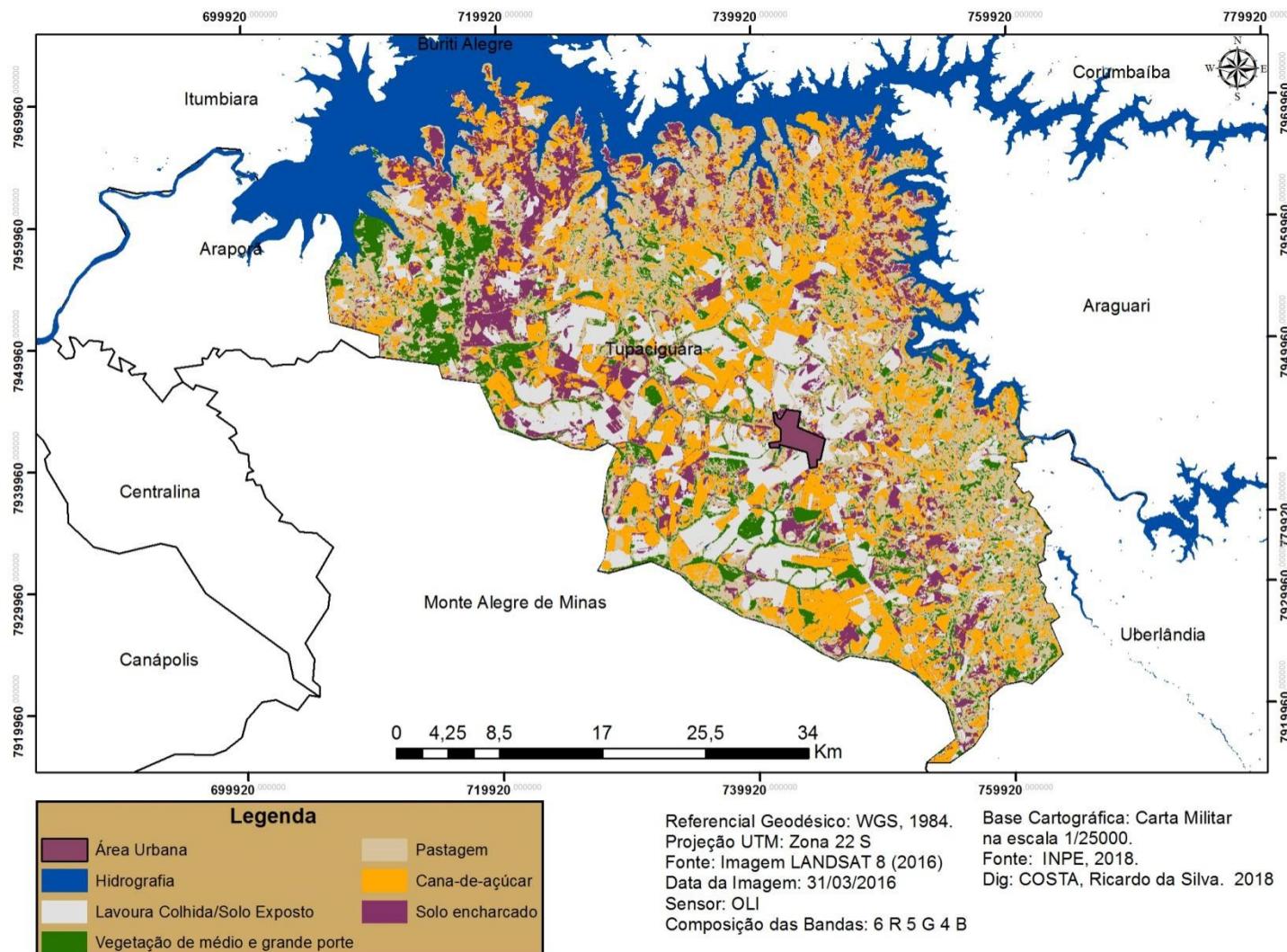
Mapa 20 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2014.



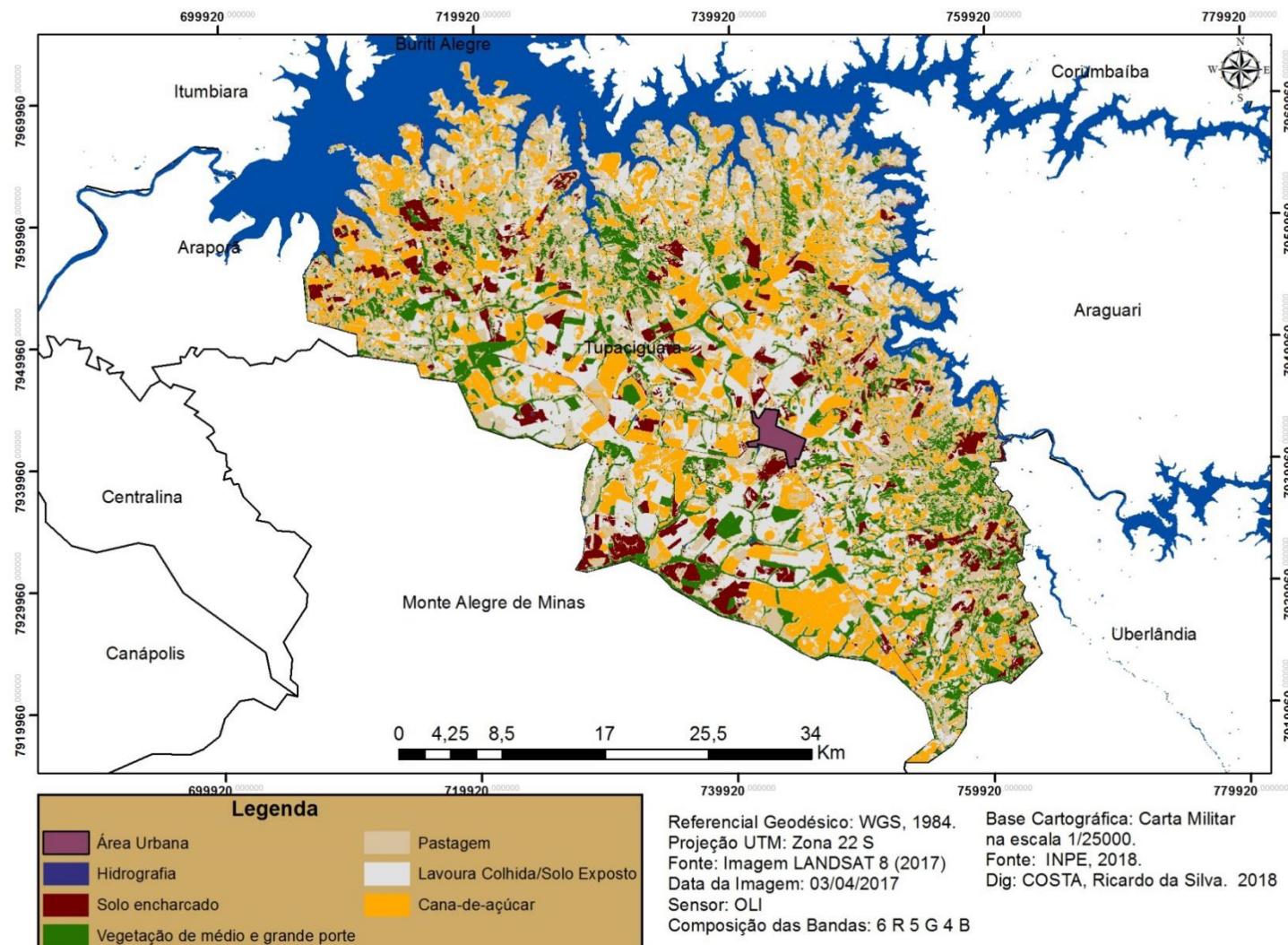
Mapa 21 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2015.



Mapa 22 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2016.



Mapa 23 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2017.



Mapa 24 – Uso e ocupação do solo – Município de Tupaciguara no ano de 2018.

